

Outubro de 2015

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de Notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços Basicos](#)
9. [Genero e Violencia](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Migração](#)
12. [Exploração Mineira](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, O PAÍS, República, Expansão, Grandes Notícias Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como: ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacuo e Jornal Vida Kilamba e Chela.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	8
1.1 Com um sistema judicial independente seremos mais rigorosos em punir crimes	8
1.2 'Há ONGs que são filhos e outras que são enteados'	10
1.3 Temos uma cultura de implementar projectos paternalistas	11
1.4 Fitch corta rating de Angola para quarto nível de lixo	16
1.5 «O executivo deve rever as políticas de combate a pobreza e fome»	16
1.6 Tudo a disparar no mercado	18
1.7 Luanda com crescimento acelerado	19
1.8 Mo Ibrahim: Angola melhora em baixa	20
1.9 Não produzimos riqueza mas produzimos... ricos	20
1.10 O que diz a constituição da república sobre os direitos económicas e sociais dos cidadãos?	21
1.11 O que diz a constituição da República sobre os direitos económico e sociais dos cidadãos?	22
1.12 A outra face da crise Económica	24
1.13 Ministra do Comércio Rosa Pacavira lança o programa "Ajuda para o trabalho"	24
1.14 Combate à pobreza reúne especialistas	25
1.15 Combate à pobreza reúne especialistas	25
1.16 Custo de vida no país aumentou 11,6% em Setembro	26
1.17 Não se potenciou aqueles que de facto poderiam criar riqueza	26
1.18 Sobre viver das ruas	29
1.19 Coisas que a crise mudou	31
1.20 Angola e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio	32
1.21 Angola fora dos 100 melhores países mais competitivos	33
1.22 Angola mantém 9.0 pior ambiente de negócios do mundo	33
1.23 Investimento comprometido	34
1.24 Preço dos produtos alimentares alarma benguelenses	35
1.25 Subida dos preços de bens eleva custo de vida no país	36
2. MICROFINANÇAS	38
2.1 Kixi-crédito injecta mais de Mais de 400 milhões na economia	38
2.2 Angola Invest disponibilizou 76,1 mil milhões Kz para 419 projectos aprovados	38
2.3 Bancos têm dificuldades em conceder crédito	39
2.4 “Jovens devem criar cooperativas agrícolas”	40
2.5 Projectos criam milhares de posto de trabalho na indústria transformadora	41
2.6 Governo do Bengo cria comité de crédito agrícola	42
2.7 Micro crédito no Huambo foi entregue à juventude	43
2.8 Mulheres rurais recebem apenas 1 % dos créditos agrícolas	43
2.9 Centralidades rejeitadas por cidadãos maiores de 40 anos	44
2.10 Venda de apartamentos começa este mês	44
2.11 Não havendo, em Angola, subsídio de desemprego e chegada a hora do pagamento das habitações no Kilamba, como ficam os desempregados forçados pela crise?	45
2.12 Imobiliária acusada de violar a lei	46
2.13 Moradores aflitos	47
2.14 Moradores da cidade do Kilamba apresentam protesto à Imogestin	47
2.15 Salva-se quem poder!	48
3. MERCADO INFORMAL	50
3.1 “Torneiras fechadas” no mercado da BCA	50

3.2	“Feirão do Kilamba” viola regras	51
3.3	Taxistas praticam actos de vandalismo	51
3.4	Vendas nas ruas sinal de desleixo	52
3.5	Azuis e brancos estremeceem Luanda	53
3.6	O dia em que Luanda “parou” e a cidade alta “estremeceu”	54
3.7	O “Tsunami” que parou Luanda	55
3.8	Polícia prende e leva taxistas em greve a tribunal	56
3.9	Candongueiros aguardam por novas medidas	56
3.10	“Entre o taxista que da gasosa e o agente que recebe a cumplicidade”	57
3.11	Governo provincial de Luanda reuniu cm representantes das associações	60
3.12	Graciano domingos	61
3.13	Preço dos dólares afunda no mercado informal	61
3.14	Produtos que compõem a cesta básica nacional disparam no mercado informal	62
3.15	Táxis em Luanda: começou a “guerra” pelas paragens	63
3.16	Taxista inocentados por falta de provas	65
3.17	Tribunal ordena taxistas por desacato	65
3.18	A greve dos taxistas e o erro de se combater aqueles que reivindicam alguns directos	66
3.19	ATL apresenta caderno reivindicativo ao PGL	66
3.20	Dólares podem estar a ser desviados para mercado informal	67
3.21	Eles ainda mandam nos transportes	69
3.22	Estado ignora pequenas e medas empresas	70
3.23	Manifestação de “panelaço e buzirão”	71
3.24	Sociedade solidária com os taxistas	73
3.25	Taxistas	73
3.26	Fiscalização deve ser mais actuante	73
3.27	Mercado dos Kwanzas	74
3.28	Luanda esteve à beira do colapso	74
3.29	Os taxistas em Luanda e a política descartável	75
3.30	Donos de cantinas violam as normas	76
3.31	Greve dos taxistas foi uma pura ilusão!	76
3.32	Só 1,7% das compras públicas são feitas a pequenas empresas	77
3.33	A informalidade não é o caminho para o sucesso	79
3.34	Azuis e brancos prometem paralisar novamente Luanda	81

4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

83

4.1	Proposta do OGE para 2016 na Cidade Alta	83
4.2	Angola prepara OGE para cumprir «funções básicas» em 2016	83
4.3	OGE/2016 vai a aprovação no parlamento no final do mês	84
4.4	Comissão Económica e para Economia real avaliam relatórios sobre projectos de exploração mineira	86
4.5	Comissões económica e para economia real apreciam proposta do OGE para 2016	87
4.6	“OGE de 2016 vai cumprir as responsabilidades básicas do Estado”	87
4.7	Proposta de OGE pronta para o parlamento	88
4.8	Conselho de Ministros aprova OGE de 2015	90
4.9	Mais seis triliões para OGE	91
4.10	OGE 2016 com base em USD 44.00 o «crude»	92
4.11	OGE manda angolanos apertarem o cinto	92
4.12	OGE ministro admite crescimento do BIP	93
4.13	Só 1,7% das compras públicas são feitas a pequenas empresas	94
4.14	Orçamento mais virado mais virado para cozinha	95
4.15	OGE para 2016 aprovado em Conselho de Ministros	97
4.16	Orçamento entregue na Assembleia reduz crescimento para 3,3%	97
4.17	Pressupostos do OGE 2016 passam no exame de economista	98

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 100

5.1	Nova lei das ONG atropela a Constituição da República	100
5.2	ONGs realizam encontro para analisar novo regulamento	101
5.3	«PR pondera esquivar-se das autarquias»	101
5.4	Administradores municipais participam no seminário sobre planeta	102
5.5	Autarquias mexem com a CASA-CE	103
5.6	Autárquicas? Aguardem por favor	103
5.7	Plano envolve municípios	104
5.8	Criação de novo município foi remetido ao Parlamento	104

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 106

6.1	Luanda com crescimento acelerado	106
6.2	Chefe de Estado destaca Plano Metropolitano	106
6.3	Plano director trava ocupações ilegais	108
6.4	A população é a parte integrante do processo	109
6.5	Para desenvolver "nova" Luanda em 15 anos	110
6.6	Executivo avalia construção das infra-estruturas	111
6.7	Realojamento atrapalha conclusão da centralidade da Quilemba	111
6.8	Bandidagem corrupção e venda ilegal de casas sociais no Zango	112
6.9	Centralidades rejeitadas por cidadãos maiores de 40 anos	113
6.10	Prestações do Kilamba aumentam 40% em kwanzas	113
6.11	Casas sócias na Damba com primeiros ocupantes	114
6.12	“Feirão do Kilamba” viola regras	115
6.13	Venda de apartamentos começa este mês	116
6.14	Musseques devem ter qualidade de vida	116
6.15	Chefe de Estado destaca Plano Metropolitano	117
6.16	Cunene constrói residências	119
6.17	Imogestim vai cobrar prestação de 2015 a partir de Outubro próximo	119
6.18	Defendida a preservação do património	120
6.19	Venda de habitações já em Novembro	121
6.20	"Com a nova Lei do Arrendamento passamos todos a falar a mesma língua	123
6.21	Não havendo, em Angola, subsídio de desemprego e chegada a hora do pagamento das habitações no Kilamba, como ficam os desempregados forçados pela crise?	123
6.22	Julgados por venda ilegal de casas	124
6.23	Clientes começam a pagar em Novembro	125
6.24	As nossas casas	126
6.25	Imogestim define prazos para pagamento de casas	126
6.26	Imogestim vai cobrar o dobro do valor mensal a partir de Novembro	127
6.27	Pagamento de habitações nas centralidades arranca em Novembro	128
6.28	Pagamento de prestações duplas	128
6.29	Ministério apresenta proposta	129
6.30	Projectos melhoram qualidade de vida	130
6.31	Executivo regulariza património imobiliário	130
6.32	Fraca procura de casas preocupa intermediários	131
6.33	Genea Angola vai apostar em projectos de baixo custo	132
6.34	Imobiliária acusada de violar a lei	133
6.35	Moradores aflitos	134
6.36	Moradores da cidade do Kilamba apresentam protesto à Imogestim	134
6.37	Moradores do Kilamba agastados com a Imogestim	135
6.38	Política habitacional	136
6.39	Programas habitacionais nos municípios	137
6.40	Salva-se quem poder!	137

7. TERRA	140
7.1 Lotes para autoconstrução distribuídos no Alto Hombe	140
7.2 A zona vai ser requalificada pelo governo do Bengo	140
7.3 Bandidagem corrupção e venda ilegal de casas sociais no Zango	140
7.4 Populares acusam grupo gema de usurpar terras	141
7.5 Lotes de terrenos são recuperados pela administração	142
7.6 Antigo Roque parado	143
7.7 Camponeses acusam das FAA de ocupação e destruição das lavras	143
7.8 Camponeses exigem indemnização avaliado em mais de 50 mil dólares	144
7.9 Chefe de Estado destaca Plano Metropolitano	145
7.10 Desempenhado da Vila do Cuacra “esquecidos” pela fábrica de cimento Yeto	147
7.11 Camponeses achincalhados e espancados	148
7.12 Esposa de Capitão ameaça moradores	149
7.13 Plano director trava ocupações ilegais	150
7.14 Administração faz distribuição de lotes de terra	151
7.15 Camponeses venceram litígio antes deste	151
7.16 Governante em litígio com camponesas	152
7.17 Área de Cacuaco recebe moradores do Zango Quatro	154
7.18 Área de Cacuaco recebe moradores do Zango Quatro	154
7.19 A população é a parte integrante do processo	154
8. SERVIÇOS BÁSICOS	157
8.1 Consequências da incineração e exposição do lixo em Luanda	157
8.2 Lixo entre alimentos	158
8.3 Limpeza da cidade requer esforço de todos	159
8.4 Razões financeiras e sentido patriótico	160
8.5 Luanda com crescimento acelerado	160
8.6 Assim mesmo está bom?	160
8.7 Campanha de recolha de lixo arranca com 2.000 pessoas e 100 carros	161
8.8 Comerciantes orientados a celebrar contratos	162
8.9 Quem não recolher o lixo será sancionado	162
8.10 Lixo virou obra	164
8.11 Falta de verbas compromete a limpeza da cidade	164
8.12 Lixo invencível...	165
8.13 Cercados pelo próprio lixo	166
8.14 O exército pode ou não recolher o lixo nas ruas de Luanda	166
8.15 Melhorada a gestão da empresa de água	167
8.16 Projecto “Água para todos” chega a Txoji e Mangunga	167
8.17 Água potável chega ao bairro Cazenga	168
8.18 População quer mais água	169
8.19 Garimpeiros deixam Talatona sem água	169
8.20 Comité de Especialidades de Águas do MPLA em criação	170
8.21 Huambo regista avanços no sector	171
9. GÉNERO E VIOLENCIA	173
9.1 Abusos sexuais aumentam em Luanda	173
9.2 Comando da Região Militar de Luanda cessa patrulhamento no combate à criminalidade	173
9.3 Órgãos que intervêm na administração da justiça reunidos na capital provincial	174
9.4 Aumentam casos de violência doméstica	175
9.5 Aumento da criminalidade preocupa moradores	175
9.6 Experiência brasileira ajuda Angola	176

10. AMBIENTE 178

10.1	Actos de vandalismo com dias contados	178
10.2	Praias de Luanda devem ser evitadas	178
10.3	Calemas continuam a fustigar a Camuxiba	179
10.4	Fortes chuvas destroem casas	180
10.5	Fundo Soberano fica com Eucaliptos	180
10.6	PGC oferece arvores aos cidadão	181
10.7	Produção petrolífera fomenta alterações climáticas	181
10.8	Arborização vai proteger ambiente	182
10.9	Actos de vandalismo com dias contados	182
10.10	As calemas continuam a fustigar a Camuxiba	183
10.11	Fortes chuvas deixam 34 famílias sem casas	184
10.12	Cunene arboriza centros urbanos	184
10.13	Eugénio Laborinho defende a adopção de medidas de construção de resilientes	185
10.14	Secretário de estado do interior defende a adopção de medidas de construção de resilientes	185
10.15	Lixo virou obra	186
10.16	Representante das Nações Unidas para o Ambiente Regional em Luanda	186
10.17	Vítimas da seca recebem apoio	187

11. MIGRAÇÃO 188

11.1	Britânicos falam de imigração	188
11.2	Crise de divisas pode comerciantes estrangeiros a abandonar Angola	188
11.3	Economista defende revisão da política migratória do Estado	189
11.4	Estrangeiros ilegais expulsos do Moxico	190
11.5	Polícia trava imigração ilegal	190
11.6	Polícia trava violadores de fronteira	191
11.7	Estrangeiros são expulsos	191

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA 192

12.1	Mais fiscalização trava exploração ilegal de inertes	192
12.2	Investidos usd 6,8 milhões em novas fábricas de lapidação de pedras naturais	192
12.3	Mina do Luaxe começa a produzir em 2017	193
12.4	Executivo quer assegurar ao investidor crescimento com enormes potencialidades	194

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Com um sistema judicial independente seremos mais rigorosos em punir crimes

Jornal O PAÍS

02 De Outubro de 2015

Texto: Daniel Miguel

Porquê é que usa sempre 2015 como referência para os seus pronunciamentos?

Era a meta que as Nações Unidas haviam estabelecido quando traçou os indicadores do milénio.

Tem defendido que a distribuição das riquezas seria o maior desafio que Angola enfrentaria até 2015. A três meses do término deste ano, como é que estão as coisas neste domínio?

Olha, se andarmos por este país fora ou aqui mesmo a nível de Luanda, vamos ver que existem cada vez mais crianças ou jovens a reclamarem da situação, das dificuldades que neste momento as famílias enfrentam. Claro que estamos a viver uma situação de crise, mas já era anunciada há muito tempo porque dependíamos do petróleo essencialmente. Se tivermos que olhar para esta onda de manifestações que muitos jovens têm levado a cabo, as mesmas são exactamente reflexo disso. As pessoas chegam a um ponto que notam que não tem havido grandes mudanças e que os seus anseios não estão a ser satisfeitos. Quando é assim, a situação toma-se muito preocupante. A fase actual, segundo um anúncio da Imogestim, salvo erro, quase 70 por cento das residências das centralidades seriam para os funcionários públicos e somente 30 para a população em geral. Com isso o jogo começa a ver que de forma deliberada ou inocente criamos problemas que depois não vamos saber resolver.

Como é que você vai fazer isso se a função pública é uma minoria e tem muita gente que gostaria de ter casa

nestas centralidades? Se você cria um sistema em que as pessoas concorram de acordo com as suas possibilidades ou potencialidades, aí há mais justiça? Muitos também gostariam de trabalhar na função pública. Não vão porque não têm vagas ou acesso. Essas políticas de exclusão são tais que nos têm levado a estes níveis de insatisfação. Cuidado: o povo angolano é pacífico. Mas a história nos mostra que o povo angolano sempre que reivindicou por uma situação nem sempre o fez pela forma mais pacífica.

Não há algum exagero da sua parte quando diz que 95 por cento das riquezas na nossa sociedade é questionável?

É um número que não é possível apresentar com uma base científica. Apresentei este número aproximado por duas razões. Eu disse que toda a fortuna que é conseguida com base nas influências, porque o tio ajudou-me a concorrer num concurso, a ganhá-lo e depois formei a minha empresa, é ilícita. Toda a riqueza que foi conseguida porque me foi dada oportunidade de fazer a sua aquisição para o Estado ou para um privado num determinado país ou obra de infra-estrutura, acabei por sobre facturar ou deram-me uma comissão, também é ilícita. Portanto, muitos dos procedimentos que são usados para que as pessoas acumulem ou montem empresas, as fontes de rendimentos que advém de facilidades ou de práticas que se forem declaradas seriam condenadas' é ilícita. Não interessa como é que você trabalhou e depois construiu a tal riqueza. O ponto de partida é sempre que determina se é lícita ou ilícita. É por isso que em muitos países às vezes acabam por julgar alguém por um procedimento ou acto que monetariamente valia cinco ou sete mil dólares. Acaba por pagar milhões de dólares e às vezes nos perguntamos porquê se aquilo era irrelevante? Estamos num país em que se cada um que aparece endinheirado prestasse um historial sobre como montou a sua riqueza, teríamos problemas sérios.

Com esse sentimento de zelo que têm, às vezes criam-nos estes tumultos todos, que se não tivermos cuidado podemos chegar a um ponto em que não nos vamos conseguir controlar.

Acha que todos iriam a tribunal?

Seria uma situação em que a justiça teria que averiguar. Mas não defendo que esse seja o caminho e que isso tenha de ser feito. Muitas destas pessoas cujas riquezas ou fortunas são questionáveis criaram empresas e muitas delas estão a empregar - nos. E através delas estamos a sustentar os nossos familiares. O caminho certo não seria pegar essas e levá-las ao tribunal.

Como é que sentiu quando o Expansão noticiou que os ricos angolanos investiram 13 vezes mais no exterior do que em Angola?

Aquilo é de facto o grande problema dos ricos em África. Muitos deles, se investissem mais no continente teríamos menos problemas do que temos actualmente, porque falei dos ricos em Angola como poderia falar dos primeiros ricos na América e na Europa. A origem das suas fortunas eram questionáveis. Por isso, é que costumamos dizer que para alguém acumular uma riqueza há choros, lágrimas e sangue de muitos inocentes. O grande problema não é como essa pessoa acumulou riqueza, mas como vai reverter para poder servir a sociedade. Os precisamos de pessoas ricas, que inovem e criem emprego para os nossos filhos. O problema é como é que numa sociedade como a nossa, com grandes problemas e oportunidades, vamos investir muitos recursos lá fora. A resposta é que nós no nosso país sempre tivemos o princípio de querer mostrar uma imagem lá fora de que tudo está bem.

Tens dito que todos nós estamos envolvidos na teia da corrupção e que não somos tão inocentes como pensamos. O que quer transmitir com isso?

Quando falamos de governantes, quem são eles? São nossos tios, cunhados, conterrâneos do kimbo. São pessoas que nasceram no nosso meio e não que vieram da Europa ou de um outro lado. Em outras palavras' muitos de nós se não mudarmos o nosso comportamento e a forma como vemos o nosso semelhante, se chegarmos lá faremos exactamente a mesma coisa. Estamos numa realidade de imediatismo. Se tivermos um ponto em que vamos dizer basta e vamos avançar, a sociedade vai mudar.

Os jovens continuam a sentir-se excluídos no nosso país?

Com certeza. A exclusão continua quando queremos rotular as pessoas pelos partidos políticos a que pertencem. O ser angolano deveria ser o primeiro factor para se poder empregar alguém e não apresentar um cartão do partido A ou B. Digo isso porque vemos. Há certos sítios em que não consegue ascender se não mostrarem o cartão do partido A ou B. Há muita gente com amor a esta pátria e que não quer filiar-se a um partido. O país perde quando eles afiliam -se a um partido, porque o país precisa dos que gostam de fazer política e dos neutros que podem ser técnicos.

Como é que avalia as liberdades no nosso país?

Continuamos a ter grandes desafios neste sentido. Um amigo há bocado disse-me que isso é um processo.

Concordo. Mas acho que existem pessoas com excesso de zelo. Não diria que é o sistema que quer oprimir e levar as pessoas a agirem de urna certa forma. Estes indivíduos, alguns deles conhecidos e outros nem tanto, que são insensíveis. Com esse sentimento de zelo que têm, às vezes criam-nos estes tumultos todos, que se não tivermos cuidado podemos chegar a um ponto em que não nos vamos conseguir controlar.

O rico angolano é solidário?

Não. É só vermos a maneira como o rico angolano esbanja os seus recursos. Prefere financiar uma festa em que as meninas vão mostrar o bumbum e outras coisas, quando existem crianças de rua que não são muitas. Com projectos inovadores era possível tirar todas elas das ruas. É só querermos. Nós em Angola temos ricos que gostam de se mostrar. É muito vergonhoso quando muitos deles têm riquezas que às vezes provêm de fontes duvidosas e fica a mostrar -se como se fosse um grande inovador. Como se fosse um jogador ou cantor que fez o contrato da sua vida e pode mostrar -se.

Como é que seria o contrato social que iria levar Angola a um novo rumo?

Primeiro, temos que ter um sistema judicial totalmente independente.

O nosso sistema judicial não é independente?

Não. A magistratura e os presidentes dos tribunais não podem ser eleitos nem indicados por entes políticos ou por indivíduos do poder político. Se tivermos um sistema judicial independente seremos mais rigorosos em punir crimes. Falamos dos maus exemplos que vêm do Brasil. Infelizmente, copiamos o que é errado, porque os bons exemplos não copiamos. O Brasil é um país em que conseguimos ver que, apesar os inúmeros problemas que têm, a justiça consegue agir de forma diferente. Quando tens que ir à cadeia vais mesmo. Não interessa quem fores. Precisamos de chegar neste ponto. Mas, volto a dizer que na minha opinião não precisamos de fazer caças às bruxas. Precisamos é de dizer que daqui para frente vamos trabalhar assim... Para isso acontecer, tem que haver um sistema judicial independente, a mudança de algumas pessoas, com certeza. As pessoas têm sempre resistência à mudança. Mas temos que ter coragem de dizer que daqui para frente vamos mudar.

1.2 'Há ONGs que são filhos e outras que são enteados'

Jornal O PAÍS

02 De Outubro de 2015

O que pensa das organizações não-governamentais (ONGs) que operam em Angola?

As ONGs nos últimos 13 anos têm vivido uma situação de crise. Primeiro, porque depois de Angola ter alcançado a paz as organizações internacionais achavam que o país já não era prioridade. Porque já conseguiu apresentar um crescimento muito alto. Tiveram que avaliar entre investir em Angola, que já estava em paz, com a segunda maior produção de petróleo em África, diamantes, e colocar num país que estivesse a sofrer tumultos ou outros problemas sociais como o Zimbabué, então nesta discussão muitos preferiram retirar -se de Angola. A maioria das grandes ONGs, aquelas que tivemos durante o início dos anos 2000 ou nos anos 90, como a Care International, a Save The Children e a Oxfam, Íbis e outras saíram de Angola.

Temos poucas ONGs a operarem em Angola. Muitos países doadores já não vêem Angola com interesse. O que de facto é uma pena, porque mesmo nos países mais industrializados ou mais ricos, como é o caso da Inglaterra, Estados Unidos e outros países da União Europeia...

Mas isso o convence?

Não me convence porque mesmo estes países continuam a ter uma grande intervenção das ONGs. Porque existem trabalhos na sociedade ou áreas sociais em que é muito mais eficiente uma ONG operar do que o Governo. Posso-lhe dar um exemplo: projectos como estes de cuidar os idosos ou crianças de rua, toxicodependentes, é muito mais eficiente se fosse organizada por uma ONG. Seja ela afiliada de uma igreja ou de grupo de indivíduos que se organizam à volta de uma ONG. O que existe em países desenvolvidos é exactamente isso. O próprio Estado inclusive, aloca recursos a essas ONGs para executarem esse trabalho, porque resulta muito mais eficiente que algumas responsabilidades do Ministério da Assistência e Reinserção Social e mesmo da Protecção Civil. Do que o próprio Estado ter mãos directamente nos tais projectos.

As ONGs nacionais cumprem imparcialmente o seu papel?

Neste momento temos poucas ONGs nacionais a funcionarem. Algumas que vemos a funcionar o fazem com grande sacrifício, também devido ao espírito de sacrifício e de voluntariado dos seus membros. Estou a falar por exemplo da ADRA. Neste momento encontra-se presente em quase todos os municípios em que trabalhou um pouquinho depois do alcance da paz. Mas a sua intervenção reduziu-se muito devido à problemática do funcionamento. Se o Estado olhasse para a intervenção de uma ONG como a ADRA e visse o impacto que ela tem para a vida dos angolanos desfavorecidos, não teria problema nenhum em alocar recursos para essa ONG e muitas outras nacionais que têm grandes ideias e pessoas com um espírito de inovação muito alto. Infelizmente, não conseguem realizar as suas actividades porque não há recursos.

O que lhe parece a AJAPRAZ?

A AJAPRAZ todo o mundo sabe que é uma organização de conveniência, que tem uma agenda política bem traçada. Estou a falar da AJAPRAZ como poderia falar de outros movimentos da sociedade civil que apareceram, como o Movimento Nacional Espontâneo.

Eu não tenho problemas nenhum com estas organizações, se o Estado pudesse distribuir os recursos de uma forma mais justa. Não deveria haver filhos e enteados. O Estado perde e o país também por não alocar recursos a estas ONGs que têm estado a fazer um trabalho de sustentabilidade. As acções da AJAPRAZ não empoderam. É aquilo que chamamos dar peixe e não ensinar a pescar. Aquilo tem sido muito virado para uma forma de propaganda ou de promoção. Digo que podem fazer isso, não tem problemas. Mas olhem também para aquelas organizações que são apartidárias e que trabalham de facto com as comunidades' criando-lhes competências e capacidades para que possam libertar -se desta armadilha da pobreza. O grande problema que temos em Angola é que temos muitos grupos e populações que estão presas na armadilha da pobreza. Se não as libertarmos, vamos continuar a ter a pobreza nos índices que nos são presentes. Mais grave ainda são as possíveis consequências que poderemos ter. Sempre digo que a pobreza é o grande inimigo da paz. Enquanto tivermos grandes índices de pobreza, vamos continuar a ter uma situação de instabilidade.

Porque chega um ponto da vida dos seres humanos em que quando começam haver as assimetrias, e o aumento do fosso entre os que têm e os que não têm, quando somos todos filhos da mesma terra, é aí que

começa a nascer aquele espírito de revolta. Se quisermos ter um país inclusivo, em que não existem angolanos de primeira, nem de segunda. Tem que se criar mais oportunidade para uma distribuição justa.

Há pouco falou de correntes. Há urna que diz também que existe urna elite em Angola. Concorda?

Não precisamos de ir longe. É óbvio. Num dos meus últimos pronunciamentos falei sobre a maneira que alguns usam para se aproximar ou para poder subir na vida. Que é exactamente usar as influências, os padrinhos ou a linguagem que agradam a certas pessoas. Nós não temos trabalhado muito com a meritocracia. A meritocracia em Angola não tem sido avaliada, nem valorizada. Existem pessoas com muita força, inclusive metódicas que poderiam ajudar.

Acha que se promove mais a incompetência?

Sim. A partir do momento em que a pessoa para ascender tem que ter influencia ou pessoas ao seu redor não quer indicar que ela tenha efectivamente capacidade. E o outro elemento que temos que ter cuidado é aquele em que se pensa que aquele que fala bem, expressa-se bem, é o que realmente tem capacidade. O grande problema que temos nestes 40 anos de independência, no que diz respeito ao aproveitamento de recursos humanos, é exactamente os elementos relacionados a ser metódicos. Temos muita gente que estão em cargos importantes no país que não são metódicos. Precisamos de discutir porque existem procedimentos e coisas que fazemos de uma forma tão complexa, quando poderíamos fazê-los de uma forma mais simples. Dou-lhe um exemplo claro: em Angola continuamos a ter em certas repartições o atendimento em guichet com aquelas aberturas para as vistas e os dossiês. O que o funcionário está a fazer lá atrás não consegues ver. Muitas das vezes estão a tratar das unhas, jogar cartas nos computadores quando a fila é enorme. Devíamos banir aquilo, excepto ali onde se trabalha com dinheiro e às vezes é preciso trabalhar assim para proteger o funcionário de eventuais roubos. Aliás, mesmo em bancos nem é assim. Aqui não há inovação. Não somos metódicos. Há documentos que podem ser emitidos no mesmo dia e não fizemos porque não somos metódicos.

Pode concordar que a pobreza em Angola não é só material, mas também espiritual?

Se partirmos para o lado espiritual, estaríamos a falar das questões que têm a ver com os valores, princípios, a ética e acima de tudo o próprio carácter. Então nesta área temos grandes problemas.

I.3 Temos uma cultura de implementar projectos paternalistas

Jornal O PAÍS

02 De Outubro de 2015

Texto: Dani Costa e Sebastião Félix

Membro da Rede de Luta Contra a Pobreza Urbana, Willy Piassa aborda nesta entrevista o que se vive nos principais centros urbanos, assim como as soluções para os problemas que muitas destas comunidades vivem. Diz que os pobres gastam mais em água do que os próprios ricos e que a origem de mais de 95 por cento das riquezas em Angola podem ser questionáveis. Apesar disso, não defende uma caça às bruxas. Mas sim que os angolanos endinheirados invistam no país

Como é que vê hoje a questão da pobreza em Angola?

Eu acho que existem três correntes que têm diferentes pontos de vista sobre como está a questão da pobreza em Angola. Existem aqueles que chamaria de optimistas, os pessimistas e os realistas. Costumo dizer que me encontro nesta última categoria dos realistas. Os pessimistas são aqueles que pensam que nada está a ser feito e que as coisas estão piores do que depois de termos alcançado a paz. Existem aqueles que acham que houve mudanças estrondosas, a situação já melhorou muito e que já não temos grandes índices de pobreza como vimos um pouquinho antes de 2002. Eu sou daqueles que se enquadra no terceiro grupo dos realistas. Por um lado, vemos grandes investimentos a serem feitos e acho que o país nunca teve grandes investimentos nas áreas sociais como assistimos nos últimos 10 anos. Assistimos também a um grande esforço em se construir infraestruturas básicas, como escolas, saúde e alguns serviços básicos, como o provimento de água. Quanto a isso, não há dúvidas de que houve um grande esforço. O problema prende-se com o facto de que muitas das intervenções não têm sido sustentáveis, acabam por ter pouco impacto naquilo que realmente são as necessidades da população. Se, por um lado, é verdade que houve uma redução drástica no índice de mortalidade infantil, porque nós sabemos que Angola é um dos piores países no mundo para se ter uma criança, mas os números continuam a ser muito altos. As razões são fáceis de apontar. Uma delas é que continuamos a ter um

número muito alto da população angolana que consome água imprópria. Continuamos a ter um sistema de saúde muito débil.

Não existem serviços especializados que lidam só com a saúde materno-infantil. Alguém poderá dizer que existe o Hospital Pediátrico. Mas não pode ser só o Hospital Pediátrico.

Deveríamos tentar imitar aquilo que acontece por exemplo em Moçambique. Esse país aparecia sempre nos relatórios internacionais como um dos mais pobres do mundo. Até agora em Moçambique, acima de 45 por cento do seu orçamento de Estado, é de financiamento externo. São doadores que colocam dinheiro para financiar o seu orçamento. Mas Moçambique deu passos gigantescos no que diz respeito ao tratamento que dão à mãe e às crianças, através da criação de centros de saúde em quase todos os bairros ou distritos, em que há enfermeiras especializadas para lidar com a mãe e a criança.

Quem é o pobre em Angola?

Chamaria pobre a todo o excluído.

A nível da Rede Contra a Pobreza Urbana temos trabalhado com cinco indicadores das Nações Unidas e da UNHabitat, que são a questão da habitação, o acesso a água potável, o superpovoamento dos locais onde as pessoas vivem e o saneamento básico. É aí onde sempre discuto quando as pessoas dizem que temos uma classe média emergente em Angola. Quando chamamos uma classe média, o que é que estamos a definir? É de acordo com o rendimento ou com as condições de vida?

Temos ou não uma classe média emergente?

Emergente, sim, mas não temos uma classe média consolidada. Se dissermos que a população que vive no Nova Vida e os que vivem no Kilamba, por exemplo, ou noutras urbanizações que estão a ser criadas como integrantes da classe média, talvez poderia dizer que é um dos critérios que de facto se usa. Mas se formos a alguns bairros periurbanos de Luanda é possível que encontremos pessoas com um salário superior a muitos residentes do Kilamba e alguns do Nova Vida. Mas o problema é que a classe média não pode ser vista só de acordo com o rendimento das pessoas, mas sim pelas condições em que vive. As condições do seu meio. Temos bairros onde chegas e encontras casas bonitas, mas quando chove as pessoas não conseguem sair e tirar os seus carros do quintal. Portanto, temos um amontoado de lixo, lama e por aí fora. O modo de vida que essa pessoa tem não é diferente do seu vizinho que às vezes vive do salário mínimo, Porque

vive da consequência dos mosquitos, da insegurança do bairro e outras consequências de dimensão social que são derivadas da pobreza. Tudo isso leva-nos a concluir que existe um grande paradoxo muito grande entre os que de facto têm e os que nada têm.

O pobre urbano difere muito do outro pobre?

Há uma diferença abismal entre aquilo que nós chamaríamos o pobre urbano e o pobre rural. Alguns dos indicadores do pobre urbano têm a ver com o meio em que vive. Normalmente, os pobres das zonas urbanas vivem em bairros muito congestionados. Vivem em zonas com habitação precária, com difícil acesso devido ao fraco saneamento e com acesso à água potável deficitária. E também com outros problemas como a prostituição. Essas são algumas formas de manifestação da pobreza urbana, que difere um bocadinho da pobreza rural, onde às vezes a interação entre as pessoas que vivem nas mesmas comunidades é mais distante. Às vezes é muito difícil termos que falar de forma específica sobre as formas de manifestação da pobreza naquelas zonas, porque vivem essencialmente da agricultura. Por isso, é que o novo paradigma mundial hoje para se combater a pobreza está nos desafios que nos são apresentados nas zonas urbanas, porque a população mundial está a tornar - se cada vez mais urbana. Estamos a ver que as zonas rurais e as nossas aldeias estão a ficar cada vez mais vazias. As pessoas estão a refugiar -se nas zonas urbanas. E Luanda é um caso bem visível disso. Pensava-se que depois da guerra as pessoas voltassem para as suas zonas de origem, mas não voltaram por uma razão muito simples: existe um fenómeno de urbanização do mundo. E essa urbanização é mais visível nos países em desenvolvimento, principalmente da África subsariana. Luanda é uma das cidades que mais cresceu em termos de densidade populacional a nível do continente africano. Actualmente, Luanda está a crescer com uma taxa de aproximadamente sete por cento ao ano. Isso quer dizer que em 12 anos a população de Luanda, que neste momento é cifrada em quase 6.5, de acordo com o último censo, poderá estar em 13 milhões de habitantes em 2028.

Treze milhões de habitantes para uma cidade com graves problemas de distribuição de água, porque vemos que muitos projectos foram implementados, inclusive muitas estações de tratamento de água e de energia construídas, mas parece que o défice ou abastecimento de água continua a ser deficitário. Como é que vai ser se não mudarmos agora a forma de fazer as coisas?

É por isso que um dia dissestes que se não houver mudança nos musseques não se poderá combater a pobreza?

Exactamente.

Como é que se pode inverter o ritmo de aceleração do surgimento dos musseques?

Primeiro, é importante dizer que há um trabalho interessante que está a ser feito em termos de políticas e princípios. Vai mais ou menos em linha com o processo de requalificação urbana do Cazenga e Sambizanga e também um bocadinho o Rangel que o Gabinete de Requalificação Urbana do Cazenga e Sambizanga, que é acho ser interessante pelo facto de procurarem no máximo realizar o processo de uma forma participativa. Envolvendo as comunidades e irem perguntando, inteirar-se para saber quais são os anseios da comunidade.

Acho que este princípio de promover-se a participação e a inclusão é o que tem faltado no nosso país, para que as intervenções de melhoramento das condições de vida das populações pudessem ser eficientes. Digo isso porque temos uma cultura de implementar projectos paternalistas. Explico-me: paternalistas talvez devido à maneira como as intervenções são muito politizadas. Em todas as intervenções queremos colocar um rótulo partidário, político e acabamos por perder essa essência que é promover-se a apropriação. Se as pessoas não se apropriam das intervenções, elas vão continuar a considerar que esta é uma intervenção do Governo ou do partido A ou B. É uma contra indicação para os esforços de combate à pobreza. A população tem que se apropriar porque não temos tantos recursos no país para alguém dar -se ao luxo de querer implementar os projectos de uma forma paternalista.

Em que ele diz que «eu estou a fazer, nós estamos a fazer ou a vos ajudar». Não, a essência do desenvolvimento hoje em dia é eu com os meus recursos e financiamentos vou trabalhar Com os beneficiários, eles devem apropriar-se e juntos vamos levar a cabo o processo de desenvolvimento. Se assim não for, vamos continuar a gastar milhões e milhões de dólares ou de Kuanzas e continuaremos a ter um défice habitacional, de abastecimento de água e no provimento de outros serviços que são essenciais para a vida humana.

Porque acha que um país como Angola, que saiu há 13 anos de um longo período de guerra, não deveria enveredar para alguns projectos que consideras megalómanos?

De facto, compreendemos que logo depois do alcance da paz houve a necessidade. Primeiro, porque temos um país que vinha governando o país desde a independência. Logo havia uma necessidade de mostrar aos cidadãos e à própria oposição que consegue governar e mudar as condições de vida em que as populações viviam naquele momento. Foi ali que apareceu o slogan «um milhão de casa», «um milhão e qualquer coisa posto de trabalho» e que iríamos transformar Angola para que a médio e longo prazo se igualasse a um Brasil ou a uma África do Sul. A verdade, realisticamente falando, todos nós sabíamos que não tínhamos condições para tal. A megalomania dos nossos projectos acho que tem sido o nosso calcanhar da Aquiles para o alcance eficiente das intervenções que tem sido levado a cabo até este momento.

Portanto, decidimos implementar muitos projectos gigantescos ao mesmo tempo e muitas destas intervenções não obedeceram àquilo que nós em desenvolvimento chamamos como de princípios básicos de desenvolvimento comunitário. Vou explicar: o primeiro princípio é a satisfação das necessidades abstractas. O que é isso? É verdade que alguém quando olha para um pobre facilmente pode notar que essa pessoa precisa de água, comida ou vestuário. Você muitas das vezes quer dar água ou roupa para que ele possa matar a sede ou cobrir-se. Para além das necessidades humanas abstractas, existem outras que essa pessoa precisa que é exactamente a auto-estima. Para essa pessoa sentir-se em poderada.

Quando as necessidades humanas são satisfeitas, que é exactamente através da transmissão se conhecimentos e criar um sentimento de orgulho nesta pessoa, logo vem um outro processo que é o da participação. A pessoa precisa participar no processo, ser envolvida. Não só na consulta, mas é mesmo ela participando. Quando ela participa vem o terceiro processo, que é a aprendizagem. Quando você participa de um processo vai aprender. Muitas das intervenções a nível do país têm sido que as pessoas vêm e implementam. De um dia para o outro acordas e vêes que na tua rua estão a descarregar material de construção. No outro dia vais ver a alisarem a estrada e você não entende nada do que se está a fazer. Logo, perde-se essa grande componente que é a participação e depois a aprendizagem. Porque quando as pessoas participam, elas aprendem. E quando aprendem vão apropriar-se, vão dizer que isso é nosso.

Quais são os projectos gigantescos que não considera prioritários?

Talvez o ponto não seja dizer que não tenham sido prioritários. O nosso país tem vários problemas, praticamente falta-nos tudo, mas algumas destas intervenções deveriam ser mais participativas possíveis. Será que nós não precisávamos de estradas? Precisávamos, sim. Mas quantos angolanos participaram do processo de reabilitação de estradas no nosso país? Quantos participaram em muitos destes grandes projectos de infraestruturas que vemos espalhados pelo nosso país? Por exemplo, sei que a cidade do Kilamba foi construída numa fase em que havia uma grande pressão sobre o Executivo, por parte da população, para se poder dar resposta ao défice habitacional que o país vivia. Salvo erro, quase 70 por cento dos funcionários que trabalhavam no Kilamba eram estrangeiros.

Soube agora que na fase 2 e 3 já se está a inverter o quadro para 50 ou 60 por cento dos trabalhadores angolanos.

Agora, se tivermos um número tão elevado de estrangeiros trabalhando no Kilamba, que é de facto o maior projecto imobiliário que tivemos no país, se falarmos de outras como estradas e outras infraestruturas onde teve pouco envolvimento de angolanos, está a querer dizer que perdemos uma grande oportunidade para que os angolanos aprendessem ao trabalharem nestes projectos. O quadro de expatriados chineses ou de que país forem, normalmente regressam aos seus países. E onde estão os angolanos que aprenderam nestes projectos para que depois possam levar a cabo projectos do género, quando estes estrangeiros já não cá estiverem? Muita gente pensa que quando olha para estes prédios que temos na baixa da cidade' todos sabemos que foram construídos pelos portugueses que depois se foram embora, mas a verdade é que muitos dos que lá trabalharam como operários eram angolanos. Os engenheiros é que eram portugueses. No tempo colonial, os que levavam a cabo este processo de tapa buracos nos bairros eram todos angolanos. Até faziam-nos com materiais que podemos chamar rudimentares, mas com eficiência.

Portanto, tínhamos estes técnicos que faziam este trabalho. Mas não podemos voltar a cometer os mesmos erros que cometíamos na mesma altura em que tínhamos poucos recursos humanos. Hoje devemos nos preocupar com o capital humano, porque parte da crise económica que estamos a viver é exactamente derivado do facto de o país estar 'sempre a pagar facturas muito elevadas para assistência técnica externas. Nós continuamos a ter necessidade de ter muitos expatriados cá para fazerem trabalhos que se calhar os angolanos já fazem. E se não o fazem com eficiência, alguém deveria dar a mão à palmatória

porque não fez o seu trabalho como devia ser. Temos que ter angolanos com capacidade para irem tomando conta destes sectores, porque não se admite que os vários sectores do país ou empresas, que não são muitas, diga-se de passagem, mensalmente tenham que pagar facturas muito altas para assistência técnica externa. Portanto, se não criarmos esse processo de aprendizagem ou de o angolano empoderar-se, falo de angolanos nos vários níveis, vamos continuar a ter problemas.

Porque as poucas divisas que temos vão continuar a servir para pagar as facturas de assistência técnica externa e serviços que já devíamos ter a funcionar no nosso país.

Em 2013, numa das conferências da sociedade civil, disseste que não acreditavas que em Angola fosse diminuir para metade até 2015 o número de angolanos que vivem com menos de um dólar por dia. Concretizou-se este vaticínio?

Isso é interessante. Na verdade, até pouco tempo, as Nações Unidas através de oito indicadores para as metas de desenvolvimento do milénio, defendia que havia necessidade de reduzir para a metade o número de pessoas que viviam com menos de um dólar por dia. Eu acredito que o indicador de um dólar por dia não se aplica para a nossa realidade. Não é válido. Um dólar seria 130 kwanzas.

Para um cidadão de Luanda ou de outras zonas rurais não serve para a pessoa alimentar-se. Portanto, este indicador de um dólar ou mesmo dois não se aplica. Para podermos classificar se alguém está numa situação satisfatória, eu diria que deveria ter pelo menos entre três a quatro dólares por dia. O que seria entre 350 a 400 Kwanzas por dia. Deixa-me dizer que, por exemplo, as pessoas pobres em Luanda gastam muito mais com a água do que muitas outras despesas que têm mensalmente. Se for uma família, como sabemos que o número médio em Angola é de seis membros, no caso o pai, a mãe e quatro filhos, eles precisariam pelos menos entre quatro a cinco bidões de 20 litros por dia. O que já seria a desenrascar. Em alguns bairros cada bidão custa 100 Kwanzas. Neste caso, estamos a falar de 500 Kwanzas por dia. 500 por dia vezes sete dias por semana são 3500 Kwanzas. Num mês são aproximadamente 14 ou 15 mil Kwanzas. É um valor muito alto para uma família que tem que pagar propinas dos filhos, assistência médica e alimentação. Enquanto que as pessoas que têm água da EPAL às vezes gastam mensalmente para pagar a factura de água. E se pagam! Porque muitos nem sequer o fazem. Então, estamos a dizer que os pobres acabam por pagar mais pelos serviços que deveriam ser disponibilizados a preços baixos do que aquelas

peças que estão em melhores condições de vida. Estou a falar de água como poderia mencionar a energia eléctrica. Em muitas zonas periurbanas a energia eléctrica é dada de uma forma inconstante.

As pessoas acabam muitas vezes por comprar geradores, têm que abastecer e se tiver que gastar três ou quatro litros de combustível por dia já são 500 Kwanzas ou mais.

Mas não se conseguiu reduzir o número de pessoas que vivem com menos de um dólar por dia?

Eu acho que se for em relação a um dólar por dia, diria que os gastos dos angolanos foram sempre acima. Mas: mesmo dois ou três dólares por dia, continua a ser pobre naquela linha que as Nações Unidas definem pelas razões que apresentei. Angola é um país extremamente caro. Só de alimentação, dos vários países que já visitei aqui na região, não conheço um que seja tão cara como no nosso país. A alimentação é muito cara. E a maioria das famílias, acredito que vocês também têm experiência para falar sobre isso, gasta -se mais com a alimentação do que com outras despesas. O que não faz sentido. Portanto, acho que continuamos muito mal e precisamos de criar indicadores próprios de acordo à nossa realidade.

Se pegarmos indicadores das Nações Unidas de um dólar por dia, poderemos dizer que já ultrapassamos isso e estamos muito bem.

Temos trabalhado com indicadores errados?

Sim. Os indicadores das Nações Unidas não se aplicam para nós. Poderíamos trabalhar com indicadores de três a quatro dólares por dia.

Dizer que apenas 36,6 por cento de angolanos continuam a viver em condições de pobreza, segundo os dados do Inquérito sobre o Bem Estar da População (BEP), divulgados há cinco anos, é real?

Eu sempre defendi que não. Como é que podemos dizer que 36,6 por cento de angolanos, quando sabemos que embora a taxa de desemprego em Angola esteja nos 26 por cento. Mas isso é discutível. 26 por cento em relação à população economicamente activa ou ao número total da população angolana? Porque, realisticamente falando, a nossa economia tem estado a produzir poucos empregos.

Sempre dissemos que essa tentativa ou discurso do Governo quer transformar o sector informal para formal não é a abordagem mais certa. Angola precisa do sector informal. O nosso Governo precisa de criar mecanismos para regular o sector informal. Criar

formas para que aquelas pessoas que vivem do sector informal possam de facto fazê-lo de uma forma regrada, sem a perseguição dos fiscais e que possam contribuir para a economia.

Agora, se nos dissermos que a taxa de desemprego inclui estes que vivem do sector informal, aí concordaria. Se e: disséssemos 26 por cento sem contar com estes, não seria real, porque a maioria da população economicamente activa em Angola vive do sector informal.

Quais são os dados dos últimos dois anos sobre a pobreza em Angola, tendo em conta que estamos a viver uma crise que muitos já consideram sem precedentes?

Na verdade, o angolano foi sempre de se desenrascar e as pessoas nunca se contentaram em ficar à espera da ajuda do Governo ou de seja lá quem for, Para além daquilo que vivemos durante o período da guerra com a ajuda do Programa Alimentar Mundial (PAM) e por aí fora. A taxa de natalidade em Angola é muito alta.

Temos jovens que atingem a maioridade todos os anos e muitos deles não conseguem emprego, por conseguinte muitos arranjam compromissos cedo e nasce mais uma criança. Se andarmos por estes bairros periféricos' um dos indicadores que nos vai saltar à vista é o número de crianças; que ficam desamparadas a correr.

Crianças que deviam estar numa creche ou sob cuidados de um adulto para explorar -lhes a energia que têm.

Portanto, diria que nós temos tido avanços, mas com um défice muito grande. É aquilo que chamaria em linguagem popular que estamos a acumular sempre aquilo que é o défice dos assuntos não ou mal resolvidos. É o caso do lixo. Luanda produz tantas toneladas de lixo por dia.

Estima-se que o número de toneladas produzidas seja superior à capacidade das operadoras de limpeza. por conseguinte, temos uma cidade suja, o lixo acumula-se sempre e ninguém consegue recolher.

Angola tem condições para ser verdadeiramente um país de rendimento médio?

É uma pergunta interessante.

Quando me deparo com estas notícias que muitos organismos de rating e outras mundiais atribuem para Angola, pergunto-me se o fazem para aparecerem bem perante o Executivo ou se o fazem de uma forma responsável? Se for relativamente aos

rendimentos ou àquilo que produzimos, ou ao que o nosso Produto Interno Bruto (PIE) representa, eu diria que sim.

Mas se for pelo que é o impacto destes rendimentos na vida dos angolanos, eu diria que não. Seria uma grande ilusão. Nós não estamos, porque ainda temos um longo caminho para andar e dizermos de facto que as coisas estão ali. E um dos elementos que foquei acima é o acesso aos serviços básicos, principalmente o preço dos alimentos quando o rendimento no país ainda

I.4 Fitch corta rating de Angola para quarto nível de lixo

Jornal República

02 De Outubro de 2015

Texto: Nuno Carregueiro

A forte queda nos preços do petróleo levou a agência de notação a descer o "rating" de Angola para "B+". A resposta do Governo aos efeitos negativos da crise petrolífera impediu uma revisão mais acentuada. A Fitch reviu em baixa a notação financeira de Angola de 'BB-' para 'B+', num corte de um nível que traduz os efeitos que a baixa cotação do petróleo tem na economia deste país africano.

O "Outlook" é estável devido às medidas aprovadas pelo Governo liderado por José Eduardo dos Santos para responder aos efeitos negativos da baixa cotação da matéria-prima.

"A dependência de Angola dos hidrocarbonetos deixa o país exposto à forte queda nos preços do petróleo, o que resultou na subida da dívida pública, queda das reservas e um crescimento mais fraco", refere o relatório da Fitch divulgado.

Pela positiva, a agência destaca a resposta atempada do Governo aos efeitos negativos, incluindo uma política monetária mais apertada, medidas orçamentais e desvalorização cambial. O que permitiu limitar o corte do "rating".

As estimativas da Fitch apontam para a dívida pública de Angola supere os 40% do PIB este ano, contra 23,1 % do PIB, um nível reduzido que representa uma "significativa almofada orçamental" para o rating actual.

A agência antecipa que Angola passe a registar um défice de conta corrente este ano equivalente a 7,7%

do PIB. O défice orçamental deverá ficar em 4% do PIB.

Quanto ao crescimento, a Fitch espera que o PIB aumente 3%, o que se situa abaixo da previsão de 4,4%.

I.5 «O executivo deve rever as políticas de combate a pobreza e fome»

Semanário Angolense

2 De Outubro de 2015

Autor: Baldino Miranda

A Economista Navita Ngolo disse que o país está longe de atingir os objectivos de desenvolvimento do milénio, dada a realidade económica que se vive. O combate à pobreza e fome não tem políticas adequadas e por esta razão, o Executivo não tem conseguido erradicar imediatamente a fome e a pobreza.

«Gostaria, antes de qualquer coisa, entrar para um capítulo conceitual do próprio termo pobreza que muitas vezes as pessoas fazem confusão. Em alguns momentos o erro começa na forma como tanto a sociedade e os decisores do poder económico encaram o próprio fenómeno», principiou.

De acordo com a economista, deve-se olhar para a pobreza não do tipo ou de forma subjectiva, olhar para aquilo que as pessoas possuem, é preciso olhar para aquilo que está nas mãos da população se de facto é suficiente ou capaz de satisfazer a necessidades fundamentais das famílias ou da sociedade.

«Uma pessoa pode dizer que ganha mil dólares e quem olha para ele pode dizer que este não é pobre, mas com os mil dólares o que é que consegue satisfazer? Isso implicaria olhar para o meio em que vive, para a sociedade em que se insere. Com mil dólares consegue atender as necessidades básicas e fundamentais do cidadão, vestuário, consegue pagar a escola, consegue aceder os serviços de saúde, de educação e restar-lhe tempo para o Lazer?», questionou, advertindo que o ser humano deve ser visto nesta vertente o que ganha e possui tem de lhe permitir satisfazer as necessidades fundamentais da sua pessoa e também da sua família.

Neste âmbito, disse, que a situação da pobreza no país é grave pois a maior parte da população é pobre porque vivem abaixo do limiar da pobreza. O limiar da pobreza, adiantou, é aquela fase em que o

rendimento que a pessoa possui na mão não consegue alimentar-se e em Angola há cidadãos que vivem com menos de um dólar dia.

«Estes estão abaixo do limiar da pobreza pois na linha do limiar da pobreza o cidadão consegue comer, vestir-se no mínimo. Hoje podemos dizer que há. Ainda cidadãos, cerca de 70% que é pobre. O que quer dizer que políticas consentâneas devem ser adoptadas para mudar o quadro. Mas também eu olho para outra realidade que é a estrutura económica de Angola, a estrutura complica ainda mais aquilo que deve ser o acudir da situação da pobreza, porque é fundamentalmente dependente do petróleo».

Não é de todo um dado novo mas a economista recordou que setenta e cinco por cento da estrutura económica de Angola depende do petróleo. Nesta fase crítica da nossa vida social, cada cidadão angolano sabe o que está de facto a viver, por causa da descida do preço desde Junho de 2014, o que quer dizer que para além daquilo que já é a situação real em que um pequeno grupo de angolanos que tem um bocadinho mais de acesso à riqueza, ao petróleo, é abastada, até o supérfluo consegue viver com o que é necessário, a situação estabelece um contraste muito grande com aqueles que não têm nada, «Aumenta-se neste afã, mais uma vez a questão da estrutura económica. Bastou o preço do petróleo descer no mercado internacional, já não depende da política económica angolana deixando todo país de patas para o ar, os projectos do executivo naquilo que é o plano de investimento público acabaram por ser cortados por 50%, ali vamos encontrar também os planos que estavam destinados para a redução da pobreza que ficam prejudicados».

Projectos falidos

A especialista em ciências económicas recordou que o projecto implementado como o Papagro, Angola investe, há agora a questão da merenda escolar, os BUEs são medidas paliativas. Considerando-as de medidas paliativas por acudirem simplesmente as consequências, é preciso que se criem medidas para se acudir as causas.

Segundo Navita Ngolo, as políticas de combate à pobreza e fome devem ser reestruturadas a começar pela própria estrutura económica do país. É preciso que o Executivo crie políticas que se divorciem da dependência quase que total do petróleo, o que passaria por projectos que priorizassem a agricultura.

«Que tipo de agricultura afinal? Sobretudo agricultura familiar, porque o sector agrícola é fundamental para o desenvolvimento de qualquer país. O Executivo descobriu isso mas quando aconteceu que era

necessário a agricultura, é preciso criar fazendas agrícolas, cooperativas agrícolas, os donos das fazendas, alguns ministros, os governadores tornaram-se eles os fazendeiros e suas famílias», criticou, ao apontar que desta forma não muda qualquer estrutura porque essas fazendas nem sempre produzem aquilo que deva satisfazer as necessidades de outras populações, até porque muitas delas estão destinadas ao lazer que é bastante normal para eles, mas como as famílias no meio rural é que dependem 100% dos produtos do campo, a via para começar a traçar o combate à pobreza é investir na agricultura familiar porque ela é tão importante e deve ser subsidiária.

«É preciso apoiar os agricultores com créditos agrícolas, tecnicamente e é preciso que ao nível da educação possam incluir nos currículos cursos técnicos para agricultores, que podem ajudar as famílias a fazer uma agricultura direccionada com o mercado e que possa dar um rendimento no tempo adequado também para a comercialização no próprio meio rural que acaba potenciando as famílias criando pequenos empresários agrícolas».

Vale dizer que entre os agricultores tradicionais com aquilo que é agricultura mecanizada é preciso criar um grupo intermediário porque vê-se por exemplo que a família consegue cultivar com os custos a que são submetidos mas muitas delas não consegue ainda escoar os produtos para as zonas urbanas.

Quanto ao cumprimento dos programas de desenvolvimento do milénio disse que agora ficou mais claro que ainda se está a quem daquilo que são os objectivos de desenvolvimento do milénio porque se olharmos naquilo que é o indicador de desenvolvimento no que diz respeito a pobreza é o índice de desenvolvimento humano.

«Se olharmos para este indicador, Angola ainda faz parte do último pelotão dos 24 países de um batalhão de 164 países em termos de desenvolvimento humano. E o mais caricato é que na altura em que o preço do petróleo estava alto ainda caímos. A pobreza deve ser vista em várias vertentes. Hoje há angolanos que pensam que só por terem um gerador já não são pobres. Só tem gerador porque o sistema normal de abastecimento de energia não é capaz de satisfazer as populações. Há incapacidades e o sinal de existência de geradores nos bairros é sinal autêntico de pobreza», concluiu.

1.6 Tudo a disparar no mercado

Jornal a capital

3 De Outubro de 2015

Os preços dos bens e serviços no mercado de Luanda continuam a subir em espiral. Nos últimos meses, o consumidor enfrenta sérios problemas para manter o seu nível de vida, levando muitos a contrair dívidas altas sem perspectivas de as pagar.

Uma visita efectuada por este jornal a alguns estabelecimentos comerciais permitiu constatar que as pessoas têm comprado menos quantidade de bens do que era possível até há pouco tempo.

Na Assalame, por exemplo, um minimercado situado ao Nelito Soares, o gerente fez saber que aquele espaço comercial tem cada vez menos clientes, e os que ainda aí se abastecem fazem-no, agora, em quantidades mais reduzidas.

Ou seja, se até há quatro meses as pessoas compravam os frescos em caixas, hoje, preferem fazê-lo por unidades.

"Esta tem sido a tendência", desabafou Shamora Thai.

E o gestor não culpabiliza os clientes, uma vez que ele, pessoalmente, vive na pele os efeitos do custo de vida.

Enquanto agente comercial, Shamora disse que não tem sofrido menos que os consumidores, porque tem enfrentado inúmeras dificuldades ha hora de importar.

"O mercado está muito agressivo desde que o preço do petróleo baixou", lamentou.

E as consequências da depreciação do preço daquilo que é o principal produto de exportação angolana não deixam de recair sobre os consumidores. Segundo Cleonice André, a situação está de tal modo apertada que, com a perda do poder de compras, viu-se obrigada a reeducar o seu estilo de vida.

"Gostava de comprar tudo em caixa", manifestou Cleonice que, em função da actual alta de preço, diz recorrer a um novo artifício. "Hoje, para conseguir tenho que procurar por uma sócia", revelou, indicando isso como uma modalidade que nos últimos tempos que os consumidores praticam para diminuir o peso dos preços.

Por exemplo, a caixa de coxas de frango hoje custa 6 mil e 800 kwanzas, pelo que, ao ser adquirida em sociedade, as partes têm a vantagem de pagar apenas 3 mil e 400 kwanzas.

"Desta forma, levamos menos para casa mas, por outro lado, também economizamos", explicou.

A reclamação do aumento dos preços incide, principalmente sobre os produtos de primeira necessidade, algo que deixa ainda mais apreensivos os trabalhadores. Eles se queixam, nomeadamente, do facto de alguns produtos registarem aumento do preço desde que, no princípio do ano, foi anunciada uma redução dos subsídios aos combustíveis.

Apontam, por outro lado, a escassez de divisas, como uma outra causa do actual nível de inflação.

Seja quais forem as razões, facto é que os produtos mais consumidos têm os seus preços cada vez mais altos nós últimos meses.

O pão, por exemplo, é um dos indicadores disso, tendo o seu preço registado uma variação assinalável. Há dois meses, as padarias comercializavam três pequenas unidades do pão carcaça por 50 kwanzas. Hoje, porém, uma unidade do mesmo produto já custa 30 kwanzas.

Os proprietários de panificadoras, entretanto, defendem-se dizendo não terem alterado o preço dessa bem de primeira necessidade de forma arbitrária. Tal aumento, segundo explicaram, deveu-se a uma subida do preço, ao nível do mercado nacional, da farinha de trigo e do ovo, principais matérias-primas usadas na confecção do pão. A equação é simples, segundo afiançaram. "Temos que tirar os lucros das nossas actividades comerciais", justificou o empresário Jorge Eurico.

Ele que é gerente da panificadora

Isto quer dizer que, contrariamente ao que tem sido uma tradição, o Estado, por meio da Função Pública, não dispõe de condições financeiras para suportar os encargos financeiros decorrentes da quadra festiva, com os habituais 'mimos', que se tomaram uma quase marca registada do funcionalismo público.

"Este ano estamos a aconselhar os gestores a não darem cabazes porque a situação económica dos pais é menos boa, mas talvez um bónus para pagar o trabalhador, para também estimular o trabalhador", aconselhou a ministra Rosa Pacavira.

Isto quer dizer que o privilégio será para poucos, sobretudo para quem dispõe de condições financeiras para arcar com os gastos inerentes! OS custos dos cabazes. Como já acontece há alguns anos, o resto deverá contentar-se com o que é básico, um exercício que também se revela hercúleo nos dias que correm, em função da vertiginosa subida dos preços de produtos básicos.

Roendo e soprando, Rosa Pacavira garantiu, entretanto, que em relação ao abastecimento do mercado, as condições estão de alguma forma garantidas: "o país tem stock suficiente de produtos para abastecer o mercado, incluindo a quadra festiva. "Temos a situação toda controlada, não haverá rotura de stock, Neste momento estamos a fazer o pagamento a alguns importadores que tinham alguns atrasos, ao mesmo tempo que estamos a trabalhar com os bancos comerciais", revelou, salientando a criação de uma comissão de gestão que está a trabalhar 24 horas para o efeito.

"Temos neste momento armazéns com stock de mercadoria em Angola que se encontram fechados, apenas à espera que se faça o pagamento", acrescentou.

A posição da ministra do Comércio não traz absolutamente nada de novo, a julgar pelos últimos pronunciamentos dos dignitários angolanos. Ela surge depois que recentemente o Fundo Monetário Internacional (FMI) recomendou ao governo angolano um melhor ajustamento da massa salarial no sector público em função do novo cenário económico.

Para o FIM a subida dos salários deve estar directamente alinhada com aumentos de produtividade e evitar aumentos salariais automáticos. "Há que repensar todo o gasto, não apenas o gasto salarial, mas também como melhorar a eficiência do gasto com o investimento em bens e serviços", sugeriu o coordenador da missão do FMI em Angola, Ricardo Velloso.

1.7 Luanda com crescimento acelerado

Jornal de Angola

04 De Outubro de 2015

Texto: Mazarino Da Cunha

Luanda é a cidade com a maior taxa de crescimento populacional em África e pode atingir em 2030 nove milhões de habitantes. A Informação sobre o elevado

ritmo de crescimento demográfico foi revelada durante um seminário promovido pela Embaixada da Suécia em Angola.

O director da organização não governamental Development Workshop, Allan Cain, na apresentação sobre "os mercados informais, meio ambiente e redução da pobreza urbana", disse que face a esse crescimento acelerado "é necessária uma participação conjunta entre o Executivo e as comunidades".

Allan Cain apontou como solução a construção de infra-estruturas duradouras, acesso a água potável, melhoria do saneamento e a transformação do meio ambiente em espaços verdes. "Essa atitude conjunta aumentaria o bem-estar das populações em Luanda", sublinhou.

"É necessário produzir infra-estruturas adequadas", disse, ao mesmo tempo que defendeu a criação de "ambiente verde".

O director da Development Workshop, organização não governamental que participa em vários projectos sociais, empresariais e de tecnologias de informação em Angola há 35 anos, disse ser importante "apoiar as estratégias de descentralização do Executivo para o desenvolvimento dos municípios de Luanda". Sobre o comércio informal nas ruas e à porta de casa, Allan Cain disse que 63 por cento é praticado por mulheres, que na sua maioria vendem produtos agrícolas nacionais.

O bem-estar das populações, acrescentou, não se mede pelo dinheiro que as pessoas têm no bolso, mas pela criatividade em mudar o modo de vida.

O seminário juntou jovens com o objectivo de discutir e propor ideias para resolver os problemas que afectam a cidade de Luanda.

A embaixadora da Suécia, Lena Sundh, realçou a importância do encontro e disse que há um desafio global para dar sustentabilidade à vida urbana. Luanda, acrescentou, não é a única cidade com problemas de lixo e elevada densidade populacional. "Mais do que isso, é preciso tempo para dar solução aos graves problemas que a cidade de Luanda enfrenta hoje", afirmou a embaixadora da Suécia.

I.8 Mo Ibrahim: Angola melhora em baixa

Jornal O PAÍS

9 De Outubro de 2015

Angola melhorou marginalmente a avaliação no Índice Mo Ibrahim de Boa Governação Africana 2015, mas mantém -se abaixo da média do continente e desceu para a 44.ª posição num total de 54 países.

De acordo com o relatório deste ano, produzido com base em dados de 2014, citado pela Lusa, a governação em Angola recolheu uma pontuação de 40,8 numa escala de 100, mais 0,1 do que no ano passado.

Este valor é inferior à média dos restantes países africanos (50,1) e à média regional da África Austral (58,9). Duas categorias registaram melhorias: Participação e Direitos Humanos e Desenvolvimento Humano, para as quais contribuíram progressos nas subcategorias de Participação política, Igualdade de Género, Educação e Saúde.

Porém, Angola registou um retrocesso na categoria de Oportunidades Económicas Sustentáveis para 31,6, que é também a área em que tem pior desempenho no geral da avaliação.

O Índice notou recuos nas subcategorias de Estado de Direito, Segurança Pessoal, Direitos cívicos, Administração Pública, Ambiente de Negócios, Infra-estruturas e Bem-Estar. No ano passado, Angola tinha ascendido uma posição para 40.º lugar na lista de 52 países e tinha sido um dos países destacados no IIAG 2014 como uma das melhores evoluções positivas nos últimos anos.

I.9 Não produzimos riqueza mas produzimos... ricos

Jornal Folha8

10 De Outubro de 2015

Luanda tem 4.900 milionários. Em África existem 163 mil. Segundo a AfrAsia Bank New World Wealth Report, as fortunas dos milionários luandenses valem 3% do total do continente africano. Sabe-se também que o número de milionários em Angola subiu 68% entre 2007 e 2013, situando-se o ano passado nos 6400.

O estudo da AfrAsia Bank New World Wealth Report, que considera milionário quem tem uma fortuna superior a um milhão de dólares, indica que Luanda está em sexto lugar na lista das 28 cidades, onde vivem mais de 500 milionários. Numa projecção para os próximos 10 anos, Luanda será a sétima cidade com maior crescimento de milionários, cerca de 41%, devendo ter, na altura, 6.900 pessoas com mais de um milhão de dólares.

O ranking de 2015 é encabeçado por Joanesburgo, na África do Sul, com 23.400 milionários, seguida de Cairo, no Egipto (10.200), Lagos, Nigéria (9.100), Cidade do Cabo, igualmente na África do Sul (8.900), e Nairobi, no Quênia (6.200).

A capital do Gana, Acra, que em Junho passado tinha 2.300 milionários, é a cidade onde as fortunas crescem mais rapidamente. O número de milionários em Angola subiu 68% entre 2007 e 2013, situando-se em 2014 nos 6400, agora de acordo com os dados da consultora New World Wealth.

De acordo com os dados, havia 3.800 cidadãos angolanos com um valor líquido superior a um milhão de dólares em bens (728.500 euros), nos quais se exclui o valor da residência oficial.

Neste período entre 2007 e Setembro de 2013, a subida percentual de Angola (68%) só foi ultrapassada pela da Etiópia, cujo número de milionários mais que duplicou em seis anos: de 1.300 para 2.700, segundo os dados desta consultora baseada em Oxford, Reino Unido, e com uma representação em Joanesburgo, na África do Sul.

Se Angola está em segundo lugar na curva de crescimento percentual relativa ao número de milionários, em termos absolutos também aparece no top tem africano, ficando em sexto lugar, atrás da África do Sul (48.700 milionários), Egipto (22.800), Nigéria (15.700), Quênia (8.300) e Tunísia (6.400). Segundo as previsões da consultora NWW, em 2030 Angola passará para o quinto lugar da lista de milionários em África, subindo 144% para os 15.600, e ficando atrás da África do Sul, que mantém a liderança da lista, e da Nigéria, Egipto e Quênia, ultrapassando, assim, a Tunísia.

Os dados complementam a informação pública da Bloomberg, que afirmava que o homem mais rico de África, Aliko Dangote, é nigeriano e tem activos no valor de 22 mil milhões de dólares.

"Estamos a prever que a Nigéria, o Gana e o Quênia sejam os maiores condutores no crescimento do negócio da gestão de riquezas em África", disse Andrew Amoils, um analista do escritório de Joanesburgo da NWW, acrescentando que esses países "já têm sectores bancários relativamente bem desenvolvidos, portanto o passo para a banca privada [atendimento específico a clientes abastados] é um movimento lógico". O relatório da consultora britânica não apanhou de surpresa os principais bancos que investem na gestão de fortunas, como o Barclays, o HSBC Holdings ou o UBS, o maior do mundo, que já tinha afirmado no mês passado que a Nigéria e Angola são as prioridades do banco na aposta na captação de novos clientes milionários.

I.10 O que diz a constituição da república sobre os direitos económicos e sociais dos cidadãos?

Jornal Expansão
02 De Outubro de 2015

Os direitos humanos são, ou não, respeitados em Angola?

O relatório da eurodeputada Ana Gomes e a moção de condenação do Parlamento Europeu sobre a violação de alguns direitos humanos internacionalmente aceites e também consagrados na nossa Lei Fundamental originou um coro de protestos seguido de debates televisivos e radiofónicos sobre esta matéria. Não pretendo avolumar a discussão sobre o desrespeito de direitos fundamentais como o de manifestação e protesto público, pois, para mim, é no mínimo estranho que só quem apoia o Governo e o MPLA se possa manifestar. Mais nenhuma outra organização da sociedade civil consegue cumprir os requisitos legalmente estabelecidos para que os órgãos policiais e de segurança considerem estar reunidas as condições para que livremente e ordeiramente protesto se efective.

O propósito desta reflexão é ver se os direitos humanos económicos e sociais estabelecidos na Constituição da República de Angola de 2010 estão a ser respeitados. Provavelmente, mais grave do que o desrespeito pelo direito à manifestação, ao protesto, à expressão pública de desacordos e críticas, seja a não satisfação de certos direitos económicos e sociais absolutamente fundamentais

para se poder construir uma sociedade mais inclusiva, igualitária e reconciliada.

O Artigo 21.º da Constituição da República consagra 17 tarefas fundamentais que o Estado deve, permanentemente, assegurar. O Estado, o Governo e Partido que politicamente o apoia. Entre elas:

1) "Promover a erradicação da pobreza." No relatório do Governo intitulado Objectivos de Desenvolvimento do Milénio - Relatório de Angola 2015 (de 13 de Agosto) reconhece-se que "pela avaliação realizada, duas (2) das vinte (20) metas apresentam uma probabilidade muito alta de serem alcançadas, onze (11) intermédia, três (3) intermédia/baixa e cinco (5) baixa". Entre as 11 metas com probabilidade intermédia de serem realizadas, encontra-se, justamente, a erradicação da pobreza. A participação dos 20% mais pobres no rendimento ou no consumo apresenta uma probabilidade ínfima de se realizar. Ou seja, reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a percentagem da população cujo rendimento médio é inferior a 1 USO por dia, em paridade do poder de compra, não foi conseguido.

Pelo IBEP (2008-2009), cerca de 60% da população tinha um rendimento médio diário inferior a 2 uso. E o acesso a um rendimento médio digno e compensador é um direito humano fundamental.

2) "Defender a democracia, assegurar e incentivar a participação democrática dos cidadãos e da sociedade civil na resolução dos problemas nacionais." É verdade que têm sido promovidas iniciativas visando a participação da sociedade civil na abordagem de alguns problemas, da juventude, do empresariado nacional, do empreendedorismo, etc. Mas, na sua maioria, são restritas aos cidadãos, empresários e empreendedores do MPLA (militantes, simpatizantes e amigos). Porém, o ponto essencial é: Angola é, de facto, uma democracia? Para uma parte dos angolanos não o é, por enquanto. Para o Relatório sobre a Democracia no Mundo da prestigiada revista *The Economist*, também não. O regime político de Angola é classificado como "autoritário" e a sua posição, entre 2011 e 2014, tem permanecido estável, ocupando o 133.º lugar, num total de 167 países.

Portanto, tem de se fazer muito mais para se garantir este direito fundamental - que também é um "bem público" - estabelecido na Constituição da República.

3) "Promover a melhoria sustentada dos índices de desenvolvimento humano dos angolanos."

O índice de Desenvolvimento Humano é o melhor e mais usado indicador de progresso das sociedades e

das economias. Foi pela primeira vez apresentado pelo PNUD, em 1980, e desde então todos os anos as Nações Unidas elaboram, apresentam e difundem o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano. A metodologia tem vindo, sucessivamente, a ser aperfeiçoada e o âmbito da sua cobertura também. O IDH é um índice compósito com três dimensões: o PIB por habitante, a esperança média de vida e o índice de educação. Portanto, um indicador completo sobre as condições de vida da população. Apesar de o seu valor ter melhorado nos últimos anos, Angola ainda faz parte do grupo de desenvolvimento humano baixo, com um valor de 0,526 em 2013 (149.ª posição entre 177 países). Mas se for retirado deste índice o rendimento por habitante (cujo valor aumenta sobretudo pela influência da exploração do petróleo), o valor do IDH de não rendimento (ou seja, apenas social) cai para 0,4791. Por outro lado, o Fundo Monetário Internacional, ao tratar da questão "traduzir o crescimento do RNB per capita num maior bem-estar?" refere expressamente que "com base na relação entre as dimensões de rendimento e de não-rendimento do IDH, seria de esperar que Angola tivesse um valor para a dimensão de não-rendimento igual a 0,67; porém, o seu valor é de 0,48, ou seja, um desnível de cerca de 40%". Em síntese, o direito a um desenvolvimento humano integral, previsto na Constituição, não está a ser garantido/respeitado pelo Estado.

O Artigo 76.º consagra o direito ao trabalho com um "direito e dever de todos". Ainda que não se disponham, publicamente, de dados sobre a taxa de desemprego, algumas estimativas apontam para um intervalo entre 20% e 25% da população economicamente activa, no mercado formal. Provavelmente, com a consideração da economia informal, onde o mercado de trabalho é extraordinariamente flexível, a taxa de desemprego pode baixar para 12-15%. Ainda assim, um elevado índice de desaproveitamento do mais importante factor de produção da economia -

o factor trabalho - e um impedimento sério ao acesso ao rendimento nacional. Correlacionado, está o salário. O capítulo 11I do Título 11 da Constituição da República, intitulado "Direitos e Deveres Económicos, Sociais e Culturais", é omissivo quanto ao direito de o trabalhador auferir um salário digno, adequado à sua produtividade e competência, mas igualmente ajustado à sua dignidade humana. A estrita economicidade da remuneração do trabalho deve ser calçada pelo direito à dignidade, de trabalhar e auferir uma justa remuneração. Segundo as Contas Nacionais, em 2012 - o INE ainda não actualizou para 2013 e 2014 - o salário médio mensal

nacional era de 37.000 Kz, equivalente, à taxa de câmbio desse ano, a cerca de 370 USO.

Evidentemente que não é um salário digno.

Acrescem as profundas desigualdades sectoriais e regionais (entre Luanda e o interior distam 15 vezes e entre a extracção de petróleo e a agricultura quase 70 vezes). O Governo tem, na verdade, promovido a formação e o aperfeiçoamento técnico e profissional de alguns trabalhadores, como meio para se auferirem salários mais elevados. Mas o mercado de trabalho ainda se encontra muito desestruturado e a nova (?) Lei Geral do Trabalho vai agravar a capacidade de se encontrar emprego e auferir um salário digno. A conclusão vai também no mesmo sentido das anteriores: o direito fundamental ao emprego e a um salário digno (que não é, evidentemente, o salário mínimo) não tem tido expressão prática na melhoria dos níveis de vida da população.

1.11 O que diz a constituição da República sobre os direitos económico e sociais dos cidadãos?

Jornal Expansão

16 De Outubro de 2015

Esta é a continuação do artigo publicado no dia 2 do corrente mês sobre o cumprimento de direitos básicos constitucionais de natureza económica e social. Também por aqui pode passar a possibilidade de se reforçarem alguns dos fundamentos económicos que asseguram um funcionamento mais eficiente do sistema económico nacional e uma incidência social mais alargada dos ganhos de produtividade e de rendimento. A linha de reflexão para estes dois artigos foi verificar se os preceitos constitucionais tinham reflexo positivo nos índices internacionais relacionados com os nossos direitos fundamentais.

O Título III - Organização Económica, Financeira e Fiscal -, nos seus artigos 89.º - Princípios Fundamentais - e 104.º - Orçamento Geral do Estado -, estabelece como princípios fundamentais, entre outros:

"Livre iniciativa económica e empresarial, a exercer nos termos da lei". Esta livre iniciativa pressupõe acesso completo à informação para a tomada de decisão, conhecimento das oportunidades de

negócios que a economia cria (incluindo-se o próprio Estado), igual acesso às fontes de financiamento do investimento privado e regulamentação estatal racional (que não induza distorções). Em Angola, o acesso à informação é assimétrico e o conhecimento das grandes oportunidades de negócio criadas pelo Estado (projectos públicos e fornecimento de bens e serviços) é restrito ao círculo político do partido do Governo. Estas queixas são recorrentes da maior parte dos agentes privados independentes (e provavelmente, os mais capazes). Em termos gerais, não existe liberdade económica em Angola, nas balizas estabelecidas na Constituição. O índice de Liberdade Económica! - que avalia o grau de liberdade económica de 178 economias, segundo quatro grupos de itens, como o Estado de Direito, a dimensão do Governo, a eficiência ao nível da regulação e a criação de novos negócios - coloca Angola na 158.ª posição em 2015, com uma pontuação de 47,9 pontos.

Segundo os níveis de liberdade económica estabelecidos pela 'Economic Freedom of the World', Angola é considerada um país "repressor", ou seja, o direito a fazerem-se negócios de uma forma livre e transparente está fortemente condicionado entre nós.

A liberdade económica também pode ser analisada através do 'Doing Business' do Banco Mundial, publicação sistematicamente alvo de críticas oficiais, quanto à sua credibilidade, mas de utilização crescente no mundo dos negócios. E a posição do nosso País tem permanente piorado de ano para ano, a despeito de o Banco Mundial, em dois itens, reconhecer algumas melhorias ao longo do tempo. Em 2015, Angola ocupa a 181.ª posição, entre 189 países, o que significa considerá-la como uma economia que não favorece a liberdade de se fazerem negócios.

"A execução do Orçamento Geral do Estado obedece aos princípios da transparência e boa governação e é fiscalizada pela Assembleia Nacional e pelo Tribunal de Contas, em condições definidas por lei". Os cidadãos e as empresas são quem paga os impostos ao Estado e, por isso, têm o direito de exigir o que o artigo 104.º estabelece em matéria de transparência, boa governação e fiscalização. Os impostos equivalem a recursos financeiros que a sociedade subtrai aos seus rendimentos (famílias e empresas) e os entrega ao Estado/Governo na presunção de uma correcta utilização em benefício da sociedade e da economia. Assim sendo, é um direito fundamental os cidadãos exigirem e o Estado/Governo cumprir a boa governação e a transparência. O que se passa então de concreto nestes itens? O 'índice de Boa Governação em África' - vulgarmente conhecido como 'índice Mo Ibrahim' -

posiciona Angola na 44.ª posição em 2014, entre 52 países africanos e com uma pontuação de tão-somente 40,9 (para um total de 100 pontos). O significado prático deste indicador é que o dinheiro que os cidadãos entregam ao Estado a título de impostos e outros tributos não é bem governado, perdendo, portanto, a sociedade a oportunidade de melhor os gerir se não fossem obrigados a entregá-los ao Estado. Quanto à transparência, os cidadãos, pela Constituição, têm o direito de saber para que finalidades o Estado usa o seu dinheiro, de uma forma limpa, sem corrupção. E a verificação deste direito fundamental da nossa Constituição não se esgota nas eventuais formas de participação na elaboração do Orçamento Geral do Estado ou na obtenção de informações, mais ou menos detalhadas, quanto às opções que daí constam.

A Transparência Internacional - uma organização mundial que se destaca na apresentação de casos de corrupção e de falta de transparência de todos os países do mundo - coloca o nosso País nas posições inferiores da sua escala de valores. Também neste caso são formuladas diversas críticas quanto à forma como o indicador é construído, mas o 'índice de Percepção da Corrupção' continua a ser a única medida utilizada pela maior parte das organizações do Estado ou da sociedade civil para se avaliar o grau de transparência dos governos, em especial, na utilização dos seus recursos financeiros. A posição de Angola, em 2014, foi a 161.ª, num total de 175 países. Em matéria específica de transparência orçamental, medida pelo índice 'Open Budget Index' e ,Angola é igualmente considerado um país opaco. Na verdade, a sua pontuação em 2012 foi de 28 pontos (num total de 100) e 26 pontos em 2015. Significam estas classificações que o nosso País tem uma transparência orçamental insuficiente e mínima, em qualquer um dos anos.

Fica-se, portanto, com a certeza de que não é apenas quanto à garantia dos direitos de manifestação que o nosso País é deficitário.

Nos direitos humanos económicos e sociais há igualmente muito que fazer para que o País melhore, substancial e sustentada mente, a sua imagem de credibilidade.

I.12 A outra face da crise Económica

Jornal folha 8

17 De Outubro de 2015

Autor: Marzebolio Lendario

A crise económica em Angola revelou as outras crises que por muito tempo ignoramos. Com a globalização, avançando galopante mente pelas nossas aldeias, esqueceu-se os sectores cimeiros da organização social e da requalificação da vida de cada angolano, e buscou-se elevar o país ignorando fases importantes para a reconstrução da mente, do cidadão, flagelada por conflitos de todos os tipos.

A falta de vontade política para pôr na agenda nacional a questão premente da pobreza, cuja solução ainda é uma miragem, revelou a contradição supinamente idiota de um abismo entre a beleza do que se promete e a dureza da realidade. Com a queda assustadora do preço do barril do petróleo no mercado internacional o sofrimento do povo agudizou-se.

E isso trouxe ao debate da opinião pública a ideia da diversificação da economia, mas isso implica uma formação exigente, mais liberdade performativa. A diversificação da economia será um fracasso enquanto a teoria política distar milhares de quilómetros da realidade social.

O que noto, a nível de compreensão, é que as instituições sérias, que ajudariam as pessoas a se libertarem dos tabus políticos, são encaradas como inimigas do Estado; o que demonstra mais uma vez, o escândalo da diplomacia política que revelou a hipocrisia de quem usa a ignorância para evitar a alternância política que hoje Angola exige. Com a crise, tudo está a subir, até os bens de primeira necessidade, mas o salário permanece inalterável. O combustível subiu, mas o taxista não pode subir o preço da passagem, e os lucros desvaneceram. A crise está a revelar um dado a não ignorar: os de camada média e baixa estão afogar-se ainda mais na pobreza para os apertados da elite serem aliviados.

Com a crise económica caímos numa crise profunda que desmantelou o egoísmo elevado dos que não amam o próximo mas o toleram diplomaticamente, e isso deixou de manifesto a incompetência de quem por muito tempo geriu mal o Bem público. Tudo vai de mal a pior. E a política vai a meio gás, tudo porque já não encontra palavras que convençam. Nós ouvimos os nossos políticos a caírem em descrédito a cada dia que passa. E nesses últimos meses, Luanda está a ser palco de uma das comédias mais hilariantes que a humanidade jamais registou: perseguição as

zungueiras, prisões arbitrárias... o que levou os cidadãos a perderem confiança nos órgãos do Estado.

Já ignoramos tanta coisa, mas a desvalorização da vida humana em Angola, outra face da crise económica, tem de ser suprimida e banida. Caso ignoremos também essa verdade, então já nada teremos a deixar para a posteridade.

I.13 Ministra do Comércio Rosa Pacavira lança o programa "Ajuda para o trabalho"

Jornal de Angola

19 De Outubro de 2015

Um total de dez mil mulheres da província de Cabinda passa, desde sábado último, a beneficiar de cartões "Klkula", que permitem aos mais desfavorecidos uma dieta alimentar suplementar, no âmbito do Programa Municipalizado Integrado de Desenvolvimento Rural e de Combate à Fome e à Pobreza em curso no país.

A cerimónia de entrega dos "Kikuia", cujo crédito mensal é de dez mil kwanzas, foi testemunhada pela governadora provincial de Cabinda, Aldina da Lomba, no quadro das celebrações do Dia Mundial de Combate à Pobreza, de que a província de Cabinda teve o privilégio de albergar o acto nacional.

Os cartões entregues às mulheres desfavorecidas de Cabinda têm como finalidade exclusiva a aquisição de produtos básicos na rede nacional de supermercado "Nosso Super", cuja dependência de Cabinda fica no bairro Chimindele, nos arredores da cidade.

A ministra do Comércio, Rosa Pacavira, que se de locou a Cabinda na companhia dos membros da Comissão Nacional de Luta Contra a Fome e Pobreza, lançou o programa "Ajuda para o trabalho", no âmbito dos esforços do Executivo para a erradicação da pobreza.

Para a titular da pasta do Comércio, o dia 17 de Outubro tem como objectivo consciencializar a sociedade e os governos de todo o mundo face ao elevado número de pessoas que ainda vivem no extremo da pobreza. Rosa Pacavira apelou aos governos no sentido de garantirem à população uma vida de qualidade e com dignidade. Segundo dados da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), mais de 840 milhões de

peças continuam a sofrer de fome excessiva entre os anos 2011 e 2014 em todo o planeta.

A erradicação da fome e da pobreza no mundo é um dos oito objectivos de Desenvolvimento do Milénio definidos no ano 2000 pelos 193 países membros da Organização das Nações Unidas.

Objectivos de governação

A governadora Aldina da Lomba referiu que o Executivo definiu como um dos seus objectivos de governação a promoção da comercialização agropecuária, de modo a contribuir para o crescimento da agricultura e da indústria orientado para mercado interno e para a exportação.

Segundo Aldina da Lomba, "para a implementação desse desiderato, o Executivo traçou uma estratégia nacional de comércio rural, que consiste em acções concretas baseadas em políticas macroeconómicas e de desenvolvimento do país, visando fomentar o crescimento do comércio, dos bens e de produtos locais".

A governadora provincial disse que até 2014 as acções do programa mundial integrado de desenvolvimento rural e combate à pobreza estiveram mais direccionadas na criação de serviços básicos para as populações, nomeadamente a construção de escolas, postos de saúde, sistema de água potável, entre outros valores, com o objectivo de melhorar as condições de vida das comunidades rurais.

A margem das celebrações, a ministra Rosa Pacavira visitou em Cabinda uma feira de exposição de bens consignados ao PAPAGRO e ao complexo logístico de frescos que possui 12 mil metros cúbicos de extensão e oito câmaras frigoríficas.

I.14 Combate à pobreza reúne especialistas

Jornal de Angola
20 De Outubro de 2015

Debate sobre os avanços e desafios de combate à pobreza em Angola tem lugar hoje, na sala de conferências da delegação da União Europeia, com membros da sociedade civil e representantes de departamentos ministeriais.

Numa organização da Development Workshop e da Rede Urbana de Luta Contra a Pobreza, o encontro

conta com as presenças dos ministros da Família e Promoção da Mulher, Filomena Delgado, do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, Job Graça, do PCA do BPC, Paixão Júnior, dos administradores municipais do Cazenga, Victor Narciso, do Cacuaco, Carlos Cavuquilha, e do representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em Angola.

Os participantes vão discutir soluções para acelerar o combate à pobreza em Angola, além de identificar fontes de financiamentos para os cidadãos empreendedores. Durante a mesa redonda, o representante do Ministério do Planeamento vai apresentar os dados do relatório produzido pelo Governo sobre Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, enquanto o representante da Rede Urbana de Luta Contra a Pobreza de Luanda apresenta os resultados da pesquisa feita em cinco municípios periurbanos de Luanda, além de uma avaliação dos últimos quatro anos.

I.15 Combate à pobreza reúne especialistas

Jornal de Angola
20 De Outubro de 2015

Debate sobre os avanços e desafios de combate à pobreza em Angola tem lugar hoje, na sala de conferências da delegação da União Europeia, com membros da sociedade civil e representantes de departamentos ministeriais.

Numa organização da Development Workshop e da Rede Urbana de Luta Contra a Pobreza, o encontro conta com as presenças dos ministros da Família e Promoção da Mulher, Filomena Delgado, do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, Job Graça, do PCA do BPC, Paixão Júnior, dos administradores municipais do Cazenga, Victor Narciso, do Cacuaco, Carlos Cavuquilha, e do representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em Angola.

Os participantes vão discutir soluções para acelerar o combate à pobreza em Angola, além de identificar fontes de financiamentos para os cidadãos empreendedores. Durante a mesa redonda, o representante do Ministério do Planeamento vai apresentar os dados do relatório produzido pelo Governo sobre Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, enquanto o representante da Rede Urbana de Luta Contra a Pobreza de Luanda apresenta os resultados da pesquisa feita em cinco municípios peru

urbanos de Luanda, além de urna avaliação dos últimos quatro anos

I.16 Custo de vida no país aumentou 11,6% em Setembro

Jornal Expansão

23 De Outubro de 2015

Texto: Francisco De Andrade

O custo de vida em Luanda, que serve de referência para se determinar o nível de inflação no País, aumentou 11,6% em Setembro deste ano, uma subida de 4,6 pontos percentuais (p.p.) face ao mesmo mês de 2014, período em que se situou nos 7,1 %, segundo dados avançados pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE), na sua Folha de Informação Rápida.

Em termos mensais - de Agosto a Setembro -, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de Luanda determinado pelo INE, que considera como periodobase o mês de Dezembro de 2014, indica que os preços variaram 1,22%.

A instituição refere que a classe 'Saúde' foi aquela que maior aumento de preços registou, com 2,63%. Destacam-se ainda os aumentos dos preços verificados nas classes 'Bebidas Alcoólicas e Tabaco', com 1,96%, 'Mobiliário, Equipamento Doméstico e Manutenção', com 1,65%, e 'Vestuário e Calçado', com 1,54%.

A classe 'Alimentação e Bebidas não Alcoólicas' - aquela que, em norma, mais pesa no orçamento das famílias angolanas - foi a que mais contribuiu para o aumento do nível geral de preços em Luanda, seguida da de 'Habitação, Água, Electricidade e Combustíveis', 'Vestuário e Calçado' e 'Mobiliário, Equipamento Doméstico e Manutenção'.

O quadro com a taxa de variação do IPC por classes de consumo apresentado pelo INE mostra que, das 12 classes, sete apresentam uma taxa de 1 dígito ('Alimentação e Bebidas Não Alcoólicas'; 'Bebidas Alcoólicas e Tabaco'; 'Vestuário e Calçado'; 'Mobiliário, Equipamento Doméstico e Manutenção', 'Saúde'; 'Habitação, Água, Electricidade e Combustíveis'; 'Hotéis, Cafés e Restaurantes'). As restantes classes tiveram variações inferiores à unidade. As classes 'Comunicações' e 'Educação' voltaram a não registar variação durante o mês de Setembro.

No mais recente World Economic Outlook, de Outubro, onde o FMI actualizou as perspectivas económicas globais, prevê-se que o ritmo de crescimento dos preços em Angola deverá acelerar neste ano para 10,3%, depois de ter encerrado o ano de 2014 nos 7,3%, a taxa de inflação mais baixa desde que há registo no País.

Para o próximo ano, a organização sediada em Bretton Woods projecta uma inflação de 14,3%.

O actual nível de inflação encontra-se também já acima do previsto pelo Executivo no Orçamento Geral do Estado (OGE) 2015 Revisto, que apontava para uma subida do custo de vida entre os 7% e os 9% até ao final do ano em curso.

IPC nacional teve variação acima de 1 %

A nível nacional, o IPC registou uma variação de 1,08% de Agosto a Setembro do ano em curso. As províncias que registaram maior aumento, para além de Luanda (1,22%), foram o Zaire, com 1,03%, e o Cunene, com 1,02%, enquanto, entre as que menor variação tiveram, se destacam as de Cabinda e Bengo, ambas com 0,69%, e o Moxico, com 0,71%.

O maior aumento de preços foi registado na classe 'Saúde', com 2,08%. Destacam-se também as subidas verificadas nas classes 'Bebidas Alcoólicas e Tabaco', com 1,75%, 'Vestuário e Calçado', com 1,32%, e 'Mobiliário, Equipamento Doméstico e Manutenção', com 1,23%.

A classe 'Alimentação e Bebidas Não Alcoólicas' foi aquela que mais contribuiu para o aumento do nível geral de preços, com um avanço de 0,57 p. p., no mês de Setembro, seguida das classes 'Habitação, Água, Electricidade e Combustíveis', com 0,10 p. p., 'Vestuário e Calçado' e 'Mobiliário, Equipamento Doméstico e Manutenção', com 0,08 p. p. cada uma. As restantes classes acabaram por registar taxas inferiores a 0,08 pontos percentuais.

I.17 Não se potenciou aqueles que de facto poderiam criar riqueza

Jornal O PAÍS

23 De Outubro de 2015

O Presidente da República nomeou o jovem António Luvualu de Carvalho como uma espécie de porta-voz para algum fogo que vem do exterior. U que lhe parece?

Foi uma aposta boa. Para lhe ser sincero' porque às vezes as pessoas não gostam de realismo a mais, foi uma das grandes apostas que esse poder faz num jovem. Agora, conforme está a situação será que ele vai dar conta do recado? Não se esqueçam que quando nós atingimos esse estado de histeria de que os inimigos estão a vir de todo o lado, nós perdemos a razão que nos permite avaliar todos os perigos que rondam esse país. Na política e sobretudo nas Relações Internacionais também existe a inveja. Isso pode ser fundamento que há sectores e actores internacionais que não gostam de ver os outros bem. Vou-lhe só recordar que o Dr. Chester Crocker disse uma coisa paradigmática e que muita gente no próprio MPLA esqueceu. Já lá vão trinta e tal anos. Ele disse que «a América nunca vai perdoar o MPLA pelo facto de ter sido comunista». Veja bem qual é a conjugação? Isso não foi uma traição feita por mim. E esses actores permanecem com essa agenda obstinada de mudar o regime deste país. Não tenham dúvidas! Tudo aquilo que fizemos, irmos pela segunda vez para o Conselho de Segurança das Nações Unidas como membro não permanente, aqui se diz aquele velho adágio popular: «pouco fel faz amargo muito mel». De repente vemos que o grande perigo e é o que me preocupa é que esta agenda que é levada por estes sectores, entre os quais agora se inclui a Dra. Ana Gomes, ainda que se tenha sentido achincalhada, despeitada nestes discursos que foram passados nos órgãos públicos, ela tem experiência política suficiente em dizer que não. Dizer que não ponho achas nesta fogueira que é para prejudicar o povo de Angola. Mas esse pretexto continua. O MPLA e os seus dirigentes têm que ter noção permanente que essas forças acham que este é o momento de atacar, por vários factores.

Que factores?

Segundo a visão deles - tenho ferramentas para analisar que isso se processa assim -, a idade do Presidente da República, 73 anos, da longevidade do Presidente da República, 36 anos, eles acham que este é o momento de atacar. O MPLA tem uma agenda histórica que é levar esse país para o progresso do seu povo e essa agenda tem que ser concretizada. Tem que estar permanentemente de sobreaviso e deve despoletar primeiro a sua defesa com os mecanismos que estão institucionalmente estabelecidos. Começa -se a pessoalizar as coisas, meter pessoas nos cargos para as quais não estão preparadas, a fazer borradas atrás de borradas, a páginas tantas há o risco de se perder o controlo da coisa. Mas tem quadros suficientemente capazes de encontrar respostas para os problemas que se põem. Essas forças que nunca aceitaram o MPLA como força dirigente deste país

viram agora uma oportunidade com as tais primaveras árabes e mudanças de regime que se operam revoltas populares, etc, que esse é o momento de derrubar. E qual é o principal pilar em que se alicerça o regime angolano? É o Presidente José Eduardo dos Santos.

Algumas pessoas esquecem -se, porque lhes fazem esquecer e outras proporcionam que assim seja, todo o contributo que este homem deu para que nós hoje tenhamos atingido o estado de desenvolvimento económico e social que conseguimos. Essas forças quando atacam vão atacar esta figura. Nós notamos que esta envolvimento agora se está a revelar. E eles acham que os alicerces que suportam este regime são as supostas riquezas cuja legitimidade é duvidosa e se encontram nestes países. Eles agora com a lupazinha estão a seguir essas fortunas e vão atacar aí.

Acha que vai haver essa perseguição?

Essa perseguição não tem outro objectivo senão o congelamento destes bens para fragilizar o sistema político.

Depois com estes mecanismos em que vem essa resolução da ONU, os pronunciamentos da Amnistia, há toda uma envolvimento que deve preocupar as pessoas. Isso é tudo gradativo e mostram que agem segundo um plano pré-estabelecido. Depois virão as sanções, as tais proibições de viajar. E o risco de nos transformarmos num estado pária na comunidade internacional. O povo angolano não pode deixar -se levar assim. E quem está no poder, o próprio Presidente José Eduardo dos Santos, os quadros do MPLA dedicados têm que responder na justa medida, de uma forma inteligente, reformar onde têm que reformar, aceitar que o que está errado, e o errado tem que ser corrigido. Às vezes existem pessoas com boas intenções que fazem propostas, mas também existem outros que se auto-intitulam como os fiéis ou indefectíveis, e quebra -se esse elo que sempre foi a grande força do MPLA.

Com acha que se está a lidar com estes Jovens supostamente revolucionários em que se encontra o Luaty Beirão, que está há mais de um mês em greve de fome?

Para mim, quando dois extremos chocam-se causam uma situação destas. É uma situação bastante complicada. Muitos, como se diz, preferem ficar em cima do muro porque é uma situação confortável. Se for para A não tenho nada a ver e se for para B também não. Eu por acaso não faço parte deste tipo de personagem porque sempre tive um engajamento explícito. Portanto, essa forma de dialogar com a juventude, com esses formalismos de JMPLA e

comités de especialidades não é suficientemente abrangente para que outras sensibilidades também consigam fazer ouvir a sua voz. A exclusão gera revolta. Mas também apesar da delicadeza da situação, Luaty Beirão é um jovem deste país com uma formação académica que teve fora e foi ao extremo de usar uma arma que parece que ninguém contava. Aquela imagem que hoje algumas pessoas ligam àquela figura icónica de Jesus Cristo a ser crucificado na cruz, de Che Guevara quando foi preso na Bolívia antes de ser executado, é uma imagem que mexe com a sensibilidade das pessoas. Mas essa situação está a ser usada como uma arma política.

Não me quero pronunciar sobre o processo em si, mas já ouvi que o Tribunal já marcou o dia 16 de Novembro como data de início de audiências de julgamento. Ora, são 16 detidos. Será que o Luaty vai continuar em greve de fome? Segundo os médicos, ele corre o risco de ter uma falência dos órgãos e falecer. Fisicamente será pouco provável que ele recupere para aparecer em juízo sobre as acusações de que ele é acusado. Se ele sobreviver até lá, e rezo para que sim, para que ele também pense que é apenas um jovem no meio de milhões de outros jovens. A sua visão do mundo, a sua crença nos seus ideais também não se podem sobrepor aos interesses da larga maioria dos jovens. Ele tem que deixar esse fanatismo residual que ele tem. Se realmente lhe foi dada a possibilidade de eles terem julgamento justo, com garantia de defesa e o julgamento está marcado, que ele também se assuma e não mantenha essa atitude irreduzível como uma forma de chantagear. Não é só hoje que ele diz que a vida dele está na mão do Presidente, mas todo o sistema de justiça desse país. Como estava a dizer, pergunto: o Luaty irá para as sessões de julgamento com rodas nas camas do hospital e soro ligado para responder? É essa exposição mediática que certamente ele vai pretender, como o Mubarak foi com o soro ligado na da maca. Vai usar uma série de situações para criar impacto mediático. Acho que é altura do jovem Beirão aceitar estas pessoas que pedem que cesse essa greve de fome de uma forma real. Uma das coisas mais prejudiciais - e que só a idade é que ensina às pessoas - é que destrói pontes entre as pessoas é ego. Nós temos um ego exacerbado. E o jovem Luaty está a levar isso até às últimas consequências. Ele acha que ganha mais do que perde esticando a corda, até um ponto crítico. Não rebentando, ele saindo como o jovem que enfrentou o Presidente da República. Hoje já se põe numa balança Luaty de um lado e o Presidente Eduardo dos Santos do outro. O Presidente vai ceder e pôr em causa todo o sistema que está a funcionar? O tribunal já tem a data do julgamento marcada.

Será um julgamento mediático, que as pessoas vão acompanhar, com juristas, e terão as suas opiniões. A própria soberania dos tribunais também não pode ultrapassar os limites da própria lei. Este é o princípio da legalidade do próprio Estado, a que não estão alheios os tribunais.

O que quer dizer isso?

Os princípios elementares do Direito dizem que «nullum crime sine lege». A medida da pena não pode ser superior à medida da culpa. Que eles estavam a ler um livro, é uma realidade. Que desejavam partir para uma situação de desobediência civil, isso é praticamente um dado adquirido. Por isso, é que a acusação diz que foram actos preparatórios para uma rebelião contra o poder instituído.

Portanto, criou-se toda esta complexidade porque também as pessoas, umas porque são adversárias deste sistema, porque aproveitaram-se disso para lançar a confusão. Não um golpe de estado-clássico com forças militares, que tradicionalmente parte de dentro para fora. É uma rebelião criando uma situação caótica, inviabilizava o funcionamento regular das instituições do Estado, arregimentava sectores da população descontente fazendo-os crer que era hora desta ruptura e pôr em causa o funcionamento da instituição presidencial, que é o principal alvo.

o país vive uma crise económica que alguns já consideram sem precedentes. Como se explica isso num Estado como o nosso que nos últimos três anos foi um dos que mais cresceu no mundo?

Houve erros de estratégia. Isso não tem como não se assumir. Há bastante literatura técnica sobre isso. Caímos na tal maldição dos recursos naturais. Por um lado, com o petróleo em alta tivemos um ingresso massivo de divisas: dólares norte-americanos. O nosso Kuanza tinha um valor fictício. Vivendo as custas do petróleo nós não diversificamos a agricultura, não montamos uma indústria consistente, não industrializamos o país. Dormimos à sombra da bananeira. Toda a gente sabe e pode perguntar -se aos experts porque existe o Paradigma de Nauru. Pode-se ver como é que aquele povo se deu mal querendo viver exclusivamente dos recursos naturais. Há essa maldição que nós de certa forma descuramos pelos benefícios imediatos que o petróleo teve. Agora com esta crise é posta à prova a capacidade de os angolanos em mudar o nosso paradigma ou na visão de desenvolvimento dentro destes três eixos: ambiental, social e económico.

Económico baseado numa agricultura forte porque temos terras férteis. Temos água em abundância,

polígonos que rapidamente nos podem guindar para uma posição de exportadores de alimentos, em vez de importarmos tudo. Recuperar de facto toda a infra-estrutura rodoviária e ferroviária e criar indústrias. Benguela é o principal produtor de tomate que abastece Luanda, mas até hoje não há uma fábrica de concentrado de tomate. Isso já se vem a falar há 10 ou 20 anos. Em também desarticular um certo empresariado nacional que nada mais faz do que se incrustar no Estado e parasitar o próprio Estado e as instituições bancárias. O nosso crédito mal parado é altamente astronómico.

Não podem ser empresários parasitas do Estado que aproveitam as linhas de crédito e as oportunidades que são dadas que é para exibirem uma vida de luxo e na actividade produtiva não têm nada. Não dão emprego nem fazem coisa nenhuma, Vimos que prometeram grandes fazendas no Moxico, mas foram descarregar meia dúzia de cabeças de bois em cima de montes de salalé, dizendo que seria um dos maiores projectos agro-pecuários de África. Isso passou na nossa televisão. Esse empresariado é parasita. Não produz e prejudica, debilita as reservas do Estado. Portanto, é preciso criar um ambiente competitivo que valorize o mérito das pessoas. E não as suas influências para conseguirem dividendos. Todo o dinheiro que foi posto à disposição do empresariado, através de bancos como o BPC e outros, saíram pela porta do cavalo.

Não saíram com a transparência que era devida. Não se potenciou aqueles que de facto poderiam criar riqueza e ;,I rapidamente criar alternativas dentro dessa palavra bonita que hoje toda a gente fala: a diversificação da economia. Isso já se fala há mais de 20 anos, aqui ninguém está a inventar nada.

Mas hoje, mais uma vez, essa que seria a classe média, mas que se assume como uma pequena burguesia parasita do próprio Estado vem com esse cliché que para tentar sugar estas parcas reservas, pondo em risco que o próprio Estado sucumba por falta de financiamentos para obras públicas, porque muitas vão ficar a meio. Isso terá a sua repercussão social. Aqui em Benguela, a caneca de fuba, que é o principal alimento, estava 75 kwanzas, foi para 100, 125 e em certos sítios já está a 200 Kwanzas. Quer dizer mais do que o dobro do que estava há relativamente pouco tempo. Isso está -se a reflectir na vida das pessoas porque o Estado é maior empregador. O salário perdeu seu poder de compra.

Quais são as consequências?

Isso vai aumentar o descontentamento das pessoas. Quando as pessoas ;; estão descontentes vão reclamar. E se este histerismo que alguns sectores

querem que todos alinhemos, daqui a pouco estaremos todos contra todos. Eu posso reclamar que o meu salário hoje não me permite sustentar a minha família. Mas o facto de dizer isso não significa que queira derrubar as instituições legalmente constituídas.

Não podemos permitir que agora se meta toda a gente no mesmo saco.

Portanto, o meu desejo é que de facto se arranjem soluções credíveis. E também pede-se aos nossos governantes mais responsabilidade de Estado. Quando um ministro vai apresentar algo, que o faça de uma forma clara. Não venha com subterfúgio ou com invenções de programas que não é nada. Vamos ser realistas para construirmos aquele país que toda a geração de angolanos sonha.

I.18 Sobre viver das ruas

Jornal O PAÍS

23 De Outubro de 2015

Texto: Domingos Bento

Na última Sexta-feira comemorou-se o dia mundial da alimentação. Uma data que prevê, entre vários objectivos, a sensibilização de todos em torno da necessidade de se encontrar uma solução para o grave problema da fome que afecta milhares de famílias. Com esta comemoração, a ideia consiste em lutar contra a carência alimentar para reduzir a pobreza. Em Angola, treze anos depois de um conflito armado que durou cerca de três décadas, ainda existem centenas de famílias que não têm nada para comer. Nos idos tempos de guerra essa realidade afectava maioritariamente as famílias de zonas mais recônditas do país. Actualmente o cenário mudou e a fome chegou igualmente às capitais de províncias, fustigando assim a vida de centenas de agregados familiares.

Diante da carência e dificuldades, as crianças são as que mais sofrem com este mal é que, devido a dificuldade de muitos chefes de família, incapazes de lhes prover alimentação' elas são obrigadas a passar largas horas com fome. Em casos mais críticos têm apenas uma refeição por dia. Recentemente, das províncias da Huíla e Namibe chegaram relatos de adolescentes que estão a fugir das suas zonas de origem para outros cantos do território nacional por causa da fome e da extrema pobreza que assola as suas famílias.

No entanto, com a crise económica que o país está a viver, a situação tem se tomado cada vez mais caótica. Os efeitos dessa crise, que teve início no ano passado, já atiraram centenas de pais e responsáveis de famílias ao desemprego. Os seus reflexos negativos também já começaram a notar-se nas ruas de Luanda que, nos últimos dias, transformaram-se num amplo palco de sobrevivência para muitas pessoas que não têm outros meios. Quer nos semáforos, em baixo de pontes e nos passeios, é possível ver o crescer galopante do número de pessoas carenciadas que socorrem-se da mendicidade para fugirem da fome.

Até por volta da década de noventa do século passado, pedir esmolas era uma prática de velhos, deficientes e outras pessoas em estado de vulnerabilidade social. Mas agora, os tempos de crise estão a obrigar a quem nada tem a olhar à mendicidade como alternativa. Basta um olhar atento para perceber que os pedintes gerados pela crise são indivíduos de diferentes idades que se despiram da vergonha para estenderem a mão aos automobilistas e aos transeuntes que circulam na via pública.

As zonas do Primeiro de Maio, Sagrada Família, Njinga Mbande e arredores do Largo das Escolas, são os principais locais nos quais se pode ver com regularidade a presença em massa de pedintes que vagueiam de um lado para o outro em busca do pouco que "caí" das mãos de pessoas de "boa-fé". Grande parte dessas pessoas carenciadas vêm dos bairros periféricos de Luanda. Apesar da distância, não poupam esforços e cedo chegam às principais avenidas urbanas para cativarem a atenção dos mais sensíveis. A todo instante, circulam de um lado para o outro na expectativa de encontrar alguma mão caridosa: É o caso de Miloca Panzo, que, desde o ano passado, pede esmolas.

Sempre que vai mendigar, Miloca, de 38 anos de idade, leva a sua filha de apenas dois anos. Segundo disse, para além de não ter ninguém em casa para ficar com a filha, levar a criança é também uma das formas que ela usa para cativar a atenção das pessoas. Tal como contou, viu-se obrigada a pedir esmolas porque o marido com quem vivia faleceu em Novembro do ano passado. Sem outra saída, tendo em conta que não tem família em Luanda, a jovem disse que a rua foi única saída.

"Não sei fazer nada. A criança anda doente e eu não tenho cá família para me ajudar porque sou do Moxico. Por isso é que dependo da boa vontade dos outros. Para conseguir levar alguma coisa em casa tenho que chegar aqui cedo. É que não sou a única. Somos muitas nessas condições", frisou.

Já Rosa Bernardo, 51 anos de idade, pede esmolas nas imediações da escola Njinga Mbande, Paraplégica e deficiente visual, Rosa desabafou a O PAÍS que está nas ruas a mendigar porque o filho que a sustentava perdeu o emprego. Segundo a mesma, se não fosse o conflito armado, o responsável pela sua actual condição física, talvez hoje a sua vida tivesse um rumo diferente, que não passasse necessariamente pela mendicidade.

"Eu vivia no Huambo. E durante a guerra perdi tudo o que tinha: a casa, o emprego e os outros filhos. Fui ainda atingida por uma bala na coluna que me paralisou e me causou cegueira. Quando vim para Luanda recebia apoio do Governo, mas desde 2005 que já não recebo nada. Sobrevivia com a ajuda do meu filho que era pedreiro, mas desde que ele perdeu o emprego preferi pedir esmolas. Não aguentava mais com a fome em casa", desabafou. Por seu lado, Manuel Kitary, 57 anos de idade, explicou que já é um veterano das ruas. Todos os dias preocupa-se a chegar cedo às imediações do Largo da Independência. Neste local, passa largas horas vagueando de semáforo a semáforo pedindo esmolas. Na pequena sacola que carrega sobre o peito, os valores das esmolas vão caindo a conta gotas.

Em conversa com a nossa reportagem, Tio Manuel, como é tratado, disse que não é vontade sua depender das ruas para sobreviver. A guerra que assolou o país foi o principal motivo da sua condição social. O ancião é deficiente dos dois membros superiores.

Segundo contou, perdeu os braços no Kuando Kubango, em 1995, quando tentava fugir da forte guerra com a família. Antes da tragédia, ganhava a vida como professor do ensino primário. "Depois de ser operado vim para Luanda. Ainda tentei procurar emprego mas não fui aceite por conta da minha condição física. Nada mais tinha que fazer senão mesmo vir parar as ruas. Ficar em casa também sem fazer nada é complicado porque não tenho aonde tirar sustento", contou.

Crianças são usadas

Segundo apurou O PAÍS, na ânsia de angariar maior lucro, alguns encarregados de educação privam os seus filhos de irem à escola para auxiliá-los na mendicidade durante largas horas.

É o caso da pequena Márcia, 12 anos de idade, que todos os dias desloca-se ao Largo da Independência com a mãe para pedir esmolas.

Em entrevista à nossa reportagem, a menor revelou que tem estado a acompanhar a progenitora porque

esta é deficiente física e não consegue locomover-se sozinha. Por esse motivo teve de abandonar a escola onde até ao ano passado frequentava a quarta classe. "A minha irmã que andava com a mãe faleceu. Então, como sou a única filha dela, tenho que ajudá-la. Desde que começou as aulas ainda não fui à escola porque venho cá todas as manhãs e só regresso à casa muito tarde".

A chefe do departamento da Família e Acção Social da delegação provincial da Assistência e Reinserção Social, Ester Santiago, repudiou o comportamento dos pais que levam os filhos menores de idade às ruas para mendigar. Maior colaboração da sociedade na denúncia dos casos do género foi o que a responsável solicitou.

1.19 Coisas que a crise mudou

Jornal A Capital
24 De Outubro de 2014

Com quase nada para sustentar os filhos, muitos pais já preferiram tirá-los da escola, uma vez que os recursos são poucos e já não chegam para pagar propinas.

Dona Margarida, por exemplo, tem quatro filhos. Todos matriculados em colégios e creches. Se para os mais crescidos pagava 30 mil kwanzas de dois em dois meses cada, mais cinco de multa se atrasar, para os mais novos tinha que pagar, algo como 25 mil kwanzas, no mesmo ápice de tempo. Feitas as contas com base no seu salário e a julgar pela alta de preços dos produtos da cesta básica, decidiu suspender os meninos da escola, até que consiga vagas em escolas públicas.

"Já estamos a sentir a crise no osso", manifestou o jovem Manuel Barroso Ngola, taxista, cujos filhos foram "corridos" do colégio, por falta de pagamento das propinas.

Adiantou que desde a subida dos preços dos combustíveis o rendimento na actividade de táxi já não é o mesmo. Aliás, Manuel Ngola, tem colegas que abandonaram a profissão.

"Tiveram que abandonar por causa desta situação. Devolveram as viaturas aos proprietários, porque o trabalho já não rende como antes", concluiu.

E não é só isso. Os atrasos salariais que até há pouco tempo predominavam o sector privado, hoje por hoje, a situação começa a generalizar-se a nível do sector público.

"Neste momento em que vos falo, muitos professores não receberam seus salários", declarou Walter Lima Ngunza, professor do ensino primário numa escola pública no distrito urbano da Samba.

O professor que já se considera incapaz de honrar os seus compromissos para com a família, afirma que quando o chefe de família chega a esse ponto, as coisas complicam-se. Face a esse facto, Walter Ngunza viu-se obrigado a fazer muitos cortes naquilo que era a sua rotina diária.

"Não podemos comprar as coisas na mesma quantidade que antes, e logo, consome-se muito menos. Se estávamos acostumados a apanhar o táxi, agora, somos obrigados a suportar as condições dos autocarros", demonstrou.

Quem igualmente faz das tripas o coração para manter o pão à mesa é o jovem Edmundo Agostinho, também professor. Segundo ele, as coisas tendem a complicar-se ainda mais com os constantes atrasos salariais.

"Essa situação' baixou significativamente o nosso poder de compra", descreveu, acrescentando que para contornar o quadro conta com o auxílio da esposa.

"Ela faz alguns doces e salgados para termos algum dinheiro para comprar que comer", ilustrou.

"Deixamos de fazer muitas coisas. Fizemos cortes até nos alimentos. Compramos o básico para consumo. É um cenário apertado. Alguns sonhos e planos tiveram que ser adiados", lamentou.

Regresso à carapinha. Pelo sim ou pelo não, facto é que os penteados, sobretudo femininos, mudaram. Helena Augusta Sanhengue, 25 anos, por exemplo, disse à nossa reportagem que a crise financeira trouxe um certo desequilíbrio na sua vida, facto que a levou a relegar para o segundo plano, os seus caprichos.

Desde sempre procurou ser independente. Do trabalho que fazia conseguia um valor que lhe permitia satisfazer os seus caprichos. Agora, segundo ela, deixou de fazer muitas coisas por falta de dinheiro.

"Reduzi a compra de sapatos e roupas. Agora está tudo caro. A crise nos afectou mesmo", assumiu, ao exemplificar que tirou há pouco tempo um cabelo brasileiro e, "já não estou a ver horizonte para colocar outro".

"Muitas, como eu, deixamos de usar cabelo brasileiro, optando pelo natural para reduzir custos", finalizou.

Nesta altura, ao que o A Capital apurou, os preços dos cabelos brasileiros variam consoante o estilo e vai de mil à 20 mil kwanzas o monte; quanto a sua aplicação também varia, assim sendo, a aplicação de costura, custa 2 mil e quinhentos kwanzas e a de fio, custa quatro à cinco mil kwanzas.

I.20 Angola e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

Novo Jornal

30 De Outubro de 2015

o RELATÓRIO dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio 2015 revela que os 15 anos de esforços para alcançar os oito objectivos estabelecidos na Declaração do Milénio, em 2000, foram bem-sucedidos em todo o mundo, embora existam ainda deficiências em alguns países.

Os progressos globais alcançados em todo o mundo demonstraram o mesmo: Investimentos destinados a áreas sociais, trazem resultados sem precedentes. Mortes podem ser evitadas, crianças passam a frequentar escolas, muitas pessoas ganham oportunidades para uma vida melhor.

Por exemplo, o relatório diz que há apenas duas décadas, quase metade do chamado mundo em desenvolvimento vivia em extrema pobreza. O número de pessoas agora vivendo em situação de pobreza extrema diminuiu em mais da metade, passando de 1,9 bilião em 1990 para 836 milhões em 2015.

A taxa de crianças que morrem antes do seu quinto aniversário diminuiu em mais da metade, caindo de 90 para 43 mortes por mil nascidos vivos desde 1990. Os números relativos à mortalidade materna mostram um declínio de 45% em todo o mundo, com a maior parte da redução ocorrendo desde 2000.

No que diz respeito especificamente a Angola, houve uma redução drástica no número de pessoas atingidas pelo flagelo da pobreza. A FAO considera que, entre os anos de 1990 e 2015, houve um declínio de mais de 50% no número de pessoas que passam fome.

Angola também tem assistido a uma melhoria na igualdade do género na educação, notando-se que aumentou o número de crianças e jovens de ambos os sexos no sistema de ensino, e sobretudo, que mais meninas frequentam agora à escola.

Apesar de em número ainda reduzido, é gratificante ver como as mulheres estão a ganhar espaço, não apenas ao nível da representação parlamentar em Angola. Também nos últimos anos vemos que cresceu o número de mulheres em postos da administração pública, como administradoras ou vice-administradoras, comunais, municipais e governadoras provinciais.

Porém algumas informações não deixam de ser preocupantes, quando as comparamos com os progressos que se observaram em todo o mundo.

Segundo o Plano Nacional de Saúde, antes do seu quinto aniversário morrem em Angola 195 de cada 1000, quando para o conjunto de África a média é de 127 em cada 1000.

Esta mesma taxa em todo o mundo caiu de 90 para 43 mortes por mil nascidos vivos entre 1990 e 2015.

Os números relativos à mortalidade materna demonstram um declínio de 45% em todo o mundo, com a maior parte da redução ocorrendo desde 2000. Mas em Angola morrem 450 mães em cada 100.000, ao trazer uma criança ao mundo.

Após anos de exaltação de ganhos surgidos com a paz, a estabilidade política e o crescimento económico, é importante percebermos que, tão importante como celebrar os progressos e os significativos ganhos obtidos em várias vertentes, é termos em atenção que no nosso país alguns progressos têm sido desiguais, deixando que se criem assimetrias entre regiões, províncias e comunidades.

Os conflitos de terra permanecem e já se apresentam como uma grande ameaça ao desenvolvimento humano e à estabilidade social, prejudicando sobretudo as pessoas mais frágeis e que experimentam as mais altas taxas de pobreza.

A desigualdade de género persiste, sobretudo nas zonas rurais, onde as mulheres continuam a ser discriminadas no acesso ao trabalho, aos bens económicos e à participação na tomada de decisões pública e privada.

Apesar dos anunciados progressos em relação à diminuição do número de pobres, famintos e que padecem de má nutrição, tende a voltar a aumentar, sobretudo na região Sul do país onde as pessoas ainda vivem em extrema pobreza e sofrem de fome, devido também às dificuldades de acesso à água em tempos de estiagem prolongada.

É preciso estarmos atentos, não deixarmos que os avanços nos ceguem ou que o presente momento da nossa economia nos paralise ou sirva de exemplo

para diminuir a nossa ambição em relação ao compromisso de fazer de Angola um bom país para se viver. E isto só é possível mediante intervenções específicas, estratégias sólidas, vontade política e recursos adequados.

I.21 Angola fora dos 100 melhores países mais competitivos

Jornal O PAÍS

30 De Outubro de 2015

Texto: Hermenegildo Tchililica

No mais recente relatório sobre o índice de competitividade global, publicado pelo World Economic Fórum, com 140 países melhor classificados, Angola não consta desta lista e foi superada por países como o Mali na 127ª posição, a Libéria na 129ª, o Burundi 136ª e a Serra Leoa na 137ª. Ao não constar nesta lista, Angola compromete a atracção de investimento estrangeiro tão necessário para o momento actual de crise que vive, cuja economia abrandou com sério risco de recessão, devido à queda do preço do petróleo no mercado internacional.

Sobre este assunto, o PAÍS falou com o consultor económico Lopes Paulo, que considera que a primeira leitura a levar em conta é que Angola consta sim da classificação global na posição 181 entre 189 países, por essa razão não consta da selecta lista de 135 países melhor classificados no ranking do "doing business".

Todavia, o economista salienta que "o certo é que foram transmitidas expectativas ao mercado em função de declarações de representantes de certas instituições do Estado que apontavam uma evolução da classificação de Angola para posições melhores abaixo de 100 na lista global".

"Apesar de alguns avanços registados em termos de legislação para a facilitação da criação de empresas e obtenção de determinados documentos relevantes, que eventualmente não tenham sido todos levados em consideração nesta avaliação, não deixa de indicar o longo caminho a percorrer para a melhoria do ambiente de negócios no país, o que passa também por estabelecer melhor e adequada comunicação com as instituições internacionais de modo a que as avaliações reflectam os reais avanços ou condicionantes do mercado", referiu a fonte, à propósito.

Lopes Paulo considera, entretanto, que "a posição de Angola na actual classificação no "doing business" não é cómoda", já que fomos superados por países como o Mali, sem um grande peso económico na África Subsaariana.

"A posição de Angola na actual classificação no "doing business" induz ao juízo de ser um mercado menos organizado em relação ao desejável, quando pronunciados desempenhos em áreas como a diplomacia, o empenho na resolução de crises militares e políticas noutros países da região da África Subsaariana, e ser o segundo maior produtor de petróleo na região", disse.

O especialista adiantou que a olhar para a classificação é perceptível que países com economias menos robustas e alguns com instabilidade militar e política, como o Mali, podem frear o ânimo dos investidores estrangeiros em tomar o país como opção para o investimento.

Por isso, defende que "Angola deve aprofundar reformas institucionais acelerar o nível de investimento em infra-estruturas básicas assim com melhorar o nível de comunicação com instituições internacionais de modo a que as próximas classificações melhorem o posicionamento nesta classificação", acentuou.

I.22 Angola mantém 9.0 pior ambiente de negócios do mundo

Jornal Expansão

30 De Outubro de 2015

Angola é o 181.º país do mundo, em 189, com pior ambiente de negócios, mantendo o lugar "conquistado" no ano passado, de acordo com o relatório Doing Business 2016 do Banco Mundial divulgado na passada terça-feira, 27 de Outubro, com data de referência de Junho de 2015.

O relatório, que vai na sua 13.ª edição, pretende reflectir as facilidades e dificuldades enfrentadas pelas pequenas e médias empresas da principal cidade do País, no caso de Angola, Luanda, em dez critérios que vão desde abrir um negócio até fechar uma empresa, passando pela obtenção de crédito, acesso à electricidade e pagamento de impostos, entre outros.

O ranking do Doing Business 2016 continua a ser liderado por Singapura, a cidade-estado da Ásia, com 87,34 pontos numa escala de 0 (pior) a 100 (melhor).

A fechar a lista continua a Eritreia, com 27,61 pontos.

Angola, com 39,64 pontos está atrás de países da Africa Subsariana como os Camarões (44,11), a República do Congo (41,88), Guiné-Bissau (40,56), Libéria (40,19) e Guiné Equatorial (40,03).

Atrás de Angola, além da Eritreia, na região abaixo do Sara, só Chade (38,22), RDC (38,14), República Centro-Africana (36,26) e Sudão do Sul (34,78).

As piores classificações de Angola são em critérios relacionados com a justiça, nomeadamente na resolução de falências, último lugar dos 189, e no cumprimento dos contratos, 185.

Outro critério relacionado com a justiça onde o País não sai bem na fotografia é o registo de propriedade (169).

As melhores classificações de Angola são na protecção de investidores minoritários (66) e na obtenção de licenças para a construção (108).

O Banco Mundial destaca os progressos de Angola na redução do tempo e do custo da criação de um negócio e na facilitação do pagamento de impostos, mas ainda assim o País está na 141. a posição em ambos os critérios.

Começar um negócio em Angola ficou mais fácil, após a melhoria dos procedimentos de registo e a redução das taxas de registo das sociedades, elogia o BM. Relativamente ao pagamento de impostos, a instituição destaca a redução da taxa de imposto relativa à contribuição industrial, vulgo imposto sobre os lucros, que passou de 35% para 30%.

1.23 Investimento comprometido

Jornal O PAÍS

30 De Outubro de 2015

Questionado sobre as implicações adjacentes ao facto de Angola não constar da selecta lista dos países melhor classificados para a atracção de investimento estrangeiro, o interlocutor disse que os investidores procuram novos mercados para promover e diversificar os seus investimentos.

"Quando os investidores procuram novos mercados para promover e diversificar os seus investimentos, procuram por mercados que ofereçam retorno adequado às expectativas, segurança dos

investimentos e menos constrangimentos em todo o processo desde a criação de empresas e obtenção dos documentos, disponibilidade de mão-de-obra qualificada, infra-estruturas, segurança jurídica, facilidade de repatriamento de capitais e lou dividendos e a celeridade na extinção das empresas económica não é relevante nesta classificação, mesmo em anos anteriores em que a economia teve bom desempenho em indicadores macroeconómicos, a classificação não era a desejável. Há um conjunto de factores estruturais que devem ser melhorados", disse.

Como não é sempre possível viajar a todos os países, Lopes Paulo entende que um dos recursos para ter acesso à informação das condições dos mercados é a estatística publicada por diversas organizações internacionais a quem, à partida, se reconhece credibilidade.

No seu entender, uma classificação desfavorável aferida por essas organizações pode constituir-se em dificuldade na atracção de investimento estrangeiro para o país.

"Não obstante essa classificação, Angola foi o segundo maior destino de investimentos em África", sublinhou. Sobre se o actual cenário de crise contribuiu para este "afastamento" do país da lista dos melhores classificados, o consultor económico entende que não é relevante nesta classificação.

"O actual cenário de crise económica não relevante nesta classificação, mesmo em anos anteriores em que a economia teve bom desempenho em indicadores macroeconómicos, a classificação não era desejável. Há um conjunto de factores estruturais que devem ser melhorados", disse.

Para reverter este cenário, o especialista aponta que será importante que sejam periodizados investimentos em infra-estruturas. " O Governo angolano tem levado a cabo um conjunto de reformas administrativas para responder ao quesito de melhoramento do ambiente de negócios" , defendeu.

Questionado se o actual cenário de crise contribuiu para este "afastamento" do país da lista dos melhores classificados, o consultor económico, Lopes Paulo, entende que não é relevante nesta classificação, em caso de falência" , disse.

I.24 Preço dos produtos alimentares alarma benguelenses

Jornal de Angola

30 De Outubro de 2015

Texto: Wick Cayete

O Correio do Sul (CS) percorreu vários pontos de venda e constatou que os preços dos produtos no mercado formal e informal são elevados, por esse facto, a população local opta a compra dos produtos primários e de consumo imediato no mercado informal, onde os preços sofrem algum desconto mediante a quantidade e a necessidade do cliente.

Em entrevista à nossa reportagem, Fernando Bandeira, detentor de uma pequena loja no bairro da Massaganrala, há mais de 5 anos, manifestou o seu descontentamento, alegando que nunca registou tanta pouca procura por parte da população.

Segundo ele, as sucessivas subidas de preço dos produtos alimentares surge pelo facto dos comerciantes grossistas estarem a vender os produtos à preços muito altos, alegando a crise económica, a inflação da divisa estrangeira, o dólar, assim como o pagamento de taxas elevadas nos serviços alfandegários.

Acrescentou que, os clientes preferem ir ao mercado informal porque lá os preços são mais baratos.

Já a sub-gerente Fátima Alexandre, da loja "Ponto Alimentar", arredores da cidade de Benguela, pertencente ao grupo Martins e Neves, manifestou-se igualmente preocupada com a subida dos produtos básicos, que sobem dia pós dia, afirmando mesmo que na loja que dirige há escassez de produtos, facto que tem postos muitos clientes reclamarem e inconformados.

Fátima Alexandre regista que alguns produtos que eram adquiridos nos armazéns, por exemplo, uma caixa a dois mil kwanzas, o mesmo produto encontra-se a quatro mil kwanzas, o que obriga os lojistas a aumentarem também os preços.

Garantiu que o supermercado que dirige, tem procurado produtos mais baratos, para satisfazer as necessidades dos clientes e tem feito promoções de alguns produtos que estão perto da validade, um mês antes, para que os clientes não fujam para outros locais.

Francisco Borges, é dono da loja Mar e Sol, que existe a cerca de doze anos no mercado benguelense, bem a entrada do município sede para quem vem da

ponte do cavoco saindo do Lobito e da Catumbela. Ele diz não se lembrar de uma época igual como esta: "as pessoas não tem dinheiro para gastar e reclamam bastante os preços dos produtos fixados nas lojas".

Aquele empreendedor receia que na quadra festiva a situação venha a piorar, tendo em conta a escassez de produtos nos comerciantes grossistas.

Avançou que alguns armazéns já não têm stock e os que ainda têm alguma reserva encarecem os preços todos os dias, contrariando as declarações da ministra do Comercio Rosa Pacavira, numa recente entrevista a Rádio Nacional de Angola, onde garantia que não irá faltar produtos para a quadra festiva. O comerciante, deixa um apelo ao governo no sentido de pôr cobro a situação "porque a continuar assim, as coisas vão ficar muito complicadas para as pessoas e para os comerciantes". Frisou

Já a feirante Emília Jeremias, que vende no mercado de fruta e hortícolas, a cerca de dois meses, inaugurado pelo governador da província de Benguela, Isaac Maria dos Anjos, disse que a crise que se vive atualmente no país tem afugentado os clientes do mercado porque eles (clientes) acham que os preços nesse local são mais altos. "Talvez porque o mercado é novo, e as pessoas tem medo de entrar", disse.

Referiu também que os poucos clientes que aparecem no local reclamam dos preços, acrescentado que, "nós temos comprado os produtos aos fazendeiros com preços altos, a exemplo disso, uma caixa de tomate que custava dois mil kwanzas, actualmente passou para três mil, e o quilo de feijão, era comprado por 250 kwanzas, agora é 400 kwanzas. E só remediar", exclamou Emília Jeremias.

A vendedora augura a baixa de preços por parte dos fazendeiros, durante a quadra festiva, para que venham a ter possibilidade de vender mais e ganhar um pouco, e repor os gastos elevados na transportação dos mesmos produtos, assim como, na deslocação das suas casas para as fazendas e de igual modo para o mercado.

A zungueira, Joana Sapila, que manifestou satisfação de ser tratada como tal, manifestou igual preocupação.

A mesma referiu que, não tem encontrado lucro nenhum que lhe permite conseguir uma refeição na hora do almoço. "É muito sofrimento. Para quem não estudou como eu não pode fazer outra coisa a não ser zungar", lamentou.

Ainda assim, Joana Sapila, garante no próximo ano ingressar nas aulas de alfabetização, contando com

um futuro onde venha ser mais útil a sociedade angolana, segundo sua opinião.

1.25 Subida dos preços de bens eleva custo de vida no país

Semanário Terra Angolana
30 De Outubro de 2015

Dados avançados pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE), na sua Folha de Informação Rápida do mês de Setembro, apontam que o custo de vida em Luanda, que serve de referência para se determinar o nível de inflação em Angola, aumentou 11,6%, uma subida de 4,6% face ao mesmo mês de 2014, período em que se situou nos 7,1%

O relatório avança ainda que em termos mensais, de Agosto a Setembro, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) na capital do país determinado pelo INE, que considera como período-base o mês de Dezembro de 2014, indica que os preços variaram 1,22%.

A instituição refere que a classe 'Saúde' foi aquela que maior aumento de preços registou, com 2,63%. Destacam-se ainda os aumentos dos preços verificados nas classes 'Bebidas Alcoólicas e Tabaco', com 1,96%, 'Mobiliário, Equipamento Doméstico e Manutenção', com 1,65%, e 'Vestuário e Calçado', com 1,54%.

A classe 'Alimentação e Bebidas não Alcoólicas', aquela que, em norma, mais pesa no orçamento das famílias, foi a que mais contribuiu para o aumento do nível geral de preços em Luanda, seguida da de 'Habitação, Água, Electricidade e Combustíveis', 'Vestuário e Calçado' e 'Mobiliário, Equipamento Doméstico e Manutenção'.

O quadro com a taxa de variação do IPC por classes de consumo apresentado pelo INE mostra que, das 12 classes, sete apresentam uma taxa de 1 dígito ('Alimentação e Bebidas Não Alcoólicas'; 'Bebidas Alcoólicas e Tabaco'; 'Vestuário e Calçado'; 'Mobiliário, Equipamento Doméstico e Manutenção'; 'Saúde'; 'Habitação, Água, Electricidade e Combustíveis'; 'Hotéis, Cafés e Restaurantes').

As restantes classes tiveram variações inferiores à unidade. As classes 'Comunicações' e 'Educação' voltaram a não registar variação durante o mês de Setembro. No mais recente World Economic Outlook, de Outubro, onde o Fundo Monetário

Internacional (FMI) actualizou as perspectivas económicas globais, prevê-se que o ritmo de crescimento dos preços em Angola deverá acelerar neste ano para 10,3%, depois de ter encerrado o ano de 2014 nos 7,3%, a taxa de inflação mais baixa desde que há registo no país. Para o próximo ano, a organização sediada em Bretton Woods projecta uma inflação de 14,3%.

O actual nível de inflação encontra-se também já acima do previsto pelo Executivo no Orçamento Geral do Estado (OGE) 2015 Revisto, que apontava para uma subida do custo de vida entre os 7% e os 9% até ao final do ano em curso.

Índice de Preços

A nível nacional, o IPC registou uma variação de 1,08% de Agosto a Setembro do ano em curso. As províncias que registaram maior aumento, para além de Luanda (1,22%), foram o Zaire, com 1,03%, e o Cunene, com 1,02%, enquanto, entre as que menor variação tiveram, se destacam as de Cabinda e Bengo, ambas com 0,69%, e o Moxico, com 0,71%.

O maior aumento de preços foi registado na classe 'Saúde', com 2,08%. Destacam-se também as subidas verificadas nas classes 'Bebidas Alcoólicas e Tabaco', com 1,75%, 'Vestuário e Calçado', com 1,32%, e 'Mobiliário, Equipamento Doméstico e Manutenção', com 1,23%.

A classe 'Alimentação e Bebidas Não Alcoólicas' foi aquela que mais contribuiu para o aumento do nível geral de preços, com um avanço de 0,57 pontos percentuais (p.p.), no mês de Setembro, seguida das classes 'Habitação, Água, Electricidade e Combustíveis', com 0,10 p. p., 'Vestuário e Calçado' e 'Mobiliário, Equipamento Doméstico e Manutenção', com 0,08 p. p. cada uma. As restantes classes acabaram por registar taxas inferiores a 0,08 pontos percentuais.

1.26 Economist revê em baixa crescimento de Angola para 2,7%

Jornal Folha8
31 De Outubro de 2015

A "Economist Intelligence Unit" (EIU) reviu no dia 28.10 em baixa a previsão de crescimento da economia de Angola para 2,7% este ano, prevendo uma recuperação de 4,3% em 2016 e uma expansão média de 6,3% até 2019.

"Dado o continuado ambiente de preços do petróleo baixos, prevemos um crescimento de 2,7% em 2015, reflectindo uma despesa pública mais baixa que a esperada, e um declínio ainda maior nos preços do petróleo este ano, de cerca de 46%, e ainda estrangimentos técnicos na produção local", escrevem os analistas da unidade de análise da revista britânica *The Economist*.

O Executivo angolano prevê uma taxa de crescimento de 4,4% este ano e de 3,3% no próximo, segundo o Orçamento do Estado apresentado na semana passada em Luanda, que antecipa também um défice de 5,5% do PIB.

O comentário à evolução da economia de Angola, a EIU considera que entre 2017 e 2019 a economia vai acelerar, em média, para 4,3%, "alicerçada na despesa pública e privada sólida e num contexto de recuperação dos preços do petróleo".

A EIU aproveita para "rever também em baixa a previsão de produção de petróleo devido à manutenção em curso", passando a estimar que Angola consiga bombear 1,79 milhões de barris por dia, em vez de 1,82 milhões este ano - entre Janeiro e Agosto a média foi de 1,76 milhões.

A inflação, que deve terminar o ano de 2015 em 10,1%, manteve-se acima dos dois dígitos em Agosto, chegando a 11% face ao período homólogo de 2014, subindo de 10,4% no mês anterior, e foi o quinto aumento consecutivo mensal, lembra a EIU, explicando que isso reflecte as pressões inflacionistas que surgem das sucessivas reduções nos subsídios aos combustíveis e ao enfraquecimento do kwanza face ao dólar".

Esta desvalorização, aliás, é uma tendência que deverá manter-se no futuro próximo: "Dada a pressão gerada pelos preços baixos do petróleo, esperamos uma desvalorização ainda maior da moeda local e uma quebra controlada durante 2016, o que significa que a taxa oficial vai descer de 98,3 para 1 dólar em 2014, para 121,9 para um dólar este ano", escreve a EIU.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Kixi-crédito injecta mais de Mais de 400 milhões na economia

Jornal Economia e Finanças
02 De Outubro de 2015

Mais de 400 milhões de dólares norte-americanos foram injectados na economia nacional pela instituição financeira Kixi-crédito, em dez anos, no quadro do seu programa de desenvolvimento dirigido a pequenos negócios.

A informação foi prestada esta semana, em Luanda, pelo director executivo da Kixi-crédito, Joaquim Catinda, quando falava à imprensa no final de um encontro com parceiros.

No quadro do programa da instituição, Joaquim Catinda disse estar previsto o alargamento dos seus produtos ao crédito habitação, de poupança e de seguro.

Na ocasião, o director geral de políticas familiares do Ministério da Família e Promoção da Mulher (MINFAMU), António João, destacou o facto do departamento ministerial que representa atribuir grande importância ao desenvolvimento e à expansão do sector das microfinanças.

Disse que a importância atribuída ao sector das microfinanças, pelo Minfam, deve-se a relevância os serviços que prestam às questões viradas para educação financeira das famílias e das mulheres, em particular.

Segundo António João, o país está a dar passos para criar um ambiente propício ao desenvolvimento da indústria de microfinanças. "Trata-se de um sector importante para as políticas públicas de combate à pobreza".

Fundado na província de Luanda, em 1999, o Kixi-crédito é uma associação de micro- crédito criada ao abrigo da Lei 13/05 das instituições financeiras e registado pelo Banco Nacional de Angola.

A referida instituição financeira está implantada em 13 das 18 províncias do país.

2.2 Angola Invest disponibilizou 76,1 mil milhões Kz para 419 projectos aprovados

Jornal Expansão
02 De Outubro de 2015
Texto: Celestino Andrade

Cerca de 76,1 mil milhões Kz é quanto foi disponibilizado pelo programa Angola Investe, desde o seu lançamento em 2012 a Julho do ano em curso, para o financiamento de 419 projectos aprovados, segundo dados avançados pelo Ministério da Economia.

Os projectos financiados, avança o ministério, não representam grandes disparidades, quer em termos geográficos, quer em termos de sectores de actividade. Actualmente, existem projectos em 17 províncias do País, sendo Luanda a líder da lista, com um total de 197 aprovados, seguida por Benguela, com 53, e Cuanhza Sul, com 27 aprovados.

De acordo com o Ministério da Economia, o sector da indústria concentrou, até Julho de 2015, 176 do total de projectos aprovados, contra 148 da agricultura. A área de prestação de serviços destacou-se na terceira posição, com 55 projectos aprovados e financiados, seguida do sector de materiais de construção, com 32.

Os projectos, indica a fonte, permitiram a criação de 64.549 novos empregos para cidadãos nacionais e estrangeiros' ficando muito além da meta inicialmente estabelecida. Quando há três anos foi lançado, o programa Angola Investe previa a criação de 300 mil novos empregos e ajudar a reduzir a taxa de desemprego no País para 3,4%, até 2015.

Entretanto, recentemente, técnicos do Ministério da Economia e do Fundo de Garantia de Crédito deslocaram-se à província do Bengo, para avaliar os resultados dos projectos em curso na com una das Mabubas, tendo-os considerado positivos.

O presidente do Fundo de Garantia de Crédito, João Júlio Fernandes, apontou a empresa LN2, que actua no ramo da aquicultura, como "um exemplo a seguir". A firma existe há três anos e beneficiou de um financiamento no valor de 500 milhões Kz, do Banco de Poupança e Crédito (BPC), para a

construção de um centro de criação e produção de peixe tilápia, vulgarmente conhecido como cacuso.

Nélson Cardoso, administrador da empresa, afirmou que a sua instituição solicitou também ao Fundo de Garantia de Crédito a cobertura de 70% do valor do investimento, para a criação de um laboratório de produção e reprodução de alevinos, avaliado em 154,7 milhões Kz,

Pediu ainda empréstimos para a criação de um centro de engorda e crescimento de peixes, cujo estudo de viabilidade económica aponta para um valor de cerca de 154 milhões Kz, assim como um financiamento de 190 milhões Kz para a construção de uma fábrica de processamento de pescado. Do valor solicitado, explicou, o banco disponibilizou apenas 250 milhões Kz (50%), sendo que o encargo restante deverá ser suportado com fundos próprios.

Conforme fez saber, a cadeia produtiva prevê uma capacidade de 450 toneladas de peixe por ano em dois ciclos diferentes. Nesta primeira fase, a empresa, que garante emprego a 15 jovens locais, produz 30 toneladas de tilápia por mês, o que representa já mais de 50% da capacidade instalada.

Com a actual produção, disse, a empresa espera obter uma facturação anual na ordem dos 316,8 milhões Kz, sendo que do segundo ao quinto ano prevê-se que a produção aumente para 432 toneladas de peixe, o que resultará numa facturação de 475,2 milhões Kz por ano.

2.3 Bancos têm dificuldades em conceder crédito

Jornal de Angola
7 De Outubro de 2015

Os administradores das Instituições bancárias angolanas conhecem que as dificuldades na concessão de crédito são o factor mais crítico no apoio diversificação da economia, mas acreditam num crescimento da economia nacional, apelar da actual conjuntura condicionada pela evolução do preço do petróleo no mercado Internacional.

Um estudo da consultora Deloitte Angola, a que o Jornal de Angola teve acesso, diz que "aumentar a concessão de crédito para apoiar a diversificação da economia é, para estes líderes, o factor mais crítico para fomentar o crescimento económico, seguido da diminuição da burocracia".

As conclusões são do estudo "Observatório CEO da Deloitte", que analisa as perspectivas dos gestores de topo dos bancos angolanos sobre os desafios do sector. Mais de 70 por cento dos principais gestores de bancos mostram que o desempenho do sector ao longo dos últimos anos esteve em linha ou acima das expectativas.

Contudo, explica o estudo, os gestores dizem "existir, no actual enquadramento do sector, alguns desafios operacionais que necessitam de ser acautelados, como a atracção e retenção de talento (40 por cento dos inquiridos), a qualidade do serviço (33. por cento) e a organização interna (27 por cento), mas também de ordem financeira".

Para os administradores dos bancos angolanos, o acesso a moeda estrangeira e as fontes alternativas de financiamento são os maiores desafios que o sector enfrenta, seguido da diversificação da carteira de crédito e depósitos (19 por cento dos inquiridos), da colateralização de operações de crédito (13 por cento) e da captação de depósitos (13 por cento).

Cerca de 75 por cento dos inquiridos definem como principal prioridade a optimização e redução de custos nos bancos e outros afirmam que devem fazer mais, investindo em tecnologia, nomeadamente em "workflows" e em canais electrónicos. São ainda prioridades a gestão de riscos, o investimento em novas linhas de negócio e o aumento da liquidez em moeda estrangeira.

Os líderes do sector bancário identificam como principais factores de risco o aumento dos custos com o risco de crédito (73 por cento dos inquiridos), a diminuição do mercado cambial (60 por cento) e a desvalorização do kwanza (60 por cento). O estreitamento da margem financeira e o aumento dos custos de estrutura são outros riscos identificados pela maioria dos inquiridos. Os dados indicam que a internacionalização não é um tema uniforme entre os bancos, verificando-se um interesse assinalável na expansão. Metade dos líderes do sector esperam concretizar a sua estratégia de expansão depois de 20 18.

Cientes e concorrência

Quando os administradores bancários comparam a sua instituição face à concorrência em aspectos percebidos pelos clientes, cerca de oito em 10 líderes consideram estar em vantagem graças à reputação da sua instituição, bem como à inovação e diversidade dos produtos e serviços oferecidos.

Os poucos 20 por cento de líderes que consideram estar em desvantagem frente aos concorrentes

apontaram como o factor mais penalizador o preço (taxas de juros dos créditos e depósitos).

Nos aspectos relacionados com a. Gestão interna dos bancos, mais de 80 por cento dos gestores considera estar em vantagem face à concorrência pela solidez da estratégia e da organização, mas também pela capacidade de liderança e gestão (69 por cento dos inquiridos) e gestão de riscos (63" por cento).

Mas sentem-se em desvantagem no acesso a moeda estrangeira (44 por cento), estratégia de marketing (31 por cento) e dimensão da estrutura de custos (25 por cento).

Quanto à gestão de pessoas, o desenvolvimento de programas de gestão de carreira assume-se como a estratégia dominante para a atracção e retenção de talentos.

O desenvolvimento de programas de formação, o valor da remuneração, o pacote de benefícios e a participação de pessoas na gestão do banco são também opções para os inquiridos. O estudo "Observatório CEO da Deloitte" foi realizado entre Agosto e o início de Setembro deste ano e cobre mais de 90 por cento dos activos dos bancos angolanos. Bem como entrevistas com os seus protagonistas.

2.4 “Jovens devem criar cooperativas agrícolas”

Jornal Economia e Finanças

9 De Outubro de 2015

Texto: Alberto Domingos

Fórum Angolano de Jovens Empreendedores (FAJE) continua engajado em incentivar cada vez mais os seus associados e não só, a fim de terem facilidades nos seus negócios, garantiu Yvette Fonseca, a coordenadora regional Norte, que engloba as províncias de Malange, Cuanza Norte e Uíge.

De que forma o Faje pretende fomentar o auto-emprego para ajudar o Executivo nas acções de combate à fome e à pobreza?

Vamos fomentar o auto-emprego em todo o país através da formação e da realização de feiras. Estamos empenhados na sensibilização de jovens para os alertar de que não é apenas o Estado que pode ou deve criar emprego, mas também aqueles que possuem iniciativas empreendedoras. Angola tem uma população jovem, onde muitos precisam de

novas oportunidades. Pensamos que a solução é mesmo garantir o auto-emprego, ou seja, eles criarem os seus próprios postos de trabalho.

Vários países que apostaram em pequenos negócios cresceram e ajudaram a contribuir bastante para o seu produto interno bruto (PIB), daí que queremos incentivar os jovens angolanos a fazerem o mesmo. Quando alguém tem o seu próprio negócio e faz crescer, essa pessoa tem capacidade para apoiar a sua própria família e empregar mais jovens, o que para nós é sempre um ganho significativo para o país.

Acredita que a experiência de outros países vai resultar em Angola?

Com certeza. Temos convidado palestrantes que vêm do Brasil, um país cujo indicador nesta matéria de empreendedorismo resultou sobremaneira.

Qual tem sido o papel do INAPEM na parceria com o Faje?

O INAPEM é o nosso parceiro em matérias ligadas à formação de jovens empreendedores, sensibilizando-os a enquadrarem-se também no Faje. O INAPEM tem também aconselhado muitos dos jovens, que são membros do Faje, a terem muita cautela na tomada de decisões, bem como na elaboração dos seus planos de negócio e estudos de viabilidade.

Que resultados práticos obteve a terceira Feira Regional do Empreendedorismo e Auto-emprego realizada recentemente em Malange?

O evento realizou-se nos dias 14 e 15 de Agosto e foi uma experiência muito positiva que nos permitiu reafirmar o nosso compromisso com a juventude empreendedora do país.

A feira foi um sucesso, pois participaram cerca de 150 expositores, tendo atraído mais de 10 mil visitantes à província de Malange.

Tivemos uma grande representação de empresas e contámos com apoios dos parceiros institucionais dos governos provinciais do Cuanza-Norte, Malange, Uíge e de outras instituições.

Como é que o Fórum Angolano de Jovens Empreendedores pretende trabalhar para ajudar a diversificar a economia nacional?

Pretendemos contribuir para diversificação da economia nacional a partir da criação de jovens empreendedores que vão actuar em ramos diferentes.

Os jovens que incentivamos a apostar no empreendedorismo e no auto-emprego também são

aconselhados a diversificar as suas áreas de actuação através do cooperativismo,

Queremos trabalhar e incentivar os jovens a juntarem-se em cooperativas agrícolas, que têm um impacto muito grande na diversificação da economia nacional. O cooperativismo insere-se também nas grandes ferramentas de combate à fome e à pobreza e de diversificação da economia nacional e o Faje pretende impulsionar a existência de cooperativas desde as agrícolas, de crédito e de prestação de serviços, a de outros sectores.

Com a criação destas cooperativas, estaremos a dar um passo forte na diversificação da economia nacional e fazer com que o volume de negócios no país aumente cada vez mais.

Que importância tem o cooperativismo para a geração de emprego?

Na geração de emprego, o cooperativismo tem bastante importância, pois permite a pessoas com formação profissional e um conhecimento relativamente num sector a juntar-se a outra e a criarem um negócio, acabando por sua vez a empregarem outras pessoas. Outra grande novidade que o Fórum Angolano de Jovens Empreendedores quer trazer em Angola é a cooperativa nacional de crédito, uma instituição vocacionada à concessão de crédito para as diversas áreas, com maior incidência para o sector agrícola.

A coordenação regional Norte do Faje tem Incentivado bastante a aposta no agro-negócio

Os empresários destas regiões têm tudo para apostarem no agro-negócio, porque possuem condições climáticas favoráveis à implementação de qualquer projecto agrícola.

Quanto especificamente à província de Malange, a coordenação regional Norte está também a trabalhar para despertar os jovens a virarem as suas atenções para o sector do turismo, visto que Malange oferece condições para se apostar nesta área.

A indústria do turismo, como sabemos, é bastante importante para o processo de diversificação. Se os jovens apostarem fortemente neste sector, estaremos a dar um salto qualitativo na diversificação da economia nacional.

Como é que decorre o processo para a criação da primeira cooperativa nacional de crédito?

Estamos a lutar para criar a primeira cooperativa nacional de crédito que vai ser de certa forma grande impulsionadora para a criação de empresas e

consequentemente na geração de emprego. Já procedemos à entrega dos documentos ao Banco Nacional de Angola e tudo decorre a um ritmo satisfatório. Tão logo recebamos "luz verde", a cooperativa vai ser criada.

Um dos grandes objectivos da cooperativa vai ser financiar projectos agrícolas, que será também uma forma de o Faje trabalhar para a diversificação da economia nacional.

Apesar de ser um conceito novo em Angola, as cooperativas de crédito desempenham um papel fundamental no aumento do volume de negócios de qualquer país ou região, sobretudo para o auto-emprego, pois que a cooperativa vai estar virada simplesmente à cedência de empréstimos, o que torna mais simples a sua tarefa, em relação aos bancos.

Mesmo não sendo associados do Faje, qualquer empreendedor poderá solicitar um crédito na futura cooperativa?

A atenção está virada para os nossos associados, sobretudo os que pensarem em investir no sector agrícola. Eles poderão beneficiar de crédito com facilidade, bastando apenas preencher alguns requisitos básicos que vamos exigir.

Como é que encara o empreendedorismo feminino?

O empreendedorismo feminino é outra grande aposta e o Faje tem vindo a trabalhar para a sua melhoria. Tem sido positiva a força que as empreendedoras têm estado a dar em todas as vertentes. A nível da associação, elas já têm voz e conseguem afirmar-se como verdadeiras empreendedoras.

A nível da coordenação nacional, cerca de 44 por cento da força de trabalho são ocupados por mulheres, o que demonstra que a igualdade do género entre nós está a ser cumprida.

2.5 Projectos criam milhares de posto de trabalho na indústria transformadora

Jornal de Angola
25 De Outubro de 2015

O programa Angla investe aprovou, 2012 ate a semana passada, 445 projectos avaliados em 81.100,00 milhões de kwanzas e concedeu empréstimos no valor de 54.292 milhões de kwanzas, anunciou no Soyo, ministro da Economia. Abraão Gourgel, que discursava na inauguração da primeira

fábrica de engarrafamento de água mineral no Soyo, declarou que o valor do crédito do Angola Investe supera o concedido pelos programas do crédito agrícola de investimento e de campanha.

Os 445 projectos aprovados estão destinados a investimentos na indústria transformadora e extractiva, com 43 por cento, agricultura, pecuária e pescas (36 por cento), serviços de apoio ao sector produtivo (nove por cento), materiais de construção (11 por cento) e outros sectores (um por cento) e, juntos, têm o potencial de gerar 65.758 postos de trabalho.

O ministro sublinhou que o sector petrolífero ainda representa 35 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), mais de 60 por cento das receitas fiscais e 95 por cento das exportações, "o que revela a vulnerabilidade economia em relação aos choques externos".

O grande desafio do Governo para inverter esse quadro "de extrema dependência do sector petrolífero" consiste no fomento e promoção da diversificação da estrutura da economia nacional para dar lugar ao crescimento e ao aumento do emprego em ramos intensivos na força de trabalho, apontou Abraão Gourgel.

Essa estratégia passa por criar condições mais favoráveis a um envolvimento mais elevado do sector privado na economia nacional, posto que "os recursos do petróleo são finitos.

Aplicá-los no fomento da constituição, fortalecimento e consolidação do sector empresarial privado angolano é sempre uma aplicação produtiva e com resultados certos e sustentáveis no médio prazo", afirmou.

Estabilização

O ministro da Economia reconheceu que ainda há "algumas dúvidas e incertezas da classe empresarial privada" devido à conjuntura actual da economia angolana, mas tranquilizou o empresariado com os esforços do Executivo para a solução das dificuldades criadas pela crise.

"Estamos expectantes no esforço que tem sido empreendido pelo Executivo no sentido de reestruturar a despesa pública e potencializar as receitas fiscais, o que vai começar a dar os seus resultados, conduzindo-nos à estabilização ainda durante o próximo ano", declarou Abraão. Gourgel. O ministro considerou que as acções lideradas pelo Governo viabilizam atingir a diversificação, aumentar as exportações e a criação de novas fontes de aquisição de divisas. Abraão Gourgel considerou "i

negociável" o envolvimento do sector privado no processo de diversificação, o que está previsto no Programa Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017, que preconiza políticas de apoio ao empreendedorismo e o acesso das micro, pequenas e médias empresas ao crédito bancário e aos fundos de capital de risco.

O governador provincial do Zaire, Joanes André, afirmou na ocasião que os seis projectos aprovados pelo Angola Investe para a província, avaliados em 911 milhões de kwanzas, são insuficientes para diversificar a economia local. Os projectos aprovados para o Zaire têm o potencial para gerar 695 postos de trabalhos, pelo que o governador provincial pediu mais investimentos, uma vez que existem recursos, condições institucionais e quadros para a diversificação da economia.

"Peço aos bancos sedeados na província que continuem a conceder os empréstimos necessários: para a implementação de mais investimentos, tendo em conta as condições materiais, naturais e humanas existentes para o efeito" solicitou Joanes André.

O ministro da Economia reconheceu serem os programas de investimento aprovados para o Zaire insuficientes e prometeu trabalhar para atrair mais investidores para a região. "O Ministério da Economia (o Executivo pretendem continuar a apoiar a atracção de investido rei qualificados e parceiros de investimento para a província do Zaire" concluiu o ministro da Economia.

2.6 Governo do Bengo cria comité de crédito agrícola

Jornal Economia e Finanças
9 De Outubro de 2015

Um comité de pilotagem do crédito agrícola no município do Dande foi criado recentemente pelo governador da província do Bengo, soube a Angop.

O comité é coordenado pelo administrador municipal do Dande, João da Silva Castelo, Branco, e tem como missão assumir perante os bancos, operadores do crédito agrícola de campanha, o papel de garante no contexto do crédito solidário.

Pretende-se com a criação deste comité efectivar o programa de fortalecimento dos pequenos e médios produtores agrícolas e da linha de crédito para apoio a estes.

O governo do Bengo vai com isso promover o acesso ao crédito por parte dos pequenos e médios produtores agrícolas organizados ou não em associações e cooperativas, com vista a estimular uma agricultura comercial, moderna e próspera capaz de gerar renda, visando o alcance das metas programadas no plano nacional de desenvolvimento.

Integram o comité de pilotagem representantes da Estação de Desenvolvimento Agrário (EDA), da Unaca, das autoridades tradicionais e das instituições religiosas locais.

O comité terá como atribuições a selecção dos candidatos ao crédito de campanha, pronunciar-se sobre a idoneidade dos mesmos e sensibilizar os beneficiários.

2.7 Micro crédito no Huambo foi entregue à juventude

Jornal de Angola
12 De Outubro de 2015
Texto: Tatiana Marta

Um grupo de 247 jovens residentes nas zonas suburbanas do município do Huambo beneficiou de micro créditos para investimento em negócios com vista a garantir a sua auto-suficiência financeira.

O micro crédito é concedido pela Kixi Crédito, instituição financeira que se dedica a apoiar jovens com iniciativas de negócio em sectores como comércio, produção agro-pecuária e prestação de serviços.

O responsável da Kixi Crédito do Huambo, Marle Capete, disse que a sociedade de micro crédito, que representa, tem como uma das principais metas ajudar o Governo, na qualidade de parceiro social, no combate à pobreza.

Neste âmbito, a Kixi Crédito pratica uma das taxas de juro mais baixas do mercado, situada nos 3.75 por cento e com um período de reembolso que vai de seis meses a um ano. As pessoas que possuem pequenos negócios geradores de rendimento são o principal alvo, uma vez que além de conseguirem pagar com regularidade os seus créditos, criam vários postos de trabalho, facto que ajuda ao desenvolvimento da sociedade.

A sociedade Kixi Crédito opera desde 2002, na província do Huambo, e durante este tempo já

concedeu crédito a 3.037 pessoas oriundas dos 11 municípios, para que possam apostar em pequenos negócios nas áreas agrícolas e de serviços.

O ano passado, a Kixi Crédito concedeu 196 milhões de kwanzas de crédito e continua com vários pacotes, que vão desde Kixi Crédito Yeto e Kixi Crédito Reforçado, este último o mais solicitado pelos jovens e que se destina ao consumo, comércio e prestação de serviços.

2.8 Mulheres rurais recebem apenas 1 % dos créditos agrícolas

Jornal O PAÍS
23 De Outubro de 2015
Texto: Neusa Filipe

A afirmação acima é da ministra da Família e Promoção da Mulher, Filomena Delgado, quando falava por altura da 2ª Feira Internacional da Agricultura e Pecuária "AGROANGOLA 2015" realizada de 15 a 18 do mês em curso, nas instalações da FILDA, em Luanda, sob o lema "investir na agricultura é tornar a economia mais saudável".

A ministra referiu que em Angola, a situação da mulher rural não foge à regra do quadro descrito no contexto mundial. Afirmou de igual modo que as mulheres que no meio rural representam 20% do total da população angolana e cerca de 38% da população feminina do país. Que são as guardiãs dos valores culturais dos povos e as principais transmissoras do conhecimento tradicional agrícola, que constitui a base de sustentação do modo de vida rural.

A realização da feira, que coincidiu com as comemorações dos dias internacionais da Mulher Rural (15 de Outubro), da Alimentação, (16 de Outubro) e, ainda, com o da Erradicação da Pobreza, que foi assinalado no dia 17, realça o papel que a mulher rural desempenha no crescimento da economia nacional, tendo sido considerada como um membro integrante do grupo mais vulnerável que deve merecer maior atenção nas políticas de inclusão social e económica.

A responsável apontou a crítica situação económica que o país está atravessando como sendo um cenário de excelente oportunidade para uma reflexão em torno das melhores estratégias que levem o país à diversificação da economia.

"O caminho para a diversificação da nossa economia passa, necessariamente, por uma aposta no sector primário, com destaque para a agricultura", disse a ministra, defendendo, na sequência disso, a necessidade de uma contínua aposta na mulher rural, para garantir o seu acesso à terra, à sua formação, ao crédito e o seu acesso a pequenas tecnologias de produção e à transformação pós colheita, visando inseri-la nos programas do agro-negócio, contribuindo assim para a redução dos índices de pobreza e de vulnerabilidade vigentes.

'É preciso diminuir os níveis de importação'

Por sua vez, o ministro da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua, ao tomar palavra durante a abertura da conferência que decorreu no mesmo recinto, afirmou que para se diminuir os níveis de importação de alimentos é necessário que se invista cada vez mais na produção nacional, destacando sempre o importante papel das mulheres do meio rural, visto que o seu contributo acontece, acima de tudo, no espaço da agricultura familiar.

João Baptista Kussumua defendeu ainda a aposta num conjunto de políticas públicas que permitam um diálogo com a realidade das mulheres e que actuem no reconhecimento do seu papel e na promoção da sua autonomia. "Angola tem um elevado índice de importação de bens alimentares que urge diminuir. No entanto, a diminuição das importações só poderá acontecer se formos capazes de assumir o auto aprovisionamento", disse.

Protecção social para combater a pobreza

Entretanto a protecção social foi apontada pelo ministro da Agricultura, Afonso Pedro Canga, como sendo um dos pilares fundamentais no processo de combate à fome e à pobreza. O responsável garantiu que tem sido prestada assistência às populações afectadas pelas calamidades naturais, porém, reconheceu que ainda há muito que se fazer para tornar estável a vida das famílias no meio rural.

O ministro finalizou alegando que maior atenção deve ser prestada à mulher e as suas famílias, visto que 80% dos alimentos que se consomem são produzidos pela mulher rural.

2.9 Centralidades rejeitadas por cidadãos maiores de 40 anos

Jornal Grandes Notícias
2 De Outubro de 2015

Os cidadãos maiores de 40 anos, estão a rejeitar alinhar na compra de apartamentos nas centralidades que estão a ser construídas por Luanda a fora por considerarem que os preços que estão a ser praticados são muito altos. Por isso mesmo trabalhando na função pública ou com recursos financeiros particulares média-alta, dizem não aos apartamentos das centralidades, mesmo à renda resolúvel," eu não alinho nessas brincadeiras mesmo para ir pagando daqui há 30 anos, um gajo não sabe se vai viver até lá! Não quero deixar dívidas para a minha família por isso preferi construir o que é meu, também é bonito, mais espaçoso, com maior privacidade. Dá para estender os ossos".

2.10 Venda de apartamentos começa este mês

Jornal de Angola
6 De Outubro de 2015
Texto: Isidoro Samutula

Um total de dois mil apartamentos, dos cinco mil construídos na Centralidade do Dundo, na Lunda Norte, começam a ser comercializados a partir da segunda quinzena deste mês, anunciou na capital da província, o presidente do conselho de administração da Imogestin.

Rui Cruz explicou que o processo começa dentro de dias com a comercialização, numa primeira fase, de 40 por cento dos dois mil apartamentos e na segunda fase, prevista para os meses de Novembro e Dezembro, são vendidos os restantes 60.

O presidente do conselho de administração da Imogestin visitou demoradamente as infra-estruturas da Centralidade do Dundo e apontou algumas insuficiências que, na sua opinião, devem ser corrigidas.

A pesar das anomalias, Rui Cruz considerou excelentes as condições que as casas apresentam na Centralidade do Dundo e explicou que os critérios para o acesso à habitação obedecem à divisão dos candidatos em três grupos.

As facilidades recaem para a função pública, que tem uma quota de 40 por cento de casas, seguida os das empresas públicas e privadas, institutos e organismos públicos, também com 40 por cento. Por último a venda livre ao público disponibiliza 20 por cento das habitações.

"Vamos tratar da comercialização das casas de forma transparente. O principal requisito para beneficiar do regime de propriedade resolúvel é o interessado ser trabalhador e nunca ter adquirido uma residência ao Estado. Também tem de estar inscrito na segurança social e ter os impostos pagos, no caso das empresas", explicou.

O presidente do conselho de administração da Imogestin não avançou os preços dos apartamentos, mas precisou que está em curso um estudo da realidade de cada província.

"Não temos ainda um preço fixado para a Centralidade do Dundo, de modo a definir qual o salário adequado ao nível da casa", salientou, precisando que o salário limite para aquisição de um apartamento varia consoante o nível de cada casa.

Rui Cruz esteve na Lunda Norte com o propósito de contactar a autoridades locais, empreiteiro e a empresa de fiscalização, com vista à criação de condições para o início do processo de comercialização dos apartamentos da Centralidade do Dundo.

O presidente do conselho de administração da Imogestin anunciou o início, no segundo semestre do próximo ano, da segunda fase do projecto de requalificação da cidade do Dundo, que compreende a construção de mil habitações de carácter social, concebidas para corresponderem às necessidades dos cidadãos com menores rendimentos.

Para acelerar o processo e garantir melhor organização na comercialização dos apartamentos, o Governo Provincial da Lunda Norte já distribuiu as quotas para as direcções provinciais, administrações municipais, empresas públicas, institutos públicos, as forças de defesa e segurança, banca e outras

instituições para a selecção dos candidatos que tenham os requisitos para a compra de casas na Centralidade do Dundo.

2.11 Não havendo, em Angola, subsídio de desemprego e chegada a hora do pagamento das habitações no Kilamba, como ficam os desempregados forçados pela crise?

Jornal República

16 De Outubro de 2015

A par da crise económica e financeira em que se encontra mergulhado o nosso país, consequência das políticas desastrosas do Governo provocadas pela falta de competência, inexistência de reformas estruturais (implementação da lei autárquica) bem como a endemia da corrupção, sem a devida intervenção social do Estado, a inexistência do subsídio de desemprego levará a que muitos Angolanos, que devem realizar os pagamentos das prestações das habitações, incorram em incumprimento. As empresas que empregavam muitos angolanos como a Odebrecht, Soares da Costa, Mata Engil, Somague, Teixeira do Duarte, Intertransit, Petrolíferas, Inalca, Kero, Maxi procederam aos despedimentos em massa. Outras empresas que prestavam serviços a estas também fecharam as suas portas, por falta de pagamentos e de trabalho, mandando vários trabalhadores para o desemprego.

Em Angola não existe Subsídio de Desemprego, as construtoras que operam em Angola há muitos anos viram aumentar a sua carteira de empreitadas em grande medida, numa primeira fase, devido à iniciativas como a reabilitação de infra-estruturas públicas, de seguida, com ausência dos pagamentos por parte do Estado Angolano, tudo descambou para a paralisação.

Os primeiros sinais de aperto começaram a ser sentidos há dois anos, altura em que surpreendeu o Sindicato dos trabalhadores da Construção com o anúncio do despedimento de um número elevado de empregados. O Estado, sem dinheiro do petróleo para manter os altos voos, como defende, força as empresas a reduzirem o número de mão-de-obra, tanto angolana como expatriada, e outras a fecharem as portas. A Lei Geral do Trabalho que vigora desde

o passado mês de Setembro visa assegurar o crescimento e o desenvolvimento económico e social do país, sem o seguro de desemprego ou subsídio de desemprego.

Quando é que chega o desemprego? Quanto tempo dura o desemprego? O direito ao subsídio de desemprego pode ser condição para uma existência digna e, nesta óptica, a efectivação de um mínimo de protecção social. Entendido como um mínimo de existência ou sobrevivência é uma garantia que deriva, não tanto da consagração no artigo 770 da CRA, "o Estado promove e garante as medidas necessárias para assegurar a todos o direito à assistência em qualquer situação de incapacidade para o trabalho", mas, sobretudo, do princípio da dignidade da pessoa humana plasmado no artigo 10 CRA. Às famílias, constituídas por pessoas, deve ser garantido um espaço existencial que permita conservar a sua dignidade, isto é, o direito mínimo de protecção social, deve ser exigido positivamente ao Estado, em prol do homem, para garantia da sua realização livre e plena. Apela-se ao Estado social, à ideia de democracia igualitária, funcionando o princípio da dignidade da pessoa humana como um mandato de optimização na construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Assim, ao Estado incumbe, obrigatoriamente, a garantia de protecção social, que deverão ser entendidas como uma "medida irrecusável do direito à vida». O direito à protecção social é um direito a prestações. O nosso ordenamento jurídico consagra este direito em termos programáticos, não resultando de forma acabada do texto constitucional qual o seu âmbito e conteúdo.

A Constituição não indica quais as prestações que se visa conceder, a forma da sua atribuição ou os respectivos pressupostos.

A efectiva concretização do direito à segurança social exige uma intermediação legislativa, obriga à produção de normas que garantam o direito, que definam as faculdades que o integram e os meios concretos para o seu exercício. Perante isto, questiona-se: qual o grau de vinculação do Executivo e Assembleia Nacional a esta obrigação de efectivação do direito à segurança social? E, em que termos deve ser efectivado o direito?

2.12 Imobiliária acusada de violar a lei

Jornal O PAÍS

30 De Outubro de 2015

O presidente da Associação Angolana dos Direitos do Consumidor (AADIC), Diógenes de Oliveira, revelou, em entrevista a O PAÍS, que a Imogestim infringiu o artigo 406º e seguinte do Código Civil por ter alterado o contrato sem o consentimento de outra parte, no caso os moradores das centralidades em questão.

"Este mesmo artigo, no nº 1, versa que o contrato deve ser pontualmente cumprido e só pode modificar-se ou extinguir-se por mútuo consentimento dos contraentes ou nos casos admitidos por lei. Coisa esta que neste caso não foi verificada. Atesto que não existe norma imperativa para o caso em concreto", esclareceu.

Quanto a cobrança de dupla mensalidade, o advogado considerou ser ilegal por não ter sido isso que ficou acordado entre as partes na celebração do contrato e, por outro lado, não se está a cumprir vários pressupostos legais estabelecidos na Lei de Direito do Consumidor (LDC). Citou a violação do direito de informar, de igualdade material dos contraentes, a nulidade das cláusulas que atenuam a responsabilidade do fornecedor por vícios no serviço como alguns dos flagrantes.

Explicou ainda que esta lei torna nulas as obrigações iníquas ou abusivas que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada e incompatível com a boa fé, a equidade e a modificação unilateral do contrato com desvantagem para o consumidor. "Penso, se esta decisão prevalecer (cobrança ilegal) que seria absurdo, estaria, diante de uma violação dos princípios fundamentais da ordem jurídica Angolana, o interesse público, a finalidade e a igualdade", advertiu.

No que concerne as actualizações trimestrais à luz do Índice de Preços de Consumidor (IPC), disse ser de lei e tendo de seguida classificado como paradoxal pelo facto de os imóveis terem sido adquiridos pela via de alguns documentos solicitados pela imobiliária, um deles é o comprovativo da fonte de rendimentos (salários) fornecido pela entidade empregadora.

No seu entender, seria pertinente rever-se também o salário base do trabalhador. "Melhor, devemos repensar todos nós, se, falamos em actualizar a renda em função do IPC, então estamos diante de uma relação consumista, relação esta que configura um direito fundamental, protegido constitucionalmente no artigo 78º".

Diógenes de Oliveira disse que os contratos devem ou (deviam) ser celebrados em moeda nacional, caso contrário estar-se-à diante de mais um erro, ou melhor, um acto de abuso por parte do fornecedor.

E, por outro lado, assinalou que somente poderá efectuar-se qualquer alteração no contrato se existir consenso entre as partes e não pode existir imposições, sob pena de incorrerem num acto ilícito cível.

Finalmente, apelou aos moradores das centralidades abrangidas a manterem a calma e a acreditarem no trabalho da AADIC, que está empenhada a fazer de tudo para que as situações que lesam os direitos e interesses dos consumidores sejam respeitados. Embora reconheça que nem tudo depende deles. "Somente para finalizar que os consumidores devem ter a cultura de reclamar, denunciar, queixar, mesmo que for somente 100Kz. Saiba que é um direito que lhe assiste, e está salvaguardada como um direito fundamental na

Constituição da República de Angola. O Consumidor não pode descurar o que é seu por direito, como exemplo; a informação. É preciso ver que o fornecedor somente quer maximizar os lucros", concluiu.

2.13 Moradores aflitos

Jornal O PAÍS
30 De Outubro de 2015

Domingos Zino, moradora desta centralidade, considera que as decisões da Imogestim têm causado embaraços à gestão económica e social da comunidade.

No seu ponto de vista, ao estabelecerem a nova política de cobrança devia-se ter em conta a situação económica que o país vive e avaliar a média de salários dos moradores das centralidades. Tendo em conta o salário básico exigido para a aquisição dos apartamentos e os constrangimentos que a dupla mensalidade poderá criar.

Explicou que ao cumprirem com tais exigências, os chefes de família estarão a criar um déficit nos seus orçamentos domésticos porque não conseguirão honrar com outras obrigações' como o pagamento das propinas nas escolas dos filhos ou dos próprios, se estiverem matriculados em instituições de ensino privado.

Esta situação tornar-se-á mais grave para aqueles que têm os filhos na creche.

"A exigência da Imogestim poderá contribuir para a redução significativa da dieta alimentar por um período de nove meses e desestabilizar as famílias ao ponto de provocar separações. Estarão em situações mais graves aquelas pessoas que contraíram crédito bancário, o que os obrigará a redobram os esforços", disse.

Domingos Zino enumerou ainda que tal situação provocará aos moradores muito stress, frustração e pensamento de recuo, mas que já não pode, porque vem ao de cima o sentimento de auto-estima. "Neste contexto, espera-se mais acidentes nas vias e perda de valores".

Amor de Fátima, por seu turno, adverte que as pessoas que auferem 150 mil Kwanzas mês ficarão apenas com 50 mil Kwanzas para fazerem a gestão doméstica, porque a maioria será canalizada aos cofres do Estado.

"Assim a pessoa come, paga a empregada, os serviços com a educação dos filhos ou deixa a casa?" Questionou.

2.14 Moradores da cidade do Kilamba apresentam protesto à Imogestim

Jornal O País
30 De Outubro de 2015
Texto: Paulo Sérgio

Os moradores da centralidade do Kilamba protestam as novas modalidades de pagamento dos apartamentos, a sua indexação ao Índice de Preço do Consumidor (IPC), dupla mensalidade e a data de

início da cobrança, marcada para 9 de Novembro. Os inquilinos, reunidos em assembleia no último Domingo, decidiram apresentar o protesto, nesta Sexta-feira, 30, à imobiliária.

Esta informação foi prestada a OPAÍS, nesta Quarta-feira, por Manuel Vitoriano, presidente de uma comissão criada pelos moradores para os representar junto a Imobiliária.

Em contraproposta as exigências da Imogestín, a referida comissão defendem que a cobrança deve ser feita a partir de Janeiro do próximo ano, no sistema mensal e sem incluir o IPC.

Argumentou que tais exigências têm como suporte legal o contrato celebrado entre os clientes e a Sonip/Delta, ambas agora representadas pela Imogestín. E, por outro lado, que ao proceder de tal forma a imobiliária não só estará a desrespeitar o contrato em vigor como a infringir a lei.

A acta de protesto, subscrita por mais de 600 moradores de diferentes estratos sociais, foi elaborada com base nas contribuições dos moradores no referido encontro.

"A primeira preocupação que vamos tentar solucionar junto a quem de direito é o pagamento da renda das casas, por ser a que mais nos aflige. De referir que sempre que a Imogestín faz um anúncio relacionado aos pagamentos, os moradores das centralidades perdem o sono. O que, até certo ponto, afecta a nossa qualidade de vida", disse Manuel Vitoriano.

A referida comissão almeja defender também os direitos dos clientes do Fundo de Fomento a Habitação (FFH), por julgar que têm sido vítimas de inúmeras irregularidades, como descontos anárquicos.

O presidente da comissão afirmou que pretendem, a médio prazo, levar à discussão as disparidades existentes nos contratos celebrados com as duas instituições públicas, no caso o FFH e a Sonip/Imogestín, que comercializam os imóveis das centralidades, de forma que haja igualdade de tratamento.

Alertou à imobiliária a ter em conta que um dos requisitos exigidos para se habilitar a um dos imóveis significa que o candidato devia ter um salário igual ou superior a 150 mil Kwanzas para os apartamentos mais pequenos, no caso a T3A. Montante este, que no seu ponto de vista, está desvalorizado, em consequência da crise financeira que o país enfrenta.

"A Imogestín diz que vai comunicar previamente aos moradores de forma individual, via carta, sobre o

valor que terão que pagar por força das actualizações mas a lei não prevê isso. A lei prevê que os preços sejam anunciados por tipologias e esperamos que estes sejam os mesmos que constam nos contratos em vigor", disse.

2.15 Salva-se quem poder!

Jornal O PAÍS

30 De Outubro de 2015

Já não sei bem, mas terá provavelmente sido um economista norte-americano o indivíduo que cunhou o famoso chavão - «não há almoço grátis!» Uma verdade que, apesar de genuína, nunca cessou de causar muitos amargos de boca. Pois, mau grado a predilecção humana por estratégias de auto-engano, nada e ninguém conseguiu até agora invalidar a premissa de que tudo na vida tem necessariamente um preço.

Aqui chegados, e na perspectiva do ganho a todo custo, podemos nos interrogar se o processo da intermediação de compra e venda de habitações nas Centralidades, iniciado pela Sonip e agora em continuação pelas mãos da Imogestín, terá ou tem sido para o legítimo proprietário um óptimo negócio. Escusem-se de pensar que se pretenda aqui levantar pés-de-vento à volta disto.

Afinal de contas desde 1991 que nós os Angolanos chafurdamos, por «vontade própria», nas lavas escaldantes e selvagens da economia de mercado, salvaguardadas as margens de manobra para a garantia do mínimo social básico para os segmentos mais vulneráveis da população, por sinal a maioria, na linha do Estado Social cristalizado na imortal máxima de Neto: «O mais importante é resolver os problemas do Povo». E um dos problemas que a muitos ainda aflige nesta Pátria do eterno «Havemos de voltar», é mesmo a gritante carência de habitação - a «casa própria» - como sói-se por aí dizer. O Governo, o Empresariado, o Cidadão, cada um à sua maneira, tem procurado encontrar a mais consentânea das soluções para o problema. São, em definitivo, vários os atalhos para que o cidadão alcance a ingente meta de abrigar-se a si e aos seus sob um tecto, em condições humanamente decentes.

É, de resto, a extrapolação dum antigo dilema já retratado naquela icónica canção de Toy Salgueiro, nos anos oitenta, em que o «camarada» se despedaça em mil e urna «diligências» oficiais e kazukutuais ou de «esquema», como diziam na época, só pra

conseguir «um fogão, uma geleira e urna casa pra morar».

Todavia, as palmas de «sucess story em matéria de resolução criativa da questão da casa própria iriam pra aqueles deslocados que, empurrados pelos horrores da guerra do interior para Luanda, resolveram num piscar de olhos o seu problema habitacional com o slogan que traziam bem na ponta da língua: Tunga ngó! Constrói só. E assim nasceu ali o bairro, anichado entre a Precol, a Terra Nova e outros arredores da Estação dos Musseques; e o nome colou - Bairro do Tunga - com a sua praça e tudo quanto bastasse. Um paradigma de crescimento urbano que ainda faz escola nos nossos dias. Foi -se a guerra, mas ficaram as marcas bem tatuadas com indelével tinta na alma dos mwangolés todos, do novo-rico ao mais desgraçado dos plebeus. Quem não adquiriu ainda o seu katterreno de pelo menos 20 por 10 no «Triângulo das Bermudas», onde a «legalização» e a sua cúmplice irmã «fiscalização vêm sempre pela mulumba do camaleão, nunca de bicicleta, e ainda menos de kupapata? É a doutrina pura e simples da «acumulação esperta» de capital fundiário em Terras do Vale-Tudo.

Até lá, enquanto kinguilamos «também» pela indexação trimestral e auspiciosa do rendimento do plebeu, vulgo «salário-base canjonjado pela desvalorização & quejandos», ao Índice de Preços no Consumidor (IPC), e conseqüente «actualização», bem-aventurados sejam os que a si mesmos se consideram «imaculados» - e só podem mesmo ser uma minoria «de sonho», né? -porquanto apenas a esses, como fora antanho deliberado nos Evangelhos, caberá o direito do arremesso da primeira pedra!

3. MERCADO INFORMAL

3.1 “Torneiras fechadas” no mercado da BCA

Jornal O PAÍS

2 De Outubro de 2015

Texto: Milton Manaça

Já lá, se foram os tempos em que em plena avenida Deolinda Rodrigues, à frente da unidade logística das Forças Armadas Angolanas (FAA), os fregueses eram esperados pelas vendedoras que, com pequenas bancadas montadas no passeio e latas nas mãos, aproveitavam o congestionamento no trânsito para comercializarem os seus produtos.

O desvio que dá acesso ao mercado da BCA (Base Central de Abastecimento das FAA), que se destacou na venda de alimentos enlatados, nomeadamente o chouriço, salsichas e outros tipos de carne, para além do feijão, o arroz e a tuba, chama a atenção, logo à entrada, a presença de efectivos da Polícia Militar (PM) que, a par de agentes da Polícia Nacional, circulam de um a outro lado interpelando carrinhas carregadas que entram no local.

Depois de algum tempo de visualização e interacção com algumas vendedoras, que a princípio se mantinham receosas em prestar qualquer tipo de declaração, desvendou-se a razão da fraca quantidade de produtos expostos nas bancas no interior do mercado: "Os militares já não trazem mais os produtos aqui na praça da BCA", contou mana São, como é tratada pelas suas companheiras. Esta vendedora, que diz estar neste mercado há 16 anos, fez saber que há quase dois anos que a logística das FAA deixou de ser a principal fornecedora de produtos neste mercado, por razões que alega desconhecer.

Minutos depois, António Joaquim, que durante 10 anos se dedicou ao transporte de produtos das viaturas para os locais de armazenamento, foi mais claro: "o canal de onde vinha os produtos fechou porque o chefe da logística foi substituído".

António, agora nas vestes de roboteiro, acrescentou que desde aquele momento o movimento do

mercado baixou consideravelmente e, em consequência disto, muitas senhoras abandonaram o local.

Ele apresenta-se também como uma das pessoas que se ressentem aos efeitos deste cancelamento, pelo facto de o rendimento do seu trabalho já não ultrapassar os mil kwanzas diários, contrariamente aos cinco mil que eram a cifra mínima que levava para casa todos os dias.

Ao que parece, de acordo com as informações que obtivemos no local, também os seguranças das empresas privadas com responsabilidade de proteger os armazéns faziam parte do esquema que incluía militares, vendedoras e roboteiros, para além dos 'meninos de recados', já que nos últimos tempos, de acordo com um segurança que evitou se identificar, a descarga de produtos já não se fazia à luz do dia.

Aliás, alguns compartimentos de armazéns funcionavam como celeiro para os produtos de algumas vendedoras que normalmente faziam um pagamento mensal, de acordo com informações prestadas pela fonte.

Vistoria à lupa

O PAÍS apurou que além de vistoriarem as viaturas que entram, os militares e agentes da Polícia circulam igualmente entre bancadas a fim de averiguarem à lupa se as latas estão ou não timbradas com os dizeres 'para uso exclusivo das FAA'.

Ainda assim é possível encontrar produtos com aquela designação, mas em quantidades reduzidas e a preços mais altos, que espelham bem o resultado de um trabalho que visou impedir que os produtos da logística militar parassem para o mercado informal, como vinha acontecendo há mais de 10 anos.

Para a manutenção do mercado da BCA, as comerciantes têm recorrido a outras superfícies comerciais, nomeadamente aos armazéns. Após a parceria que as ligava aos militares das FAA muitas ainda fizeram coligações comprando produtos a partir do exterior do país, mas esse processo acabou por falir por ter sido afectado pela desvalorização do Kwanza e a consequente escassez do dólar no mercado nacional.

3.2 “Feirão do Kilamba” viola regras

Jornal de Angola

06 De Outubro de 2015

Texto: Cristina Da Silva

Os moradores do Kilamba mostram-se preocupados com uma feira que se realiza no Interior da centralidade. O movimento, que anteriormente era apenas d, roupas, hoje estende-se à venda de hortaliças e de comes-e-bebes. O "Feirão do Kilamba" decorre nas Imediações do quarteirão A, na primeira entrada da centralidade, o que, segundo os moradores, represente uma ameaça para os moradores do Kilamba.

Moradores contactados pela reportagem do Jornal de Angola disseram que actualmente parte dos mercados estão a ser transferidos para fora das localidades e não se percebe como a Administração do Kilamba permite que este evento aconteça logo à entrada da cidade.

Peixe fresco, batata-doce, fuba, repolho e couve são dos muitos produtos comercializados ao ar livre. Paulina Magalhães, moradora do quarteirão K, chama a atenção aos ministérios do Território e do Comércio sobre esta situação. "Se estamos com dificuldades para a recolha de lixo dentro da centralidade, que hoje se encontra em toda a sua extensão, não sabemos como vai ser com este mercado que a cada sábado ganha mais espaço, sob o "olhar atento" da Administração", lamentou. E disse mais: "O Executivo faz tudo para termos um lugar para habitar com dignidade e há alguns, nem sei por que razão, permitem a violação das regras de convivência.

É triste. Assim não". Paulina Magalhães disse que as feiras podem até existir porque ajudam os moradores na compra dos produtos, mas é preciso que se realizem num outro espaço e não à entrada da centralidade.

Evaristo Cristóvão, outro morador, referiu que ficou espantado com o movimento mercantil da centralidade. "Além das bancadas muitos produtos são vendidos no passeio da Avenida", disse, pedindo a pronta intervenção do Governo Provincial de Luanda e do Ministério do Interior.

O coordenador de um dos edifícios da Centralidade disse ser inadmissível a promoção deste tipo de evento, sem ter em conta alguns aspectos, como a forma de os vendedoras depositarem o lixo e a organização. "Não sabemos qual a necessidade da Administração em promover esta feira. Nós sempre

fomos aos mercados para adquirir os produtos para as nossas casas. E temos exemplos no passado de pequenas feiras que depois se tomam uma dor de cabeça."

Bebidas alcoólicas

As tendas e contentores com comes-e-bebes também fazem parte do menu do "Feirão do Kilamba". Ali é servido funje, mufete e outras comidas, com uma componente comum: bebidas alcoólicas. "As bebidas são hoje uma dor de cabeça nas famílias do país e infelizmente as do Kilamba não fogem a esta realidade", desabafou um morador que se identificou como Gomes,

Rafael Miguel disse que a Administração do Kilamba deve preocupar -se com programas educa ti vos e não com mercados que promovam a promiscuidade.

"Hoje vivemos o drama das crianças estarem a promover festas nos apartamentos e com estas barracas de venda de bebidas elas vão ter tudo facilitado", alertou o também professor de Educação Laboral. "A venda de bebidas alcoólicas promove na maior das vezes a prostituição, não só nas crianças como também nos adultos,"

Rendas pagas à Administração

A feira abre às quintas-feiras e estende-se até aos domingos, Para o cidadão conseguir uma barraca ou tenda deve desembolsar 14.800,00 kwanzas, A reportagem do Jornal de Angola apurou que para o arrendamento das bancadas os interessados devem pagar 3. 100,00 Kwanzas.

O Jornal de Angola tentou contactar a Administração do Kilamba, mas sem êxito. Uma fonte da Administração disse que "as inscrições para a feira estão suspensas até próximas ordens".

3.3 Taxistas praticam actos de vandalismo

Jornal de Angola

6 De Outubro de 2015

Texto: Neusa De Menezes

A cidade de Luanda acordou ontem agitada com actos de vandalismo praticados por alguns taxistas, os "candongueiros", que reclamavam das autoridades melhores condições para desenvolver as suas actividades diárias.

A desordem dos taxistas provocou a destruição parcial de algumas viaturas e a Polícia Nacional, chamada a intervir, procedeu à detenção de vários taxistas e à apreensão de algumas viaturas.

Contactado pelo Jornal de Angola, inspector-chefe e porta-voz da Polícia Nacional, Mateus Rodrigues, disse ser normal os cidadãos contestarem e lutarem pelos seus direitos mas quem reclama tem de saber fazê-lo de forma a não causar danos.

As Forças da Ordem, disse, existem para manter a ordem e a tranquilidade e manter um convívio pacífico

entre os cidadãos. "Ainda que a reclamação seja justa, muitos taxistas causaram situações de alteração à ordem e tranquilidade públicas, danos morais e ofensas corporais e nestes casos a Polícia Nacional é obrigada a intervir, para repor a legalidade."

A Polícia Nacional, referiu, recebeu informações de que durante as manifestações dos taxistas houve agressões físicas e outras irregularidades por parte dos reclamantes.

"Ao chegarmos aos locais presenciámos actos de vandalismo e fomos obrigados a deter mais de dez cidadãos em diversos pontos de paragem de táxis." Mateus Rodrigues explicou ainda que muitos dos taxistas detidos alegaram estar sem paragens fixas por isso a manifestação e os ânimos alterados. "Mas isso não é motivo para impedir os outros taxistas filiados na Associação dos Taxistas de Luanda (ATL) de fazerem o seu trabalho." Nos Congolenses, um taxista, que se identificou por Daniel, e que faz a rota Congolenses Mutamba, e que viu o vidro traseiro do seu Hiace quebrado, disse ao Jornal de Angola: "Nós, os taxistas, devemos ser mais educados. Esta atitude mostra que somos mesmo uns autênticos candongueiros. Que eu saiba, a tal Associação dos Taxistas de Luanda, onde estou inscrito, devia primeiro escrever ao Governo Provincial de Luanda ou à Comissão Administrativa de Luanda e não agir assim. A Associação dos Taxistas de Luanda ao permitir isso está a mostrar que não é parceiro do Executivo. Só tenho de lamentar."

Mateus Rodrigues corroborou a opinião do taxista: "Não se justificam os danos materiais e morais que causaram a alguns automobilistas, que tentavam parar na via pública para oferecer boleia a alguns cidadãos que pediam ajuda, principalmente as pessoas que se dirigiam aos hospitais". A ATL reuniu-se no final da tarde de ontem, no Marco Histórico 4 de Fevereiro, Cazenga, com os seus filiados com o objectivo de encontrar uma solução pacífica. No encontro de ontem, orientado pelo seu presidente, Manuel Faustino, foram analisadas questões relacionadas com o perfil de cada associado, e com as diligências junto

do Governo Provincial de Luanda no que respeita à tarifa praticada até agora e aos locais definidos para paragens.

Em entrevista à Rádio Nacional de Angola, Manuel Faustino condenou a atitude de alguns taxistas que fizeram a paralisação e praticaram actos de vandalismo. "Não somos os promotores desses desacatos e condenamos os desacatos." A Associação de Taxistas Nova Aliança descartou qualquer ligação aos actos de vandalismo praticados ontem por alguns taxistas. O seu coordenador, António Matos, disse que a política da agremiação é de ajudar o Executivo nas suas acções. "Estamos a negociar com o Governo Provincial de Luanda para que nos proporcione os locais onde podemos estacionar as nossas viaturas e a questão das tarifas praticadas. É apenas isso que estamos a reivindicar", disse António Matos.

Uma ronda efectuada ontem pela reportagem do Jornal de Angola constatou grandes filas de cidadãos que saíam de casa e se dirigiam a pé percorrendo longas distâncias para chegarem ao seu local de trabalho. Noutros pontos da cidade verificou-se que alguns taxistas que pararam a sua actividade obrigavam os seus colegas a suspenderem a sua jornada laboral sob pena de verem as suas viaturas danificadas.

3.4 Vendas nas ruas sinal de desleixo

Jornal de Angola

7 De Outubro de 2015

A venda ambulante no meio das ruas e até das estradas representa um perigo para os vendedores e para os automobilistas, mas ninguém parece importar-se com isso. De nada vale falar em medidas de prevenção de acidentes rodoviários se um caso tão grave como é a circulação de pessoas, principalmente jovens mas também mulheres e crianças, pelo interior das estradas e ruas, não é resolvido.

Toda a gente vê e ninguém toma medidas para acabar com aquilo que é, acima de tudo, uma vergonha para a capital do país. A presença de pessoas entre o tráfego rodoviário dá uma imagem ao visitante que chega ao país de desleixo e abandono da gestão dos espaços públicos e uma péssima avaliação da autoridade do Estado.

O argumento de que os vendedores que fazem o comércio no interior do trânsito têm nisso a sua fonte de rendimento e sustento familiar, e portanto,

vamos deixar andar até ver o que acontece, reflecte a atitude de desresponsabilização que, infelizmente, é marca de alguns organismos nacionais.

Nada fazer apenas agrava o problema. Os acidentes vão continuar a fazer vítimas, os produtos a estar expostos à poeira e aos gases poluentes, e mesmo assim comercializados, e a desobediência à lei a ser um modo de vida. Enquanto assim for, a prevenção rodoviária não existe.

3.5 Azuis e brancos estremecem Luanda

Jornal Terra Angolana
09 De Outubro de 2015

Eram precisamente cinco horas da matina que Rita percebeu que alguma coisa não estava bem. Vivia no Zango e trabalhava nos Coqueiros. Para não ter chatices com a patroa, Rita gostava de acordar com galos, como diz a nossa reportagem, para mal a D. Sónia despertar já eu estou na minha cozinha a lavar a louça do jantar, diz sorridente a quarentona que diz já ter perdido a conta das horas de viagem que fez nos últimos 15 anos.

"Acordo todos os dias às cinco a ver se apanho os primeiros carros que vão tranquilo e também não apanhamos assim tanto engarrafamento", diz sorridente.

Avisamos Rita, a simpática lobitanga que há muito não visita a sua terra natal, que naquele dia poderia ser complicado chegar cedo à casa da patroa. "Esses meninos são bandidos, eles ameaçam, mas como precisam dos tostões os meninos vão ver que daqui a pouco estarão aí. Olha, eu tenho mesmo de ir a essa hora, porque se não a dona Sónia aborrece-se comigo

e eu sou mais velha já não posso levar bafos", diz sempre sorridente a nossa primeira entrevistada.

Diferente do que muitos pensam aquela hora já a paragem do Zango estava cheíssima, "todos os dias a essa hora já tem aqui muita gente à espera dos candongueiros", explica Paula do Popula, como se apresenta a jovem a nossa frente.

Segundo nos contam outros populares que vão se metendo na conversa, a ver se disfarçam a ansiedade da espera do transporta, uma vez que os órgãos de comunicação aventavam a hipótese de naquele dia

acontecer uma paragem dos taxistas, aquela hora geralmente já haveria muitos táxis a circularem.

"Se eles não aparecerem é que eu estou perdida", diz Rita, sempre às gargalhadas.

Sete horas e quarenta e três minutos, foi o tempo que os taxistas precisaram para demonstrar que não estavam no gozo e que sim, estavam mesmo a cumprir uma greve que poderia durar uma semana.

As causas: falta de paragens fixas, subida de preço dos combustíveis e o fenómeno gasosa.

Em toda parte por onde passávamos o cenário era o mesmo, grupo de pessoas a caminharem a pé na mesma direcção ou paragens cheias.

No município do Cazenga os taxistas em grupo montaram 'mutambas' para impedir que outros colegas 'furassem' a greve.

"Aqui ninguém vai trabalhar, quem passar por aqui e tentar carregar vamos partir o vidro do carro dele", gritava um jovem cobrador, cuja alegria contrastava com a tristeza do monte de jovem que aguardavam impacientes nas paragens lotadas.

O taxista Wilson Matias mostra-se revoltado com atitude dos agentes da Polícia que intervêm na greve que "não é deles".

"Nós não estamos aqui para criar confusão queremos apenas amostrar que não concordamos com esta situação, não temos paragens próprias, e nas supostas paragens indicadas somos multados", acusa.

"Estamos aqui para mostrar que estamos parados e não para fazer confusão e não sabemos por quê é que a polícia está vir por cima de nós com porretes", mostrando-se indignado.

Pouco depois das oito horas, a Polícia apareceu em força: farda azul escura e capacetes a condizer e cara de poucos amigos, tomaram conta das paragens correndo com os homens do azul e branco e os seus colaboradores (cobradores).

"Agora não sei por quê é que estão a prender os taxistas, então temos que fingir que as coisas estão bem, enquanto não, isso é triste", lamenta o jovem Wilson Matias.

"Estamos a correr com os outros que estão a trabalhar porque não é lógico que não se solidarizem connosco, visto que os benefícios serão para todos e não apenas para nós, pois com a subida drástica do preço dos derivados do petróleo não só complicou a nossa vida como da maior parte da população. Por

isso exigimos solidariedade", diz Paulo Augusto, cobrador de um quadradinho.

Enquanto os vulgos azuis e branco paralisaram por completo as suas actividades, os turismos, ou candongueiros não oficiais aproveitavam para ganhar o dia.

"Porque não aderiu a greve? Não concorda?", Questionamos Nelson que com o seu Suzuki Auto, apanha um grupo de passageiros que precipitam para o seu carro, cinzento, mal ele encosta o carro.

"Não é que não estou solidário, estou sim, mas sabe que o nível de vida subiu drasticamente e temos contas a pagar, os miúdos precisam comer, precisam calçar, preciso comprar material escolar, então se eu ficar uma semana parada o que é que me acontece e aos meus", questiona Daniel Matadi, que atura as culpas de toda a situação ao ministério dos transportes. "Sim, porque se eles trabalhassem de verdade Luanda, a capital teria transporte público, porque não tem? É uma vergonha", atira.

Para os grevistas, a questão fulcral de todo o imbróglio são as paragens.

"Se as coisas estivessem boas para nós é claro que não haveria motivo para uma greve, mas não é o caso. A questão da gasosa já se sabe que por mais que gritemos não vai dar em nada, vão fazer pressão nos primeiros dias, mas depois o pente vai regressar e com força. Mas isso não significa que não é nosso desejo que se resolva, resolvam sim, mas as paragens é um direito que temos. Como é que eles acham que podemos funcionar e dentro dos limites estabelecido por lei se nem paragem conseguem nos dar", diz o jovem taxista Fonseca que diz ter sido dos primeiros a aderir a paralisação.

"Nunca tive dúvida que deveria fazer parte deste grupo, afinal estamos apenas a reivindicar um direito nosso", explica.

Para José Paulo Carlos, taxista há muitos anos como nos diz, tem utilizado a rua da Brigada como rota habitual, defende que esta paralisação por enquanto "baseia-se simplesmente por não termos paragens fixas, como o senhor vê. Aqui na Cuca não tem paragem e quando paras és multado. Como fica isso, será que teremos que viver a vida toda a aguentar estes desrespeitos por parte de quem é superior",

"Não conseguimos trabalhar à-vontade por causa dos agentes regulador de trânsito aqui nessa zona. Para deixar e recolher os passageiros é preciso grandes ginásticas", questiona o taxista desesperado.

Em declarações à imprensa o secretário para Mobilização Periférica do MPLA em Luanda mostrou-se indignado com atitude dos vulgos 'candongueiros' que qualificou de 'arruaças'.

3.6 O dia em que Luanda “parou” e a cidade alta “estremeceu”

Jornal Manchete

09 De Outubro de 2015

Texto: Manuel João

Foram mesmo estes verbos conjugados na passada segunda-feira, 5, em Luanda. Luanda tinha parado, parado com a paralisação ou greve (como muitos ousaram chama-la) dos taxistas que decidiram protestar contra a não sinalização de paragens de facto para carga e descarga de passageiros e a famosa "gasosa" que supostamente os agentes da Polícia Nacional (agentes de trânsito) pedem todos os dias aos homens do volante dos azuis e brancos. A população não andou. Não andou porque os taxistas e suas viaturas estavam paradas em toda Luanda. Como consequência a capital angolana não "bumbou" na segunda-feira. Também tinha estremecido. Estremecido com a moldura populacional nas ruas da capital. Parecia ser uma insurreição popular com queima de objectos, "surra" aos não aderentes. Os telemóveis dos curiosos fotografaram e a filmaram as eternas imagens da população parada e em movimento numa Luanda que nunca mais será a mesma.

A situação fez a cidade alta sentir medo, medo do fogo e do povo que estava nas ruas da cidade. Uma cidade que parecia ser um Burundi, Borkina Faso ou República Centro-Africana. Por esta razão a cidade alta sentiu medo, estremeceu e mandou os seus operativos no terreno: políticos, agentes dos serviços de inteligência do Estado e quase todos os órgãos do Ministério do Interior.

O objectivo dos "candongueiros"

A greve ou paralisação dos taxistas tinha sido avisada há alguns dias. Não pediram "autorização" ao Governo da Província de Luanda como fazem, por exemplo, os jovens do auto denominado "Movimento Revolucionário" e outras instituições públicas e privadas que usam as ruas da capital para manifestarem o seu agrado ou desagrado sobre uma situação que lhes inquieta. Pararam sem avisar à Associação Provincial dos Taxistas e a recém criada Nova Aliança dos Taxistas.

Os madrugadores não estavam nas ruas as 5h de segunda-feira, aliás, estavam, mas não para prestar o seu serviço de táxi.

Queriam que o Governo da Província de Luanda ou Central definisse as suas paragens de facto onde pudessem carregar e descarregar os passageiros bem como protestar contra os que denominaram de "camarada 1000". "Camarada mil" são os agentes da Polícia de Transito que pedem a famosa gasosa sempre que interpelam um auto-mobilista, em geral e taxista em particular. Clamaram ao governo e aos dois órgãos que lhes defendem "não" foram ouvidos, por isso partiram para rua, interditaram estrada e "bateram" os colegas que não aderiram a greve. A situação ficou insuportável e insustentável. O eco de desespero e a confusão chegou até a cidade mais alta de Luanda onde vive o mais alto mandatário da nação.

O tremor da cidade alta

A situação vivida na passada segunda-feira, 5, "mexeu com a cidade alta. Era um cenário nunca adivinhado nem esperado. Os cidadãos com idade já avançada recordaram a guerra contra o colono português e civil que se observou em Angola depois da expulsão dos colonizadores em 1975, ano em que Agostinho Neto, primeiro Presidente da República, fez a sua voz ecoar na praça para tornar o país independente e soberano. O elevado número de pessoas que não conseguiu ir ao local de trabalho, o fogo atado pelos taxistas que chamaram de vandalistas (a quem diga que houve infiltrado) e o caos que se viveu, fez o palácio presidencial à cidade alta soltar indivíduos para pôr ordem no círculo.

Intervenção do estado

O Estado e o partido governante, MPLA (responsável pela situação pelo facto de seu Executivo não ter atendido atempadamente as reclamações dos grevistas) intervieram usando os seus principais órgãos de defesa e segurança do Ministério do Interior. Nas ruas (todos viram e ouviram), a presença e os gritos da polícia de ordem pública, de intervenção rápida e de trânsito. Houve também a intervenção dos Serviços de Inteligência e Segurança do Estado. Todos entraram no terreno para transformar o caos em normalidade. O que se fez é a detenção de mais de 140 taxistas julgados sumariamente implicados alegadamente naquilo que o porta-voz do Comando de Luanda, Mateus Rodrigues chamou de greve ilegal e que a culpa não era da Polícia Nacional.

A normalidade tímida tinha surgido no dia seguinte, sem no entanto, virem as suas reclamações satisfeitas

pelo Ministério do Interior, das Finanças e Governo da Província de Luanda onde foram encaminhados uma série de reivindicações. Um país com os problemas do tamanho do oceano atlântico, terá tempo e vontade de satisfazer os problemas dos taxistas?

3.7 O “Tsunami” que parou Luanda

Jornal Manchete

09 De Outubro de 2015

Texto: Moreira Mário

Os taxistas mostraram, profundamente, a importância do papel que exercem na vida dos luandenses, ao paralisarem toda sua actividade na última segunda-feira, 5 do corrente, em protesto contra a falta de paragens de embarque e desembarque, a recusa das autoridades em actualizar os preços das rotas, à luz do reajuste dos preços dos combustíveis, e a alegada corrupção da polícia.

Na ocasião houve relatos de várias viaturas vandalizadas, inclusive queimadas no local, como em Viana, Cazenga (zona da Mabor), e ainda, vários taxistas terão sido detidos, devido a desacatos e violência contra colegas, passageiros e polícia.

O porta-voz do Comando Provincial de Luanda, chefe Mateus Rodrigues, terá confirmado detenção de mais de dez grevistas, sem adiantar o número.

E o presidente da Associação dos Taxistas de Luanda (ATL), Manuel Faustino, confirmou recentemente o arranque das negociações com o Governo que, de acordo com o responsável, deverá ter reposta a algumas reivindicações esta sexta-feira, 9 do corrente.

Recorde-se que há algumas semanas a Direcção de Viação e Trânsito trocou o ponto final de algumas rotas em Luanda, a fim de, segundo o órgão, melhorar o trânsito na capital. Os táxis que chegavam até a rotunda da Cuca, agora estão a parar no tanque do Cazenga, encurtando assim a rota e fazendo com que os passageiros tenham que caminhar para apanhar o táxi.

O mesmo acontece nas zonas como no centro do São Paulo, nos dois sentidos, nas vilas de Viana, de Cacucaco, da Gamek, Mutamba e Benfica. Até ao momento estão proibidos de circular nos locais referenciados a partir das 5 horas e 45 minutos até às 21 horas.

Há muito os taxistas têm vindo a queixar-se de encontrar muitas dificuldades no exercício das suas

actividades, perante a actuação policial. "Mesmo com a documentação completa, eles criam sempre situações só para amealhar algum dinheiro", lamentaram os "guerreiros da estrada".

Segundo o taxista Simão José, os policiais nunca os deixam estacionar, para poderem carregar ou descarregar os passageiros, têm que estar sempre a correr ou a fugir e criar constrangimentos na estrada.

"Todos os dias tem sido uma guerra para podermos trabalhar tranquilos, tudo só porque eles querem sempre um mil ou dois mil", lamentou, para quem os agentes estão mais preocupados com o dinheiro do que fazer o seu verdadeiro trabalho.

O taxista Evaristo Vumbi diz que todavia sentiu-se insegura durante as suas jornadas laborais, devido a onda de delinquência que se registam nalgumas paragens da cidade capital. "Os marginais além de procederem assaltos aos passageiros, obrigam os taxistas a colaborar com eles no loteamento das viaturas. Há ainda os grupos de gangs que se dedicam a ocupação de espaços nas paragens para exigirem 100 kwanzas a cada taxista pelo estacionamento e em caso de recusa eles vandalizam-te o carro", disse, alegando que estas situações acontecem mesmo na presença da polícia e nada tem sido feito para combater.

3.8 Polícia prende e leva taxistas em greve a tribunal

Jornal República
09 De Outubro de 2015

A polícia angolana deteve mais de uma dezena de taxistas a quem acusa de "praticar arruaças" e vai levá-los a tribunal.

A informação foi avançada pelo porta-voz do Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional, depois de um dia de alguma tensão em alguns bairros da capital devido à greve de taxistas. Trabalhadores e estudantes foram as principais vítimas da greve dos taxistas, que protestam contra falta de paragens de carga e descarga e a recusa das autoridades em actualizar os preços das rotas, tendo em conta os novos preços dos combustíveis.

Greve de taxistas em Luanda levanta onda de violência "O mais grave é que até as nossas irmãs estão a ser detidas", disse um condutor que ainda pergunta "o que nós fizemos?".

Vidros quebrados e pneus queimados ao longo das vias viam-se por todo o lado. O presidente da Associação dos Taxistas de Luanda, Manuel Faustino, e o secretário-geral da Aliança dos Taxistas de Luanda já negaram o seu envolvimento na greve.

Os taxistas prometem continuar a greve até sexta-feira e exigem a libertação dos seus colegas.

3.9 Candongueiros aguardam por novas medidas

Novo jornal
9 De Outubro de 2015

A CIDADE CAPITAL viveu esta semana momentos de agitação em função de uma greve que culminou em actos de vandalismo e julgamentos dos taxistas "arruaçeiros". A falta de paragens fixas e a permanência dos valores cobrados na corrida de táxi (100 kwanzas) são algumas das suas principais reivindicações.

A Associação dos taxistas aguarda, para hoje, uma resposta das autoridades, sobre a definição das suas inquietações.

"Não há táxis, não há táxis". Estas foram as palavras mais pronunciadas, segunda-feira, 5, por cidadãos aflitos que tiveram de percorrer longas distâncias, em consequências de uma greve declarada, pelos "candongueiros", no primeiro dia laboral da semana.

O protesto ficou marcado por actos de vandalismo praticados por alguns homens do "volante azul e branco" que não permitiam outros colegas que não aderiram à greve, e até mesmo cidadãos alheios às suas actividades fizessem o transporte de pessoal. Vários transeuntes e passageiros foram agredidos e outras pessoas viram as suas viaturas danificadas.

A Polícia Nacional foi chamada a intervir e pôs fim ao caos que começou às primeiras horas do dia. O porta-voz da corporação, Mateus Rodrigues, explicou, na ocasião, que a postura dos cidadãos incorria em crimes de arruaças e ofensas corporais, tendo garantido que a Polícia já havia detido alguns para julgamento sumário.

Comentando sobre as proibições de paragens e estacionamento, o inspector-chefe disse, na altura, que se tratou de uma medida organizativa do trânsito automóvel. Explicou, por outro lado, que a responsabilidade pela definição de paragens é do Governo provincial.

As paragens ficaram aglomeradas de gente, mas ainda assim, houve quem se solidarizasse com a causa dos taxistas. Jaime Inácio disse ao Novo Jornal que andou a pé de Viana até à zona do mercado dos Congolezes. " Não há táxi, meu caro. Saí de casa às cinco e não sei como regressar caso a greve continue. A reclamação dos taxistas é justa e o Governo deve resolver o problema para que o povo não sofra", desabafou.

Já a cidadã Ermília que, com duas crianças pela mão procurava boleia, condenou a atitude "arruaceira" dos taxistas. "Meu filho, me leva só. Venho da Vila com estes dois meninos a pé, não sei como chegar até à Cuca. Há muita confusão. Isto não pode ser assim. Greve sim, mas sem confusão ", reclamou a cidadã, socorrida pela equipa de reportagem deste semanário.

Alguns taxistas ouvidos por nós disseram que o protesto se deveu à falta de actualização das tarifas da corrida de táxi, tendo em conta o sucessivo aumento dos preços dos combustíveis, a falta de indicação de paragens e a cobrança de multas arbitrárias por parte da Policia, para além da famosa gasosa ou seja, o suborno.

Associações negamautoria

A Associação dos Taxistas de Luanda (ATL) condenou os actos de vandalismo e negou ser a promotora da paralisação das actividades. O seu presidente, Manuel Faustino, garantiu que a sua agremiação está a negociar com o governo da província para que até hoje, sexta-feira, as autoridades apresentem o resultado das suas reivindicações.

A Nova Aliança é uma outra associação que surgiu em defesa dos taxistas. O seu vice presidente, Geraldo Ferreira, negou igualmente que a Nova Aliança fosse promotora das confusões de segunda-feira juntando-se às mesmas reclamações da classe. Informou que a greve foi promovida por taxistas do Cazenga e que no domingo, dia 11, vai reunir-se com os taxistas para analisar a situação.

CONDENADOS E SOLTOS

Entretanto, o Tribunal Provincial de Luanda começou esta semana o julgamento sumário dos taxistas acusados de actos de vandalismo e desordem pública. Em Cacucaco, sete dos 28 jovens acusados foram condenados a três meses de prisão. Os mesmos deverão ainda pagar 53 mil kwanzas de multa. Em Viana, o tribunal condenou seis dos 15 taxistas à pena de dois meses de prisão efectiva e ao pagamento de Kz 70 mil de multa. Já o tribunal do Kilamba Kiaxi remeteu para instrução o processo de 53 outros acusados, compostos por motoristas e cobradores de táxi, devido à má instrução do mesmo.

A juíza Maria Luísa Tempo ordenou a libertação dos taxistas por má instrução processual.

3.10 “Entre o taxista que da gasosa e o agente que recebe a cumplicidade”

Novo jornal

9 De Outubro de 2015

Em que circunstâncias é que "A Nova Aliança de Taxistas" aparece?

A Nova Aliança surge de uma fragilidade que constatámos na Associação dos Taxistas de Luanda (ATL), uma vez que nós os taxistas queríamos pressionar para que se fizesse alguma coisa por nós, a quem de direito, na altura, o presidente da ATL, o senhor Manuel Faustino. Infelizmente, criaram políticas, tentaram implementá-las, mas nós não nos revíamos nas políticas postas em prática por essas medidas. Não havia um diálogo bilateral, era unilateral. As pessoas chegavam às reuniões, falavam e nós tínhamos de obedecer simplesmente. Nós não concordávamos com isso. Então decidimos que, não havendo consenso, devíamos retirar. Um grupo de amigos pensou que, depois de sairmos da ATL não podíamos ficar por aí, e que devíamos pôr em acção as nossas ideias. Pensámos criar um grupo organizado e é assim que surge "A Nova Aliança dos Taxistas (ANA- TA).

Este 'boom' público da "A Nova Aliança dos Taxistas" deveu-se aos episódios que ocorreram na última segunda-feira, em que o nome da organização aparece associado a esse movimento de protesto que foi realizado. O que é que têm a dizer em vossa defesa?

Em princípio devo dizer que tomámos conhecimento e tentámos trabalhar no sentido de sensibilizar os nossos colegas para que não optassem por esse caminho, usando a violência. A paralisação, em princípio, é permitida por lei. Nós concordamos até aí, só não concordamos com as consequências da paralisação. Houve actos de vandalismo e quero afirmar aqui que a ANATA descarta qualquer possibilidade de termos sido nós os protagonistas da mesma acção.

Então quem convocou a paralisação dos táxis?

Um único jovem insatisfeito com alguma injustiça de que terá sido alvo numa das vias, achou conveniente reivindicar de maneira errada, solicitando a

participação de alguns amigos, um género de pessoa que utiliza a mesma linguagem e que achavam que era necessário agir dessa maneira. E ali no Cazenga, começou o movimento de ideias que resultou no que se viveu na segunda-feira.

Esse movimento começa no Cazenga mas ao que se sabe o epicentro da paralisação e dos actos de vandalismo foi Viana...

Foi em Viana porque foi lá que uma emissora radiofónica noticiou a paralisação várias vezes, e até certo ponto acabou por influenciar os próprios taxistas a aderirem como se fosse algo legal e que não teria nada de errado, porque as pessoas têm a emissora como uma rádio séria. As pessoas foram aderindo à paralisação e tinham como epicentro o município de Viana. Algumas pessoas chegaram a deslocar-se ao município de Viana, no intuito de participarem, e infelizmente depararam-se com a situação com que se depararam, porque depois surgiram alguns jovens que não são taxistas, estão identificados, são jovens 'lotadores de táxis', lavadores de carros, que se aproveitaram daquela situação.

Está a dizer que os actos de vandalismo e de arruaça não têm nada a ver com os taxistas?

Nada têm a ver com os taxistas. Até onde eu sei, nada têm a ver. Afinal de contas quem é o taxista? Qual é a impressão que a sociedade tem do taxista? O taxista é um cidadão comum, trabalhador, cuja actividade se centra no transporte de passageiros de um ponto para o outro. Chefe de família, estudante, religioso, por aí. Então estamos a falar desses indivíduos, uma franja da sociedade angolana. Jovens trabalhadores, honestos, que de uma maneira justa procuram ganharem o seu pão para o sustento das suas necessidades.

Não é esta a percepção que se tem dos taxistas?

Infelizmente, não. Na nossa sociedade quando se fala de taxistas, estamos a falar de vândalos. Daqueles que não respeitam as leis, mas que paga a taxa de circulação, pagam a licença nem tão aqui há um paradoxo. É preciso esmiuçarmos bem esta afirmação que se quer fazer passar sobre aqui que são os taxistas.

Voltando à situação da arruaça. Na altura em que esses episódios estavam a ter lugar, vocês, ANATA,

estavam na linha? Aderiram também paralisação ou não?

A "A Nova Aliança" saiu às ruas sentido de fiscalizar como andava as coisas. Infelizmente, deparámo-nos com uma situação que não comum para os taxistas. Preocupados, tivemos de intervir, uma vez que somos uma organização séria, e que remos nos afirmar na sociedade como parceiros do Estado. Intervimos no sentido de amainar os ânimos dos nossos colegas, tentámos mostra-lhes uma outra vertente, neste caso vertente jurídica, como devíamos fazer a paralisação. Organizadamente, sem que houvesse impedimentos a terceiros, sem que houvesse danificação de qualquer bem público. Mas infelizmente, constatámos algum, acções que não vão de encontro aquilo que é os nossos princípios fundamentais, como "Nova Aliança".

Qual foi o resultado que obtivera:

Tivemos resultados positivos. Graças a Deus fomos ouvidos pelos colegas, garantindo que nós estaríamos à frente de qualquer negociação com o Estado, no sentido de estabelecermos aquilo que realmente são as nossas necessidades. Porque é um fado e está bem estampado que não há paragens suficientes. Há, mas não são suficientes. Quando se diz há paragens, são quantas paragens?! Estamos a falar de paragens para quantos carros? Quantos carros existem só na cidade de Luanda? Quais são as condições? Porque infelizmente, em algumas zonas de Luanda, as paragens indicadas pelo Governo Provincial servem de estacionamento para os homens da função pública. Chegam ali e param os carros às 7h00 e voltam a tirá-los às 17h00

. Nós, encurralados, não temos como, fazemos as segundas/terceiras filas. É aí em que somos mandados parar. Infelizmente tem um carro, mas é o nosso sítio e nós paramos. Isso cabe a quem de direito fiscalizar.

O que é que ficou por dizer no debate que vocês tiveram na TPA?

A priori, esclarecer as motivações que levaram muitos jovens, insatisfeitos com a falta de paragem, a sair às ruas.

Foi esmiuçado no debate aquilo que é essencial perceber nesta questão dos taxistas e as reivindicações que são feitas e que juntam, de um lado, o Governo Provincial e, do outro, os taxistas?

Não, de um modo geral. Em alguns momentos sentimo-nos excluídos do debate, porque não se faz debate a falar de táxis convidando figuras que não

combinam com os fados reais. O que nós queríamos que acontecesse é que tivéssemos um espaço onde estivessem, de um lado os taxistas, e do outro, o Governo Provincial, no sentido de vermos esclarecidas as nossas preocupações, apontarmos possíveis soluções de alguns dos problemas que vivemos dia após dia e parece que nunca mais têm fim. E vão passando de geração em geração.

Nunca houve até hoje esse espaço de debate? A vossa associação também é nova, mas nunca houve esse debate?

Houve vontade por parte das entidades governamentais em solicitar encontros, mas infelizmente nós não estávamos organizados, e a ATL não teve competência para congregar os taxistas numa ordem de ideias a ponto de negociar a possibilidade de um diálogo entre o Estado e os taxistas. Houve vontade, eles mostraram que realmente havia vontade, na pessoa do senhor Jorge Bengue, que disse que várias vezes solicitou a nossa presença mas os taxistas não apareceram. Sendo assim, eles partiram para a acção, restringindo em algumas vias a circulação livre de taxistas.

Há uma questão levantada pelo porta-voz do comando provincial da Polícia Nacional, que contestava a definição, entre aspas, das multas arbitrárias, ou as chamadas gasosas. Os taxistas não são coniventes com esta situação?

Costumo dizer que entre o Governo que reprime o povo e o povo que aceita ser reprimido há cumplicidade. Porque se eu não quiser ser reprimido não serei. Primeiro, porque não concordo, segundo, porque não aceito. Então, entre o taxista que dá gasosa e o agente que recebe. Há cumplicidade. Por que razão ele me estaria a pedir gasosa confiante de que eu haveria de lhe dar? Se eu estiver legal, tenho de me defender. Por que razão daria mil kwanzas quando tenho necessidades pessoais? Por que razão estaria a trabalhar para sustentar as necessidades e as vicissitudes d agente regulador de trânsito? Por amor de Deus! Há aqui umas coisas que precisamos de entender. Isto é uns fenómenos que precisamos de identificar. Há motivações? Há. Como surgiram essas motivações? Porque razão essas pessoas existem há tanto tempo e até agora não há uma acção para que se combata esta prática?!

O combate à gasosa ou a essas multas arbitrárias tinha de partir de quem? Dos taxistas, dos órgãos do Estado?

A iniciativa seria da Direcção Nacional de Viação e Trânsito, no sentido de criar um departamento que interaja com as associações de taxistas, no sentido de

denunciar acções do género e vermos os problemas resolvidos. Porque quando vou denunciar um agente por uma 'acção com a qual não estou de acordo e não vejo o problema resolvido, de certeza que no dia seguinte não VOU desperdiçar o meu precioso tempo a ir denunciar algo que não terá resultado.

Já houve situações em que vocês denunciaram e nada aconteceu? Não como associação, mas individualmente?

Isso está patente nas redes sociais. Temos imagens de agentes reguladores de trânsito a serem subornados, mas estes agentes continuam a trabalhar normalmente. Isso é claro, há vídeos que confirmam, os agentes estão bem identificados e nada se faz.

Entretanto, há vídeos em que o agente corruptor também é identificado...

Exactamente, e nada é feito. Então há que se fazer um bom trabalho.

Vocês já pensaram em ser o elemento intermédio para que essa questão da legalização dos documentos seja rapidamente resolvida?

Temos estado a trabalhar nesta vertente. Tanto é que constatámos que há alguns jovens desencartados que insistem em conduzir com as ditas "camurras", passadas por alguns agentes reguladores de trânsito...

As "camurras" são as notificações?

Sim, são as notificações passadas pelos agentes reguladores de trânsito cujo número da carta não existe ou é do próprio agente regulador de trânsito. Como ele já sabe que nunca vai exhibir a carta ao colega, porque ao invés da carta exhibe o passe de serviço, então ele vive a "comercializar" o número da sua carta de condução. Vive passando de "camurra" a "camurra". Ou seja, de notificações a notificações. Este é um negócio rentável.

Negócio das notificações?

Sim. É um negócio rentável e o mercado é extensivo; e o negócio da ilegalidade por parte do condutor, e a cumplicidade do agente é um negócio rentável. Se não fosse - existiria. Ninguém investe para perder. E algo rentável. O agente regulador sabe que hoje está a receber mil e amanhã volta a receber novamente mil. "Para quê prender quando amanhã me vão dar o esmo valor? Para quê?!"

Em situação normal. é difícil um motorista de táxi estar na linha sem ter de pagar gasosa ou subornar o polícia?

Hoje as coisas já estão um bocado mais regulares. Já há mais carros legalizados. Os patrões estão rigorosos, porque muitos jovens estão desempregados por falta de documentos legais. Os patrões estão a investir muito dinheiro. Esses carros (os chamados "quadrinhos") são caros. Ninguém compraria um carro daqueles e entregaria a alguém que não estivesse habilitado, sob risco de o perder num curto espaço de tempo. Sendo assim, os patrões estão exigentes, estão rigorosos. Antes de entregar o carro, querem ver a carta original e se for notificação, querem saber onde foi notificado. Se ainda não pagou, ajudam inclusive a pagar a multa para certificarem se realmente o documento é válido ou não.

Receia que, depois desses episódios de vandalismo que ocorreram na segunda-feira, as autoridades se tomem mais duras para com os taxistas.

Ao contrário. Serão muito mais sensíveis. Penso que serão mais sensíveis. Colocarão em prática o projecto de policiamento de proximidade. Porque, na verdade, gostava de deixar algo aqui bem claro: Para qualquer solução é importante, primeiro, conhecer o problema, conviver com o problema e, por último, dominar o problema. Se tentarmos fazer o contrário não funciona. É necessário conhecer o alvo e conquistar o alvo. Caso contrário não tem como.

3.11 Governo provincial de Luanda reuniu cm representantes das associações

Jornal de Angola

11 De Outubro de 2015

Autor: Nilza Massango

O trabalho para Identificação de novas paragens para os taxistas está numa fase Já avançada, disse o director provincial de Infra-Estruturas e Serviços Técnicos, Jorge Bengue, no final de uma reunião no Governo Provincial com os representantes das associações dos taxistas de Luanda, efectivo do Comando Provincial da Polícia e directores municipais de transporte e mobilidade.

Jorge Bengue disse que os municípios apresentaram as suas propostas e que Cacucos, Belas e Viana já têm os mapas terminados. Equipas técnicas municipais criadas na reunião de ontem vão dar sequência aos trabalhos, como sinalizar os pontos, definição de

paragens para os táxis, rotas para táxis, origem e destino e paragens para os autocarros.

As equipas técnicas, criadas com objectivo de dar continuidade aos trabalhos sobre ordenamento do trânsito e o sistema de transporte, vão ser coordenadas pelos directores municipais de transporte e mobilidade, integrada pelos comandantes da Polícia de Trânsito de cada município e representantes dos taxistas nos municípios.

Jorge Bengue admitiu que nem todas as paragens estão sinalizadas, mas existem, e contam com a presença de agentes reguladores do trânsito para ordenar e orientar. As sinalizadas existem com maior enfoque na cidade de Luanda.

Os participantes na reunião reconheceram que as medidas levadas a cabo pelas administrações municipais como eliminação da venda ambulante na via pública e os mercados informais, melhoraram consideravelmente a circulação rodoviária nas zonas onde foram tomadas.

Na reunião, o Governo Provincial de Luanda foi encorajado a prosseguir com a iniciativa e manter todos os ganhos conseguidos do ponto de vista de disciplina.

Quanto à situação do aumento da tarifa, Jorge Bengue esclareceu que o assunto está a ser tratado entre o Ministério das Finanças e os taxistas.

Na reunião, foram ainda repudiados a greve e os actos de vandalismos registados na segunda-feira na cidade de Luanda, tendo os representantes dos taxistas negado qualquer envolvimento na promoção da mesma. "O Governo Provincial e a Polícia não vão tolerar qualquer situação de desordem e comportamento contrário ao que está a ser feito para melhorar o ordenamento do trânsito", disse Jorge Bengue.

Caso "gasosa"

Quanto ao comportamento indecoroso de alguns agentes de trânsito, o Comando Provincial da Polícia em Luanda deu garantias de que vão ser orientados a cumprir rigorosamente com todas as normas deontológicas que regulam a actividade policial, alertando que os taxistas podem apresentar as, suas reclamações junto do Guiché Unido da inspecção do Comando Provincial de Luanda. O director provincial das Operações da Polícia em Luanda, Eduardo Diogo, disse que a Polícia nacional, em particular o Comando Provincial, por via da Unidade de Trânsito, tem insistido na formação profissional dos agentes na base do comportamento e cumprimento das normas deontológicas.

Eduardo Diogo reforçou que existem locais identificados para carga e descarga de passageiros e que a Polícia vai continuar a cumprir com as regras do Código de Estrada, que prevê sanções para os que insistirem em desrespeitar a lei.

Para Manuel Sebastião, presidente da Associação dos Taxistas de Luanda, a reunião foi proveitosa e a questão das paragens, que é a maior preocupação dos taxistas, pode ser resolvida com a identificação de mais pontos.

Manuel Sebastião acredita que, com as medidas tomadas, o quadro vai mudar e apelou ao bom senso dos taxistas, tendo garantido que tudo está a ser feito para que haja maior diálogo entre os associados.

O representante da Associação da Nova Aliança, Geraldo Uanga, disse que os problemas estão identificados e as soluções encontradas, basta a execução das mesmas.

Geraldo Uanga explicou que a Nova Aliança vai trabalhar com a Associação dos Taxistas de Luanda e acredita que com as duas associações vai haver melhor representação da classe. "Duas associações só vêm reforçar o trabalho com os taxistas no sentido de manter a ordem e a disciplina", afirmou.

3.12 Graciano domingos

Jornal Manchete

09 De Outubro de 2015

Há muito que os taxistas solicitam ao governo provincial de Luanda a indicação de paragens para estacionamento das suas viaturas durante o período que se encontram a exercer o serviço de táxi.

Ao que parece, esta solicitação sempre foi ignorada pelas autoridades da província de Luanda. O que motivou na passada segunda-feira, 5, uma paralisação de serviço de táxi, quase em toda a região de Luanda.

Ficou aqui uma alerta para o consulado de Graciano Domingos, que enfrenta nos últimos meses desde a sua indicação como governador de Luanda, o fenómeno manifestações.

Luanda sendo capital do país, tem sido o espaço geográfico a nível das diferentes províncias onde se enfrenta mais contestações por parte dos cidadãos que pretendem imprimir uma outra dinâmica no seu

sistema democrático, mesmo sendo ainda de uma forma tímida.

3.13 Preço dos dólares afunda no mercado informal

Jornal expansão

9 De Outubro de 2015

O preço do dólar no mercado informal caiu a pique nos últimos dias, em Luanda. No início da semana passada, 100 USD custavam nas kinguilas entre 28 mil e 29 mil Kz. Mas, no início desta semana, constatou uma reportagem do Expansão em diferentes pontos da cidade, a mesma operação custava entre 21 mil Kz e 22,5 mil Kz.

Maria Miguel, kinguila no Mártires, sublinhou ao Expansão que "os preços variam de zona para zona", mas afirmou que "o mais certo é que o dólar desvalorize mais nos próximos tempos".

Nas ruas, os vendedores informais de divisas apontam como uma das principais causas para a depreciação do dólar face ao kwanza o facto de ter havido uma 'aparente' injeção de dólares, e uma redução da moeda nacional em circulação.

"Não temos kwanzas. Por isso, temos de baixar o preço, para poder captar a moeda nacional", diz Edgar dos Santos, que comercializa divisas no Prenda. A manter-se esta situação, diz, "o dólar vai baixar ainda mais".

Também Cissé Mohamed, no Mártires do Kifangondo, que trabalha como kinguila há mais de seis anos, diz que a moeda norte-americana poderá continuar a perder terreno face ao kwanza, atendendo à quantidade mercado informal e cuja origem, contudo, não revela - tal como os outros vendedores ouvidos pelo Expansão.

O Mártires, a compra de 100 USD estava, terça-feira, a 22 mil Kz, e a venda a 22,6 mil Kz. No Nzamba 2, na Samba e na Mutamba, a compra estava a 21 mil Kz, ao passo que a compra se realizava a 22,5 mil.

Casas de câmbio "surpreendidas"

O presidente cessante da Associação das Casas de Câmbio, Hamilton Macedo, admite estar "surpreendido" com os preços praticados na rua e diz não conhecer nenhuma alteração que possa ter levado o kwanza a valorizar-se tanto em tão pouco tempo, nesta fase difícil da economia.

"Percebemos na semana passada que o mercado informal tinha recebido uma injeção de dólares, que alterou de maneira vertiginosa os preços", afirma, ao Expansão, adiantando que a desvalorização do dólar nas ruas se mantém entretanto.

"Os leilões não aumentaram e não conhecemos outras vias de captação de divisas para abastecer o mercado", afirma. "Estamos pasmados com este comportamento", sublinha, arriscando, ainda assim, com uma explicação possível, baseada na lei da oferta e da procura.

"Se existem mais dólares e não há kwanzas, o preço tem de baixar", afirma, defendendo, com muito pontual. Vamos ver quanto tempo vai durar a depreciação do dólar".

Na ova Câmbios, que dirige, por exemplo, vendem-se 100 USD a 21,4 mil Kz em Luanda, enquanto nas restantes províncias o valor é 22,100 Kz.

"É natural que as kinguilas se posicionem entre 22 mil e 24 mil Kz em situação normal. Se há alteração, é porque têm alguma disponibilidade, que pode ser muito pontual", reforça, considerando que tal "não é assustador para nós [casas de câmbio] e não é por isso que vamos alterar os nossos preços". Mas, alerta, "se isso se prolongar, teremos de estudar o fenómeno".

BNA vendeu mais

O comportamento do valor do dólar face ao kwanza, contudo, pode ser, pelo menos em parte, explicado com o facto de a injeção de divisas nos bancos comerciais angolanos ter aumentado mais de 75% na última semana, para cerca de 500 milhões USD.

Segundo dados do Banco Nacional de Angola (BNA) sobre a evolução dos mercados monetário e cambial, entre 28 de Setembro e 2 de Outubro, a venda de divisas foi realizada a uma taxa interbancária média de 135,978 Kz, praticamente inalterada face à semana anterior.

Até Agosto, últimos dados compilados pelo BNA, no Relatório da Venda Mensal de Divisas do Banco nacional de Angola, o banco central vendeu 1.115,70 milhões USD de divisas aos bancos comerciais com base, em leilões de preço e vendas direccionadas a sectores específicos e operações prioritárias, contra 2.167,88 milhões USD em Agosto de 2014, representando uma diminuição de 48,53%.

, Para além das divisas adquiridas do BNA, os bancos compraram em Agosto, a vários clientes, 160,97 milhões USD, contra 1.540,26 milhões USD no ano

transacto, representando uma redução significativa, superior a 1.000 milhões USD.

Do total de compras de divisas dos bancos, ao BNA e a clientes (1.276,67 milhões USD), registou-se em Agosto de 2015 uma redução de cerca de 65,57%, comparativamente a Agosto de 2014.

Segundo o documento, no mês de Agosto de 2015, do total de 719,86 milhões USD de vendas direccionadas com carácter prioritário, 292,64 milhões USD destinaram-se a bens alimentares em Angola vários clientes 40,65%, e o restante destinou-se a operações relacionadas com compras de matéria-prima, serviços aéreos, bolsas de estudos, telecomunicações, serviços de comunicação, saúde, cartões internacionais de pagamento, e outras julgadas prioritárias.

No âmbito das vendas direccionadas, em Agosto, o BNA vendeu 66,45 milhões USD às casas de câmbio e às operadoras de remessas de valores, por intermédio dos bancos, das quais 28 milhões USD às casas de câmbio, 28,4 milhões às operadoras de remessas e 10,05, milhões USD às operadoras de bancos comerciais.

Do montante de divisas que os clientes adquiriram aos bancos comerciais em Agosto de 2015, refere o relatório, 664,28 milhões USD foram destinados à liquidação de mercadorias, contra USD 1.862,92 milhões em Agosto de 2014; Cerca de 497 milhões USD foram destinados a invisíveis correntes, contra 1.286,49 milhões USD em Agosto de 2014; cerca de 12,7 milhões USD foram destinados a capitais, contra 53,2 milhões USD em Agosto de 2014; e 100,27 milhões USD foram para outras operações, contra 294,26 milhões USD em Agosto de 2014.

O banco central, recorde-se, tem vindo a 'secar' a liquidez em kwanzas, através do aumento das reservas obrigatórias, inicialmente, e pela subida das taxas de juro de referência, mais recentemente.

3.14 Produtos que compõem a cesta básica nacional disparam no mercado informal

Jornal O PAÍS
9 De Outubro de 2015

Os produtos que compõem a cesta básica nacional como o arroz, açúcar' feijão, fuba de milho, fuba de

mandioca, farinha de trigo, massa alimentícia, carne seca, óleo vegetal, óleo de palma, sabão em barra, sal e leite em pó viram os seus preços subir consideravelmente nos últimos meses, tendo em conta a escassez de divisas nos mercados tanto formal como informal, numa altura em que os salários dos funcionários públicos perderam poder de compra.

De acordo com uma pesquisa realizada pelo jornal OPAIS, nesta Segunda - feira, em Luanda, os produtos da cesta básica alimentar, o conjunto de produtos básicos para o sustento de uma família de cerca de seis pessoas durante um mês, aumentaram significativamente: o quilo do arroz que era comercializado no informal no preço de Kz 150 custa agora Kz 250, já o açúcar passou de Kz 200 para Kz 300, o feijão de Kz 250 para Kz 350, registando-se o mesmo com a fuba de milho que foi de Kz 100 para Kz200.

Preço da fuba duplicou

A fuba de mandioca, conhecida também como fuba de bombó, que no passado mês de Agosto era vendida ao preço de Kz 70, agora está a ser comercializada a Kz 150 por quilo, enquanto que a farinha de trigo passou de Kz 300 para Kz 500, a massa alimentícia que custava Kz 80 por pasta de 500 miligramas agora está aKz120.

Já a embalagem de um quilo de carne seca passou de Kz 1.200 para Kz 2.300, o óleo vegetal de Kz 250 para Kz 350, o óleo de palma de Kz 500 para Kz 800, o sabão em barra de Kz 300 para Kz 500 e o quilo de sal passou de Kz 100 para Kz 180. A lata de leite em pó de Kz 2.500 para Kz 4.000. A taxa de inflação mensal de Agosto do ano em curso medida pelo Índice de Preços ao Consumidor da província de Luanda foi de 1,15 %, inferior em 0,20 pontos percentuais em relação ao mês anterior, de acordo com a nota divulgada mensalmente pelo Comité de Política Monetária do Banco Nacional de Angola (CPM).

De acordo com o mesmo documento' a inflação dos últimos doze meses situou-se em li, 01 %, superior em 0,60 pontos percentuais comparativamente ao mês anterior (Julho).

O documento precisa ainda que a classe 'Alimentação e Bebidas Não Alcoólicas', com uma variação de 0,53 pontos percentuais, foi a que mais contribuiu para a inflação registada no mês em análise. A Classe 'Transporte' e a classe 'Vestuário e Calçado', com 1,72% e 1,55%, respectivamente, foram as que mais variaram.

O mercado cambial primário, a taxa de câmbio média de referência no mês de Agosto depreciou -se em 0,01% face ao mês anterior, tendo-se situado em Kz 125,783 por dólar dos Estados Unidos da América.

Inflação encolhe salário mínimo

O salário mínimo angolano varia entre Kz 15.000 e Kz 22.000, cobrindo somente metade dos produtos da cesta básica mensal de uma família, que custa, em média, Kz 26.497 Kwanzas.

Apesar dos avanços verificados nos últimos anos no que respeita ao aumento do salário mínimo, cujo valor foi novamente revisto em Junho passado, a disparidade continua, refere um relatório sobre o salário mínimo nacional, elaborado pelo Grupo Técnico para o Estudo da Evolução do Salário Mínimo.

Tendo em conta o actual custo de vida, o salário mínimo está longe de ser suficiente para cobrir todas as despesas mensais, refere o cidadão José Faria, funcionário público, com os gastos familiares a tornarem -se uma tarefa ainda mais complicada numa altura em que os produtos estão cada vez mais caros face à constante subida do dólar, designadamente no mercado informal.

3.15 Táxis em Luanda: começou a “guerra” pelas paragens

Jornal O PAIS

9 De Outubro de 2015

Texto: André Mussamo

Foi uma Segunda-feira negra, disseram muitos cidadãos que logo no início da semana não conseguiram apresentar -se aos seus locais de trabalho e ou atender outros compromissos, tudo porque o principal sistema de transporte não funcionou.

Os conhecidos 'azuis e brancos', numa acção coordenada à quase toda dimensão da cidade de Luanda paralisaram o serviço no início desta semana provocando um verdadeiro "caos" à rede de transporte e ao tráfego rodoviário da capital angolana.

Os 'candongueiros' queixam-se da "falta de paragens apropriadas, dos constantes 'pentes' da polícia de trânsito e da não actualização do preço da corrida em consequência da subida dos custos dos combustíveis",

Segundo os taxistas a polícia implica muito com a sua actividade ao proibir constantemente que parem nos pontos destinados aos autocarros sem indicar em quais o podem fazer. Queixam-se igualmente da cobrança da 'gasosa' o que quase faz dos polícias parte do negócio pelo que os operadores têm de se preocupar em atender o patrão, a polícia, a manutenção do carro e a sua própria sobrevivência.

Dizem que o negócio está a tornar-se impraticável com esta "factura pesadíssima" pelo que exigem uma reformulação das coisas com a intervenção das autoridades a quem acusam de "única e simplesmente se reservar a dar ordens e nunca negociar com os parceiros".

A acção de protesto que consistiu em não prestar serviço, que entretanto não teve a aderência de todos, rapidamente resvalou em tumultos, pois os taxistas que tentaram trabalhar foram impedidos compulsivamente pelos seus colegas que paravam os carros e os esvaziavam dos passageiros. Os persistentes sofreram "sevícias" dos próprios colegas que em alguns pontos partiram pára-brisas ou molestaram fisicamente os condutores e cobradores.

Diziam os 'candongueiros' que protesto tinha de ter a adesão obrigatória de todos para que pudesse surtir efeito. Num ápice os pontos de tomada e largada de passageiros apinharam -se de gente desesperada por uma boleia para atender aos seus compromissos. Condutores que reconhecendo parentes, amigos, familiares e vizinhos nas apinhadas paragens tentaram acudir, dando uma boleia, também foram impedidos pelos insurgentes o que descambou rapidamente em conflito generalizado.

Em vários pontos da cidade foram assinaladas interrupções no tráfego rodoviário e em alguns casos danos materiais e ferimentos à pessoas.

Os passageiros pagaram a parte mais alta da factura. Alguns alunos e professores tiveram de faltarem as aulas. A violência dos actos motivou a reacção da Polícia Nacional que prendeu 143 cidadãos acusados de "actos de arruaça". A corporação ameaçava levar os detidos imediatamente a tribunal esta semana em processos sumários. Os pontos mais críticos, segundo relato de testemunhas, terão sido os de entrada na grande metrópole, nomeadamente Viana, Cacuaco, Kilamba-Kiixi, Morro Bento, entre outros.

A Polícia Nacional entrou em acção, contendo os ânimos e os conflitos pelo que algumas acções tiveram de ser realizadas segundo o Porta Voz do Comando Provincial de Luanda, Inspector Chefe Mateus Rodrigues.

Mateus Rodrigues, que reconheceu "legitimidade nos protestos dos taxistas", advertiu entretanto, na ocasião, que os actos de "arruaça não seriam tolerados, a bem do interesse e da segurança pública". Sem precisar os meios e números de efectivos envolvidos, aquele membro da corporação anunciava a meio desta Segunda - feira, 5, o "controlo da situação pelas forças policiais e o início do balanço da operação". Entretanto, testemunhas confirmam "terem sido abrangidos pela operação pessoas inocentes" que possivelmente terão sido vítimas do 'fogo cruzado' entre as partes.

Mais de uma centena nos calabouços

Como resultado da operação policial, 143 cidadãos, todos do sexo masculino, foram detidos e acusados de crimes de "arruaça". Segundo um dos mais recentes balanços, as autoridades judiciais do município de Viana têm sob controlo 34 arguidos à luz deste mega-processo e ô já foram condenados a dois meses de prisão e multados em 50 mil kwanzas.

Cacuaco acolhe 28 arguidos. '

Deste número 7 foram sentenciados Quarta - feira a uma pena de 3 meses e condenados a pagar 53 mil kwanzas de multa. Deste total de condenados 3 tiveram as penas convertidas em multa.

'Reclamar sim, mas sem arruaça'

Uma nova agremiação da classe designada Nova Aliança dos Taxistas, que se assume como representante de "mais de 90% dos operadores do sector", condena os actos de "arruaça" e afiança que mais de metade dos detidos nem sequer são taxistas.

A ova Aliança, na pessoa do seu vice presidente, Geraldo Ferreira, revela que a maior parte das pessoas que participaram nos actos de Segunda-feira, 5, são "lotadores, vendedores do mercado informal e pessoas comuns que aproveitaram-se do acto para manifestar o seu descontentamento". A organização condena e lamenta os actos de vandalismo e os danos infligidos a terceiros e promete que vai "trabalhar na procura de soluções para os problemas que afligem a classe".

ATI. não se revê na forma de protesto

A Associação dos Taxistas de Luanda, ATI, apesar de demarcar-se dos "actos de arruaça" confirma a intenção de serem realizados protestos caso as suas reclamações não sejam atendidas. Faustino Sebastião, o presidente da ATI, roga "clemência para os associados detidos" e apela às autoridades para que seja retomada a via do dialogo como o caminho para a solução dos diferendos.

O Presidente da ATL disse ainda que a sua organização, depois de consultas feitas aos associados, elaborou uma lista de reivindicações que foi entregue ao Governo da Província de Luanda, esta semana, depois dos actos de Segunda - feira. Até ao fecho desta edição aguardava resposta a sua petição.

3.16 Taxista inocentados por falta de provas

Jornal O PAIS

9 De Outubro de 2015

Os juizes da 121ª Secção de Crimes Comuns do Tribunal Provincial de Luanda decretaram a libertação de mais de 40 cidadãos, entre taxistas e cobradores, detidos em flagrante delito por supostamente terem cometido os crimes de arruaça, ofensas corporais, vandalismo e perturbação da ordem pública por má instrução processual.

Esta decisão teve o apoio do representante do Ministério Público junto deste órgão de justiça e das instâncias de defesa dos arguidos. Os arguidos foram separados em vários grupos e julgados em simultâneo nas diversas salas de audiência que compõem a instituição.

De referir que este processo estava para ser julgado na Terça-feira, mas por falta de juizes teve que ser transferido para o dia seguinte.

Ao proceder à leitura do acórdão, ajuíza da causa Maria Luísa Tempo esclareceu aos presentes na sala de audiência do Tribunal Municipal do Kilamba Kixi, nome pelo qual também é conhecida esta instituição, que o seu elenco optou por tomar tal decisão por notar inúmeras insuficiências no processo. "O processo deve ser remetido à instrução por não reunir os pressupostos exigidos por lei para que seja feito o julgamento sumário", disse.

A título de exemplo, a magistrada judicial disse que nos autos constam que os supostos infractores cometeram diversos crimes, entre os quais o de ofensas corporais, mas não especificam quem foram os ofendidos, a gravidade das feridas e o valor dos danos materiais.

Ao ouvirem a explicação, os familiares e amigos dos arguidos que se encontravam na sala de audiência, sorriram de alegria de forma sorrateira para não perturbarem a ordem, enquanto os réus ouviam atentamente.

E, por outro lado, no final de audiência alguns deles procuraram juntar 30 mil Kwanzas para pagarem a caução exigida pela juíza como caução. A mesma sorte não tiveram os 28 cidadãos detidos em igual circunstância no município de Cacuaco. Baseando-se nos autos, o juiz-presidente do Tribunal deste Município, Manuel Paixão Gonçalves, condenou, um dia após o cometimento do crime, sete dos 28 arguidos cujos processos foram parar às suas mãos, à penas que variam de 4S de 90 dias de prisão e ao pagamento de multas nos valores de 1S e 3 mil Kwanzas, mas as penas foram convertidas em multas.

Manuel Paixão Gonçalves optou por dividir os 28 indivíduos constantes no processo-crime a que teve acesso, em subgrupos de sete e de seis, de forma a serem julgados em função da especificidade dos crimes e da dimensão da sala de audiência.

Os juizes do Tribunal Municipal da Samba também optaram pela libertação de 21 arguidos pelos mesmos motivos.

3.17 Tribunal ordena taxistas por desacato

Jornal de Angola

9 De Outubro de 2015

Texto: Neusa De Menezes

Um grupo de 18 indivíduos que prestam serviço de táxi em Luanda foram ontem condenados pelo Tribunal de Polícia à pena de dois meses por Incorrerem no crime de danos e ofensas corporais.

O juiz Nelson Cabangagi disse durante a leitura da sentença do julgamento que ficou provado que os réus agrediram fisicamente os seus colegas e alguns cidadãos que apenas aguardavam pelos táxis.

"Ao ouvir as testemunhas, este Tribunal concluiu que os réus Francisco Pedro, Lino Salvador, Araújo Ceu, Beci Fernando, Pedro Jacob, Benedito Filho, Penzo Francisco, Nelson Servilheiro, Manuel Joaquim, Alfredo Julhemo, Miguel Francisco, André Manuel, Francisco Adriano, Francisco Abílio, Edson da Silva, Fernando Agostinho, António Bento e Garcia são declarados culpados. Logo, em nome da legalidade e do povo angolano são condenados à pena máxima de dois meses de prisão efectiva e a 60 mil kwanzas de multa", dita a sentença.

O juiz Nelson Cabangagi recordou aos réus que vão cumprir a pena por alteração da ordem pública, ao forçarem outros colegas a pararem as suas viaturas,

mesmo aqueles que não estavam a fazer o serviço de táxi, e ao retirarem os passageiros brutalmente.

"Os taxistas podem manifestar-se, mas manifestação não significa arruaça", declarou o juiz.

Ao Jornal de Angola os condenados disseram sentir-se arrependidos. "Fomos enganados. Cáimos num erro. Acreditámos nos responsáveis da Associação dos Taxistas de Luanda (ATL) e da Aliança dos Taxistas. Afinal, na hora da verdade, deixaram-nos a sós. Isto não se faz", lamentou um dos condenados. O mesmo condenado, pai de quatro filhos, com a mãe, de 67 anos, internada num hospital, rematou: "não entendo muito de Direito, mas acho que o Ministério Público devia notificar os responsáveis dessas associações".

Vários taxistas acusados de desacato à autoridade e de provocarem danos na via pública na passada segunda-feira estão a ser julgados nos Tribunais de Luanda.

3.18 A greve dos taxistas e o erro de se combater aqueles que reivindicam alguns directos

Jornal Folha 8

10 De Outubro de 2015

A situação que "muitos" luandenses estão a viver hoje é de bradar aos céus! Essa situação vem mostrar que há uma gritante falta e/ou insuficiência dos transportes públicos ou ainda uma aderência aos transportes públicos apenas por uma franja muito específica da nossa sociedade. O noticiário das 13h00 da rádio 99.1 limitou-se a olhar de forma crítica ao comportamento "Vândalo" de alguns elementos, supostamente identificados como sendo taxistas e cobradores.

Numa outra perspectiva aferiram a ilegalidade do acto, a partir de um interlocutor identificado como vice-presidente de uma nova corrente ligada a associação de taxistas. Já o noticiário da RNA teve como manchete a detenção de alguns elementos, que serão submetidos a um julgamento sumário. Tudo ligado a um fenómeno de segundo grau, isto é a forma repudiante como alguns elementos encararam a situação. Não me proponho a advogar causa nenhuma. A minha preocupação vai ao encontro do fenómeno de primeiro grau ouseja a questão de fundo que originou toda essa "palhaçada", que é a falta e/ou insuficiência de paragens para quem presta esse serviço, o que tem sido motivo para um romance

muito apreciado entre os agentes da policia de transito e os taxistas, além do risco que os passageiros correm pela forma repentina que os taxistas têm que abandonar as paragens para não serem alvos de alguma multa e/ou saldo, já que a gasosa vai caindo em desuso, apenas para variar.

Não vi e nem ouvi pronunciamento algum que visou esclarecer ou mostrar alguma iniciativa em resolver essa questão. O povo continua na incerteza do amanhã, muitas famílias ficaram sem o pão hoje e as que conseguiram foi com imenso sacrifício apeando quilómetros.

O meu apelo vai no sentido de deixarmos de combater àqueles que reivindicam algum direito e unirmos sinergias para combatermos as insuficiências para a normal prestação de serviço por parte desses guerreiros - os nossos taxistas.

Deixemos para trás atitudes intimidatórias devido a reclamação de um direito. Por favor dêem mais atenção ao que eles estão a reivindicar, criem mais paragens, que as novas vias e os futuros projectos acautelem essas insuficiências.

3.19 ATL apresenta caderno reivindicativo ao PGL

Jornal Folha 8

10 De Outubro de 2015

ATL (Associação dos Taxistas de Luanda), entregou às primeiras horas do passado dia 07.10.15 ao GPL, o caderno reivindicativo, com o objectivo de criar um mecanismo de diálogo entre as partes, visando uma nova paralisação, como a ocorrida no dia 05.10, data segundo vários utentes dos "candongueiros", dificilmente será esquecida, pelos efeitos nefastos causados.

Para azar, milhares de luandenses desprovidos de viaturas próprias, foram obrigados a caminhar longos quilómetros a pé para chegarem aos locais de serviço e escolas, em função da greve, cujo objectivo foi o de forçar o Executivo a criar paragens fixas para embarque e desembarque de passageiros, e, finalmente, desencorajar a prática das "gasosas" que tem sido uma constante por parte dos homens da policia.

Muitos candongueiros responderam positivamente a acção de luta, mas uma minoria não abraçou o caderno reivindicativo, facto que gerou confusão, tendo obrigado a uma intervenção policial, para separar os grevistas dos fura greves, espancados por

não adesão, havendo ainda a vandalização de viaturas e com isso houve a detenção de 143 taxistas.

"Tivemos de percorrer diversos quilómetros a pé, para podermos mesmo atrasados chegarmos ao serviço e as escolas", disse Manuel João.

Jurista apela a disciplina policial

O porta-voz do Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional (CPLPN), Mateus Rodrigues confirmou o número de detidos, justificando-o pelos danos causados a terceiros.

Por sua vez, o jurista Miguel dos Santos José, defende ser um imperativo legal a intervenção da Polícia, quando avisada sobre alguma alteração à ordem, mas apela a disciplina e respeito nas operações. "Por vezes, alguns agentes, têm abusado dos poderes que lhes são conferidos, usando-o para proveito próprio", acusou, acrescentando, que "os taxistas pararam as suas viaturas para reivindicar legitimamente contra o desrespeito que sofrem e a falta de consideração pelo exercício abusível da polícia.

"Mesmo na comparticipação procura-se aferir até que ponto a responsabilidade de um ou de outro terá terminado, portanto, é assim no Direito criminal.

Infelizmente não foi esse o entendimento do Tribunal, que condenou alguns taxistas, sem nenhuma prova material, para além das declarações dos polícias.

3.20 Dólares podem estar a ser desviados para mercado informal

Jornal O Crime

10 De Outubro de 2015

Texto: Simão de Deus

O jurista Sebastião Alexandre André afirmou recentemente, na capital do país, que os milhões de dólares que são disponibilizados para os bancos não ficam nas instalações bancárias, ou seja, encontram-se às mãos das 'kinguilas', Valor este que tem sido fornecido pelos governantes, líderes bancários e gestores dos bancos.

Acrescentou que o cidadão que for ao banco para comprar dólar nunca vai conseguir, mas não é porque o banco não tem dólar e, sim, porque encontraram métodos de se enriquecerem face à crise. Eles entregam os milhões de dólares às 'kinguilas' para vender entre 25 e 30 mil kwanzas, valor este que é dobro do câmbio do dia.

O jurista revelou que "os milhões de dólares que os bancos dizem que são injectados têm sido encontrados nas ruas às mãos das 'kinguilas', são elas as operadoras financeiras. Eles é que dão todo o dinheiro às kinguilas. Depois, o lucro fica com eles e, o resto, repõem nos bancos ao câmbio do dia. Esta crise está a permitir que os ricos tornem mais robustos e os pobres, por sue turno, mais paupérrimos. Se no banco não encontras dólar, é só ir às esquinas dos bancos ter com as 'kinguilas', longo a pergunta será "meu senhor, quantos milhões de dólares que queres"? É por isso que encontramos cidadãos do zero que, hoje, são bilionários. E essa crise está a enriquecer meia dúzia de pessoas", frisou.

Por outro lado, referiu que "sobre a crise que assola o país posso dizer que é um problema que, no fundo, nada tem a ver com a situação económica de Angola. O problema do fundo é a dificuldade da gestão financeira. O problema não é económico, mas sim financeiro que hoje está a se percutir aos cidadãos. O povo que estava a ser alimentado pela esperança de melhorar a vida, está a se tornar cada vez mais pobre. Os míseros salários que recebiam neste preciso momento, tecnicamente, os salários estão reduzidos a 50. por cento.

E aqueles que tinham esperança de encontrar o seu primeiro emprego, hoje não conseguem encontrar um posto de trabalho e a esperança está a desfalecer cada vez mais, com maior incidência para juventude recentemente formada a nível médio, superior e bacharel. E aqueles que estão a trabalhar em determinadas empresas estão ameaçados de despedimento por falência das instituições", lamentou.

Para o jurista Sebastião Alexandre André, os governantes e dirigentes do MPLA é que provocaram esta situação de miséria, penosa que os angolanos estão a viver. Naturalmente, é só com um milagre é que poderemos dizer que este ano a miséria vai passar.

"No meu entender, esta miséria vai continuar e até podemos associar isso com outras vontades ainda não concertadas, tendo em conta as eleições que se aproximam em 20 I 7.

Se desse, nós poderíamos instar para que as eleições se realizassem ainda este ano, consideramos que 2015 é o ano de julgamento daqueles que estão a prejudicar o povo", defendeu.

Segundo o jurista, se o Executivo tem a estratégia de pôr fim a crise apenas no princípio de 2016, para ser de triunfo nas campanhas às eleições gerais de 2017, está a cometer o pior erro da história, no ponto de

vista económico e financeiro. Porque o angolano já pensa, e a população já identificou aqueles que estão a lhes conduzir ao estado em que se encontram "a situação de penúria". O povo tem em mente que será o juiz nas próximas eleições de 2017.

"Então, é como um criminoso. Se está acostumado a cometer, não é num momento particular que não vai cometer. Uma pessoa, por exemplo, que está acostumada a violar determinados princípios e normas, se isso constitui já um vício, por exemplo, a corrupção, desvios de fundos, o compadrio, o tráfico de influência, isso já existe. Portanto, não é porque as eleições estão aí a chegar, vão tentar inundar o país de dinheiros. O angolano já é inteligente, já não é mais a mesma população de 1992 ou de 2008. Hoje, o povo já sabe fazer o juízo de valor das políticas dos partidos políticos. Mas, se o MPLA cometer este erro, será um erro gravíssimo.

É um crime contra os direitos humanos. Acumular finanças, deixar a população a morrer de fome, de doenças, acumular lixo, até doenças diarreicas e muito mais, restringir acesso de profissionais de determinadas áreas, isto constitui violação aos direitos humanos. E crime contra os direitos humanos é um crime transnacional, que é julgável e condenável a nível internacional", alertou.

Se assim for, conforme corre na boca do povo, que esta crise estratégica do MPLA para o Executivo abrir os bancos e inundar o país de valores e, com isso, retomar as importações, créditos e muito mais, o jurista Sebastião Alexandre André afirmou que isso para o povo angolano não vai significar nada. Antes, pelo ao contrário, todos os cidadãos deverão aproveitar, mas já sabem onde, afinal, esteve escondido este mal que assolou o povo durante este período. Mas, até lá, milhares de angolanos vão morrer por falta de dinheiro, e vai se aumentar o número de desempregado, as famílias estarão desestruturadas e vários crimes serão cometidos e está seria a prática mais terrível para o povo.

"Tem se dito várias vezes que o Executivo lançou "estratégia para lidar com a crise". Está a ver esta expressão de "lançar estratégia para lidar com a crise", o que quer dizer que o Executivo está satisfeito com a crise. Enquanto se alega crise, eles aproveitam roubar a vontade. Porque, se não estivesse, não estariam a falar publicamente da "estratégia para lidar com a crise". Quem lida com a crise é porque está satisfeito com a crise, convive com a crise e torna o método fiável para roubarem. "O peixe morre pela boca", por isso nós dizemos extremamente ao contrário, combater a crise deve-se buscar valores que foram acumulados durante longos anos e não constavam no Orçamento

Geral do Estado (OGE), que foi constituído em Fundo Soberano e Fundo Estratégico, com vista a fazer jus a esta situação", salientou.

O também deputado à Assembleia Nacional da Convergência Ampla da Salvação de Angola - Coligação Eleitoral (CASA-CE), Alexandre Sebastião André, lembrou que o Orçamento Geral do estado (OGE) não esteve à altura de suportar o programa económico apresentado pelo Executivo para o ano em curso, a Assembleia Nacional teve de rever o OGE, reduzindo drasticamente algumas rubricas para dar prioridade aos projectos sociais. E também, paradoxalmente, onde o povo mandou guardar a reserva (no Fundo Soberano) entrou em crise, o Tesouro do Estado também não escapou da crise e, inclusive, o Fundo de Reserva.

"Então, onde é que está esta crise. É no petróleo? Petróleo baixou no ano passado e as reservas onde estão? O Executivo pensa que o povo não se interroga. Até nos táxis, nas sentadas familiares e nos mercados paralelos, os cidadãos têm se questionado, onde estão as reservas do Estado? Este é o momento de se destapar as reservas e entregar ao Executivo, com vista a fazer face a esta penúria. Estamos numa crise dupla. Até fizeram questão que, para o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, resolver esta penúria tinha que viajar, para se dar mais valores para melhorar a situação do povo. Mas não.

Há quanto tempo que o Presidente José Eduardo dos Santos veio da China? E até as coisas pioraram", lamentou.

Alexandre Sebastião André lembra que a viagem feita pelo Presidente José Eduardo dos Santos à China foi a busca de mais azar, tendo em conta que a situação económica e financeira do país piorou. Os angolanos não estão a ver o dinheiro que veio da China, e que publicamente está a se dizer que foram dívidas e que as quantidades não foram confessadas, e o povo está à espera da altura em que o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, vai fazer abertura do Ano Legislativo no dia 15 de Outubro. Vai comunicar à Nação se vai fazer referência dessa dívida que se contraiu mais a China.

"O Presidente da República ainda não disse nada sobre os milhões de dólares que ele trouxe da China. Sabemos que passou pelas Arábia e Europa, mas no ponto de vista da crise a situação está a piorar cada vez mais. É só ver. Amanhã, se tiver uma situação para ir à Namíbia, infelizmente não terá dinheiro. Os importadores estão de braços cruzados, aqueles que tinham trabalhadores angolanos estão a despedir e, mais grave ainda, as empresas estrangeiras e outros serviços que são prestados pelos expatriados estão a

tirar oportunidade de tirar inclusive quadros angolanos a rua, buscando os seus compatriotas. Os expatriados estão a encher cada vez mais o nosso país, para substituir aqueles angolanos que foram despedidos. E o Executivo continua na sombra da bananeira, os cidadãos estão a sofrer mais ainda sem qualquer amparo e para dizer tanto que a ida à China e outras paragens que o Presidente República fez, nós mesmo, na qualidade de parlamentar, ainda não Sabemos qual é a dívida contraída. E, no ponto de vista de solução dos efeitos, a solução está a pior, o que quer dizer que ainda não se faz sentir. Pelo contrário, o povo clama por socorro daqueles que estão a gerir as riquezas do país", lastimou.

De acordo com Alexandre Sebastião André, a crise financeira está abalar até a paz militar que vivemos entre nós.

Não há agora uma estabilidade segura, a sociedade angolana e a paz militar estão abaladas, o povo deve procurar ser mais firme e mais atento com este tipo de manobra.

"O que sucede dos jovens do processo dos revolucionários 15+ 1 é vergonhoso. Os angolanos estão a ser vistos como na Idade da Pedra. Não é normal manter em prisão mais de 100 dias jovens sem culpa. Até jovens que estavam de passagem foram presos, são' golpistas por lerem um livro. E, agora, deixaram de usar a expressão de golpe de Estado, arranjarão uma outra fraseologia, que estavam reunidos e que falavam alto e que poderia perigar a estabilidade nacional. Assim, eles informaram à Assembleia Nacional, ao Corpo Diplomático que são golpistas e, agora, estão a arranjar outra roupagem. E, até agora, os 15+ 1 continuam presos.

Mas, os que desviam milhões de dólares continuam soltos. E os milhões de dólares que foram encontrados num avião que se dirigia à China? Até agora não se encontrou o dono e nem se fala do assunto. Mas, onde é que anda o Serviço de Investigação Criminal? Se fosse um delinquente a assaltar um banco, no dia seguinte seria encontrado e apresentado à imprensa", desabafou.

Concluiu que o avião comprado este ano, para o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, adquiriu em termos legais. O OGE aprovado e vigente contemplava a compra de uma aeronave para fazer face à dificuldade que o Executivo enfrentou para a mobilidade rápida e segura aérea do seus membros auxiliares (ministros). A compra não foi à margem do OGE.

'O Crime' tentou contactar o governador do BNA, José Pedro de Morais Júnior, mais sem êxito.

3.21 Eles ainda mandam nos transportes

Jornal A Capital

10 De Outubro de 2015

Texto: Osvaldo De Nascimento

Segunda-feira, 05, Luanda amanheceu sem algo comum: os azuis e branco. E, como consequência, milhares de pessoas que se preparavam para começar mais uma semana laboral, viram-se aflitas para chegar aos seus locais de trabalho. Tudo, porque muitos taxistas resolveram paralisar as suas actividades, exigindo paragens adequadas para carregar e descarregar passageiros.

Disse-se que a greve terá sido convocada por uma nova Associação, denominada Nova Aliança, que surgiu para contrapor a enfraquecida Associação dos Taxistas de Luanda (ATL), na qual uma grande maioria de taxistas já não se revê.

Na via-expresso, ligação Cacuaco-Benfica, (desvio do Zango), centenas de passageiros apinharam-se nas paragens, com esperança de conseguirem apanhar um transporte. Os ânimos elevaram-se a tal ponto que registaram-se confrontos entre polícias e grevistas, com alguns disparos de armas de fogo, o que causou pânico entre os populares.

"Paramos porque a Polícia não respeita o nosso trabalho. Prendem quando querem, passam multas elevadas sem termos possibilidades de defesa, mesmo quando temos razão", atirou Daniel Isaac, que acusa a Associação liderada por Manuel Faustino de só pensar nos negócios de venda de carros, quando ela é que os deveria defender.

"O combustível sobe quando o Governo bem entende, mas o preço da corrida continua inalterável", argumentou o taxista revoltado.

Há uma semana, a Direcção de Viação e Trânsito trocou os pontos de paragens de algumas rotas em Luanda, a fim de, segundo o órgão, melhorar o trânsito na capital. Na lógica da alteração, os táxis que chegavam até à rotunda da Cuca, tinham que parar no tanque do Cazenga, encurtando assim a rota e, fazendo com que os passageiros tivessem que caminhar um pouco mais, para apanhar o táxi.

Na Vila de Viana, Ponte Amarela, onde era feita a carga e descarga de passageiros que viajavam para Catete, Zango, Cacuo e zonas adjacentes, os táxis foram proibidos de estacionar, sem no entanto lhes ser atribuída uma outra paragem. Essas mudanças, segundo o entrevistado, foram algumas das razões que incitaram os grevistas.

"A Polícia agora decidiu colocar cones em todas as paragens onde trabalhamos. Obrigam-nos a entrar nos bairros em busca de passageiros, mas as viaturas particulares e de transportes públicos podem circular livremente. Isto é um abuso, até parece que andamos a roubar", continuou, queixando-se, ainda, de que "há sempre Polícia atrás dos taxistas para inventar qualquer situação a fim de cobrar mil kwanzas".

"Quando reclamamos e entregamos 500 kwanzas, não aceitam, mesmo com seguros pagos taxa de circulação.

Eles já não pedem documentos. Querem dinheiro", denunciou.

Ainda assim, um automobilista que vive nas imediações do bairro Mãe Preta, comuna do Hoji-Ya-Henda, município do Cazenga, disse que a proibição imposta aos taxistas, quanto ao não carregamento na rotunda da Cuca, ajudou bastante na mobilidade daquela zona.

"Antes ficávamos num engarrafamento de até 30 minutos só para passar a Cuca. Com a proibição o tráfego é feito sem constrangimentos", manifestou.

3.22 Estado ignora pequenas e médias empresas

Jornal A Capital

10 De Outubro de 2015

Texto: presbítero Lundange

Associação Industrial de Angola considera que o Estado continua a não respeitar o pressuposto legal que obriga a que 25% das despesas públicas seja reservado a gastos com bens e serviços prestados pelas micro, pequenas e médias empresas nacionais.

O diploma que baliza o exercício das micro, pequenas e médias empresas em Angola é, particularmente, claro quanto a obrigação do Estado para com esse segmento empresarial. Num dos seus capítulos, define, nomeadamente que 25% das despesas públicas que o Estado programa no seu orçamento

geral deve ser destinado à aquisição de bens e serviços prestados pelas micro, pequenas e médias empresas nacionais.

Entidades como o presidente da Associação Industrial de Angola olham para isso como uma "oportunidade soberana" aberta à classe de empresas cobertas por esse instrumento legal, dado que muitas vezes ela se confronta com a falta de mercado para os respectivos produtos.

Ocorre, entretanto, que essa boa intenção prevista na Lei das MPME ainda não passa disso mesmo. Ou seja, é apenas uma intenção expressa em papel e não mais do que isso, na medida em que o seu cumprimento continua a ser, simplesmente, ignorado.

"Nem mesmo o Estado está a cumprir", considerou José Severino, que sustenta essa sua constatação com o facto de nunca ter havido, até aqui, qualquer concurso público para a contratação de empresas prestadoras de serviços, à luz de tal diploma.

Cálculos da responsabilidade da AIA indicam que 25% das despesas decorrentes do programa de investimentos públicos corresponde a um montante de cerca de 5 mil milhões de dólares anuais, para compra de bens e serviços junto desse segmento empresarial.

O Executivo, na pessoa do ministro das Finanças, sublinha que a quota de 25% das despesas públicas reservada para gastos nas MPME faz parte do conjunto de benefícios e apoios institucionais criados a pensar na diversificação económica.

A Lei em questão impõe igual obrigação às empresas privadas de grande dimensão que, no âmbito de tal diploma, deverão reservar a percentagem mínima de 10% do valor dos contratos de fornecimento de bens e serviços ao Estado que as mesmas tenham obtido por via de concurso para adjudicação às MPME.

Mas, no caso específico de concursos para adjudicação de empreitadas de obras públicas será mesmo obrigatória a reserva da percentagem mínima de 25% às MPME, em regime de concurso público a ser fiscalizado pelo adjudicatário.

Reza a Lei que nos concursos públicos e em subcontratação é dada preferência legal às MPME em casos de empate entre uma MPME e outras entidades.

"Então vamos subcontratar as nossas pequenas empresas", sugeriu o presidente da AIA, que, entretanto, diz não vislumbrar no horizonte a perspectiva da aplicação de tal instrumento.

O industrial vê isso como um dos empecilhos ao desenvolvimento do tecido empresarial angolano, que até há ROUCOS meses também esteve à braços com a exigência legal que fixava em 1 milhão de dólares o valor mínimo para um projecto de investimento privado em Angola.

Situação que chegou a levar entidades como o consultor Paulo Mendonça preverem sorte pior para o ainda incipiente sector empresarial angolano. "Ou mudávamos essa Lei ou, então, viríamos a ter estradas boas para passear e não vamos ter investimento no interior do país".

O economista reconhece que tal exigência comprometia, na verdade, o desafio da diversificação da economia nacional, sobretudo quando sectores como o da agricultura sofrem cortes no seu orçamento.

"Temos que reconhecer que essa aposta da diversificação da economia não está a correr bem", lembrou Mendonça.

Envolto de benefícios

Seja como for, a legislação que rege a actividade das micro, pequenas e médias empresas é benevolente em relação a esse segmento empresarial. É que, além do previsto em tal diploma, as autoridades criam, a favor delas, um conjunto de outros benefícios, nomeadamente aqueles decorrentes do programa Angola Investe, o tal que abre facilidade de acesso à crédito bonificado às MPME.

Mas há ainda os benefícios fiscais. A legislação relativa a tais empresas permite, por exemplo, a redução do imposto industrial de 10 a 50% até cinco anos, dando igualmente lugar a isenção de imposto de selo.

Mas o diploma não cobre as necessidades das estruturas empresariais com características fora daquelas que definem o perfil da micro, pequena e média empresa.

A literatura define micro empresa aquela cuja facturação bruta anual vai até 250 mil dólares, empregando até 10 trabalhadores. A esta categoria de empresas o programa permite a concessão de crédito num limite máximo de 200 mil dólares. As que empregam mais de dez até 100 trabalhadores e cujo negócio lhes permite uma facturação anual até 3 milhões de dólares são classificadas como pequenas empresas, podendo concorrer para um empréstimo em montante até 1,5 milhões de dólares,

Já para aceder a um crédito equivalente em kwanzas a um valor até 5 milhões de dólares, o candidato deverá, nos termos dos acordos, representar uma empresa de média dimensão. Ou seja, uma empresa com facturação bruta anual que varie entre 3 milhões a 10 milhões de dólares norte-americanos, e cuja actividade é assegurada por um universo de 100 até 200 trabalhadores.

Desta feita, as consideradas empresas de grande dimensão contentam-se com o que o mercado financeiro actualmente oferece em matéria de empréstimo.

Sucedem, todavia, que tais empréstimos são disponibilizados a preços proibitivos, como foi o crédito solicitado por Fernando Cândido junto do banco com o qual possui relações comerciais.

"Os juros são bastante altos para aquilo que é a capacidade do empresariado angolano", considerou o presidente do grupo Cândido & Filhos, que defende, por isso, a necessidade da abertura de novas linhas de crédito bonificado extensivas aos demais segmentos do sector produtivo nacional.

3.23 Manifestação de “painel e buzina”

Jornal O Crime

10 De Outubro de 2015

As manifestações que outrora receberam a designação de "revoluções" e que hodiernamente ganham ênfase com a conhecida "primavera árabe" remontam de um passado longínquo. Daí que, para nós, não se está diante de algo extraordinariamente novo, aliás, os antecedentes históricos confirmam isso mesmo.

Como afirmamos, sempre que nos propusemos abordar a questão, é fundamental que antes de mais seja trazida a de cima, alguma ideia do que venha a ser uma manifestação na ideia de revolução.

Porém, o termo pode ter vários significados aplicados a áreas diferentes, podendo ser sinónimo de "revolta ou de um movimento giratório".

Uma revolução é "uma mudança radical dentro de uma sociedade, que ocorre a nível político, económico, cultural e social, onde é estabelecida uma nova ordem, que é instituída pelas forças políticas e sociais vencedoras".

No sentido figurado, uma revolução pode ser o sinal de uma transformação profunda. Como exemplo, deixamos:

-Depois de ter sofrido uma paragem cardíaca, o seu estilo de vida sofreu uma revolução.

No entanto, o termo viria a ganhar maior protagonismo com a Revolução Francesa ocorrida, segundo narram os historiadores, entre 1789 a 1799 e que serviu para terminar o Antigo Regime consagrando a "Igualdade, Fraternidade e Liberdade", enquanto lema da mesma.

Em Angola a história das manifestações, pelo menos, as de repúdio, remonta de 1992, apesar de não terem sido versificadas com alguma frequência. Depois deste período, houve interregno, próprio dos condicionantes da história recente de Angola, marcada pelo conflito armado e que fez com que os cidadãos se preocupassem mais com a guerra e não com o dever fazer das autoridades.

Com o alcance da paz, passaram a ser visíveis algumas movimentações, de facto, próprias aos Estados democráticos e de direito. Tais movimentações têm a sua expressão máxima, e nos últimos tempos, no preceito constitucional, do 47º sobre o Direito de reunião e manifestação. Aliás, este artigo tem sido nos últimos tempos o mais citado entre os angolanos, tendo em atenção a recorrência com que é usado.

As manifestações, concluídas ou frustradas fazem hoje parte do dia-a-dia, pelos menos dos Luandenses, por ser o centro das decisões políticas e mesmo económicas. As frustradas são as que mais marcam a história que se desenha neste momento e é nesta onde enquadrámos a de "Panelaço e businão" convocada pelo, digníssimo jurista e jornalista Willian Tonet.

A mesma, segundo a organização, tinha sido agendada para o dia 28 de Agosto do ano corrente, por sinal, data natalícia de S/Excma, Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

Sobre a sua convocação, pouco ou nada se dirá porquanto este direito é constitucional e garantido a qualquer cidadão. Mas, a sua efectivação pode atenção ao termo "pode" sofrer algumas limitações resultantes da própria Lei enquanto instrumento garantístico.

Assim, "panelaço e businão de Willian Tonet" pode ser analisada na perspectiva legal, ou seja, procurar compreender se o uso dos sinais sonoros referidos para tal manifestação violam ou não preceitos legais. Mas antes disso, gostaríamos delimitar a nossa

intervenção, pois, sabemos que a matéria pode ser subsumida na temática das transgressões administrativas (Lei das Transgressões

Administrativas) como também na temática rodoviária (Código de Estrada), pelo que vamos olhar, somente, para este último enquadramento.

A organização estabeleceu que "os automobilistas utilizassem o sinal sonoro, buzina, durante quinze minutos, independentemente da sua localização como sinal de protesto contra a má governação, violação dos direitos humanos, falta de separação de poderes, corrupção e outros males abraçados pelo Governo dirigido por José Eduardo dos Santos".

Porém, a acção solicitada e efectuada por alguns automobilistas, impera, quanto a nós, subsumida nas disposições legais existentes que cobrem a mesma. Assim, recorremos ao artigo 2 Iº do Decreto-Lei nº 5/2008 de 29 de Setembro que aprova o Código de Estrada, sob epígrafe "uso de sinais sonoros" que diz que "os sinais sonoros devem ser breves e são proibidos como forma de chamamento, protesto ou manifestação de alegria".

No entanto, na manifestação de "panelaço e businão", se depreendeu que a buzina seria e/ou foi utilizada para manifestar a indignação que se tem com a actuação do poder político instituído em Angola, pelo que, com precisão, se pode subsumir o acto neste preceito legal e por consequência disso considera-lo de contrário à Lei.

Nestes termos, não nos restam dúvidas que a Lei foi e/ou seria violada, apesar de a manifestação ser um evento superveniente, mas, isto não justifica a observância das disposições legais, o que, por outro lado justifica a punição daqueles que aderiram à prática.

Mas o que não percebemos, curiosamente, é o facto de algumas multas aplicadas na ocasião não terem tido respaldo do artigo que produzimos acima, o que, em nosso entender; é uma outra violação à própria Lei e, certamente, pode dar lugar, na matéria em causa, uma reclamação dirigida ao Director Nacional de Viação e Trânsito.

Outrossim, algumas multas não foram aplicadas, alegadamente, por desconhecimento da Lei por parte dos agentes fiscalizadores do trânsito, a este respeito nada a dizer por se constituir, por si só, um absurdo inacreditável.

No final da história percebemos, em tom de conclusão, que quer as autoridades que pretendiam inviabilizar a manifestação, quer os seus realizadores remaram contra à Lei. Uns num sentido e outros,

obviamente, a sua medida. Pois, se Willian pediu) uso de instrumentos proibidos por Lei, as autoridades reprimiram, em certa medida correctamente, mas, noutra erradamente, pela invocação de preceitos que não podem ser invocados na matéria em análise, o que para nós se configura numa ignorância de ambos.

3.24 Sociedade solidária com os taxistas

Jornal Folha 8
10 De Outubro de 2015

O politólogo Sebastião Salaquiaco, advoga que os actos levados a cabo pelos taxistas, que mais tarde viriam a resultar em danos materiais, foi uma reacção à acção pouco profissional e republicana por parte da Polícia Nacional. "É meu entender, que as autoridades judiciais em especial, ou o Estado no seu todo, deviam procurar solucionar a questão na essência, através de técnicas persuasivas ao invés de usar a coacção", disse. "Para não voltarmos a ter a mesma situação o GPL deve criar uma Comissão Conjunta, composta pela própria Polícia (ordem pública, viação e ordenamento de trânsitos respectivamente), com o representante dos taxistas de Luanda, no sentido de se encontrarem saídas airoas".

No mesmo diapasão, o professor e psicólogo Kitombo Alberto afirma não ter sido fácil digerir a situação por ter vivido e sentido os seus nefastos efeitos na pele. Recorde-se que a greve teve as seguintes motivações:

- 1º- Falta de delimitação de paragens;
- 2º_ Anular os vulgos saldos, exigidos pelos agentes policiais;
- 3.º- Ajustamento do preço da puxada por falta de subvenção do combustível.

Estas são algumas das mais importantes reivindicações que ainda não obtiveram resposta.

3.25 Taxistas

Jornal O Crime
10 De Outubro de 2015

Até que enfim! Finalmente, os taxistas tiveram uma iniciativa louvável, pelo facto de terem realizado greve no dia 5 de Outubro do corrente ano, exigindo a quem de direito que lhes indicasse as paragens de táxi, pelo facto de serem vítimas de "gasosas" a toda hora por agentes da Polícia de Trânsito.

Os taxistas, em Luanda, têm sofrido bastante. Para além de trabalharem tão forte para conseguirem a conta do patrão, ainda reservam sempre dinheiro para os polícias. E, como se não bastasse, não têm paragens para o carregamento e descarregamento de passageiros, o que tem dificultado o seu funcionamento.

A greve deveria durar mais tempo, porque os taxistas não são tidos e, muito menos, achados na sociedade angolana Mas, naquele dia, todos viram o valor que tem o taxista Infelizmente, vivemos num país onde reina a ditadura. Não se faz sentir os Direitos Humanos.

Todavia, a vida nos ensinou que "tudo que tem princípio tem fim", assim como "tudo que começa acaba".

3.26 Fiscalização deve ser mais actuante

Jornal de Angola
16 De Outubro de 2015
Texto: Nilza Massango

Apesar do trabalho da Fiscalização e da Policia Nacional para manter a ordem, a venda ambulante ainda é uma realidade em muitas ruas da cidade capital. Vários são os constrangimentos provocados pelos vendedores que insistem em comercializar os seus produtos em locais impróprios. "É preciso que a

Fiscalização e a Polícia reforcem o trabalho na recolha desses vendedores e na aplicação de multas, pois vender em locais Impróprios é uma transgressão administrativa", disse um automobilista.

Ao "zungarem" na faixa de rodagem, os jovens arriscam a vida e criam embaraços ao trânsito e grandes transtornos aos automobilistas, sem esquecer que a venda nos passeios, passeadeiras aéreas, viadutos e passagens subterrâneas é também uma verdadeira fonte de produção de resíduos sólidos.

A reportagem do Jornal de Angola constatou que na Avenida Ho Chi Minh, junto à Faculdade de Engenharia da Universidade Agostinho Neto, muitos vendedores ousam desafiar a Fiscalização e a Polícia, ao "gingarem" com os seus produtos entre os carros nas faixas de rodagem e nos passeios.

O drama da venda ambulante é visto no Eixo Viário, Miramar, na Avenida dos Comandos, Cazenga, na Estrada de Catete, Congolenses, Largo das Heroínas, Rua Cônego Manuel das Neves, São Paulo... são muitos os locais de grande concentração de vendedores ambulantes em Luanda.

Exemplo a seguir

É de louvar o trabalho feito no município de Cacuaco, com a aplicação de multas aos vendedores ambulantes e às pessoas que compram na via pública. O administrador municipal,

Carlos Cavuquila, disse que a acção da Fiscalização e da Polícia reduziu consideravelmente a venda ambulante no município. Desde Junho deste ano, mais de 100 multas foram aplicadas aos prevaricadores. O valor da multa é 15mil kwanzas e caso a pessoa não tenha capacidade de pagar, presta serviço comunitário durante 30 dias.

Para desencorajar a prática, a Administração Municipal parte do princípio de que só há vendedores ambulantes se houver compradores. Por isso, a multa serve não só para quem vende, mas também para quem compra na via pública. Carlos Cavuquila insiste que as paragens na faixa de rodagem para comprar perturba o trânsito automóvel, causam engarrafamentos e provocam acidentes.

O administrador municipal contou que a primeira pessoa a ser multada foi um magistrado judicial que apoiou a iniciativa e pagou a multa. "Muitos desobedientes que desafiam a Fiscalização e a Polícia estão a ser julgados, frisou". Outra situação encorajadora é a atribuição de uma compensação para os que exercem a actividade de

fiscalização e aos informadores que participam na actuação contra as transgressões.

Para a sensibilização da população, a Administração Municipal de Cacuaco divulga as medidas na Rádio Cacuaco e faz a distribuição de boletins informativos nos mercados e lugares de maior concentração dos vendedores.

O Governo Provincial de Luanda continua a criar condições para a prática legal do comércio. Mas é preciso a colaboração de todos. Os clientes não devem comprar nada na rua e os vendedores têm de vender nos mercados.

3.27 Mercado dos Kwanzas

Jornal República

16 De Outubro de 2015

O mercado dos kwanzas é uma das praças maiores de Luanda, onde várias pessoas ocorrem para vender os seus produtos. Há quatro anos atrás, a fiscalização do município do Cazenga em conjunto com o Governo provincial de Luanda, puseram fim a venda de medicamentos naquele mercado para diminuir a expansão da venda dos mesmos produtos (medicamentos), as autoridades municipais garantiram que iriam fiscalizar o mercado para que a venda dos mesmos produtos não concretizasse. Volte e meia, há sempre a venda de medicamentos expirados e não só na praça dos Kwanzas e a fiscalização sequer trabalha para conter a situação. Que consequências podem trazer estes produtos? Há quem pedir responsabilidades, se os que podem fiscalizar estão mais interessados em levar carros mal estacionados do que pôr fim à venda de medicamentos nas ruas do Mercado dos Kwanzas.

3.28 Luanda esteve à beira do colapso

Jornal A Verdade

17 De Outubro de 2015

Texto: Custódio Neto

Ao escolher uma segunda-feira para paralisar as actividades, a até agora desconhecida Aliança dos Taxistas de Luanda fez uma verdadeira jogada de mestre.

O primeiro dia útil da semana é, por norma, o mais detestado pelos trabalhadores, seja devido àquela ressaca provocada pelos excessos do fim-de-semana, seja por causa daquela reunião com o chefe, que parece não.

A paralisação apanhou toda a cidade desprevenida, inclusive as forças da ordem, que reagiram tarde aos acontecimentos, quando já se tinham registado actos de vandalismo e agressões, em meio a uma onda de protestos que, se justificável na sua essência, acabou manchada pela desordem que gerou, havendo relatos sobre a morte de pelo menos duas pessoas.

Ao alvorecer, por volta das 4h30, um grupo de taxistas reunido no Triângulo dos Congolenses manifestava-se de forma barulhenta, despertando a curiosidade dos moradores das redondezas. "Hoje ninguém 'bumba', nem os 'bolinhas' (turismos)", gritavam alguns motoristas dos azuis-e-brancos.

"Vamos pôr barra a quem se atrever a dar boleia", acrescentavam. E a seguir, a suposta justificação: "Mesmo com todos os documentos, temos de dar feçada aos pólices? Estamos fartos disso!"

Montavam-se assim as estratégias a seguir para imobilizar Luanda.

A seguir, líderes do protesto posicionaram-se em paragens e rotas bem escolhidas: Estalagem de Viana, Imbondeiro do Cazenga, Triângulo dos Congolenses, Rangel, José Pirão, Aeroporto e Mutamba. O cerco foi tal que não havia escapatórias para quem desejasse ir para trabalho.

A salvação, segundo rezam as Sagradas Escrituras, é individual. Por isso, alguns motoristas de táxi, nela obrigados a apresentar diariamente 15 mil kwanzas ao patrão, para que, ao fim de ano e meio a viatura passe a ser sua propriedade, tentaram furar a greve.

Viram os meios serem vandalizados e os passageiros obrigados a descer a meio do percurso.

Os turismos que tentavam passar despercebidos no meio da turba também acabaram vítimas da fúria dos taxistas. Pairava no ar um clima de medo, como no tempo das balas perdidas.

Até dar boleia a alguém conhecido se tomou, nesta segunda-feira, num acto de coragem, sob pena de se ter o carro vandalizado ou mesmo acabar agredido e linchado.

Já a hora de dar entrada no trabalho ia longe quando a polícia despertou para sanar a situação.

3.29 Os taxistas em Luanda e a política descartável

Jornal A Verdade

17 De Outubro de 2015

Os acontecimentos de segunda-feira, em Luanda, envolvendo taxistas, resultam da recorrente procura de paliativos por parte das autoridades para resolver problemas estruturantes. Os prejuízos económicos provocados pela paralisação dos chamados "candongueiros", que, em poucas horas, quase levou a capital angolana ao colapso, ainda estão por avaliar, mas foram abertas brechas ao nível do tecido político e social difíceis de cobrir, por estarem à superfície de um solo saturado e nada estável.

O caminho para estes episódios tristes começou a ser traçado quando alguém ligado ao poder considerou os táxis colectivos "um mal necessário". Estava aberta a porta para que, no quadro de um discurso populista, agora mascarado em diversificação da economia, se criassem determinados programas sempre questionáveis num país onde é grande a desconfiança em quem parte e reparte.

Os taxistas ganharam peso económico e com ele perceberam também o seu peso político, associaram-se - o que é lógico e legítimo - e reforçaram a notoriedade nas campanhas eleitorais. Em Luanda estão licenciados mais de 14 mil táxis e milhares de outros circulam sem licença, à pala da "gasosa" paga aos agentes reguladores de trânsito.

Nos últimos tempos, várias situações mudaram o cenário dos taxistas em Luanda. A primeira foi a proibição das viagens inter-provinciais, por causa dos acidentes, seguida da alteração do quadro político-administrativo da capital retirou o acesso a importantes zonas de mercado, como

Panguila.

As autoridades, por despreparo ou pura arrogância, fizeram-se mais uma vez presentes com atitudes museu ladas, supostamente para disciplinar e fazer fluir o trânsito, com o estabelecimento de paragens de táxis, sem que tivessem observado esse aspecto

aquando da elaboração dos projectos de reconstrução/requalificação das estradas.

Tendo-se dado argumentos aos agentes reguladores de trânsito, e não só, juntou-se a fome com a vontade de comer e da "gasosa" passou-se ao "saldo" de telefone. Com os lucros minguados, era de esperar que os taxistas reagissem e a Nova Aliança de Taxistas é talvez o lado positivo dessa reacção, por haver alguém que dá a cara em nome dos descontentes.

Está na hora de atacar a problemática dos transportes em Luanda com a seriedade que ela exige. Ao considerar os táxis colectivos um "mal necessário", embarcou-se numa viagem de mentira, cuja corrosão natural era anunciada desde início, Agora, é preciso dialogar. E muito. Porque se misturou a economia real com a política descartável, sem ideologia nem ética.

3.30 Donos de cantinas violam as normas

Jornal de Angola
18 De Outubro de 2015

Grande parte dos proprietários das pequenas mercearias, mais conhecidas como cantinas, não cumpre com as suas obrigações fiscais, revelou ontem, em Luanda, o director nacional do Comércio e Serviços Mercantis. Armando Segunda fez esta revelação num encontro realizado no Centro de Formação Feminino do Rangel para a apresentação da Campanha de Formalização do Comércio e Prestação de Serviços Mercantis de Proximidade, que contou com a presença do administrador distrital, Manuel Marta.

O funcionário sénior do Ministério do Comércio disse que muitos operadores da actividade de comércio precário não pagam impostos, sendo por isso necessário formalizar o exercício desta actividade, para que tenham o número de identificação fiscal.

Armando Segunda disse que o comércio precário é realizado sem as condições mínimas exigidas, porque alguns cidadãos transformaram parte das residências em estabelecimentos mercantis, sem casa de banho e com um único acesso.

O director garante que o actual quadro de desobediência às regras vai ser invertido, tendo em conta a Campanha de formalização do Comércio e Prestação de Serviços Mercantis de Proximidade

lançada recentemente. Esse programa vai permitir a expansão da rede de peixarias, talhos, depósitos de pão e mercearias, "porque o objectivo é ver o comércio organizado e a cadeia respeitada, isto é, o grossista a vender no retalhista para o consumidor final", sublinhou.

"Aqueles que já possuem cantinas e a sua superfície não se adapta, por exemplo, a um minimercado, pode transformar numa outra coisa, mas desde que cumpra com o que está estabelecido na legislação", exemplificou o responsável.

3.31 Greve dos taxistas foi uma pura ilusão!

Jornal Manchete
23 De Outubro de 2015

A greve é um direito para todos os cidadãos que se sintam injustiçados sobre qualquer actividade ou direitos, mas esse disposto constitucional é sempre exercido com o princípio da legalidade, do respeito as instituições do Estado, dos particulares, etc. outro elemento fundamental, tem a ver com o objectivo de uma greve que deve visar o alcance dos interesses colectivos... assim sendo, ninguém pode ser coagido a fazer uma greve. Os subscritores são livres de aderir, de questionar, rejeitar ou até mesmo reprovar, quando previsivelmente nos leva a crer que os superiores interesses serão lesados ou alguns direitos quer do Estado, quer do cidadão comum.

A greve não carece de uma autorização, mas carece de um aviso prévio as autoridades competentes; a greve precisa ser realizada na jurisdição geográfica dos grevistas ou noutros locais mais visíveis e estratégicos, mas nunca próximo das instituições de soberanias; a greve deve rigorosamente ser pacífica e jamais conflituosa. Por fim, a greve com uma coerência socialmente aceite é aquela em cujos descontentes entram todos em cena com os mesmos objectivos. Seus parentes, amigos e demais pessoas vibram euforicamente por eles. Até dá uma feliz e plena sensação de rezar pelos mesmos.

Contudo, um dos efeitos da greve é a sua interrupção, quer dizer, os seus principais agentes negociam com as autoridades nas quais as reivindicações se dirigem. O acto de dialogar com os grevistas por parte do Estado ou de uma entidade patronal, demonstra um interesse, respeito e preocupações pelos mesmos e pelo objecto da greve; revela em grande medida,

idoneidade por parte dos tutores desse direito; sentar a mesma mesa indicia que os negociadores pretendem culminar a negociação com vantagens recíprocas. Mas, antes disso quem evoca o referido direito deve saber e ter certeza jurídica, de que em termos legais o seu bem jurídico está sendo violado. Bem, discorrendo agora aos factos decorrentes da greve dos taxistas, a mesma carecia de uma cultura jurídica sólida e socialmente da moral, da ética e do civismo. Em termos teóricos e até mesmo práticos, a actividade de corrida dos taxistas é regida pelo código de estrada e apesar de cada um responder civil e criminalmente pelos actos praticados, têm uma pessoa colectiva que os representa diante do Estado e de outras circunstâncias, a designada Associação dos taxistas.

Posto de outro modo, os taxistas falam de modo formal com o Estado e com o seu grupo alvo por meio da associação. A não concretização desse mecanismo, os mesmos pode pôr mão ao último recurso, a greve. Mas uma greve fundada nos princípios por nós já aludidos.

Informações públicas dão conta, de que quer a Associação dos taxistas, quer a nova Aliança dos taxistas, não idealizaram e nem coordenaram a greve... portanto, um "conflito de interesses" se tinha instalado no seio dos taxistas, por parte dos apologistas da paralisação da corrida e dos que defendiam a plena circulação e circulavam. Por essas divergências, as duas alas entraram numa autêntica balbúrdia tendo resultado na queima de bens públicos e privados, destruições, constrangimentos de locomoções de pessoas, ferimentos, pânico social e várias detenções.

As duas Associações de defesa dos direitos dos taxistas trocaram acusações tácitas, de quem terá sido o autor da greve. Importa recordar que a nova Aliança na véspera dos factos publicou folhetos acautelando civismo por qualquer eventualidade de haver uma greve sediciosa, detalhando os bons valores porque se deve nortear a actividade do taxista. Para a Associação dos taxistas a publicação desses folhetos constituíram um acto delicado para greve; por sua vez a Nova Aliança afirma que os grevistas terão saído do Cazenga da vizinhança do senhor Faustino, presidente da Associação dos Taxistas. Ora, esse desacordo entre Associações que têm como fim defender seus associados, demonstra bem o despreparo e o nível da pura ilusão da greve. Doravante, essa greve com forte pendore ao vandalismo, é uma mais que provada experiência, de que as próximas tentativas análogas devem ser debeladas e com veemência serem condenadas por toda sociedade. Há também um sinal perigoso e aviso a ter

em conta, se houver uma paralisação pacífica a Administração Pública, a vida privada das pessoas e dos grevistas terá um constrangimento de nível muito elevado.

Ou seja, se os taxistas configurarem em suas consciências uma dita greve, mesmo que se baseie em pacificidade quem irá perder será o triângulo todo: O Estado, as pessoas que afluem a esses serviços e os próprios grevistas.

Por isso, o Estado revestido do seu papel de pessoa do bem, os taxistas com humilde e um nível de civismo aplicado a favor do seu cliente e ao Estado, ambos deverão partilhar estratégias e serem aliados dessas estratégias. Outro contributo que queremos deixar nesse humilde artigo, é sobre as Associações dos taxistas que deve reduplicar esforços para puderem disciplinar a actividade dos taxistas, porque a greve arruaceira do passado revela bem que os mesmos não se revêem em Associação nenhuma.

3.32 Só 1,7% das compras públicas são feitas a pequenas empresas

Jornal Expansão

23 De Outubro de 2015

Texto: Ricardo David Lopes

Quatro anos após a entrada em vigor da Lei das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME), o Estado está longe de cumprir com o previsto em relação a este tipo de empresas no que diz respeito à compra de bens e serviços. O diploma define que Governo central, governos provinciais, empresas e institutos públicos devem reservar 25% dos seus orçamentos para a aquisição de bens e serviços a MPME, mas, em 2014, o 'bolo' ficou nos 1,7%.

Segundo o Boletim Estatístico da Contratação Pública Angolana referente ao segundo semestre de 2014 - que agrega dados relativos a todo o ano -, divulgado no site do Gabinete da Contratação Pública (GCP), dos 992,6 mil milhões Kz cabimentados para a aquisição de bens e serviços, apenas 16,9 mil milhões Kz se dirigiam a MPME, ou seja, 1,7% do total, ficando o resto para empresas de maior dimensão.

O estudo da entidade tutelada pelas Finanças indica que, em número de cabimentações, as MPME 'receberam' 6,3% do total, que ascendeu a 19.932. Ou seja, 1.247 cabimentações.

O Boletim revela ainda que, apesar de, no final de 2014, estarem certificadas pelo Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) 9.547 empresas, apenas 9% (849) estavam registadas junto da Direcção Nacional do Património - que detém a base de dados de quem fornece o Estado.

Destas, apenas 505 tinham o cadastro, ou seja, o registo como fornecedoras 'oficiais' completo, problema que, aliás, se aplica à maioria das empresas que vendem bens e serviços ao Estado (ver infografia nas páginas 4 e 5).

O documento do GCP detalha que, entre as MPME fornecedoras de bens e serviços públicos, a maior parte (46%) era do sector de comércio a retalho, "em detrimento de outros sectores directamente ligados ao sector produtivo, como agricultura, agro-pecuária, pescas e indústrias transformadoras".

Ao Expansão, Samora Kitumba, administrador do INAPEM (ver página 6), defende haver "espaço orçamental para que se melhore a participação" das MPME na contratação pública.

"O INAPEM, o Ministério da Economia e alguns agentes e associações empresariais têm vindo a desenvolver uma campanha para sensibilizar os órgãos da administração central, governos provinciais, empresas públicas e não só para que sejam parte integrante no processo de contratação de MPME", explica o responsável.

No entanto, adianta, é necessário monitorizar a aplicação do que está previsto na lei - 25% do orçamento para MPME - e identificar "potenciais fornecedores" do Estado. "Quando todos os intervenientes no processo de contratação pública estiverem conscientes da importância de criarmos mercado e de financiarmos a produção nacional, teremos garantidas as condições para se conhecerem valores de cabimentação mais satisfatórios", garante.

Problema é "mundial"

Diogo Duarte Campos, da PLMJ, em parceria com GLA Advogados, defende que, "na verdade, esta não é uma 'questão angolana', mas mundial". O jurista lembra que a lei angolana, como noutros países, tem evoluído no sentido de "defender a concorrência e estimular as empresas mais pequenas" a serem fornecedoras do Estado (ver cronologia na página ao lado), mas alerta que "mais do que pensar em alterações legislativas, a formação dos técnicos será mais vantajosa".

O Boletim revela que, em 2014, o GCP teve conhecimento da abertura de 942 procedimentos de contratação pública, um aumento de 228% face a

2013.

"Esta variação é resultante do esforço do GCP, como órgão supervisor do mercado, no aumento do número de formações ministradas (palestras, seminários, visitas às entidades públicas contratantes, etc.), que gerou maior sensibilidade na partilha de informação".

A maior parte dos procedimentos, indica o documento, diz respeito a concursos públicos ou concursos limitados sem apresentação de candidaturas, um perfil que, afirma Diogo Duarte Campos, está "alinhado com as melhores práticas internacionais".

"Em Portugal não existe uma percentagem tão elevada de procedimentos sob a forma de concurso público", diz o jurista para quem, ainda assim, a Lei da Contratação Pública angolana poderia prever outros mecanismos, como o procedimento de ajuste directo. Esta 'fórmula', defende, "faria muito sentido quando em causa estivessem valores mais reduzidos".

O Ministério da Construção, segundo o documento, foi o que abriu procedimentos com maior valor, mas o da Juventude e Desportos foi o que teve mais iniciativas de compra de bens e serviços (ver infografia nas páginas 4 e 5).

O Boletim refere haver uma diferença entre valores cabimentados, liquidados e pagos, o que pode ser, em parte, explicado com a existência de 'atrasados', assim como com o facto de, nalguns casos, haver contratos plurianuais.

O documento, sublinhe-se, aponta para um valor global de cerca de 1,5 biliões Kz cabimentados para despesas de bens e serviços, no cômputo geral acima dos 992,6 mil milhões Kz referidos no capítulo das MPME.

A diferença, contudo, reside no facto de, para um e outro caso, serem usadas bases de dados diferentes.

Rever a lei é "urgente"

Na avaliação geral que faz à contratação pública, o organismo do Ministério das Finanças revela que estão em curso "trabalhos sobre a criação de uma base de dados para o registo e monitorização de todos os contratos administrativos a partir do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado", para evitar discrepâncias de valores e haver maior controlo de despesas.

O GCP revela ainda que "os principais agentes implicados no mercado afiguram-se sintonizados para uma revisão urgente das bases legislativas da contratação pública" e que "estão igualmente em curso trabalhos para uma maior interação entre os

operadores do mercado da contratação pública, por intermédio do lançamento da segunda fase do Portal da Contratação Pública".

Diogo Duarte Campos concorda que "há um consenso no sentido da necessidade de revisão urgente da lei". Para o jurista, "não obstante os passos dados em frente aquando da revisão de 2010, há ainda um longo caminho a percorrer no sentido do aperfeiçoamento das normas e da sua adaptação à realidade nacional".

"Faz sentido, por exemplo, pensar na previsão de um contrato de concessão e na definição dos papéis dos seus intervenientes, ou seja, a questão da forma de tramitação desse tipo de procedimento e dos actos das partes ao abrigo do contrato", afirma.

Para o jurista, para além da já referida inexistência do procedimento de ajuste directo, que considera "um grande ponto fraco" da Lei da Contratação Pública, "também se destacam negativamente alguns pontos que se percebem menos bem, mormente no que concerne à avaliação da capacidade técnica e financeira dos concorrentes, sendo nosso entendimento, por exemplo, que tais factores deveriam ser objecto de avaliação diferenciada (e não em conjunto com a proposta)".

"Acrece a questão da contratação electrónica, que, não obstante estar prevista, na realidade não se encontra implementada, o que nos leva a questionar se não seria preferível que não estivesse prevista, já que não tem aplicabilidade prática", conclui.

3.33 A informalidade não é o caminho para o sucesso

Novo Jornal

30 De Outubro de 2015

Texto: Faustino Diogo

Como é que surge a Liga de Mulheres de negócios de Viana?

Esta Associação começou com um grupo de mulheres que faziam negócios informais e queríamos ter a liberdade de fazer os negócios sem atrapalhão da fiscalização e da força da ordem e também tirar as mulheres zungueiras das ruas e enquadrá-las nos mercados. Assim, decidimos fundar esta ONG de apoio às mulheres.

Em seis meses, colocamos sete mil mulheres nos mercados de Viana. E todas estas mulheres passaram a ter um lugar fixo para fazer os seus negócios.

Neste momento, temos apostado nas feiras itinerantes com feirantes, actualizadas, treinadas e capacitadas. As nossas feiras realizam-se dentro das orientações do governo de Luanda.

O mercado informal tem sido a vossa aposta, porquê?

Porque acreditamos que é possível transformar os negócios informais em formais. Legaliza-los, para que as mulheres sejam bem-sucedidas.

Como mulheres de negócios é importante que saibam que se não lutarem por uma formação básica, poderão continuar com uma bandeja de rissóis nas mãos e não passar daí.

É importante ter um cartão-de-visita, dar a cara, para as pessoas saberem de quem é que se trata. É importante manter a higiene. É esta formação básica que as mulheres de nível mais baixo precisam para saírem da informalidade.

Porque se as zungueiras forem bem treinadas, formadas, poderão levar o barco para frente sem problema nenhum. As mulheres quando têm oportunidade são capazes, incluindo as zungueiras. Falo como zungueira que já fui. Porque a informalidade não é o caminho para sucesso.

Hoje muitas mulheres estão no mundo do empreendedorismo, dos negócios. Mas, falta a formação. Muitas delas não têm uma formação básica de como lidar com os negócios.

Em muitos casos a mulher pode ter um negócio durante vários anos, mas a falta de formação impede-a de dar saltos mais altos. O nosso objectivo também é lutar contra a pobreza:

A Liga tem ministrado esta formação de que fala?

Temos tido formação de capacitação. De como lidar com os negócios, atendimento ao cliente... Temos um pacote vasto de formação para as mulheres.

Que tipo de negócios as vossas associadas fazem?

Geralmente comercializam vestuários. Estão mais inclinadas para a venda de roupa.

Muitas delas fazem grandes esforços para manterem os negócios e às vezes não dão o lucro esperado. E nesta fase em que o País vive, a situação fica complicada.

Esta crise também está a afectar o vosso negócio?

Está. Os rendimentos que as mulheres da Liga tinham não é o mesmo hoje. Ainda assim, o nosso trabalho continua. E aqui volto a falar da formação. Nesta fase crítica, se tivermos alguns conhecimentos, podemos mesmo desenvolver outros negócios.

Mesmo assim e graças a Deus está a dar para aguentar. Porque as mulheres sabem que estando na Associação a possibilidade de fazer negócio é maior.

Há mulheres que preferem "zungar" porque alegadamente ganham mais...

O trabalho da mulher zungueira não é fácil. Temos trabalhado na sensibilização delas para que ganham consciência que esta vida é difícil.

Organizadas, vendendo nos mercados, têm quem lhes defende e protege as suas mercadorias.

Para a mulher zungueira o importante é que todos os dias leve algo para casa e isso faz com que o negócio dela não progrida como o esperado. É preciso mudar este pensamento.

Tem casos de zungueiras que se juntaram à Associação e estão satisfeitas?

Muitas mulheres abandonaram a "zunga" e estão connosco nas feiras. A "zunga" acaba com as mulheres. Muitas têm problemas respiratórios. Temos mulheres que construíram casas, pagam formação dos filhos...

As zungueiras deveriam saber planificar a vida delas. Nem que fosse só com uma formação básica. Porque a "zunga" é um negócio sem plano.

Fala muito em formação. É a chave para resolver o problema da venda informal?

Acho que sim. As nossas "zungueiras" têm muito pouca formação. Muitas delas nem o ensino básico têm. O negócio hoje tem que ser renovável.

E a questão da legalização das comerciantes?

Já começamos a pagar impostos. As mulheres hoje estão preocupadas com esta situação e no final do mês pagamos as nossas contribuições. Nas nossas palestras temos falado da importância do pagamento do imposto. Sabemos que o nosso dinheiro é uma gota no oceano, mas com o nosso pouco, que com

Deus é muito, vamos continuar a pagar as nossas contribuições.

Têm tido apoios da administração local?

Temos tido apoios sim. Não temos problema nenhum. Quando precisamos, estão presentes.

As ONGs no País queixam-se muito da falta de financiamentos para os seus projectos, como é que vivem?

Vivemos do que arrecadamos. Fazemos uma ginástica com os nossos poucos valores.

As queixas das outras ONG também são as nossas. Realmente temos tido dificuldades em obter financiamentos.

Como ONG somos parceiras do Estado. Se o Estado olhar bem para nós os benefícios são maiores e melhores para a sociedade. O Estado tem que casar com as ONGs. Porque este casamento é muito importante para a sociedade. O nosso trabalho social só tem sucesso se o Estado estiver connosco.

Mas também existem algumas ONGs que se queixam mas de facto não fazem o trabalho de ONG. Temos que usar a honestidade e sinceridade. Esta cooperação entre as ONGs e o Estado é muito importante.

Está satisfeita com o trabalho desenvolvido?

Ao longo destes sete anos de existência posso considerar satisfatório trabalho da nossa ONG.

Começámos com um número muito reduzido e hoje temos mais de 150 associadas. E não temos mais porque temos alguns condicionalismos.

Qual é vossa maior preocupação?

Nesta altura é termos um espaço para a construção de alguns quiosques para um outro projecto. Não queremos ficar pelas feiras itinerantes.

Gostaríamos de ter uma área onde pudéssemos construir algumas lojas, onde pagássemos os nossos impostos normalmente.

Gostaríamos também de construir o nosso escritório definitivo. Temos um terreno em vista, mas falta-nos alguns apoios porque não temos condições para a assumir sozinhos a sua construção.

Apesar das nossas dificuldades temos feito algum trabalho de integração que reflecte positivamente na sociedade. Por isso, se o Estado olhasse mais um

pouco como parceiros de certeza que fazíamos muito mais.

3.34 Azuis e brancos prometem paralisar novamente Luanda

Semanário Terra Angolana

30 De Outubro de 2015

Texto: Felizardo da Mata

Na semana passada, o Terra Angolana fez uma ronda pelas principais vias da cidade para saber de alguns azuis e brancos em relação ao diferendo com o Ministério dos Transportes e os mesmos foram unânimes em dizer que não havia solução imediata e identificaram os problemas.

Rodrigues Neto, taxista há 8 anos, faz a rota Golf2 ao Gamek e entende que a situação está a trazer grandes transtornos na relação entre o Estado e os transportadores de passageiros que todas as manhãs rasgam as ruas de Luanda.

"Nós estamos aqui sem saber onde podemos parar com as nossas viaturas, porque nos locais onde estacionávamos já não é permitido fazer. Como sabeis, cada um de nós é chefe de família e se o Estado não indicar lugares apropriados onde podemos estacionar as nossas viaturas então não é possível haver harmonia e a desordem vai continuar. Quando tentámos reagir somos tidos como arruaceiros e para aquilo que entende, essa atitude não dignifica nada bem a nossa profissão", desabafou.

Mário Makiesse, outro candongueiro da capital, faz as suas viagens da Gamek ao Benfica e confessou-nos que o silêncio das autoridades, em relação às paragens, demonstra incapacidade de gestão da parte dos responsáveis.

"Eles fingem que não sabem nada, até aqui não temos ao certo a data para nos indicar as paragens, mas o que é certo, é que se eles se mantiverem sempre em silêncio nós vamos tomar outra posição", afirma.

Do Belas à Viana, a equipa de reportagem deste Jornal ouviu outros operadores que se mostram insatisfeitos com o rumo incerto da situação, como nos confirmou Januário Bernardo, taxista de 35 anos de idade, que faz frequentemente o trajecto Vila de Viana/ Congolense.

"Caso o assunto permanecer sem resposta adequada da parte das autoridades, vamos voltar à rua no

sentido desse manifestar", garantiu, acrescentando que, "vamos voltar a nos manifestar, porque a nossa actividade é legal e não estamos a furtar ninguém, o que nós exigimos é que nos indiquem os locais apropriados para poder estacionar as viaturas e mais nada, caso ao contrário vamos voltar a paralisar a nossa actividade até que haja uma solução", disse.

Quem corrobora da mesma ideia é André Casimiro e reprova mesmo a presidência de Manuel Fernandes na Associação dos Taxistas de Luanda "ATL" e aponta o dedo dizendo que não faz nada para inverter a actual situação.

"Eu fiquei pasmado com a postura do presidente da ATL, ao se pronunciar em certos meios de comunicação social, sobretudo públicos, que acção dos taxistas era de má-fé, e ainda por cima, considerou-nos arruaceiros, quando na verdade pensávamos que era defensor dos taxistas. Nada disso, afinal no fundo não está ao lado dos taxistas", acusou o associado, afirmando também que "em os todos cantos da cidade capital houve subida do preço dos bens alimentares quer no mercado formal, assim como no paralelo.

Não houve justificação plausível. "Por exemplo, prosseguiu, o saco de arroz outrora era 2 mil Kwanzas, mas assistimos nos dias que correm que o preço ronda entre os 4 e 5 mil e o táxi não altera a tarifa e não sabemos porque?

Quando nós tentamos reagir somos presos e tratados como marginais ", concluiu.

Para Manuel Faustino, outro auto-mobilista de um 'quadrado' azul e branco, mostra céptico quanto aos reais interesses da associação e aguarda a última carta que os taxistas enviaram às autoridades para que se regularize a situação sob pena de se realizar uma acção mais concertada.

Questionado sobre a existência de desacatos da parte dos taxistas no desenrolar da paralisação que aconteceu em Setembro, André reconheceu os exageros de alguns colegas seus na actividade durante os protestos.

"Sim não posso negar ou defender os meus colegas, o certo houve algum exagero de alguns taxistas, embora haja exageros da imprensa pública", acusou o nosso interlocutor, e enquanto não se inverte a situação os agentes reguladores de trânsito continuarão a receber as suas (michas).

Recorde-se que os taxistas paralisaram a sua actividade no dia 27 de Setembro, exigindo as paragens para a carga e descarga de passageiros.

3.35 Rememorando "Roque Santeiro" de Hendrik Vaal Neto

Jornal Folha8

31 De Outubro de 2015

Texto: João Papelo

Antes de conhecer o Mercado Municipal do Panguila, o Roque Santeiro foi o berço de uma economia de mercado desenfreada, um mar imenso de gente de todas as raças, nacionalidades e tribos. Gente de todas as línguas, classes e condições sociais. Foi uma arena de gladiadores onde se batiam, ferozmente, a vida e a morte; a pobreza e a miséria; e todas entre si, num interminável duelo de anões e gigantes.

Atendendo a sua localização fronteiriça entre o bairro da Boavista e o município do Sambizanga, não escondia a distante paisagem da Ilha de Luanda - eterno pombal de amor, cantada nas músicas e aclamada pelos poetas. Do lado oposto, um bairro de lata que se estende para lá da zona da Nocal e do subúrbio da Petrangol.

Escrito numa linguagem coloquial, o romance sobre o maior mercado de venda informal do continente africano oferece-nos uma leitura fértil de descobertas sobre a vida humilde de milhares de cidadãos que faziam daquele mercado o seu posto de trabalho, a fonte de sustento das suas famílias.

Hendrik Vaal Neto, neste delicioso romance, que certamente hoje transformado em memorial do ex-mercado Roque Santeiro, eleva-nos a um epicentro de causas e efeito, antecedentes e consequentes, desenhando-nos um painel narrativo fértil, muito longe de subtilezas e preconceitos de qualquer ordem.

Neste livro, o leitor despe-se da sua condição de apreciador das histórias que se vão desenrolando e intercalando ao longo das 119 páginas para ocupar o lugar de testemunha do narrador. Desde bancadas de fuba, verduras e legumes ou peixe fresco aos alambiques de quimbombo, do negócio de "quinguilas", no coração daquele formigueiro de transeuntes, ao santuário de marginais que povoam as orgias de desordens propositadas nos pontos de táxi, vulgo, candongueiro. Passando por becos e cubatas de "pau-à-pique" onde se pratica a mais velha profissão do mundo (aqui, freguesia e bom senso confundem-se, e a necessidade vence incontestavelmente a moral).

Lemos no livro, entre várias histórias, a dó "candengue" Luisinho que morava algures nas cercanias do Kinaxixi.

Por benevolência do destino conquistou a simpatia de um estrangeiro que deambulava pelas ruas da cidade de Luanda com uma luxuosa viatura BMW. Aquela amizade fortuita prevaleceu. Luisinho foi angariando algumas receitas que recebia por lavagens de carros pelas artérias da cidade e do apoio do seu novo amigo. Com o dinheiro, comprou alguns negócios como bens de primeira necessidade para revender nos sinaleiros de Luanda, preferencialmente na hora do tráfego rodoviário intenso.

Nas contiguidades do mercado, comerciantes grossistas desafiam o solou a chuva. Há entre eles estrangeiros oriundos de toda parte: zaienses, senegaleses, malianos, etc. maioritariamente muçulmanos. Há também, um pouco além, caminhões estacionados trazendo mercadorias de toda parte, até de contrabando. Assim sobrevivia o grande Roque Santeiro, fielmente retratado no romance de Vaal Neto.

A bem da verdade, o romance deste autor, que ora rememoramos, oferece-nos caudalosos capítulos demarcados por "intermezzos" de breves lições de moral, cidadania e humanismo. Aliás, o livro é, na sua íntegra, um apelo constante aos valores espirituais, cívicos e morais, um tanto ausente nas relações humanas dos nossos dias. Subjaz a crítica ferrenha à hipocrisia da sociedade de consumo.

Na verdade, di-lo o autor, é pura ilusão pensar que o Roque Santeiro, porque um emaranhado de cobiças, amizades e imundices, difere de Tóquio, Paris, Washington, Cairo ou Londres. Metrópoles resguardadas pelo poder do grande capital e a opulência do néon "das grandes noites mundanas". Na periferia ou no centro, o mundo rege-se pelas mesmas normas e pelos mesmos vícios, os mesmos pecados e as mesmas virtudes, as mesmas grandezas e as mesmas misérias. O Roque Santeiro não é outro mundo; é apenas o mundo com todo os seus defeitos e virtudes postos a nus.

O livro tem o prefácio de Luís Fernando.

4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Proposta do OGE para 2016 na Cidade Alta

Jornal O PAÍS
2 De Outubro de 2015

A 12ª reunião ordinária conjunta das comissões Económica e para a Economia Real do Conselho de Ministros procedeu, ontem, em Luanda, à análise da Proposta de Orçamento Geral do Estado para 2016, documento que contém a previsão das receitas e das despesas públicas das diversas unidades orçamentadas da administração do Estado.

Segundo o comunicado de imprensa da sessão, no âmbito da coordenação das políticas fiscal, monetária e cambial foi apreciada a proposta de medidas para o aumento de liquidez cambial, através da emissão de Obrigações do Tesouro em moeda externa no mercado doméstico, com vista a reforçar as receitas de financiamento e a aliviar a pressão que se verifica no mercado cambial.

Ainda no domínio fiscal, analisou-se o Memorando que define os Paradigmas de Acordos, quer para se evitar a Dupla Tributação, quer para o estabelecimento de trocas de informação em matéria tributária.

Estes paradigmas constituem as bases com que o país deve se reger em futuras negociações, à luz dos pressupostos definidos pelas acções Unidas e pela SADC.

A reunião aprovou um conjunto de medidas para a implementação do Sistema Nacional de Vigilância e Segurança Marítima da Zona Económica Exclusiva, com o objectivo de salvaguardar a soberania do Estado nas águas interiores e no mar territorial, bem como apoiar a navegação marítima e proteger as explorações petrolíferas.

No domínio das Telecomunicações, foram apreciadas as medidas que visam a reestruturação e o saneamento financeiro da Empresa Angola Telecom - EP e o estabelecimento de um novo regime de acesso para a prestação de Serviços de telecomunicações, através de Títulos Globais Unificados.

Os referidos títulos, sob a forma de concessão, habilitam os seus titulares a prestarem serviços de comunicação, incluindo o fixo, móvel, de televisão por subscrição e a exploração das infra-estruturas que integram a Rede Básica de telecomunicações.

Neste domínio, as medidas preconizadas têm também por objectivo introduzir no mercado nacional a realização de leilões de frequências para a atribuição de direitos de utilização dos serviços de comunicações electrónicas. A sessão foi orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

4.2 Angola prepara OGE para cumprir «funções básicas» em 2016

Semanário Angolense
9 De Outubro de 2015

O Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2016 em Angola vai entrar em discussão na Assembleia Nacional ainda este mês e, segundo o ministro das Finanças, vai cumprir as «funções básicas» e tentar promover a retoma económica no país. Angola atravessa actualmente uma forte crise financeira e económica, com reflexos também ao nível cambial, devido à queda para metade das receitas com a exportação de petróleo, tendo em conta a quebra na cotação internacional do barril de crude.

A situação levou à revisão do orçamento para 2015 em Março, com o Governo angolano a cortar um terço de toda a despesa que previa realizar este ano. De acordo com o ministro Armando Manuel, o OGE de 2016, em fase final de preparação «vai cumprir a cobertura das necessidades básicas do Estado». «Isto é, garantir a remuneração dos seus servidores, assegurar o reembolso das obrigações de dívida, assegurar o funcionamento básico das instituições, quer em termos de despesa obrigatória e despesa 'mínima de funcionamento, assim como devolver à economia o ímpeto de crescimento com o investimento público voltado para projectos de cunho infra-estrutural necessários para o estímulo da actividade económica», disse o governante, em declarações à comunicação social.

O OGE para 2016 vai manter limites «apertados» na despesa, tendo em conta que a cotação internacional do barril de petróleo continua em baixa, conforme

admitiu na altura a Directora Nacional do Orçamento do Estado, Aia-Eza da Silva, adiantando que não se perspectiva «um maior nível de receitas», num contexto em que as que são oriundas do petróleo «continuam num patamar incerto».

Já o ministro das Finanças, afirma que o Orçamento para 2016 «procurará equilibrar as fontes de recursos e os seus usos», com «um nível de endividamento moderado, no quadro da responsabilidade fiscal que se tem para com as futuras gerações».

Em causa está a crise da cotação internacional do petróleo, actualmente à volta de 50 dólares por barril, quando há um ano rondava os 100 dólares. A situação obrigou à revisão do OGE para este ano, tendo em conta a redução do peso das receitas petrolíferas de 70 por cento, em 2014, para uma estimativa de 36,5% este ano.

O Governo decidiu cortar um terço das despesas totais iniciais, passando o orçamento a prever uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 6,6%, com toda a riqueza produzida no país a cifrar-se (estimativa) em 11,5 biliões de Kwanzas (75 mil milhões de euros).

O limite da receita e da despesa do OGE desceu de 7,251 biliões de Kwanzas (47,8 mil milhões de euros) para 5,454 biliões de Kwanzas (36 mil milhões de euros). Ainda devido à crise da cotação do petróleo, o Governo angolano prevê um défice de 7% do PIB em 2015, com o buraco nas contas públicas avaliado em 806,5 mil milhões de Kwanzas (5,3 mil milhões de euros).

4.3 OGE/2016 vai a aprovação no parlamento no final do mês

Jornal Manchete

09 De Outubro de 2015

O ministro das Finanças disse esta semana que o OGE 2016 vai entrar em discussão na Assembleia Nacional, para a sua competente aprovação conforme legalmente previsto.

o ministro armando Manuel informou que o OGE para o próximo ano "vai tentar promover a retoma económica", acrescentando que "vai cumprir a cobertura das necessidades básicas do Estado, isto é; assegurar o funcionamento básico das instituições, quer em termos de despesa obrigatória e despesa mínima de funcionamento, assim como devolver à

economia o ímpeto de crescimento com o investimento público voltado para projectos de cunho infra-estrutural necessários para o estímulo da actividade económica", sublinhando que "o país atravessa uma forte crise financeira e económica, com reflexos também ao nível cambial, devido à queda para metade das receitas com a exploração de petróleo, tendo em conta a quebra para metade das receitas com a exploração do petróleo, tendo em conta a quebra na cotação do mercado internacional do barril do crude."

O anúncio do OGE 2016 ocorre numa altura em que diversos economistas e demais observadores económicos afirmam que o ano 2016 vai ser para doer e pior que o ano de 2015, a manter-se a actual cotação do preço do ouro negro no mercado internacional, com o risco da sua descida para a casa dos 40, torna inviável a sua exploração, por causa dos custos de produção que rondam na mesma fasquia, pelo que os países produtores, não obterão quaisquer lucros, divisando-se prejuízos acrescidos aos já vividos até aqui, com a redução do preço do barril para mais da metade do valor de Julho de 2014, quando foi anunciada pela primeira vez a presente crise dos petrodólares, cujo impacto sobre a economia angolana é assaz visível no quotidiano dos angolanos, apesar das medidas acautelatórias tomadas pelo Executivo, com a rectificação do OGE 2015 em Janeiro último...

Nestes termos, em virtude da conjuntura ainda mais crítica que se avizinha, o economista Emílio Longa afirmou recentemente à imprensa que o "OGE 2016 será muito desafiante, tendo em conta que grande parte das empresas angolanas, registarão muitas dificuldades no presente ano económico", antevendo como consequência que o imposto industrial para essas empresas será muito baixo, sendo que "algumas poderão mesmo não pagar, bastando para tal demonstrarem os seus prejuízos. Sendo assim, o Estado terá dificuldades de conseguir impostos não petrolíferos e impostos petrolíferos. "

Qual a saída?

Praticamente quase de mão atadas, o Executivo tem apontado a diversificação da economia como a saída para a presente crise. Mas, os investimentos feitos no sector produtivo não são tão famosos, nomeadamente na agricultura e sectores correlatos, os números indicam que no OGE vigente foi cabimentado para o sector agrícola apenas 7,9% contra os 12,3% do ano anterior Assim sendo, o novo OGE não deverá deixar à margem o reforço financeiro do sector da agricultura e dos programas de combate à pobreza e o desenvolvimento rural, sem prejuízo da recuperação e reabilitação das vias

rodoviárias, cuja qualidade tem sido posto em causa, bem como garantir a construção de vias rodoviárias secundárias e terciárias que garantem o acesso ao campo e ao evacuamento dos produtos agrícolas dos camponeses, necessários para o consumo e mesmo para a alimentação da agro-indústria, incluindo a agro-alimentar, carente de frutas para a produção de sumos e demais bebidas tanto para consumo interno, como para exportação, para deter a forte pressão que as importações exercem sobre a nossa balança de pagamentos, potenciando recursos para a produção nacional, que impeça a entrada no país de produtos que podem ser produzidos localmente pelos nossos camponeses e operários.

O que é válido para os frutos da terra (e mesmo do mar), bem como para outros produtos agrícolas locais (tubérculos e leguminosas) também é válido para produtos manufacturados que tem sido importados até, com todo peso deletério exercido sobre a estrutura económica do país outros produtos. Em relação aos frutos do mar é mister assinalar que países há que sustentam as suas exportações basicamente com crustáceos como lagostas, caranguejos e camarão.

Críticas contundentes

Ainda assim, os especialistas acreditam que a diversificação não se faz num dia, agravada da circunstância de que ela já deveria ter sido começado a ser feita há muito tempo, deixando escapar que o Governo angolano dormiu à sombra da bananeira dos petrodólares, quando o preço do crude estava em alta, sendo certo que os enormes recursos obtidos no passado há muito deveriam ter sido investidos no campo, ou seja na agricultura, na agro-indústria, na indústria e nas pescas, garantindo mais empregos e rendimentos familiares susceptíveis a fazer face à presente crise de forma mais desafogada. Infelizmente o cenário não é esse é cada vez mais crítico, acrescido de má gestão da coisa pública.

Proposta inovadora para saída da crise: "investir no capital"

No rol das análises críticas à actual crise, surge a opinião inovadora de Marco Silva, em contraponto à saída da diversificação. Debruçando-se sobre o inquietante futuro de Angola, sublinha que "Toma-se, hoje mais do que nunca, absolutamente necessário criar uma nova estratégia de crescimento para Angola, mais sustentável, comprovada e que reduza drasticamente a dependência das receitas petrolíferas. O investimento e o inevitável crescimento económico que daí advém só existe com capital!", reforçando que "para se ter acesso a ele, ou se gasta muito tempo e dinheiro para 'seduzi-lo', ou se criam

as condições para que seja ele a desejar 'desesperadamente' entrar no País." M. Silva cita o exemplo da Singapura que possui uma área geográfica equivalente à baixa de Luanda, albergando 5 milhões de habitantes e onde existem mais de um milhão de milionários, com um PIB de 350% do angolano, uma taxa de desemprego inferior a 2% em 2014 e 2,5% em média nos últimos 30 anos", respondendo como foi possível tal milagre económico: "Com uma aposta decidida no fomento do mercado financeiro no País, criando condições muito atractivas para o capital estrangeiro que resultou numa bolsa de valores com uma capitalização superior a 750 mil milhões de dólares (cerca de 100 triliões de kwanzas), o equivalente a 70 anos de receitas do petróleo a preços de 2015" (50 dólares o barril).

O mesmo analista económico sustenta que "Melhor que forçar um estado com necessidade urgente em recursos humanos qualificados a dinamizar uma economia que está a crescer das cinzas de uma guerra é deixar o investimento privado correr o risco e fazer trabalho todo, sem nunca o Estado perder o controlo através de uma supervisão eficiente e de um domínio efectivo nas participações financeiras", exemplificando que "por intermédio de acções com direito de veto (golden share) ou preferências (com mais direitos de voto.)"

Marco Silva insiste que "mais que uma crise económica e financeira, Angola tem hoje uma oportunidade de ouro", observando que "Permanecer no rumo da dependência do petróleo será hipotecar irremediavelmente o futuro, fomentar de forma decisiva o mercado de capitais, o 'motor' do desenvolvimento económico mundial é o caminho da prosperidade. "

Finalmente, M. Silva cita além do êxito modelo financeiro da Singapura, alguns raros exemplos de sucesso como o da Suíça, Luxemburgo, Inglaterra e Estados Unidos, que o nosso país deveria adoptar, destacando que "Angola pode ser o primeiro país africano a entrar neste grupo de luxo, desejando para tanto que os líderes angolanos tenham aquilo que não lhes falta: "coragem e visão" - remata.

4.4 Comissão Económica e para Economia real avaliam relatórios sobre projectos de exploração mineira

Jornal de Angola

15 De Outubro de 2015

Autor: Kumuênho da Rosa

A proposta de Orçamento Geral do Estado para 2016 cumpriu ontem mais uma etapa decisiva antes de ser submetida à Assembleia Nacional. O documento foi o prato quente da sessão conjunta das comissões Económica e para a Economia Real do Conselho de Ministros, orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

Além da previsão das receitas e das despesas, o OGE tem o condão de garantir a concretização das políticas de desenvolvimento sectorial e territorial do Executivo, que entretanto mantém guardado a sete chaves os principais números e indicadores do próximo exercício económico.

Antes de ser submetido à Assembleia Nacional, o que deve ser feito até ao dia 31 do corrente, segundo a lei, a proposta de OGE para 2016 vai passar ainda pelo crivo do plenário do Conselho de Ministros. Até lá é pouco expectável que sejam conhecidos os indicadores como as previsões das taxas de crescimento real do PIB e da inflação. Outra dúvida reside ainda no preço de referência do barril do petróleo, principal produto de exportação, visto que se mantém o quadro de volatilidade do preço do crude no mercado internacional.

Numa entrevista recente à Angop, ministro das Finanças referiu-se aos cuidados que o Executivo tem tido na confecção do próximo OGE, sublinhando que a proposta orçamental a ser submetida ao Legislativo "procurará equilibrar as fontes de recursos e o seu uso". Armando Manuel fez saber que o Executivo pretende "identificar um nível de endividamento moderado no quadro da responsabilidade fiscal para com as futuras gerações". E garantiu: "Vai ser um orçamento que vai cumprir as responsabilidades básicas do Estado".

Durante a sessão foi analisado um relatório sobre o Plano Anual de Endividamento, referente ao terceiro trimestre do corrente ano, onde constava o levantamento dos fluxos financeiros, com realce para as emissões do serviço e do stock da dívida pública interna e externa.

A sessão apreciou um outro relatório sobre a execução do Plano de Caixa de Setembro e a proposta de Plano de Caixa para Novembro, documentos referentes aos fluxos de entrada de recursos financeiros, assim como os fluxos de despesas.

Recursos hídricos

Foi igualmente objecto de análise plano geral da utilização integrada dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Cubango, que tem por objectivo a criação de condições para o seu aproveitamento de modo racional e sustentável, bem como preservar os ecossistemas existentes e contribuir para o desenvolvimento económico e social do país. Em declarações à imprensa, após a reunião, o secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva, disse que o plano geral de aproveitamento da bacia do Cubango, junta-se a exercícios que já foram feitos nas bacias do Zambeze e do Cunene, num esforço do Executivo com a exploração racional da água.

"Com este instrumento pretende-se assegurar uma gestão mais racional e ambientalmente sustentável dos recursos hídricos", frisou o secretário de Estado, antes de destacar as particularidades da bacia do Cuvango, que também toca os territórios da Namíbia e Botswana.

"O rio Cuvango desenvolve-se essencialmente em Angola, daí que grande parte das contribuições são do lado angolano, mas tem também uma vasta extensão que se desenvolve sobretudo no Botswana, onde desagua", explicou.

Segundo o secretário de Estado, com a elaboração dos planos de utilização dos recursos hídricos das principais bacias hidrográficas Angola procura "fazer a sua parte, cuidando sempre de coordenar com outros países envolvidos", já que aquelas que envolvem Estados vizinhos, qualquer que seja a actuação, deve ser feita observando sempre o princípio da partilha. As comissões tomaram conhecimento sobre o estado de implementação dos Projectos Integrados de Exploração Mineira nas províncias do Cuando Cubango e Cuanza Norte, nas regiões do Cutato, Cuchi e da Cerca, bem como do estado de construção da fábrica de fertilizantes de amoníaco e ureia, na província de Cabinda.

Exploração mineira

O próprio ministro da Geologia e Minas partilhou com a imprensa, após a sessão, os progressos registados, principalmente no Projecto de Exploração Mineira do Cutato e Cuchi, na província do Cuando

Cubango. Segundo Francisco Queiroz, o projecto do Cutato e Cuchi, avaliado em cerca de 200 milhões de dólares, está numa fase bastante avançada e com um desempenho digno de registo. Além da dinâmica no processo de implementação, muito por culpa dos promotores do projecto e da atenção que está a ser prestada pelo Executivo, através do Ministério da Geologia e Minas, o ministro destacou os números do empreendimento: "na fase inicial, de prospecção, o projecto do Cutato e Cuchi vai empregar pelo menos 300 trabalhadores, e na fase de exploração, prevista para finais de 2016 e princípio de 2017, teremos 3.500 pessoas empregadas".

Plantio de eucaliptos

O projecto com arranque previsto para 2016 vai implicar o desmatamento e o plantio de 60 mil hectares de eucaliptos, já que a produção de ferro vai ser através de carvão, incineradores que vão produzir as barras de ferro gusa, um produto intermédio na produção de aço.

"Foi já identificado o local onde vai ser feita a plantação dos eucaliptos para a produção do carvão e já está identificada também a fazenda piloto de dois mil hectares, que vai servir de modelo e de escola para os primeiros operários", disse o ministro. Francisco Queiroz revelou que já foi emitida a licença de prospecção e que o representante do Estado no projecto é a Ferrangol Pesquisa e Produção, que detém, como disse, a titularidade da licença de prospecção.

O ministro da Geologia e Minas referiu-se a algumas estruturas de apoio ao projecto, como uma pista de aviação de 2.300 metros de comprimentos, já praticamente concluída, e a linha ferroviária de transportes, que vai implicar um trabalho conjunto com o Ministério dos Transportes. "Vamos precisar de resolver os constrangimentos que existem a nível da linha férrea, porque a linha para transporte de minerais carece de algum ajuste, trabalho que será desenvolvido de seguida", anunciou.

Sobre o Projecto Minério (Ferro) da comuna da Cerca, na província do Cuanza Norte, o ministro admitiu um certo atraso, embora os trabalhos estejam a decorrer. "Foi já emitida a licença de prospecção e o projecto, na sua fase de exploração, terá um valor de 250 milhões de dólares e empregará 300 trabalhadores", afirmou.

4.5 Comissões económica e para economia real apreciam proposta do OGE para 2016

Jornal Manchete

16 De Outubro de 2015

A 13ª Reunião Ordinária Conjunta da Comissão Económica e da Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros, procedeu nesta terça-feira, no Palácio Presidencial, em Luanda, a reapreciação da proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2016.

De acordo com o comunicado de imprensa deste órgão, a proposta, para além de apresentar a previsão das receitas e das despesas do Estado, visa garantir a concretização das políticas de desenvolvimento sectorial e territorial do Executivo.

A sessão analisou também o Balanço do Plano Anual de Endividamento, referente ao III Trimestre de 2015 que contém uma exposição dos fluxos financeiros ocorridos durante o período em referência, nomeadamente, o desempenho das emissões do serviço e do stock da dívida pública interna e externa.

Finalmente, as comissões tomaram conhecimento sobre o estado de implementação dos Projectos Integrados de Exploração Mineira nas províncias do Cuando Cubango e Cuanza Norte, nas regiões do Cutato, Cuchi e de Cerca, bem como do estado de construção da fábrica de fertilizantes de amoníaco e ureia, na Província de Cabinda.

4.6 “OGE de 2016 vai cumprir as responsabilidades básicas do Estado”

Jornal A Verdade

17 De Outubro de 2015

O ministro das Finanças, Armando Manuel, disse o OGE de 2016 vai cumprir as responsabilidades básicas do Estado, pelo que o Executivo continua a trabalhar na conclusão da proposta orçamental, procurando equilibrar as fontes de recursos e o seu uso.

"O Executivo angolano continua a trabalhar na conclusão da proposta do OGE para o exercício de 2016. Esta é uma proposta orçamental que procurará equilibrar as fontes de recursos e o seu uso, procurando identificar um nível de endividamento moderado no quadro da responsabilidade fiscal para com as futuras gerações. Todavia, este será um orçamento que vai certamente cumprir com as responsabilidades básicas do Estado"

O titular das Finanças que encontra-se em Uma (Peru), desde segunda-feira a participar nos trabalhos da assembleia anual do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, garantiu que há condições para o pagamento dos salários neste último trimestre, sobretudo do décimo terceiro, embora possa ser efectuado de maneira "suavizada" a partir do mês de Outubro.

"Todavia, contrariamente aos anos passados, em que iniciávamos o pagamento das remunerações do décimo terceiro no mês de Novembro, para este ano iniciaremos em Outubro. Este exercício de suavização e antecipação representa um esforço acrescido de responsabilidade fiscal, procurando assegurar que os servidores públicos realizem as suas opções de consumo da quadra festiva sem pressões. Estes pagamentos vão decorrer de forma suavizada nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro, contrariamente ao exercício que vinha sendo feito apenas nos meses de Novembro e Dezembro. Assim, os servidores públicos podem ficar descansados."

4.7 Proposta de OGE pronta para o parlamento

Jornal de Angola

22 De Outubro de 2015

Texto: Kumuênho Da Rosa

A proposta de OGE para 2016 foi aprovada ontem em Conselho de Ministros e segue nos próximos dias para a Assembleia Nacional. O documento com o qual o Governo se propõe "cumprir as funções básicas do Estado" comporta despesas na ordem dos 6,3 trilhões de kwanzas e um Déficit Orçamental de 5.5 por cento do Produto Interno Bruto.

Em declarações à imprensa, a seguir à sessão que foi orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, o ministro das Finanças realçou o "momento peculiar" em que o Executivo submete a proposta de OGE à Assembleia Nacional.

"Submetemos a proposta de OGE num momento em que a economia global assiste uma relativa desaceleração no crescimento económico", disse Armando Manuel, realçando como "boa nota" o facto de, no quadro das regiões que ainda conservam um crescimento positivo e sólido está a região da África subsaariana.

Além do limite do Déficit Orçamental (5.5 por cento), claramente inferior aos sete por cento proposto no Orçamento Geral do Estado de 2015 revisto, o ministro avançou outras notas da proposta de OGE para 2016. Como a Taxa de Crescimento do Produto na ordem dos 3.3 por cento e a projecção do preço do barril do petróleo de 45 dólares, apenas cinco dólares acima do proposto no OGE de 2015 revisto.

Armando Manuel considerou a projecção do preço do barril do petróleo como referência para o OGE como sendo "algo conservadora", o que resulta do "quadro de volatilidade" desse produto no mercado internacional.

Ainda em relação ao petróleo, que se mantém como principal fonte de receitas fiscais e de rendimentos de exportações, a proposta de OGE perspectiva para o exercício 2016 uma produção diária na ordem dos 1.888.000 barris.

"Em termos da composição da despesa e das opções é um orçamento que certamente vai cumprir as funções básicas do Estado, nomeadamente a cobertura da despesa do pessoal, garantia do funcionamento das instituições, com o ajustamento da despesa funcional do sector social que deverá absorver 43 por cento do OGE."

O ministro das Finanças avançou ainda que é feito um "reposicionamento da despesa" no sector da saúde e garantiu que o Governo procura "cumprir todas as outras obrigações, dentre as quais as operações financeiras do Estado". Alinhado com a política de reforço e aceleração da diversificação da economia, o Governo perspectiva um conjunto de opções políticas para promover o investimento privado.

A ideia é maximizar as oportunidades que a economia angolana dispõe, como os recursos naturais e um conjunto de infra-estruturas económicas resultantes de investimentos feitos nos últimos anos, num cenário de redução acelerada do peso do petróleo no PIB.

Armando Manuel disse estar convicto de que o país apenas pode reequilibrar-se num cenário de desaceleração de crescimento que a economia global vem vivendo, prestando a devida atenção ao

investimento, ao mesmo tempo que aposta na optimização das cadeias produtivas.

Comunicação coordenada

A sessão do Conselho de Ministros aprovou ainda os Decretos Legislativos Presidenciais que alteram os Decretos Legislativos Presidenciais n. 05/12, de 15 de Outubro, e on.03/13, de 23 de Agosto. Trata-se de diplomas que alteram a estrutura orgânica dos Órgãos Auxiliares do Presidente da República e dos Serviços da Administração Central, de modo a instituir nestes um serviço interno encarregue das funções de elaboração, implementação, coordenação e monitorização da política de comunicação institucional e de imprensa do Governo.

Turismo define regras

O sector do turismo também esteve em grande plano. Foi aprovado o regime jurídico da actividade de restauração e similares, diploma que estabelece as regras para instalação, exploração e funcionamento dos restaurantes e similares. De igual modo, foi aprovado o regime jurídico das Agências de Viagens e Turismo, diploma que reajusta o enquadramento jurídico-legal da actividade das agências de viagem e dos operadores turísticos. O diploma procura fixar um quadro normativo mais adequado às exigências do mercado.

Em conferência de imprensa, o secretário de Estado do Turismo referiu que os diplomas ontem aprovados em Conselho de Ministros são peças de um processo de reformulação do pacote legislativo do sector, depois da aprovação pela Assembleia Nacional o ano passado da Lei do Turismo, e visam desburocratizar o processo de licenciamento da actividade turística e hoteleira.

"Os diplomas definem os critérios de classificação dos hotéis e similares e uma das inovações é a transferência, prevendo-se que, para determinados empreendimentos, esse exercício seja feito a nível local", disse o secretário de Estado, sustentando que no caso das agências de viagem possam ter uma palavra a dizer no impulso que se pretende dar ao turismo como fonte de arrecadação de receitas.

Ainda do sector, o Conselho de Ministros apreciou uma proposta de Regulamento sobre a Actividade Marítima Turística, que abre caminho para a definição do regime aplicável ao acesso e ao exercício da actividade marítimo-turística, bem como às embarcações utilizadas nesta actividade. O diploma estabelece ainda as regras e as condições técnicas e operacionais a observar na recepção de cruzeiros internacionais que escalem os portos do nosso país.

Serviço integrado

No sector do Comércio, o Conselho de Ministros criou o Centro Integrado de Desenvolvimento das Actividades Comerciais e aprovou o respectivo estatuto orgânico. O CIDAC é um órgão dotado de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, que aglutina todos os serviços de licenciamento das actividades comerciais, de prestação de serviços mercantis e do comércio de representação, bem como assegura o licenciamento e o registo das operações de importação, exportação e reexportação de mercadorias.

A ministra do Comércio, Rosa Pacavira, realçou em conferência de imprensa que o Centro Integrado de Desenvolvimento das Actividades Comerciais congrega actividades até então dispersas por vários organismos, o que vem trazer vantagens não só em matéria de economia processual, mas também em termos de arrecadação de receitas para o Estado.

No quadro das relações de cooperação entre Angola e o Japão, o Conselho de Ministros tomou conhecimento do Acordo relativo ao Empréstimo a ser concedido pela Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), para o cofinanciamento de projectos no âmbito do Programa de Reforma ao Sector Energético.

Na mesma sessão foram divulgados os resultados do Prémio Nacional de Cultura e Artes 2015. O Conselho de Ministros aprovou o estatuto orgânico do Gabinete para Administração das Bacias Hidrográficas do Cunene, Cubango e Cuvélai (GABHIC), uma medida que se insere no processo de adequação da estrutura orgânica da Administração.

Sonangol mais forte

O Conselho de Ministros deu ainda "luz verde" à proposta de Decreto Presidencial sobre pesquisa dentro das áreas de desenvolvimento, um instrumento que concorre para a concretização da política do Executivo relativamente à licitação de novas concessões petrolíferas e aumento progressivo do papel da Sonangol-EP, como empresa operadora.

Ainda em relação à Sonangol, foi aprovado ontem um Decreto Presidencial que concede os direitos mineiros para o desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos nas áreas livres do Bloco 16/15 à concessionária, para exploração de hidrocarbonetos líquidos e gasosos. Foi aprovado u outro que concede também à Sonangol EP os direitos mineiros para o desenvolvimento e produção de gás natural no Bloco 20/15.

4.8 Conselho de Ministros aprova OGE de 2015

Jornal Economia e Finanças
23 De Outubro de 2015

Conselho de vou na passada quarta-feira a proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano de 2016, instrumento da política económica e financeira do Estado que comporta a previsão de receitas a arrecadar e as despesas do Estado.

A referida proposta do Orçamento, avaliada em 6.3 triliões de kwanzas, estipulando 45 dólares americanos como referência do preço do barril de petróleo, será remetida à apreciação da Assembleia Nacional.

Segundo uma nota de imprensa, o OGE, comporta a previsão de receitas a arrecadar as despesas dos órgãos da Administração Central e Local do Estado, dos Institutos Públicos, Serviços e Fundos Autónomos, da Segurança Social, bem como os resultados e transferências a realizar para as empresas públicas e demais instituições.

O comunicado assegura que referida proposta de Orçamento será remetida à apreciação da Assembleia Nacional.

Reunido na sua 8a Sessão Ordinária, sob orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, o órgão colegial do Governo aprovou ainda os Decretos Legislativos Presidenciais que alteram os Decretos Legislativos Presidenciais e os diplomas legais que alteram a estrutura orgânica dos Órgãos Auxiliares do Presidente da República e dos Serviços da Administração Central, de modo a instituir nestes, um serviço interno encarregue das funções de elaboração, implementação, coordenação e monitorização da política de comunicação institucional e de imprensa do Governo.

Novas licitações

Para a concretização da política do Executivo relativamente à licitação de novas concessões petrolíferas e aumento progressivo do papel da Sonangol-E.P. como empresa operadora, o Conselho de Ministros aprovou um Decreto Presidencial sobre a pesquisa dentro das áreas de desenvolvimento, foi aluda aprovado nesta sessão um Decreto Presidencial que concede os direitos mineiros para o desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos nas áreas livres do bloco 16/15 à Sonangol - E.P. e um outro que concede os direitos

mineiros para o desenvolvimento e produção de gás natural no bloco 2011S, também à Sonangol-E.P. ..

Hotelaria e turismo

No domínio da hotelaria e turismo, o Conselho de Ministros aprovou também o regime jurídico da actividade de restauração e similares, diploma legal que estabelece as regras para a instalação, exploração e funcionamento dos estabelecimentos de restauração e similares, e o regime jurídico das agências de viagem e turismo, diploma que reajusta o enquadramento jurídico-legal da actividade das agências de viagem e dos operadores turísticos e estabelece um quadro normativo mais adequado às exigências actuais do mercado.

Foi igualmente aprovado o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos.

Este diploma legal estabelece as regras para a instalação, exploração e ft1Yfc1urramJ'fito destes empreendimentos, procurando com tal medida que se alcance um crescimento qualitativo da oferta de alojamento no país.

Actividade marítima

Sobre a mesma área de actividade, o Conselho de Ministros apreciou também um regulamento sobre a actividade marítima turística, ficando assim definido e o regime aplicável ao acesso e ao exercício da actividade marítimo-turística, bem como às embarcações utilizadas nesta actividade. Este diploma estabelece ainda as regras e as condições técnicas e operacionais a observar na recepção de cruzeiros internacionais que escalem os portos do nosso país.

No âmbito do processo de adequação da estrutura orgânica da administração indirecta do Estado à legislação em vigor, o Conselho de Ministros aprovou o estatuto orgânico do Gabinete para Administração das Bacias Hidrográficas do Cunene, Cubango e Cuvelai (GABHIC). Relativamente ao sector do Comércio, o órgão de consulta do Presidente, criou o Centro Integrado de Desenvolvimento das Actividades Comerciais (Cidac) é aprovou o respectivo estatuto orgânico. O Cidac é um órgão dotado de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, que atingiu a todos os serviços de licenciamento das actividades comerciais, de prestação de serviços mercantis e do comércio de representação, bem como assegura o licenciamento e o registo das operações de importação, exportação e reexportação de mercadorias.

No quadro das relações de cooperação entre Angola e o Japão, o órgão tomou conhecimento do acordo relativo ao empréstimo a ser concedido pela Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), para o co-financiamento de projectos no âmbito do Programa' de reforma o Sector Energético.

4.9 Mais seis triliões para OGE

Jornal O PAÍS

23 De Outubro de 2015

O Conselho de Ministros aprovou no mesmo dia a proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano de 2016, instrumento da política económica e financeira do Estado. Segundo uma nota de imprensa distribuída no final da 8ª reunião ordinária deste órgão, decorrido no Palácio Presidencial sob orientação do Chefe de Estado Angolano, José Eduardo dos Santos, o OGE comporta a previsão de receitas a arrecadar, as despesas dos órgãos da Administração Central e Local do Estado, dos Institutos Públicos, Serviços e Fundos Autónomos, da Segurança Social, bem como os resultados e transferências a realizar para as Empresas Públicas e demais Instituições.

A referida Proposta do Orçamento, avaliada em 6.3 trilhões de kwanzas, estipulando 45 dólares americanos como referência do preço do barril de petróleo, será remetida à apreciação da Assembleia Nacional.

O Conselho de Ministros aprovou também os Decretos Legislativos Presidenciais que alteram os Decretos Legislativos Presidenciais N° 5/12, de 15 de Outubro e o N° 3/13, de 23 de Agosto, diplomas legais que alteram a estrutura orgânica dos Órgãos Auxiliares do Presidente da República e dos Serviços da Administração Central, de modo a instruir nestes, um serviço interno encarregue das funções de elaboração, implementação, coordenação e monitorização da política de comunicação institucional e de imprensa do Governo.

Para a concretização da política do Executivo relativamente à licitação de novas concessões petrolíferas e aumento progressivo do papel da Sonangol - E.P como empresa operadora, o Conselho de Ministros aprovou um Decreto Presidencial sobre a pesquisa dentro das Áreas de Desenvolvimento.

Foi ainda aprovado, nesta sessão, um Decreto Presidencial que concede os Direitos Mineiros para o Desenvolvimento e Produção de Hidrocarbonetos nas Áreas Livres do Bloco 16115 à Sonangol-E.P e um outro que concede os Direitos Mineiros para o Desenvolvimento e Produção de Gás Natural no Bloco 20/15 também à Sonangol-E.P.

No domínio da Hotelaria e Turismo, este órgão aprovou o Regime Jurídico da Actividade de Reestruturação e Similares, diploma legal que estabelece as Regras para a instalação, exploração e funcionamento dos estabelecimentos de restauração e similares, e o Regime Jurídico das Agências de Viagens e Turismo, diploma que reajusta o enquadramento jurídico -legal da actividade das agências e dos operadores turísticos e estabelece um quadro normativo mais adequado às exigências actuais do mercado.

Foi igualmente aprovado o Regime Jurídico da Instalação, Exploração e Funcionamento dos Empreendimentos Turísticos. Este diploma legal estabelece as regras para a instalação, exploração e funcionamento destes empreendimentos, procurando com tal medida que se alcance um crescimento qualitativo da oferta de alojamento no país.

Sobre a mesma área de actividade, o Conselho de Ministros, ressalta o documento, apreciou também um Regulamento sobre a Actividade Marítima Turística, ficando assim definido o regime aplicável ao acesso e ao exercício da actividade marítimo-turística, bem como às embarcações utilizadas nesta actividade. Este diploma estabelece ainda as regras e as condições técnicas e operacionais a observar na recepção de cruzeiros internacionais que escalem os portos do nosso país. No âmbito do processo de adequação da Estrutura Orgânica da Administração Indirecta do Estado à legislação em vigor, o Conselho de Ministros aprovou o estatuto orgânico do Gabinete para Administração das Bacias Hidrográficas do Cunene, Cubango e Cuvelai (GABHIC).

Relativamente ao sector do Comércio, o Conselho de Ministros criou o Centro Integrado de Desenvolvimento das Actividades Comerciais; CIDAC, e aprovou o respectivo estatuto orgânico. O CIDAC é um órgão dotado de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, que aglutina todos os serviços de licenciamento das actividades comerciais, de prestação de serviços mercantis e do comércio de representação, bem como assegura o licenciamento e o registo das operações de importação, exportação e reexportação de mercadorias.

4.10 OGE 2016 com base em USD

44.00 o «crude»

Semanário Angolense
23 De Outubro de 2015

O ministro das Finanças, Armando Manuel, vaticinou na quarta-feira (21), em Luanda, que os pressupostos para elaboração Do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2016 apontam para uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) na ordem de 3.3 por cento.

Segundo o governante, que falava à imprensa após o término de 8ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, decorrida no Palácio Presidencial, sob orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, o Executivo está a projectar um preço do barril do petróleo em 45 dólares, tendo em conta o quadro de volatilidade deste produto no mercado internacional

O preço de 45 dólares o barril de petróleo no mercado, de acordo com Armando Manuel, «é (referência para o nosso Orçamento Geral do Estado)», estimado em 6.3 triliões de Kwanzas.

O responsável disse que «o sector petrolífero perspectiva, para (exercício 2016, uma produção diária na ordem de 1 milhão, 888 barris de petróleo, número que no: permite compor a despesa do OGI que deve estar cifrada em fluxo de ordem de 6.3 triliões de Kwanzas»

«Deveremos, com este nível de fluxos de despesa, fazer recurso; fontes alheias, devendo o deficiorçamental posicionar-se na cifra de 5.5 por cento do Produto Interno Bruto», avançaram o ministro.

Armando Manuel explicou que em termos de composição das despesas e das opções é um orçamento que há-de cumprir com as funções básicas do Estado, num; alusão à cobertura da despesa; pessoal, a garantia do funcionamento das instituições, o ajustamento da despesa funcional de sector social que estará absorvendo, neste orçamento, um peso de 43 pontos percentuais e um reposicionamento da despesa no sector da Saúde,

«Naturalmente, o orçamento procurará depois cumprir toda outras obrigações, dentre as quais as operações financeiras do Estado», referiu. O ministro salientou que um conjunto de políticas de verão ser tomadas em consideração, sobretudo aquelas que visam promover o investimento privado

de modo a que as oportunidades que a economia dispõe possam ser maximizadas num ambiente de redução daquela que é a principal fonte de rendimento de exportação da receita fiscal. «o país continua economicamente viável e o nosso deficit é moderado», conclui Armando Manuel.

O Conselho de Ministros aprovou, entre outros decretos, o aGE para 2016, instrumento da política económica e financeira do Estado que comporta a previsão de receitas a arrecadar, as despesas dos órgãos da Administração Central e Local do Estado, dos Institutos Públicos, Serviços e Fundos Autónomos, da Segurança Social, bem como os resultados e transferências a realizar para as Empresas Públicas e demais Instituições.

4.11 OGE manda angolanos apertarem o cinto

Jornal Grandes Notícias
23 De Outubro de 2015

De acordo com a Lei do Orçamento Geral do Estado, o Presidente da República "remete para a Assembleia Nacional a proposta final do OGE, até ao dia 31 de Outubro": Nesta quarta-feira, o Conselho de Ministros aprovou o documento - mestre. Logo, os deputados da Assembleia Nacional dispõem agora de praticamente uma semana para estudarem a matéria.

Muito pouco tempo, têm reclamado os parlamentares na oposição, insistentemente. É dado adquirido que o Orçamento de 2016 vai passar como "faca na manteiga". No nosso Parlamento, o MPLA, partido governista, dispõe de maioria qualificada. Ou seja: ainda que a oposição vote contra, em bloco, tal não chega sequer para "fazer moça" .:

Tem sido assim desde 2012, quando o partido dos camaradas venceu as eleições gerais, com maioria absoluta. Desde então, domina o Parlamento em absoluto. Este é o último orçamento antes das eleições previstas para 2017.

Espera-se que, apesar de obrigar os cidadãos a apertarem o cinto, venha a sofrer rectificações. Assim, 2017, ou antes disso, haverá um Orçamento Rectificativo (possibilidade prevista no preâmbulo da Lei 15110, de 14 de Julho). Certamente que o partido no poder perseguirá, com isso, e outras acções colaterais, a mobilização de eleitores para as eleições. Portanto, a perspectiva eleitoralista não deixará de

figurar no horizonte do Executivo de José Eduardo dos Santos.

O orçamento de 2016, cifrado em três triliões de kuanzas, com base num cálculo do preço do barril de petróleo em 55 dólares norte-americanos, mais a expectativa de arrecadação de impostos, basicamente, obrigará ou deveria obrigar o Estado a começar a livrar-se das suas gorduras.

Emagrecer a sua estrutura física e de pessoal governativo vai ser imperioso. Senão, os cidadãos, a braços com uma inflação situada na esfera dos dois dígitos, não compreenderiam porque "têm que apertar o cinto": enquanto os governantes gastam ao desbarato a "res-pública".

É preciso, pois, que haja, na sociedade a sensação de que todos, sem excepção, contribuem, com seu esforço e sacrifício, para o bem comum. Porque é previsível que a inflação comece por corroer o salário e com isso, diminuir o poder de compra dos cidadãos e famílias.

De resto, é o que já está a acontecer no momento em que redigimos estas linhas. Em todas as grandes superfícies comerciais, nos armazéns e praças, os preços dos bens alimentares de primeira necessidade aumentaram.

E os salários mantiveram-se no mesmo patamar, tendo como referência o salário mínimo, que é de 15 mil kuanzas. Razoavelmente, quem auferir um salário nesta ordem, até aos 35 mil kuanzas, está isento do pagamento do Imposto sobre os rendimentos do trabalho. Menos mal. De todo modo, com este salário, um pai de família não consegue sustentar a vida de um filho estudante. Na maior parte das universidades privadas, por exemplo, a propina situa-se nos 30 mil kuanzas.

Por outro lado, diante deste quadro social, a previsão de crescimento é de 3,3%, rectificadas agora, pelo Ministro das Finanças, que contrariam as primeiras, contidas na mensagem do "Estado da Nação" do Chefe do Executivo, lida pelo Vice-Presidente da República, Manuel Vicente, que apontavam para 4%.

Portanto, em menos de uma semana, o executivo contradiz-se num dado muito importante da economia e vida do país. Pois, havendo crescimento, logo intui-se que vai entrar investimento, e isto representa criação de postos de trabalho. Por conseguinte, alarga a base contributiva dos cidadãos. E o estado arrecada mais para suportar as despesas, no prosseguimento do bem comum.

4.12 OGE ministro admite crescimento do BIP

Jornal O PAÍS

23 De Outubro de 2015

Segundo o governante, que falava à imprensa após o término da 8ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, decorrida no Palácio Presidencial, sob orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, o Executivo está a projectar um preço do barril do petróleo de 45 dólares, tendo em conta o quadro de volatilidade deste produto no mercado internacional.

O preço de 45 dólares o barril de petróleo no mercado, de acordo com Armando Manuel, "é a referência para o nosso Orçamento Geral do Estado", estimado em 6.3 triliões de kuanzas (AKZ).

Disse que "o sector petrolífero perspectiva, para o exercício 2016, ministro admite crescimento do PIB uma produção diária na ordem de 1 milhão, 888 barris de petróleo, número que nos permite compor a despesa do OGE que deve estar cifrada em fluxo na ordem de 6.3 triliões de kuanzas".

"Deveremos, com este nível de fluxos de despesa, fazer recurso a fontes alheias, devendo o deficit orçamental posicionar-se na cifra de 5.5 por cento do Produto Interno Bruto", avançou o ministro.

Explicou que em termos de composição da despesa e das opções é um orçamento que há-de cumprir com as funções básicas do Estado, numa alusão à cobertura da despesa pessoal, a garantia do funcionamento das instituições, o ajustamento da despesa funcional do sector Armando Manuel, ministro das Finanças social que estará absorvendo, neste orçamento, um peso de 43 pontos percentuais e um reposicionamento da despesa no sector da Saúde.

"Naturalmente, o orçamento procurará depois cumprir todas as outras obrigações, dentre as quais as operações financeiras do Estado", referiu. Armando Manuel salientou que um conjunto de políticas deverão ser tomadas em consideração, sobretudo aquelas que visam promover o investimento privado de modo a que as oportunidades que a economia dispõe possam ser maximizadas num ambiente de redução daquela que é a principal fonte de

rendimento de exportação da receita fiscal. "O país continua economicamente viável e o nosso deficit é moderado", conclui Armando Manuel.

4.13 Só 1,7% das compras públicas são feitas a pequenas empresas

Jornal Expansão

23 De Outubro de 2015

Texto: Ricardo David Lopes

Quatro anos após a entrada em vigor da Lei das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME), o Estado está longe de cumprir com o previsto em relação a este tipo de empresas no que diz respeito à compra de bens e serviços. O diploma define que Governo central, governos provinciais, empresas e institutos públicos devem reservar 25% dos seus orçamentos para a aquisição de bens e serviços a MPME, mas, em 2014, o 'bolo' ficou nos 1,7%.

Segundo o Boletim Estatístico da Contratação Pública Angolana referente ao segundo semestre de 2014 - que agrega dados relativos a todo o ano -, divulgado no site do Gabinete da Contratação Pública (GCP), dos 992,6 mil milhões Kz cabimentados para a aquisição de bens e serviços, apenas 16,9 mil milhões Kz se dirigiam a MPME, ou seja, 1,7% do total, ficando o resto para empresas de maior dimensão.

O estudo da entidade tutelada pelas Finanças indica que, em número de cabimentações, as MPME 'receberam' 6,3% do total, que ascendeu a 19.932. Ou seja, 1.247 cabimentações.

O Boletim revela ainda que, apesar de, no final de 2014, estarem certificadas pelo Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) 9.547 empresas, apenas 9% (849) estavam registadas junto da Direcção Nacional do Património - que detém a base de dados de quem fornece o Estado.

Destas, apenas 505 tinham o cadastro, ou seja, o registo como fornecedoras 'oficiais' completo, problema que, aliás, se aplica à maioria das empresas que vendem bens e serviços ao Estado (ver infografia nas páginas 4 e 5).

O documento do GCP detalha que, entre as MPME fornecedoras de bens e serviços públicos, a maior parte (46%) era do sector de comércio a retalho, "em detrimento de outros sectores directamente ligados

ao sector produtivo, como agricultura, agro-pecuária, pescas e indústrias transformadoras".

Ao Expansão, Samora Kitumba, administrador do INAPEM (ver página 6), defende haver "espaço orçamental para que se melhore a participação" das MPME na contratação pública.

"O INAPEM, o Ministério da Economia e alguns agentes e associações empresariais têm vindo a desenvolver uma campanha para sensibilizar os órgãos da administração central, governos provinciais, empresas públicas e não só para que sejam parte integrante no processo de contratação de MPME", explica o responsável.

No entanto, adianta, é necessário monitorizar a aplicação do que está previsto na lei - 25% do orçamento para MPME - e identificar "potenciais fornecedores" do Estado. "Quando todos os intervenientes no processo de contratação pública estiverem conscientes da importância de criarmos mercado e de financiarmos a produção nacional, teremos garantidas as condições para se conhecerem valores de cabimentação mais satisfatórios", garante.

Problema é "mundial"

Diogo Duarte Campos, da PLMJ, em parceria com GLA Advogados, defende que, "na verdade, esta não é uma 'questão angolana', mas mundial". O jurista lembra que a lei angolana, como noutros países, tem evoluído no sentido de "defender a concorrência e estimular as empresas mais pequenas" a serem fornecedoras do Estado (ver cronologia na página ao lado), mas alerta que "mais do que pensar em alterações legislativas, a formação dos técnicos será mais vantajosa".

O Boletim revela que, em 2014, o GCP teve conhecimento da abertura de 942 procedimentos de contratação pública, um aumento de 228% face a 2013.

"Esta variação é resultante do esforço do GCP, como órgão supervisor do mercado, no aumento do número de formações ministradas (palestras, seminários, visitas às entidades públicas contratantes, etc.), que gerou maior sensibilidade na partilha de informação".

A maior parte dos procedimentos, indica o documento, diz respeito a concursos públicos ou concursos limitados sem apresentação de candidaturas, um perfil que, afirma Diogo Duarte Campos, está "alinhado com as melhores práticas internacionais".

"Em Portugal não existe uma percentagem tão elevada de procedimentos sob a forma de concurso

público", diz o jurista para quem, ainda assim, a Lei da Contratação Pública angolana poderia prever outros mecanismos, como o procedimento de ajuste directo. Esta 'fórmula', defende, "faria muito sentido quando em causa estivessem valores mais reduzidos".

O Ministério da Construção, segundo o documento, foi o que abriu procedimentos com maior valor, mas o da Juventude e Desportos foi o que teve mais iniciativas de compra de bens e serviços (ver infografia nas páginas 4 e 5).

O Boletim refere haver uma diferença entre valores cabimentados, liquidados e pagos, o que pode ser, em parte, explicado com a existência de 'atrasados', assim como com o facto de, nalguns casos, haver contratos plurianuais.

O documento, sublinhe-se, aponta para um valor global de cerca de 1,5 biliões Kz cabimentados para despesas de bens e serviços, no cômputo geral acima dos 992,6 mil milhões Kz referidos no capítulo das MPME.

A diferença, contudo, reside no facto de, para um e outro caso, serem usadas bases de dados diferentes.

Rever a lei é "urgente"

Na avaliação geral que faz à contratação pública, o organismo do Ministério das Finanças revela que estão em curso "trabalhos sobre a criação de uma base de dados para o registo e monitorização de todos os contratos administrativos a partir do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado", para evitar discrepâncias de valores e haver maior controlo de despesas.

O GCP revela ainda que "os principais agentes implicados no mercado afiguram-se sintonizados para uma revisão urgente das bases legislativas da contratação pública" e que "estão igualmente em curso trabalhos para uma maior interacção entre os operadores do mercado da contratação pública, por intermédio do lançamento da segunda fase do Portal da Contratação Pública".

Diogo Duarte Campos concorda que "há um consenso no sentido da necessidade de revisão urgente da lei". Para o jurista, "não obstante os passos dados em frente aquando da revisão de 2010, há ainda um longo caminho a percorrer no sentido do aperfeiçoamento das normas e da sua adaptação à realidade nacional".

"Faz sentido, por exemplo, pensar na previsão de um contrato de concessão e na definição dos papéis dos seus intervenientes, ou seja, a questão da forma de tramitação desse tipo de procedimento e dos actos das partes ao abrigo do contrato", afirma.

Para o jurista, para além da já referida inexistência do procedimento de ajuste directo, que considera "um grande ponto fraco" da Lei da Contratação Pública, "também se destacam negativamente alguns pontos que se percebem menos bem, mormente no que concerne à avaliação da capacidade técnica e financeira dos concorrentes, sendo nosso entendimento, por exemplo, que tais factores deveriam ser objecto de avaliação diferenciada (e não em conjunto com a proposta)".

"Acresce a questão da contratação electrónica, que, não obstante estar prevista, na realidade não se encontra implementada, o que nos leva a questionar se não seria preferível que não estivesse prevista, já que não tem aplicabilidade prática", conclui.

4.14 Orçamento mais virado mais virado para cozinha

Jornal A Capital

24 De Outubro de 2015

Texto: Presbítero Lundange

s notícias continuam a não ser boas para a economia angolana. Tudo por razões que têm a ver com o comportamento dos preços do petróleo nas bolsas internacionais, onde o principal produto de exportação angolana mantém-se em níveis depreciativos.

Até a altura do fecho da presente edição, o preço do petróleo negociado em Londres e que servem de referência para as exportações angolanas situava-se em torno dos 47,52 dólares por barril, muito aquém dos valores que as autoridades angolanas consideram ideais para as necessidades de crescimento do país.

Aliás, não é por acaso que o país assiste o arrastar da crise financeira despoletada nos meados de 2014, altura em que o preço do cru de caiu da casa dos 100 dólares, obrigando as autoridades a procederem a uma revisão do Orçamento Geral do Estado referente ao exercício de 2015, então falido face a depreciação do preço desse recurso energético.

E após cerca de ano e meio parece não vislumbrar, para já, perspectivas de retoma da economia angolana, como se pode depreender dos indicadores macroeconómicos contidos na proposta de Orçamento Geral do Estado para 2016, aprovado esta semana pelo Conselho de Ministros.

Orçado em 6,3 triliões de kwanzas, documento apresenta um défice de 5,5% do Produto Interno Bruto e uma taxa de crescimento de 3,3%, tendo como referência o valor de 45 dólares o barril de petróleo, cuja produção diária está estimada em 1,8 milhões de barris no próximo ano.

No fundo, é um orçamento que do ponto de vista da sua posição preocupa-se mais com as funções básicas do Estado. "E aqui estamos a retratar a cobertura da despesa de pessoal, a garantia de funcionamento das instituições", explicou o ministro das Finanças Armando Manuel, que destaca na referida proposta o facto do Executivo ter procedido a um ajustamento da despesa funcional do sector social, que, segundo o governante, "estará absorvendo nesse orçamento um peso de 43%, um reposicionamento da despesa no sector da saúde".

Quem, como o consultor Paulo Mendonça, se dedica ao estudo de fenómenos económicos olha para tal proposta com alguma preocupação, por, segundo o especialista, desenhar um cenário económico que, na sua essência, não difere do actualmente vivido em Angola.

Ou seja, o país vai, em 2016, viver momentos igualmente difíceis no domínio económico, dada a incerteza que ainda se vislumbra em termo de preços do petróleo.

Aliás, a petrolífera britânica BP alertou as autoridades angolanas para esse facto, avisando que o preço dessa commodity vai continuar baixo por vários, pelo que se espera momentos críticos no capítulo das suas finanças, à semelhança do actualmente vivido.

Aliás, o Ministério das Finanças tem consciência, tendo em tempo oportuno antecipado os gestores das unidades orçamentais a não esperarem por cabimentações que satisfaçam o volume de necessidades programadas para o próximo ano.

"Ninguém de nós consegue ainda hoje saber qual será o preço do barril de petróleo a 2 de Janeiro de 2016 ou no primeiro trimestre de 2016", referiu, em declarações recentes, a directora nacional do Orçamento, Aia da Silva.

"É um orçamento preparado no mesmo clima de incerteza em que foi preparada a revisão orçamental de 2015", explicou a responsável, para quem "não esperamos por isso um maior nível de receitas, principalmente ao nível do que muitos gestores já nos reportaram".

Face a previsível exiguidade de recursos, entidades como o consultor Carlos Henriques entendem que é hora de Angola começar a aprimorar a qualidade dos

gastos públicos, exercício que, segundo o especialista brasileiro, implica "colocar os recursos naquilo que é prioritário". Ou seja, fazer as coisas com eficiência e com menores recursos possíveis.

E é um pouco também pela queda das receitas petrolíferas que o Executivo angolano decidiu apertar mais no capítulo da fiscalidade, com os sectores da economia não petrolífera a merecerem agora uma atenção da política tributária, que faz recurso a instrumentos como o novo regime tributário resultante da reforma fiscal iniciada há mais de dois anos.

Uma alusão a diplomas como o código geral tributário, código de processo tributário, incluindo o de execuções fiscais, entre outros aprovados a pensar numa maior arrecadação de receitas fiscais não petrolíferas, com base no alargamento da carteira de contribuintes.

A entidade que assessora o Governo no processo de reforma fiscal em curso assegura que o novo pacote tributário está melhor aprimorado, com a administração fiscal a acreditar que será um instrumento que vai permitir aumentar os níveis de captação de receitas fiscais não petrolíferas.

"O timing da reforma foi um timing perfeito para que de facto ela venha agora entrar em vigor num momento necessário", justificou em tempo o consultor Carlos Lobo, responsável da política fiscal da Ernest Young, numa alusão a crise financeira que se apossa da economia angolana.

O novo regime fiscal vigora desde o dia 1 de Janeiro do corrente ano, embora o programa ainda não esteja plenamente concluído.

O especialista explica as razões para tal opção. "Num momento em que o preço do petróleo estava alto, poucas razões existiam ao nível da receita para aprovar uma reforma deste tipo", acrescentou.

Na verdade, como reconheceu, "houve um abaixamento extraordinário do preço do petróleo", pelo que a entrada em vigor do novo pacote tributário "é fundamental para o próprio Estado".

Com o recurso ao novo instrumento de política fiscal, a tendência será para tributar cada vez mais o consumo em detrimento da questão de captação dos factores produtivos, sem ignorar a necessidade de avançar-se para uma melhor disciplina nas retenções da fonte dos pagamentos à entidades não residentes.

O programa de reforma fiscal estendeu-se à modalidade como o imposto industrial, introdução, pela primeira vez no sistema fiscal angolano, dos

preços para as operações ligadas às transferências, para além de prever no futuro o surgimento de tributações como o IVA, imposto sobre valor acrescentado.

4.15 OGE para 2016 aprovado em Conselho de Ministros

Jornal A Verdade
27 De Outubro de 2015

De acordo com o ministro Armando Manuel, este OGE "vai cumprir a cobertura das necessidades básicas do Estado" num ano onde ainda se farão sentir as consequências da queda do preço do petróleo nos mercados internacionais.

No Conselho de Ministros foi ainda aprovado, por decreto presidencial, a instauração de um "serviço interno encarregue das funções de elaboração, implementação, coordenação e monitorização da política de comunicação institucional e de imprensa do governo" extensível aos órgãos auxiliares da presidência e serviços de administração central.

o mesmo documento informa ainda que foram concedidos os "direitos mineiros para o desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos" dos blocos 16/15 e 20/15 à petrolífera estatal Sonangol.

Na reunião foram também aprovados novos regimes jurídicos nas áreas de restauração, exploração e funcionamento de empreendimentos turísticos e actividade marítima turística.

No sector do comércio o Conselho de Ministro criou o Centro Integrado de Desenvolvimento das Actividades Comerciais (CIDAC), órgão responsável pelo licenciamento de actividades comerciais.

4.16 Orçamento entregue na Assembleia reduz crescimento para 3,3%

Jornal Correia do Sul
30 De Outubro de 2015
Texto: Agência Iusa

O Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2016, orçado em Kz 6,3 triliões e prevendo uma taxa de crescimento de 3,3 por cento, foi hoje entregue pelo governo na Assembleia Nacional, em Luanda.

A entrega do documento, em que o governo já admite um déficit de 5,5 por cento nas contas públicas do próximo ano e a continuação das medidas de contenção devido à quebra das receitas com a exportação de petróleo, foi feita por uma delegação liderada pelo ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Edeltrudes Costa.

Após a entrega, o deputado Manuel Nunes Júnior, presidente da comissão de Economia e Finanças, disse aos jornalistas que tudo será feito para que o OGE seja apreciado pela Assembleia Nacional até ao dia 15 de Dezembro, para o documento entrar em vigor no primeiro dia de 2016.

A proposta do OGE 2016 foi aprovada em reunião do Conselho de Ministros de 21 de Outubro e tem como referência o valor de USD 45 para a exportação de cada barril de petróleo, cuja produção diária está estimada em 1,8 milhões de barris no próximo ano.

No final daquela reunião, o ministro das Finanças, Armando Manuel, lembrou que esta proposta foi aprovada "num momento peculiar" da economia global, que assiste a uma relativa desaceleração do crescimento económico.

"A boa nota é que no quadro das regiões que ainda conservam o crescimento positivo e sólido está a região da África subsariana e nesta perspectiva os nossos pressupostos para a elaboração do OGE para 2016 apontam para uma taxa de crescimento do PIS (Produto Interno Bruto) na ordem dos 3,3 pontos percentuais", salientou.

Esta taxa de crescimento do PIS representa metade do estimado para 2015 já na versão revista do OGE em Março, devido à crise da cotação do barril de crude no mercado internacional.

Armando Manuel disse que o valor "conservador" de USD 45 o barril de petróleo foi projectado tendo em consideração o quadro de volatilidade deste produto no mercado internacional.

O governante defendeu que a produção petrolífera prevista para o próximo ano "certamente" vai permitir compor a despesa do OGE 2016.

"Em termos de composição da despesa e das composições é um orçamento que certamente há de cumprir com as funções básicas do Estado e aqui estamos a retratar a cobertura da despesa de pessoal, a garantia de funcionamento das instituições, o destaque vai para um ajustamento da despesa funcional do sector social, que estará absorvendo nesse orçamento um peso de 43 por cento, um reposicionamento da despesa no sector da saúde", frisou.

O titular da pasta das Finanças disse ainda que o orçamento vai procurar cumprir todas as outras obrigações, entre as quais as operações financeiras do Estado.

4.17 Pressupostos do OGE 2016 passam no exame de economista

Jornal Expansão

30 De Outubro de 2015

Texto: Carlos Rosado De Carvalho

Com excepção da inflação, os pressupostos utilizados pelo Governo na elaboração da proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2016, que deverá ser hoje entregue à Assembleia Nacional, passaram no exame dos economistas consultados pelo Expansão.

Falando na semana passada no final da reunião do Conselho de Ministros que aprovou a proposta de OGE para o próximo ano, o ministro das Finanças, Armando Manuel, destacou como pressupostos principais do documento a fixação do preço médio do petróleo em 45 USD por barril, uma produção diária de cerca de 1,8 milhões de barris, uma taxa de crescimento do produto interno bruto na ordem dos 3,3%, um défice orçamental de 5,5% do produto interno bruto (PIE) e uma taxa de inflação acumulada em Dezembro entre os II % e os 13%.

Começando pelo petróleo, até há pouco tempo a principal fonte de financiamento do Estado, o preço de 45 USD o barril é classificado como "conservador", "prudente" ou "confortável" por três dos quatro inquiridos pelo Expansão.

O mais optimista nesta matéria é Lopes Paulo, que aponta para um preço do petróleo entre os 50 e os 65

USD o barril em 2016 e por isso classifica o preço fiscal do petróleo inscrito no OGE como "conservador". Embora admita que factores de mercado e geopolíticos possam baralhar as suas contas, Paulo não tem dúvida de que o documento dispõe de uma "almofada" que não quantificou.

Com previsão do preço do crude no intervalo 50-60 USD o barril, o economista Salim Valimamade fala em "prudência" do Governo e justifica-a com a necessidade de acautelar riscos como um aumento significativo das exportações do Irão, após o acordo nuclear com as principais potências mundiais. Um cenário deste tipo poderia contribuir para uma baixa do crude, precisa o professor de Economia da Universidade Católica de Angola.

A pesar de menos optimista que os dois colegas anteriores, ao apontar para um barril entre os 45 e os 50 USD, Jaime Fortunato, administrador do INAPEM, acrónimo de Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas, garante, ainda assim, que o preço do OGE é "confortável". O cenário geopolítico será "decisivo" para confirmar ou infirmar o grau de conforto do OGE, considera.

A política deixou de ser importante para o preço do petróleo, discorda José Severino, presidente da Associação Industrial de Angola. O problema é a oferta, que está muito alta e pode derrubar ainda mais os preços do crude, considera o patrão dos patrões da indústria, que prevê que o preço do barril do petróleo no próximo ano se situe no intervalo de 35-40 USD. "Eu faria o OGE com base Severino.

Outro pressuposto importante para a elaboração principal documento de política económica em Angola são as projecções de crescimento económico. Quanto mais a economia cresce, mais imposto o Estado arrecada e por isso mais dinheiro tem para gastar ou poupar.

Nesta matéria, o líder da AIA volta a ser o mais pessimista, projectando um crescimento do PIB da ordem de 2,2%, 1,1 pontos percentuais abaixo do previsto pelo Governo. A retracção do investimento empresarial, nomeadamente estrangeiro, penalizado pela Nova Lei do Investimento Privado, é a principal razão apontada por Severino para o fraco crescimento, que não chega sequer para cobrir o crescimento anual da população estimado em 3% ano.

Já as 'bolas de cristal' dos restantes três economistas revelam um cenário de crescimento muito semelhante ao do Governo.

Contudo, o Executivo volta a ficar isolado no que toca à inflação, onde a sua previsão de 12%, ponto médio do intervalo 11-13% só conta com a concordância de Jaime Fortunato. A inflação é importante na elaboração do OGE porque determina o aumento de despesa necessário para assegurar os gastos reais do ano anterior.

Nesta matéria, o mais decidido é Lopes Paulo, que aponta para um aumento do custo de vida em 2016 da ordem dos 15%, acima dos pontos médios de Severino (14,5%) e Valimamade (13,5%). A desvalorização do Kz é a principal razão apontada pelos economistas para um ritmo de crescimento dos preços tão elevado.

Jaime Fortunato, Lopes Paulo e Salim Valimamade voltam a assinar por baixo uma outra previsão do Governo, desta feita sobre o défice orçamental, que deverá ser equivalente a 5,5% do PIB. Os três concordam também que o endividamento necessário para cobrir o buraco orçamental está dentro dos limites do suportável. Contudo, Paulo questiona a qualidade das despesas, e Valimamade defende que o Estado tem de reduzir seu peso na economia.

José Severino volta a destoar e não acredita que o Governo consiga cumprir a meta do défice porque "nada mudou". "Esta semana estive na Huíla e vi um avião de 50 lugares fretado pelo Estado ir ao Lubango buscar menos de 10 pessoas", exemplifica.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Nova lei das ONG atropela a Constituição da República

Jornal Grandes Notícias
2 De Outubro de 2015

As Organizações Não Governamentais (ONGs) nacionais realizaram na última semana em Luanda, um encontro de concertação, onde analisaram o novo regulamento que foi aprovado em Conselho de Ministros.

A informação foi avançada ao Jornal Grandes Notícias por uma fonte que participou no evento e alegou de que, baseando-se no parecer jurídico, os consultores, contactado pelas ONG nacionais foram unânimes em demonstrar que o regulamento estava em contradição com duas leis ordinárias do país, (lei 6/12 e a nova Lei do Trabalho) assim como a própria Constituição da República de Angola.

Segundo a fonte as ONGs endereçaram uma carta ao titular do Poder Executivo José Eduardo dos Santos, no sentido de harmonizar o novo regulamento com a Lei 6/12 das associações privadas e Lei Geral do Trabalho com a Constituição angolana, «infelizmente ainda não obtivemos respostas. Lembramos que no dia 8 de Setembro o Instituto de Coordenação e Promoção a Ajuda as Comunidades, que é a instituição do Executivo mandatada para coordenar e acompanhar as actividades das Organizações Não Governamentais, bem como orientar o local de implementação dos programas destas, em concertação com o departamento ministerial a que corresponde as suas actividades e os governos provinciais», disse a fonte.

Foi em função desta lei que se organizou um encontro com todas as ONG a fim de apresentar oficialmente o regulamento do Executivo, que para essas instituições vai limitar e acabar com as actividades em Angola, sobretudo aquelas que não estão colados ao poder instituído.

Participaram no evento várias ONG sediadas em Luanda e outras vindas das 18 províncias de Angola. O encontro foi realizado pelas ONGs Centro Nacional de Aconselhamento e a SOS- Habitat e Acção Solidária. A Conferência tinha como objectivo,

apresentação aos participantes dos passos dados pela equipa que está a levar acabo o projecto da advocacia sobre a problemática do mesmo regulamento e, também o de esclarecerem ao consultor sobre o parecer jurídico da sua autoria.

Com efeito as ONG contrataram um jurista especialista para elaboração dum parecer jurídico sobre a problemática do regulamento. A fonte não entrou em detalhe o nome do jurista contratado para o efeito.

As ONG são pessoas colectivas regidas pela lei 6/12 das associações privadas e naturalmente pela Constituição da República de Angola.

Contrariamente ao regulamento no tocante a contratação do seu pessoal, elas não são abrangidas pela nova Lei Geral do Trabalho.

Entretanto as ONGs são associações ou agrupamentos, movimentos, etc, sem fins lucrativos, constituídas por pessoas privadas que queiram agir no domínio internacional (ou mais precisamente transnacional). Uma ONG distingue-se, portanto, pela presença de elementos de diferentes nacionalidades, cimentadas pelo elo associativismo, numa base meramente voluntária e que não têm objectivo gerar lucro, contrariamente às empresas multinacionais ou sociedades transnacionais.

As ONG tendem, a inflectir ou corrigir, em graus variáveis, a acção dos principais actores das Relações Internacionais, Estados e organizações internacionais governamentais.

Elas não beneficiam de qualquer estatuto internacional. Estão, portanto, sujeitas às legislações nacionais (muito diversificadas) dos países onde são constituídas. Este travão à sua acção é parcialmente compensado pela possibilidade de serem associadas às organizações intergovernamentais que as consultam e que recorrem a elas cada vez mais. Assim, a Amnistia Internacional é representada na Comissão dos Direitos Homem da ONU, para grande prejuízo de certos governos, que receiam os seus relatórios anuais. Estes domínios de acção diversificados e este estatuto híbrido fazem das ONG actores particulares das Relações Internacionais, muitas vezes ouvidos e, por vezes receados pelos Estados. É, mais uma vez, impossível generalizar pois a acção das ONG é muito diversificada.

5.2 ONGs realizam encontro para analisar novo regulamento

Semanário Angolense
2 De Outubro de 2015

No âmbito da advocacia ao Regulamento das Organizações Não Governamentais (ONG) anexo ao Decreto Presidencial nº 74/15 de 23 de Março de 2015, Organizações e Associações privadas reuniram em conferência numa das salas do Centro de Convenções de Talatona em Luanda.

O encontro foi realizado pelas ONGs Centro Nacional de Aconselhamento e SOS- Habitat - Acção Solidária e teve lugar dia 22 de Setembro de 2015, com a participação de várias organizações sediadas em Luanda e outras vindas das províncias.

A Conferência teve como objectivo, a apresentação, aos participantes, dos passos dados pela equipa que está a levar a cabo o projecto de advocacia sobre a problemática do regulamento das ONGs e esclarecimentos do consultor sobre o parecer jurídico de sua autoria. Com efeito, as ONGs contrataram um jurista especializado para elaboração dum parecer jurídico sobre a problemática do regulamento.

Baseando-se no parecer jurídico, o consultor demonstrou que de facto o regulamento estava em contradição com duas leis ordinárias (a lei 6/12 e a nova Lei Geral do Trabalho) assim como a própria Constituição da República de Angola.

De lembrar que as ONGs acima referidas endereçaram uma carta ao titular do Poder Executivo no sentido de harmonizar o regulamento com a Lei 6/12 das Associações Privadas, a Lei Geral do Trabalho e a Constituição angolana. Refira-se que no dia 8 de Setembro, o IPROCAC, que é a Instituição do Executivo mandatada para coordenar e acompanhar as actividades das ONGs, bem como orientar o local de implementação dos programas destas, em concertação com o departamento ministerial a que corresponde as suas actividades e o Governo da província da área da actuação, organizou um encontro com todas as organizações a fim de apresentar oficialmente o regulamento acima referido.

As ONGs são pessoas colectivas regidas pela lei 6/12 das Associações privadas e naturalmente pela Constituição da República de Angola.

Contrariamente ao regulamento, no tocante a contratação do seu pessoal, as ONG não são abrangidas pela nova Lei Geral do Trabalho.

5.3 «PR pondera esquivar-se das autarquias»

Semanário Angolense
9 De Outubro de 2015

Do Partido de Renovação Social (PRS), pronunciou-se o presidente do Grupo Parlamentar, Benedito Daniel, que, em sua opinião, o Presidente da República, numa primeira instância, debruçar-se-á sobre a economia do país, o que significa esclarecer as circunstâncias da crise financeira que o país vive. «Ora, houve um alerta feito pelo PR de que havia uma crise e ela é um facto agora, mas existem algumas reticências no seio da população; algumas pessoas não compreendem por que razão Angola vive a crise, porque acreditam que só a baixa do petróleo não deveria constituir crise para o país, porque já houve uma crise em 2008 que até assolou a maior parte do continente e também do mundo mas que não tinha afectado o país».

De acordo com Benedito Daniel, as pessoas não compreendem por que razão esta crise que apenas tem a ver com a baixa do preço do petróleo afecta significativamente o povo angolano. Logo, garantiu, «o PR terá de dizer alguma palavra ao povo apontando as vias rápidas para o combate desta crise. Entretanto, para a resolução do problema, não se deve ir simplesmente pela diversificação da economia porque esta, significa apenas o crescimento económico e consolidação».

«Mas também não vamos esperar que venhamos a recuperar da crise com a subida do preço do crude porque a +previsão é de não subir o preço nos próximos dois anos. Daí a necessidade do esclarecimento das vias que estão a ser adoptadas para que Angola volte a sorrir», sugeriu, acrescentando que o seu partido está expectante em ouvir o titular do poder Executivo a pronunciar-se sobre a observância dos direitos humanos, sendo que o país ultimamente tem sido posto em causa devido à falta de observação dos direitos humanos, ao nível internacional e mesmo internamente.

Um outro assunto vaticinado pelo federalista foi o da imigração, uma situação que é um «Calcanhar de Aquiles» para o país e o resto do mundo. E nestes termos, para o interlocutor é um assunto que merecerá a devida atenção do Presidente da República.

«Antes de a imigração ser sujeito do mundo já era sujeito de Angola, significa dizer que estamos a caminhar para uma certa instabilidade e é necessário

sabermos o que faremos com a imigração. Angola vai continuar assim um país aberto, sem o mínimo de controlo, com toda a situação perigosa que a imigração acarreta? A imigração ilegal não deixa de ser um perigo para o país pois somos um povo com uma determinada cultura», alertou, avisando que depois poderá ser muito tarde e que inclusive as possibilidades de se fechar as fronteiras não terão efeito.

Segundo Benedito, no contexto político há um desafio que Sua Excelência, o Sr. Presidente da República colocou à nação, que é o das eleições autárquicas. «Há ou não condições para a realização das eleições autárquicas? Existe um calendário de tarefas que visa tais eleições e esse mesmo calendário de tarefas foi aprovado por unanimidade por todas as forças políticas, mas existe alguma divergência acerca do tempo e da realização das mesmas».

Apontando a Constituição da República de Angola e especialistas na matéria, recordou que as eleições autárquicas são uma responsabilidade do Presidente da República e só ele e mais ninguém pode prever um horizonte temporal para a realização das eleições autárquicas. É por esta razão que no entender do político JES deverá pronunciar-se.

«Aquilo que ouvimos na abertura da legislatura passada foram suposições, mas o tempo decorreu e agora precisamos ouvir de concreto o que é que se está a programar: realização das eleições autárquicas em 2017, ou realização das autárquicas depois das eleições gerais? É necessário que os angolanos saibam para se prepararem melhor», defendeu.

Benedito Daniel entende que o PR falará também, no seu discurso do dia 15, sobre a resolução do Parlamento Europeu. «Reitero mais uma vez que o PR vai pronunciar-se sobre o assunto até porque existem desdobramentos diplomáticos acerca dessa resolução. Se de forma diplomática estamos a trabalhar nisso, logo, não tem como não se referir ao caso. Também há vozes discordantes. De um lado o MPLA defende sem qualquer receio que os direitos humanos são garantidos e protegidos; do outro lado há quem discorde com esta posição maioritário».

Expectativas para o ano parlamentar Relativamente à expectativa do ano parlamentar que se avizinha, o presidente da Bancada Parlamentar do PRS sublinhou que a expectativa é de mais produção no que diz respeito a aprovação de leis por parte da oposição porque a situação assim obriga. Mas, disse que de um lado isso dependerá também do discurso a ser proferido pelo Presidente da República.

«A celeridade na produção legislativa vai depender do horizonte temporal que o PR vai marcar para as eleições autárquicas. Se não tivermos as eleições legislativas num horizonte muito próximo a produção legislativa pode atrasar. A Assembleia Nacional tem 'alergia' em receber as propostas de leis provenientes da oposição e recebe com maior facilidade as do Executivo alegando que quem governa é o MPLA e o parlamento deve ajudar o partido que governa», criticou, denunciando que as propostas que muitas vezes são aprovadas no parlamento e provenientes do Executivo são plágios jurídicos autênticos a ponto de algumas vezes esquecerem-se de apagar a palavra 'Portugal', por exemplo, para escrever Angola e acaba por ficar mesmo assim».

Segundo o político, o seu partido sempre defendeu que a jurisdição é uma ciência moderna que veio da Europa, particularmente de Roma e no nosso ordenamento jurídico, sempre que se estiver a legislar, os especialistas terá de o fazer a pensar na realidade social angolana para que se tenha leis a regularem as situações e não as pessoas serem a própria lei. Acusou o regime de continuar a pensar que o que vem da oposição não é consistente, não é sólido e muitas vezes ninguém lê e nem é remetido à especialidade. «Esperamos que os nossos adversários políticos saibam respeitar os princípios da sã convivência na esfera política, que permitam que as leis sejam aprovadas para vigorarem num certo tempo, evitando que as leis sejam revistas de um a dois anos após a sua entrada em vigor», concluiu.

5.4 Administradores municipais participam no seminário sobre planeta

Jornal Manchete

16 De Outubro de 2015

Os administradores dos municípios e das centralidades habitacionais da província de Luanda estão a ser capacitados sobre o Plano Nacional Estratégico da Administração do Território (PLANEAT 2015/2025), documento que contempla um conjunto de programas de carácter transversal e específico para a acção governativa.

O director nacional do gabinete de estudos, planeamento e estatísticas do Ministério da Administração do Território (MAT), Nazário Vilhena, promotor do encontro, precisou que o PLANEAT é um instrumento orientador da acção governativa dos departamentos ministeriais e dos seus órgãos tutelados, sempre que estiverem diante de actividades de incidência local.

"A norma trás um conjunto de mecanismos indicativos de como implementar acções com vista a melhoria da administração do território que tenham impacto na vida dos cidadãos", precisou, acrescentando que o documento vem desdobrar as políticas contidas no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2012-2017), bem como da visão "Angola 2025".

5.5 Autarquias mexem com a CASA-CE

Jornal A Capital
17 De Outubro de 2015

De tudo o que foi dito no discurso sobre o Estado da Nação, a Convergência Ampla de Salvação de Angola (CASA-CE) elegeu as autarquias que considera ser uma modalidade fundamental da participação do povo na vida política, nos negócios públicos.

Para o deputado da terceira força política, Alexandre Sebastião André, com as autarquias, os eleitores lidam directamente com os seus representantes, obrigam e fazem contas directamente.

"Não havendo isso, a população fica muito aquém do exercício dos seus direitos de cidadania", defende o parlamentar que realça, por outro lado, a importância da descentralização política útil para a realização de vários problemas que hoje são identificados localmente.

Conta que o não agendamento, para já da implementação das autarquias constitui um défice da democracia e diminui a grande importância que o discurso do presidente poderia ter, aliando ao facto de não se ter referido às liberdades fundamentais dos cidadãos que se consubstancia, para o caso vertente, nas manifestações, nas liberdades de expressão, no quadro do estabelecido na constituição. "A expectativa foi maior em relação ao discurso lido pelo Vice-Presidente", asseverou.

A prisão dos 15 jovens, segundo Alexandre Sebastião, devia merecer uma particular atenção no discurso sobre o Estado da Nação; não tendo acontecido, o Presidente da República "fez tábua rasa" a este processo, que extrapola a Lei de Prisão Preventiva.

Para o presente ano legislativo, a CASA-CE pretende primar no melhoramento da qualidade funcional de todos os deputados e, em geral, do próprio Parlamento. "É necessário que haja assistentes para poderem juntos dos deputados proporcionar um mínimo estofos de trabalharem melhor", urgiu, mostrando a sua indignação com o facto de um deputado que tem como função legislar para o bem do interesse público, não tem nem uma secretária.

5.6 Autárquicas? Aguardem por favor

Jornal A Capital
17 De Outubro de 2015

A boa nova surgiu há quatro anos: em 2011, uma reunião do Conselho da República, órgão de consulta do Presidente da República, havia fixado o ano de 2014 para a realização das primeiras eleições autárquicas no país, um anúncio que agradou diversos sectores da política intramuros, que aplaudiram efusivamente a iniciativa.

Contudo, não demorou muito tempo para que os aplausos redundam-se anos depois num silêncio sepulcral, sobretudo com a ausência de iniciativas a propósito durante todo o ano de 2014. Ficou, então, acordado que as mesmas deveriam acontecer no corrente ano, que se apresta para o seu final. Pelo andar da carruagem, tudo acabará por ficar na intenção, uma vez que as autoridades angolanas sustentam que a realização das autárquicas está ainda dependente da conclusão de algumas experiências-pilotos neste quesito.

A oposição política continua sem compreender as razões para a não realização do referido acto, salientando a grande necessidade do surgimento de um poder local autónomo e com atribuições próprias.

Este ano, para além da crise económico-financeira que grassa intramuros e as matemáticas para a sua solução, a oposição confessa que aguardava, também, com alguma expectativa algum pronunciamento sobre as autarquias, Para esta mesma oposição, os constantes atrasos e adiamentos na preparação das

mesmas visam apenas a obtenção de ganhos políticos. Que dentro de dois anos o país terá eleições para a escolha do Presidente da República e do parlamento, toda gente sabe, mas que as eleições autárquicas e a instituição do poder local continuam indefinidas, é o que mais deixou alguns conformados e outros indignados.

O titular do Poder Executivo renovou que disse em 2014, quando considerou mais sensato concentrar toda atenção na criação de condições para a organização e realização das eleições gerais com êxito, lisura e transparência, ao mesmo tempo que se preparam as leis e se encetam os passos administrativos indispensáveis para as eleições autárquicas em tempo oportuno.

Neste exercício, acrescentou, o Parlamento e o Executivo devem fazer cada um a sua parte, com responsabilidade e sentido de Estado.

5.7 Plano envolve municípios

Jornal de Angola
17 De Outubro de 2015

As acções do Plano nacional Estratégico da Administração do Território (PLANEAT 20 15-2025) foram transmitidas quinta-feira em Luanda aos administradores de município e de centralidades habitacionais durante uma acção de formação.

A formação foi aberta pelo ministro da Administração do território, e o seu documento final prevê um conjunto de programas de carácter transversal e específico para a acção governativa, disse o director nacional do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatísticas do Ministério da Administração do Território, Nazário Vilhena.

"O Plano Nacional Estratégico da Administração do Território é um instrumento orientador da acção governativa dos departamentos ministeriais e dos seus órgãos tutelados, sempre que estiverem diante de actividades de incidência local", explicou Nazário Vilhena, que acrescentou que o documento tem políticas alinhadas com o Plano nacional de Desenvolvimento 2012-2017 e da visão "Angola 2025": "O documento salda da acção de formação traz um conjunto de mecanismos indicativos sobre como implementar acções que tenham impacto na vida aos cidadãos com vista a melhorar a administração do território". Há um conjunto de medidas de políticas neste documento estratégico que

podem permitir que a sua implementação tenha uma perspectiva integrada e participativa dos vários actores na acção governativa do território, concluiu Nazário Vilhena.

O administrador municipal do Cazenga, Tany Narciso, admitiu que a aplicação cabal das orientações contidas no documento estratégico vai trazer melhorias na vida dos municípios, de d que as opiniões dos cidadão sejam ouvidas e, assim, procurar formas de resolver os eu problema. "Defendo mais envolvimento dos cidadãos nas tarefas inerente à melhoria das condições de vida das populações, e não pensem que só o Estado é que deve trabalhar para este efeito", declarou [Tany Narciso, para acrescentar: "E preciso Uma cada vez maior participação do cidadão na solução dos problemas do povo e é este o apelo que deve ser feito às comunidades".

O administrador municipal de gelas, Filipe Barros Espanhol, reconheceu que o seminário vai contribuir para a melhoria das condições de vida dos cidadãos.

"A acção formativa vai trazer benefícios em termos da acção governativa, na medida em que se esperam novas balizas para ultrapassar algumas práticas que têm originado a desconexão entre determinados órgãos do Estado e as administrações municipais", disse o administrador.

5.8 Criação de novo município foi remetido ao Parlamento

Jornal de Angola
24 De Outubro de 2015

O ministro da Administração do Território informou ontem que a deliberação do Conselho de Ministros para criação de um novo município no território do Kilamba Kixi vai ser apreciada pela Assembleia Nacional. Bornito de Sousa, que falou no final do conselho extraordinário de auscultação social no distrito do Kilamba Kixi, disse que no Parlamento são feitas todas as concertações no sentido de se encontrar um quadro de harmonia e bom entendimento entre todas as partes.

O ministro salientou que para evitar confusão com a cidade do Kilamba, foi sugerido a atribuição de um nome diferente ao novo município. Bornito acrescentou que, de acordo com o relatório da reunião anterior do conselho de auscultação social no

distrito, a opinião maioritária prevalece no sentido de se manter a denominação do Kilamba Kiaxi.

Bornito de Sousa disse respeitar a opinião e prometeu transmitir às autoridades competentes, tendo em conta que se trata de um município e existe um diploma que vai à Assembleia Nacional. "Seria bom levar algumas alternativas para apreciação superior", disse, para esclarecer que, tratando-se da criação de um município, a competência final não é do Presidente da República, mas da Assembleia Nacional, porque se trata de uma Lei. O possível choque de nomes, lembrou o ministro, foi a razão que levou o Conselho de Ministros a sugerir que se estude a possibilidade de atribuir uma outra denominação.

A representante da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, Josina Martins, disse que "todo este exercício implica alterações de ordem normativa e funcional, que obriga necessariamente a reestruturações, pois o objectivo é criar as melhores condições para o atendimento dos munícipes" Josina Martins defendeu também a redefinição dos limites fronteiriços dos municípios e bairros, tendo em conta a perspectiva futurista e preventiva.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Luanda com crescimento acelerado

Jornal de Angola

04 De Outubro de 2015

Texto: Mazarino Da Cunha

Luanda é a cidade com a maior taxa de crescimento populacional em África e pode atingir em 2030 nove milhões de habitantes. A Informação sobre o elevado ritmo de crescimento demográfico foi revelada durante um seminário promovido pela Embaixada da Suécia em Angola.

O director da organização não governamental Development Workshop, Allan Cain, na apresentação sobre "os mercados informais, meio ambiente e redução da pobreza urbana", disse que face a esse crescimento acelerado "é necessária uma participação conjunta entre o Executivo e as comunidades".

Allan Cain apontou como solução a construção de infra-estruturas duradouras, acesso a água potável, melhoria do saneamento e a transformação do meio ambiente em espaços verdes. "Essa atitude conjunta aumentaria o bem-estar das populações em Luanda", sublinhou.

"É necessário produzir infra-estruturas adequadas", disse, ao mesmo tempo que defendeu a criação de "ambiente verde".

O director da Development Workshop, organização não governamental que participa em vários projectos sociais, empresariais e de tecnologias de informação em Angola há 35 anos, disse ser importante "apoiar as estratégias de descentralização do Executivo para o desenvolvimento dos municípios de Luanda". Sobre o comércio informal nas ruas e à porta de casa, Allan Cain disse que 63 por cento é praticado por mulheres, que na sua maioria vendem produtos agrícolas nacionais.

O bem-estar das populações, acrescentou, não se mede pelo dinheiro que as pessoas têm no bolso, mas pela criatividade em mudar o modo de vida.

O seminário juntou jovens com o objectivo de discutir e propor ideias para resolver os problemas que afectam a cidade de Luanda.

A embaixadora da Suécia, Lena Sundh, realçou a importância do encontro e disse que há um desafio global para dar sustentabilidade à vida urbana. Luanda, acrescentou, não é a única cidade com problemas de lixo e elevada densidade populacional. "Mais do que isso, é preciso tempo para dar solução aos graves problemas que a cidade de Luanda enfrenta hoje", afirmou a embaixadora da Suécia.

6.2 Chefe de Estado destaca Plano Metropolitano

Jornal de Angola

09 De Outubro de 2015

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, considerou ontem de "grande profundidade" o projecto ligado ao Plano Director Geral Metropolitano de Luanda, apresentado pelos responsáveis da Urbinveste Promoção e Projectos Imobiliários, S.A, empresa responsável pela sua elaboração.

O Presidente José Eduardo dos Santos referiu-se em breves palavras na abertura de uma reunião do Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda, no Palácio da Cidade Alta, ao Plano Director Geral Metropolitano de Luanda como um instrumento importante para conduzir todas as acções necessárias ao desenvolvimento da província de Luanda.

"Aqui estamos todos juntos para estudar questões relacionadas com o Plano Director da província de Luanda, e depois de um longo período de estudo e discussão sobre as soluções para modernizar e desenvolver a capital, eis que a Urbinveste, empresa contratada, nos apresenta então uma proposta de plano director que reuniu consenso de todos os intervenientes", disse.

O Presidente da República frisou que a versão do documento ontem apresentada resultou de três reuniões ligadas ao projecto. Foi igualmente apresentado um documento do Ministério do Urbanismo e Habitação do Plano Director dos distritos do Cazenga, Sambizanga e Rangel.

Fim das ocupações ilegais

O governador provincial de Luanda, Graciano Domingos, defendeu o fim da ocupação ilegal de terrenos, por impedir o desenvolvimento urbanístico harmonioso da província.

Em declarações à imprensa após a reunião do Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda, o responsável afirmou que "o território não deve ser ocupado de forma anárquica' deve sim ser distribuído em termos de actividades".

O governador provincial assinalou que o território tem de ter áreas para agricultura, indústria, comércio, habitação, lazer e para a construção de infra-estruturas. Graciano Domingos explicou que o Plano dá uma visão integrada da ocupação do território para que as vocações ocupacionais não colidam umas com as outras, além de apontar o sentido do crescimento da província até 2030.

Graciano Domingos salientou a importância de o Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda ter apreciado em definitivo o Plano Director Geral Metropolitano, o que vai permitir que nos próximos tempos sejam dados passos no sentido da sua aprovação definitiva.

O governador provincial disse que após a aprovação definitiva vai ser então criada a entidade que vai cuidar da sua implementação e da elaboração dos pormenores tendentes à sua execução, de acordo com as directrizes. Mesmo não tendo sido formalmente aprovado, disse o governador provincial, algumas recomendações contidas no Plano Metropolitano da cidade capital têm sido aplicadas, e citou como exemplos as vias rápidas para os transportes colectivos actualmente em construção, a execução do plano director de saneamento, bem como a requalificação de determinadas zonas de Luanda. Um comunicado da Casa Civil do Presidente da República indica que o Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda aprovou o Plano Director Geral da Província de Luanda, que considera um instrumento fundamental para o ordenamento do território e do planeamento urbano e uma resposta de forma integrada às necessidades de gestão urbana, visando conferir em particular à cidade de Luanda condições de sustentabilidade ambiental, habitacional, de mobilidade e de crescimento social e económico.

Crescimento populacional

O Plano Director Geral Metropolitano, que tem por objectivo responder também às necessidades de crescimento populacional da província de Luanda, prevê a reabilitação dos espaços verdes a fim de

reduzir os riscos de inundação e epidemias, a delimitação e valorização dos espaços agrícolas, a optimização do uso do solo urbano, a criação de uma rede integrada de transportes públicos e de um sistema de estradas funcional e eficiente.

Com duração de execução de 15 anos, o documento estabelece como princípio preservar o ambiente natural e o património cultural da província, assim como o seu carácter urbano e a sua identidade. Na reunião de ontem, o Conselho de Coordenação Estratégica da Província de Luanda tomou conhecimento do relatório semestral das actividades realizadas pela Unidade Técnica de Gestão e Saneamento de Luanda e aprovou o seu projecto de macro-drenagem do Kilamba.

Do conjunto de actividades realizadas pelo Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda destacam-se as obras de construção de macro-drenagem do Suroca, Cazenga Cariango e das redes separativas dos bairros Popular e Terra Nova, limpeza e manutenção das redes de colectores públicos e valas de drenagem, e a construção de quatro pontes metálicas para assegurar a circulação ao longo dos eixos dos diferentes sistemas de drenagem.

Mobilidade e ambiente

A engenheira Isabel dos Santos, da Urbinveste, disse que o Plano Director Geral Metropolitano de Luanda é um trabalho que decorre há 18 meses e envolve cinco disciplinas: uso dos solos, a gestão social (creches, escolas e outras), transportes e mobilidade, rede ferroviária, estradas e meio ambiente.

Isabel dos Santos referiu que, para a implementação do projecto, a Urbinveste, empresa responsável pela elaboração do Plano Director Geral de Luanda, fez várias reuniões, consultou mais de 20 mil documentos e teve contactos com vários membros da sociedade civil, tendo destas mesmas consultas resultado ideias num projecto mútuo.

Para a consultora da Urbinveste, Luanda é hoje uma cidade grande que conta com 520 mil hectares, dos quais só 17 por cento são urbanos. Em termos de população, conta com 6,5 milhões de habitantes, de que a maior parte reside em bairros não estruturados, ou seja, que precisam de receber uma malha urbana como estradas, electricidade, água e rede de esgotos. "O nosso trabalho foi de olhar para estes dados, ver o seu potencial e ver como poderiam ser requalificados e transformar zonas existentes em áreas novas mais modernas, com serviços, zonas verdes, dentre outras, e que dentro destes estudos haverá oportunidade para todos aqueles que querem

construir, participar e investir" , frisou a representante da Urbinveste.

Isabel dos Santos salientou que os habitantes residentes de Luanda e os que migram para a capital a fim de trabalhar são sem dúvida os beneficiários do Plano. "Sobretudo, todos nós temos um papel neste projecto porque ele não será feito por outras pessoas", sublinhou na ocasião, tendo dado a conhecer que o Plano Director Geral Metropolitano da capital vai ser apresentado oficialmente ao público em Dezembro.

Sobre a requalificação dos bairros Popular e Terra Nova, no quadro deste projecto, o director técnico de Gestão e Saneamento de Luanda, engenheiro Manuel Van-Dúnem, que também falou à imprensa no final da reunião de ontem, precisou que estas zonas beneficiam já de água, energia, valas de drenagem, asfalto nas vias terciárias e outros serviços.

O Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda, numa reunião em Março igualmente chefiada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, tomou também conhecimento do relatório do Gabinete Técnico de Coordenação e Acompanhamento dos Projectos da Cidade de Luanda, referente ao período de Setembro a Dezembro do ano passado.

6.3 Plano director trava ocupações ilegais

Jornal A Capital
10 De Outubro de 2015

O anúncio foi feito pelo Governador de Luanda Graciano Domingos, no final da reunião do Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda, tendo considerado que o território não deve ser ocupado de forma anárquica, deve sim ser distribuído em termos de actividades. Esclareceu que o território tem de ter áreas para agricultura, indústria, comércio, habitação, lazer e para a construção de infra-estruturas.

"O plano apresentado dá uma visão integrada da ocupação do território para que as vocações ocupacionais não colidam umas com as outras, além de apontar o sentido do crescimento da província até 2030", informou, sublinhando que a importância de o Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda ter apreciado em definitivo o Plano Director Geral Metropolitano, o que vai

permitir que nos próximos tempos sejam dados passos no sentido da sua aprovação definitiva.

Agora, espera-se pela aprovação definitiva, para depois ser criada a entidade que vai cuidar da sua implementação e da elaboração dos pormenores tendentes à sua execução, de acordo com as directrizes. Por enquanto, e apesar de não ser formalmente homologado, Graciano Domingos garantiu à imprensa que algumas recomendações contidas no referido Plano' Metropolitano têm sido aplicadas, dando como exemplo, as vias rápidas para os transportes colectivos actualmente em construção, a execução do plano director de saneamento, bem como a requalificação de determinadas zonas de Luanda.

O Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda aprovou o Plano Director Geral da Província de Luanda, que considera um instrumento fundamental para o ordenamento do território e do planeamento urbano e uma resposta de forma integrada às necessidades de gestão urbana, visando conferir em particular à cidade de Luanda condições de sustentabilidade ambiental, habitacional, de mobilidade e de crescimento social e económico.

Um plano profundo

O Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos destacou que a versão do documento resultou de três reuniões ligadas ao projecto e que foi igualmente apresentado um documento do Ministério do Urbanismo e Habitação do Plano Director dos distritos do Cazenga, Sambizanga e Rangel.

Referiu que o Plano Director Geral Metropolitano de Luanda é um "plano profundo" e considera-o como um instrumento importante para conduzir todas as acções necessárias ao desenvolvimento da província de Luanda. Para ele, está a fazer-se um estudo, em conjunto, de questões relacionadas ao Plano Director da província de Luanda, e depois de um longo período de estudo e discussão sobre as soluções para modernizar e desenvolver a capital, eis que a Urbinveste, empresa contratada, "nos apresenta então uma proposta de plano director que reuniu consenso de todos os intervenientes".

Na essência, o Plano Metropolitano de Luanda visa responder também às necessidades de crescimento populacional da província, prevê a reabilitação dos espaços verdes a fim de reduzir os riscos de inundação e epidemias, a delimitação e valorização dos espaços agrícolas, a optimização do uso do solo urbano, a criação de uma rede integrada de transportes públicos e de um sistema de estradas funcional e eficiente.

Todos esses programas serão implementados no prazo de 15 anos e estabelece como princípio preservar o ambiente natural e o património cultural da província, assim como o seu carácter urbano e a sua identidade.

No encontro foi aprovado o projecto de macro-drenagem do Kilamba e das actividades realizadas pelo Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda destacam-se as obras de construção de macro-drenagem do Suroca, Cazenga Cariango e das redes separativas dos bairros Popular e Terra Nova, limpeza e manutenção das redes de colectores públicos e valas de drenagem, e a construção de quatro pontes metálicas para assegurar a circulação ao longo dos eixos dos diferentes sistemas de drenagem.

6.4 A população é a parte integrante do processo

Jornal Manchete

16 De Outubro de 2015

Texto: Mareira Mário

O Administrador Municipal do Dande, João da Silva Castelo Branco, afirmou que o plano de requalificação da região do Panguila Velho resulta de um contrato de cooperação numa parceria público-privada entre o Governo da Província do Bengo e a empresa Império Grupo, e não concretamente o Grupo Gema como haviam garantido os populares daquela zona a este jornal, em que acusam sobretudo o empresário Francisco Simão Júnior de expropriar as suas terras.

Em declarações ao *Manchete*, o Administrador do Dande esclareceu que Francisco Simão Júnior é um dos elementos proponentes dessa parceria público-privada, coincidindo com o interesse do Governo da Província do Bengo em requalificar o Panguila Velho.

O memorando assinado entre as partes, segundo disse, tem como principal objectivo a requalificação e melhoramento do estado degradado que a região apresenta actualmente. Antes, ainda território da província de Luanda, circunscrito no município de Cacucaco, sofreu danos profundos visto que era uma zona de exploração ilegal de areia, tendo deixado crateras que hoje estão transformadas em lagoas. Referiu ainda que a região do Panguila tem uma grande importância do ponto de vista piscatório e não só. Razão pela qual o Governo do Bengo,

pensou que a mesma podia ser aproveitada, para exploração das suas potencialidades.

"Daí que a Império Grupo propôs ao Governo do Bengo e, por sua vez, este discutiu em várias reuniões a metodologia a ser utilizada para essa parceria público-privada, tendo em conta que a zona é superficialmente habitada e também a altura, já havia a prática da agricultura de subsistência da população aí residente", sublinhou. Acrescentou ainda que fruto dos mecanismos encontrados, a administração local do Estado defende os interesses quer das empresas, quer dos titulares dos terrenos existentes na zona, para que fossem integrados no projecto de requalificação. Para o efeito, foi construída uma área onde funciona a parte administrativa do Governo do Bengo e os representantes da Império Grupo, no sentido de acompanhar o processo de planeamento e de execução de todos os projectos previstos para a região.

Neste momento o projecto tem já o desenho feito que "inclui a construção de um Porto Pesqueiro na costa marítima, zonas turísticas à beira do Rio Bengo, um Centro de Convenções e ainda um centro de entretenimento e diversão, e outros que na medida que o tempo passa, o mentor do projecto vai criando", disse, acrescentando que todos os procedimentos são avaliados e consultados pelo Governo da Província.

Abrandamento das obras

Em miado do terceiro trimestre de 2014 houve um abrandamento da execução de algumas tarefas, devido a crise financeira que o país atravessa, declarou o responsável, adiantando que a Império Grupo tem estado a trabalhar na questão de parcerias ao estrangeiro para o financiamento do projecto, uma vez que a área tem cerca de mil hectares e a mesma não tem capacidade de implementa-lo sozinha.

Há um elemento fundamental - uma espécie de Plano Director de enquadramento de cada um dos projectos - pode dar-se o caso em que a cada empresa tenha o direito de superfície no território reservado, por exemplo, para o sector da educação enquanto a mesma é investidora na área do turismo. O projecto define também o enquadramento de acordo com a especificidade da zona (por ser ribeirinha, agrícola e costeira).

Por outro lado, Castelo Branco nega haver falta de informação da parte do Governo da Província aos populares, em relação a execução do projecto.

Disse que no passado dia 28 de Setembro os líderes comunitários terão sido convidados para uma reunião

na administração do Dande, onde foram esclarecidos quanto as suas inquietações e das suas populações.

"No início da implementação do projecto foram feitos arruamentos de acessos na zona e as populações foram informadas. Na altura, todos aqueles que perderam as suas terras e lavouras foram devidamente indemnizados", afirmou.

O governante alega que perante ao abrandamento da execução dos trabalhos face a crise financeira, foi havendo invasores que terão se apercebido que havia de se requalificar o Panguila. Muitos construíram casinhas de chapa de ocupação de terrenos e a Império Grupo e a representação do Governo da Província optaram em restringir tal prática.

"Para acautelar a situação, foram postas, por isso, placas de proibição de construção no local. E de certeza uma "mão negra" utilizando aquelas placas - uma delas fala de uma certa Associação de Camponeses e Pescadores do Dande. Mas o interesse do Governo Provincial é a proibição de construções anárquicas dentro do território que circunscreve a implementação do projecto", revelou.

Acrescentando, o interlocutor salienta que foi a partir deste instante que começaram as agitações, que depois deram em informações contraditórias. "Não há interesse da administração local do Estado desalojar a população sem que haja o direito de indemnização ou reposição de outro espaço ou de outra casa, como consta de uma das cláusulas no protocolo de interacção assinado entre o Governo do Bengo e a Império Grupo.

Um futuro promissor

O Panguila é a porta de entrada para quem vem do Sul de Angola para a província do Bengo e, naturalmente, está ligada com a província de Luanda, ao município de Cacuaco. Portanto, há projectos do Executivo Central que vão tomar a zona do Kifangondo como zona de confluência com o futuro novo Aeroporto Internacional que está a ser construído no Bom Jesus. Isso fez escudar algumas ideias da implementação do projecto.

Por exemplo, não constava do plano, a construção de um Centro de Convenções na zona do Panguila Velho.

Mas dada a proximidade com o futuro novo aeroporto, e também o facto de o Governo do Bengo realizar as feiras do Panguila, nasceu da Império Grupo a ideia de se construir um centro para este tipo de evento.

"Estamos sempre a mudar e adaptamos às novas realidades de alguns projectos, e altera naturalmente,

um valor inicial da execução do projecto. Razão pela qual, a Império Grupo não apresentou o valor real do capital investido para a implementação do mesmo projecto", referiu.

6.5 Para desenvolver "nova" Luanda em 15 anos

Jornal República

16 De Outubro de 2015

O Plano, segundo informação governamental foi aprovado na quinta-feira passada 08-10-2015, em reunião do Conselho de Coordenação Estratégica da Província de Luanda orientada pelo Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, sendo um instrumento para o ordenamento do território e planeamento urbano a implementar nos próximos 15 anos.

Representa "uma resposta de forma integrada às necessidades de gestão urbana" e pretende "conferir em particular à cidade de Luanda condições de sustentabilidade ambiental, habitacional, de mobilidade e de crescimento social e económico", refere o Governo angolano.

O Plano Director Geral Metropolitano de Luanda, encomendado pelo Governo para a província da capital angolana e ao qual tivemos acesso anteriormente - que não aponta custos do investimento, prevê que só o município de Viana -o mais industrializado do país atinja dentro de 15 anos os 3,1 milhões de habitantes.

Para o total da província estima-se a necessidade de construção de 1,4 milhões de casas.

O plano "tem por objectivo responder também às necessidades de crescimento populacional da província de Luanda" e prevê a "reabilitação dos espaços verdes a fim de reduzir os riscos de inundação e epidemias, a delimitação e valorização os espaços agrícolas, a optimização do uso de solo urbano", bem como a criação de uma rede integrada de transportes públicos e de um sistema de estradas "funcional e eficiente".

"Estabelece como principio preservar o ambiente natural e o património cultural da província, assim como o seu carácter urbano e a sua identidade", garante o Executivo liderado por José Eduardo dos Santos.

O documento faz o diagnóstico da situação actual na província, estimando que 80% da população - de 6,5

milhões de habitantes, um quarto de todo o país vive em musseques (bairros pobres suburbanos).

Nesta área, o plano, designado de "Luanda 2030 - Cidade inovadora", prevê realojamento e regeneração de várias zonas da capital, nomeadamente nas classificadas de "prioridade muito alta", por riscos de vida eminente ou indução, entre outros problemas.

Com o crescimento da população estimado para 12,9 milhões de pessoas, e face às dificuldades de mobilidade que se registam diariamente na capital, com filas intermináveis de trânsito e reduzidas ofertas de transportes públicos como alternativa, este plano de intervenção prevê obras em 446 quilómetros de estradas primárias e 676 quilómetros de vias secundárias.

Apesar de a execução do plano só arrancar oficialmente em 2016, o governador da província de Luanda, Graciano Domingos, esclareceu entretanto que algumas intervenções, nomeadamente em termos de construção de vias de acesso, já estão em curso.

O plano envolve igualmente um sistema de comboio suburbano com 210 quilómetros e 142 quilómetros de corredor para trânsito exclusivo de transportes públicos.

"As poupanças de tempo projectadas nas viagens de carro podem representar o equivalente a 2% do PIB [Produto Interno Bruto] de Luanda em 2030", lê-se no relatório.

6.6 Executivo avalia construção das infra-estruturas

Jornal Economia e Finanças
02 De Outubro de 2015

Um diagnóstico do estado das infra-estruturas das centralidades do Namibe, Luanda, Huíla, Benguela e do Bengo está a ser elaborado por uma equipa multi-sectorial, anunciou, recentemente, no Namibe, o director nacional para Infra-estrutura do Ministério do Urbanismo e Habitação, Fernando Francisco.

O responsável falou na sequência da visita do grupo de trabalho criado pelo Executivo angolano, para o acompanhamento da construção de infra-estruturas das centralidades do país, à província do Namibe, orientada pelo secretário do Estado do Urbanismo, Nhanga Calunga de Assunção.

"Este trabalho está a ser levado a cabo por um grupo multi-sectorial, com orientações superiores", explicou o director, para quem se está a fazer um levantamento das infra-estruturas das centralidades, tanto do ponto de vista externo, como interno.

Obras no Namibe estão prontas Relativamente à província do Namibe, afirmou que as infra-estruturas internas das centralidades estão praticamente terminadas, mas que se regista um atraso no concernente às infra-estruturas externas, nomeadamente água, esgotos, drenagem das águas pluviais e arruamentos.

Aventou que as centralidades serão entregues à Imogestin, para a comercialização nos próximos tempos, daí a necessidade de garantia das condições de habitabilidade das mesmas.

"A entrega das casas à população é da responsabilidade da Imogestin, que é a entidade gestora e que fará a comercialização das mesmas. A equipa multi-sectorial está a dar apenas o apoio, de forma que estas centralidades tenham as condições para a sua venda", disse.

O grupo de trabalho, criado pelo Executivo, para o acompanhamento da construção de infra-estruturas das centralidades do país, efectuou visitas a empreendimentos habitacionais de cinco províncias, nas centralidades do 5 de Abril (Namibe), do Quilema (Huíla), do Lobito, do Luhongo e da Baía Farta (Benguela), do KK 5.000, do Zango RED . 8.000, Zango o/CTCE (Luanda) e do Capari (Bengo).

O grupo de trabalho, criado pelo Executivo, é composto pelos ministérios do Urbanismo e Habitação (MINHUA), da Energia e Águas (MINEA), das Telecomunicações e das Tecnologias de Informação (MTI), da Construção (MINCONS) e pela empresa Imogestin.

6.7 Realojamento atrapalha conclusão da centralidade da Quilemba

Jornal O País
02 De Outubro de 2015
Texto: João Katombela

A falta de condições para o realojamento de 600 famílias residentes no espaço destinado à nova centralidade da Quilemba, na Província da Huíla, está

a criar constrangimentos à conclusão das 11 mil casas previstas para a referida urbanização.

O facto fez com que, da cifra preconizada pelo Governo Angolano, apenas cerca de 8 mil residências dos tipos T2 e T3 tenham sido concluídas no projecto iniciado no ano de 2011 pelo Ministério do Urbanismo.

A constatação foi feita pelo director Nacional das Infra-estruturas Urbanas do Ministério do Urbanismo, Fernando Francisco, que integrava a comissão multisectorial que veio avaliar o estado das infra-estruturas de algumas das novas centralidades do país.

Ao visitar a centralidade da Quilemba, Fernando Francisco disse que a permanência de algumas famílias ao longo de todo o perímetro que alberga a construção deste projecto de fomento habitacional está a inviabilizar a sua conclusão global.

"Constatamos que existem algumas populações que estão a interferir na execução plena deste projecto que previa construir perto de 11 mil residências".

"Estão ainda por se construir mais 3 mil casas que, por enquanto não poderão ser construídas porque vivemos a interferência destas populações", disse. Para se inverter o quadro, Fernando Francisco acrescentou que já estão a ser erguidas 100 casas evolutivas para albergar as famílias que foram encontradas na zona que acolhe a nova cidade.

O número de famílias cadastradas não é compatível ao das habitações erguidas para o seu realojamento. Porém, o director nacional assegurou que o processo vai continuar, por formas a abranger todas as populações que ocupam os espaços, visando a execução plena do projecto.

"A unidade gestora tomou já algumas medidas relativamente a estas populações, fazendo algumas residências, mas serão feitas mais. Este é um processo contínuo, até porque, logo no princípio da construção desta centralidade, esta empreitada teve também o seu início e culminará com a deslocação destas populações que interferem na construção da centralidade", garantiu.

Entre outros constrangimentos, a Comissão Multisectorial encabeçada pelo secretário de Estado do Urbanismo, Nhangá Kalunga de Assunção, constatou ainda a falta de vários serviços, dentre os quais se destaca a falta de telecomunicações, de unidades sanitárias, de energia eléctrica e de água.

Numa primeira fase, já estão concluídas na centralidade da Quilemba 854 residências prontas a

serem habitadas que, segundo Fernando Francisco, serão comercializadas dentro de pouco tempo.

"Em princípio, e segundo ouvimos da unidade gestora, há -de ser comercializado o Bloco U, que neste momento está em melhores condições" afirmou.

Com vista a garantir o saneamento básico e urbano aos futuros inquilinos da Centralidade da Quilemba, foram criados 5 pontos de transferência de resíduos sólidos, que representam as condições céleres para a sua recolha.

Na nova centralidade estão a ser igualmente construídas várias infra-estruturas socioeconómicas, entre as quais, 9 creches, 9 escolas do ensino primário e secundário, bem como jardins infantis, o que representa cerca de 70 por cento da execução física total das obras.

6.8 Bandidagem corrupção e venda ilegal de casas sociais no Zango

Jornal República

2 De Outubro de 2015

Texto: Osvaldo Van-Dúnen Dias dos Santos

Uma investigação feita pelo Jornal A REPÚBLICA, no Zango, durante cerca de um mês, mediante contacto com várias famílias que haviam adquirido casas na zona e que posteriormente lhes foram retiradas, bem como mediante contacto com outras famílias desalojadas noutros bairros e realojadas no Zango, inferiu que existem quadrilhas organizadas, seja no Governo Provincial de Luanda como noutros órgãos do Estado Angolano, a actuarem na Comuna do Zango.

A história de bandidagem, corrupção e venda ilegal de casas sociais no Zango acontece dentro de associações criminosas, onde a atracção pelo dinheiro permite que tudo aconteça para a obtenção de sucessivos lucros.

O esquema começa nas vendas de casas por um determinado grupo ligado ao PPHS "Programa Populacional de Habitação Social", que vende as casas através de intermediários, num valor que varia de 3 a 6 milhões de kwanzas. Posteriormente surge um outro grupo, igualmente ligado ao PPHS, a reivindicar as casas. Consequentemente estes

apoderam-se das casas e revendem-nas a outros indivíduos, que voltarão a ser burlados, e assim sucessivamente. E o pior é quando o dinheiro da venda não é repartido equitativamente a todos os integrantes da quadrilha.

Um dos exemplos é o caso que se deu com uma família Angolana numerosa, com um agregado familiar vastíssimo, que vendeu a sua habitação no Município do Cazenga, caindo no engodo destes bandidos e usurpadores de habitações. Tio Santos, como é conhecido, pagou duas casas geminadas no Zango 3, no valor de 6 milhões de kwanzas, através de intermediário ligado ao PPHS com Termo de Entrega de Habitação que lhe foi passado em nome de sua esposa, Maria Menezes.

Após ter feito modificações nas habitações, levantamento do muro, loiças da casa de banho, janelas em alumínio, mosaico, plantação de flores, etc., surgiram na sua residência indivíduos ligados ao PPHS, dizendo que a referida habitação teria sido atribuída a uma outra pessoa, que até ao momento ainda não deu a cara, continuando a casa vazia com um indivíduo a prestar serviço de segurança.

Este golpe já conhecido é perpetrado pelos próprios funcionários do Programa em conluio com outros indivíduos, representantes de organismos do Estado Angolano, polícias e militares, apoderando-se das casas, para posteriormente revendê-las a outras famílias, que inocentemente cairão noutra golpe, acabando por ficar sem o dinheiro.

O Jornal A REPÚBLICA tentou por várias vezes contactar o Director do Programa Populacional de Habitação Social, Marcos Pinho, que sempre se mostrou indisponível, ora alegando questões de horário, ora atribuindo a responsabilidade ao Governo Provincial de Luanda, e depois, ao Gabinete de Comunicação e Imagem do Governo Provincial, que nunca se propôs definitivamente a concertar a ocasião para possível entrevista, para o devido esclarecimento.

6.9 Centralidades rejeitadas por cidadãos maiores de 40 anos

Jornal Grandes Notícias
2 De Outubro de 2015

Os cidadãos maiores de 40 anos, estão a rejeitar alinhar na compra de apartamentos nas centralidades que estão a ser construídas por Luanda a fora por

considerarem que os preços que estão a ser praticados são muito altos. Por isso mesmo trabalhando na função pública ou com recursos financeiros particulares média-alta, dizem não aos apartamentos das centralidades, mesmo à renda resolúvel," eu não alinho nessas brincadeiras mesmo para ir pagando daqui há 30 anos, um gajo não sabe se vai viver até lá! Não quero deixar dívidas para a minha família por isso preferi construir o que é meu, também é bonito, mais espaçoso, com maior privacidade. Dá para estender os ossos".

6.10 Prestações do Kilamba aumentam 40% em kwanzas

Jornal República
02 De Outubro de 2015
Texto: Osvaldo Manuel

O Expansão fez as contas para um inquilino que, em Agosto de 2013, comprou um T3 por 80 mil USD, pagando 20 prestações anuais de 6.551 USD ao câmbio do dia do banco.

A primeira prestação ficou em 653,4 mil Kz. Considerando a taxa de câmbio desta segunda-feira, passa a pagar 917,4 mil Kz, um aumento de 40,4%. Muitos inquilinos da centralidade do Kilamba, na província de Luanda, pagarão mais 40%, em kwanzas, pelas rendas das suas casas face ao que estava estipulado, por causa da desvalorização da moeda nacional face ao dólar, quando, em Outubro deste ano, forem retomadas as cobranças das prestações de pagamentos mensais das residências que adquiriram em 2013.

O Expansão fez contas para o caso de um inquilino que comprou um apartamento de tipologia T3, em 8 de Agosto de 2013, por 80 mil USD, e que teria de pagar 20 prestações anuais de 6.551 USD ao câmbio do dia do banco.

A primeira prestação ficou, ao câmbio de então (99,7514 Kz/USD, acrescido de 3% da taxa de serviço administrativo, ou seja, 99,7514 Kz/USD), em cerca de 653,4 mil Kz. Mas, considerando a taxa de câmbio da última segunda-feira, 21 de Setembro (135,968 Kz/USD, acrescida de 3% da taxa, ou seja, 140,047 Kz/USD), a mesma prestação - de 6.551 USD- aumenta 40,4 %, para cerca de 917,4 mil Kz.

No início da semana passada, recorde-se, o presidente do conselho de administração da

Imogestin, entidade que está a conduzir o processo de venda das casas do Kilamba, anunciou que o pagamento por parte dos inquilinos vai ser feito por via do Fundo para o Desenvolvimento Habitacional (FDH), uma entidade criada em Agosto último e gerida pela Imogestin.

Na altura, Rui Cruz explicou que a prestação referente a 2014, que não foi cobrada, será diferida para o ano inicialmente aprazado para o termo do contrato. "O cliente que tem o contrato de reembolso previsto para 20 anos vai pagar em 21 anos, precisamente por causa do ano de 2014, que está em falta", explicou.

O responsável disse que o sistema de pagamento não será apenas anual, havendo também a opção mensal, podendo os moradores efectuar a liquidação das suas prestações via Multicaixa, ou por transferência bancária.

O Expansão questionou a Imogestin sobre o facto de, nos contratos, a renda estar fixada em dólares, o que contraria a Lei do Arrendamento, mas a empresa não respondeu até ao fecho da edição. Por explicar ficou também a partir de que dia e para que bancos serão feitas as transferências. Os apartamentos T3, com cozinha e duas casas de banho, recorde-se, eram inicialmente comercializados por 130 mil USD. Mas, na sequência de uma visita do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, à centralidade, o valor foi reduzido para 80 mil USD - menos quase 40% em relação ao início.

Na semana passada, Rui Cruz explicou que, na nova fase de comercialização das centralidades, o regime de renda resolúvel apenas será disponibilizado a funcionários públicos que ainda não tenham adquirido casas ao Estado.

Para quem integrar os outros regimes - venda pública livre e venda pública dirigida -, o mecanismo será o recurso ao sistema bancário com taxas de juro bonificadas.

A venda pública dirigida diz respeito a empresas públicas, privadas e institutos públicos e terá uma quota aprovada pelo Executivo, devendo estas instituições indicar os trabalhadores beneficiários. Para venda pública livre foi fixada uma quota de 20% a 30%, sendo as candidaturas feitas primeiro através do portal da Imogestin na Internet e depois através de candidatura física. Em ambas as modalidades de venda, 30% das habitações estarão reservadas a pessoas com menos de 40 anos de idade.

Lançado Fundo com Garantia Soberana para construção de habitação

O Governo criou no mês passado um fundo com garantia soberana para a construção de habitação. De acordo com um decreto assinado pelo Presidente da República, de 25 de Agosto, a criação do Fundo de Activos para o Desenvolvimento Habitacional (FADEH) é justificada com a necessidade de "impulsionar o sector" e "criar um modelo de gestão mais eficiente e sustentável" para o Estado, em termos económicos e financeiros.

Este fundo vai assumir os activos imobiliários de natureza pública, como habitação, espaços comerciais e lotes para construção, sob a superintendência do Ministério das Finanças.

"O FADEH deve mobilizar o financiamento bancário para a obtenção dos recursos financeiros necessários para o financiamento dos projectos habitacionais com garantia soberana", diz o documento. (expansão).

6.11 Casas sócias na Damba com primeiros ocupantes

Jornal de Angola
5 De Outubro de 2015

As primeiras 90 casas construídas na Damba, no âmbito do programa de construção de 200 moradias em 14 dos 16 municípios da província do Uíge, foram entregues aos moradores.

O governador provincial do Uíge, Paulo Pombolo, orientou o processo de entrega das casas e de lançamento da campanha de plantação de árvores para a arborização da nova centralidade.

"As casas foram construídas, no quadro das acções de redução do défice habitacional na região, facilitar que os jovens casais tenham a sua casa própria e acomodar de forma condigna os funcionários públicos provenientes de outros pontos da província ou do país", disse Paulo Pombolo, que informou que as casas são vendidas a quatro milhões de kwanzas cada, pagos durante um período de 25 anos, mediante o sistema de renda resolúvel.

Este sistema de pagamento das moradias, referiu o governador, visa facilitar os beneficiários pois vão pagar um valor módico. "A prioridade é que 30 por cento das moradias sejam reservadas para os jovens funcionários que desejam constituir as suas famílias e viverem num lar feliz."

Paulo Pombolo apelou aos ocupantes das residências para cuidarem bem dos imóveis, cumprindo rigorosamente com os depósitos mensais correspondentes às rendas estipuladas, para que tais recursos financeiros permitam a construção de mais casas.

Além das moradias, na nova centralidade habitacional da Damba foram feitos arruamentos, instalado um sistema de abastecimento de água potável, geradores de corrente eléctrica e rede de esgotos para as águas pluviais.

O governador provincial do Uíge informou que estão em construção as restantes 110 casas, que ficam concluídas no próximo ano.

6.12 “Feirão do Kilamba” viola regras

Jornal de Angola

06 De Outubro de 2015

Texto: Cristina Da Silva

Os moradores do Kilamba mostram-se preocupados com uma feira que se realiza no Interior da centralidade. O movimento, que anteriormente era apenas de roupas, hoje estende-se à venda de hortaliças e de comes-e-bebes. O "Feirão do Kilamba" decorre nas Imediações do quarteirão A, na primeira entrada da centralidade, o que, segundo os moradores, representa uma ameaça para os moradores do Kilamba.

Moradores contactados pela reportagem do Jornal de Angola disseram que actualmente parte dos mercados estão a ser transferidos para fora das localidades e não se percebe como a Administração do Kilamba permite que este evento aconteça logo à entrada da cidade.

Peixe fresco, batata-doce, fuba, repolho e couve são dos muitos produtos comercializados ao ar livre. Paulina Magalhães, moradora do quarteirão K, chama a atenção aos ministérios do Território e do Comércio sobre esta situação. "Se estamos com dificuldades para a recolha de lixo dentro da centralidade, que hoje se encontra em toda a sua extensão, não sabemos como vai ser com este mercado que a cada sábado ganha mais espaço, sob o "olhar atento" da Administração", lamentou. E disse mais: "O Executivo faz tudo para termos um lugar para habitar com dignidade e há alguns, nem sei por que razão, permitem a violação das regras de convivência.

É triste. Assim não". Paulina Magalhães disse que as feiras podem até existir porque ajudam os moradores na compra dos produtos, mas é preciso que se realizem num outro espaço e não à entrada da centralidade.

Evaristo Cristóvão, outro morador, referiu que ficou espantado com o movimento mercantil da centralidade. "Além das bancadas muitos produtos são vendidos no passeio da Avenida", disse, pedindo a pronta intervenção do Governo Provincial de Luanda e do Ministério do Interior.

O coordenador de um dos edifícios da Centralidade disse ser inadmissível a promoção deste tipo de evento, sem ter em conta alguns aspectos, como a forma de os vendedores depositarem o lixo e a organização. "Não sabemos qual a necessidade da Administração em promover esta feira. Nós sempre fomos aos mercados para adquirir os produtos para as nossas casas. E temos exemplos no passado de pequenas feiras que depois se tomam uma dor de cabeça."

Bebidas alcoólicas

As tendas e contentores com comes-e-bebes também fazem parte do menu do "Feirão do Kilamba". Ali é servido funje, mufete e outras comidas, com uma componente comum: bebidas alcoólicas. "As bebidas são hoje uma dor de cabeça nas famílias do país e infelizmente as do Kilamba não fogem a esta realidade", desabafou um morador que se identificou como Gomes,

Rafael Miguel disse que a Administração do Kilamba deve preocupar-se com programas educativos e não com mercados que promovam a promiscuidade.

"Hoje vivemos o drama das crianças estarem a promover festas nos apartamentos e com estas barracas de venda de bebidas elas vão ter tudo facilitado", alertou o também professor de Educação Laboral. "A venda de bebidas alcoólicas promove na maior das vezes a prostituição, não só nas crianças como também nos adultos,"

Rendas pagas à Administração

A feira abre às quintas-feiras e estende-se até aos domingos, Para o cidadão conseguir uma barraca ou tenda deve desembolsar 14.800,00 kwanzas, A reportagem do Jornal de Angola apurou que para o arrendamento das bancadas os interessados devem pagar 3. 100,00 Kwanzas.

O Jornal de Angola tentou contactar a Administração do Kilamba, mas sem êxito. Uma fonte da

Administração disse que "as inscrições para a feira estão suspensas até próximas ordens".

6.13 Venda de apartamentos começa este mês

Jornal de Angola

6 De Outubro de 2015

Texto: Isidoro Samutula

Um total de dois mil apartamentos, dos cinco mil construídos na Centralidade do Dundo, na Lunda Norte, começam a ser comercializados a partir da segunda quinzena deste mês, anunciou na capital da província, o presidente do conselho de administração da Imogestin.

Rui Cruz explicou que o processo começa dentro de dias com a comercialização, numa primeira fase, de 40 por cento dos dois mil apartamentos e na segunda fase, prevista para os meses de Novembro e Dezembro, são vendidos os restantes 60.

O presidente do conselho de administração da Imogestin visitou demoradamente as infra-estruturas da Centralidade do Dundo e apontou algumas insuficiências que, na sua opinião, devem ser corrigidas.

A pesar das anomalias, Rui Cruz considerou excelentes as condições que as casas apresentam na Centralidade do Dundo e explicou que os critérios para o acesso à habitação obedecem à divisão dos candidatos em três grupos.

As facilidades recaem para a função pública, que tem uma quota de 40 por cento de casas, seguida os das empresas públicas e privadas, institutos e organismos públicos, também com 40 por cento. Por último a venda livre ao público disponibiliza 20 por cento das habitações.

"Vamos tratar da comercialização das casas de forma transparente. O principal requisito para beneficiar do regime de propriedade resolúvel é o interessado ser trabalhador e nunca ter adquirido uma residência ao Estado. Também tem de estar inscrito na segurança social e ter os impostos pagos, no caso das empresas", explicou.

O presidente do conselho de administração da Imogestin não avançou os preços dos apartamentos, mas precisou que está em curso um estudo da realidade de cada província.

"Não temos ainda um preço fixado para a Centralidade do Dundo, de modo a definir qual o salário adequado ao nível da casa", salientou, precisando que o salário limite para aquisição de um apartamento varia consoante o nível de cada casa.

Rui Cruz esteve na Lunda Norte com o propósito de contactar a autoridades locais, empreiteiro e a empresa de fiscalização, com vista à criação de condições para o início do processo de comercialização dos apartamentos da Centralidade do Dundo.

O presidente do conselho de administração da Imogestin anunciou o início, no segundo semestre do próximo ano, da segunda fase do projecto de requalificação da cidade do Dundo, que compreende a construção de mil habitações de carácter social, concebidas para corresponderem às necessidades dos cidadãos com menores rendimentos.

Para acelerar o processo e garantir melhor organização na comercialização dos apartamentos, o Governo Provincial da Lunda Norte já distribuiu as quotas para as direcções provinciais, administrações municipais, empresas públicas, institutos públicos, as forças de defesa e segurança, banca e outras instituições para a selecção dos candidatos que tenham os requisitos para a compra de casas na Centralidade do Dundo.

6.14 Musseques devem ter qualidade de vida

Jornal De Angola

8 De Outubro de 2015

Texto: Rodrigues Cambala

A melhoria da qualidade de vida dos musseques passa pelo tratamento dos espaços públicos e pelo envolvimento do ponto de vista social do arquitecto, disse, em Luanda, a arquitecta e docente universitária Angela Mingas.

Em declarações à margem do X Fórum de Arquitectura do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Lusíada de Angola, que termina hoje, a também curadora do fórum acentuou que o arquitecto deve envolver-se com a arquitectura e com o cidadão da mesma forma como faz o médico ou outras profissões.

"E preciso que o arquitecto faça um trabalho público, que sirva o cidadão todos os dias e que o ajude a

melhorar a casa que construiu", disse Angela Mingas no primeiro dia de trabalhos do Fórum de Arquitectura do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Lusíada de Angola, que registou a presença de 70 especialistas, alguns dos quais estrangeiros.

No Fórum de Arquitectura do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Lusíada de Angola, cujo lema é "Estado da Arte", estão uma dezena de universidades nacionais e cinco estrangeiras oriundas do Panamá, da Namíbia, África do Sul, Cabo Verde e Moçambique. Além dessas universidades, estão também no fórum especialistas em arquitectura de Portugal, Brasil, Ghana, Moçambique e da Agência das Nações para a Habitação.

O Fórum de Arquitectura do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Lusíada da de Angola é realizado anualmente em Outubro, com o objectivo de criar laços académicos com outras escolas de arquitectura e constituir uma rede de intercâmbio científico e cultural.

A curadora Ângela Mingas disse que o conceito "Fórum de Arquitectura" não se esgota nas conferências e oficinas do projecto, daí que estejam a ser realizadas outras actividades, como passeios guiados, exposições, feiras e bazares, teatro e música.

A finalidade do Fórum de Arquitectura do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Lusíada de Angola, salientou Angela Mingas, é proporcionar momentos de interesse científico para permitir um espírito de interacção social. A arquitecta acrescentou que a grande conquista deste fórum são as discussões sobre patrimónios, arquitecturas e cidades, que não se ouviam há dez anos. O Fórum de Arquitectura do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Lusíada de Angola é realizado com o patrocínio da UN-habitat, no âmbito do programa "Up Greate Slimes", voltado para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes dos musseques.

Qualidade de vida

O reitor da Universidade Lusíada de Angola, Mário Pinto de Andrade, sublinhou que o Fórum de Arquitectura do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Lusíada de Angola discutiu os problemas da arquitectura, urbanismo e a questão da qualidade de vida das cidades angolanas e também da região. Mário Pinto de Andrade acrescentou que, além da troca de experiências com várias universidades e especialistas de outros países, o fórum contribui para que o ideal das cidades

sustentáveis e inclusivas seja uma realidade no futuro das cidades angolanas, africanas e mundiais.

O Executivo incluiu no programa 2012-2017 o problema da habitação, por entender que o surgimento de centralidades e outras cidades em Luanda e nas demais províncias soluciona o problema de habitação dos jovens, que são a maioria da população no país, concluiu o reitor da Universidade Lusíada de Angola Mário Pinto de Andrade.

6.15 Chefe de Estado destaca Plano Metropolitano

Jornal de Angola

09 De Outubro de 2015

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, considerou ontem de "grande profundidade" o projecto ligado ao Plano Director Geral Metropolitano de Luanda, apresentado pelos responsáveis da Urbinveste Promoção e Projectos Imobiliários, S.A, empresa responsável pela sua elaboração.

O Presidente José Eduardo dos Santos referiu-se em breves palavras na abertura de uma reunião do Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda, no Palácio da Cidade Alta, ao Plano Director Geral Metropolitano de Luanda como um instrumento importante para conduzir todas as acções necessárias ao desenvolvimento da província de Luanda.

"Aqui estamos todos juntos para estudar questões relacionadas com o Plano Director da província de Luanda, e depois de um longo período de estudo e discussão sobre as soluções para modernizar e desenvolver a capital, eis que a Urbinveste, empresa contratada, nos apresenta então uma proposta de plano director que reuniu consenso de todos os intervenientes", disse.

O Presidente da República frisou que a versão do documento ontem apresentada resultou de três reuniões ligadas ao projecto. Foi igualmente apresentado um documento do Ministério do Urbanismo e Habitação do Plano Director dos distritos do Cazenga, Sambizanga e Rangel.

Fim das ocupações ilegais

O governador provincial de Luanda, Graciano Domingos, defendeu o fim da ocupação ilegal de

terrenos, por impedir o desenvolvimento urbanístico harmonioso da província.

Em declarações à imprensa após a reunião do Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda, o responsável afirmou que "o território não deve ser ocupado de forma anárquica' deve sim ser distribuído em termos de actividades".

O governador provincial assinalou que o território tem de ter áreas para agricultura, indústria, comércio, habitação, lazer e para a construção de infra-estruturas. Graciano Domingos explicou que o Plano dá uma visão integrada da ocupação do território para que as vocações ocupacionais não colidam umas com as outras, além de apontar o sentido do crescimento da província até 2030.

Graciano Domingos salientou a importância de o Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda ter apreciado em definitivo o Plano Director Geral Metropolitano, o que vai permitir que nos próximos tempos sejam dados passos no sentido da sua aprovação definitiva.

O governador provincial disse que após a aprovação definitiva vai ser então criada a entidade que vai cuidar da sua implementação e da elaboração dos pormenores tendentes à sua execução, de acordo com as directrizes. Mesmo não tendo sido formalmente aprovado, disse o governador provincial, algumas recomendações contidas no Plano Metropolitano da cidade capital têm sido aplicadas, e citou como exemplos as vias rápidas para os transportes colectivos actualmente em construção, a execução do plano director de saneamento, bem como a requalificação de determinadas zonas de Luanda. Um comunicado da Casa Civil do Presidente da República indica que o Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda aprovou o Plano Director Geral da Província de Luanda, que considera um instrumento fundamental para o ordenamento do território e do planeamento urbano e uma resposta de forma integrada às necessidades de gestão urbana, visando conferir em particular à cidade de Luanda condições de sustentabilidade ambiental, habitacional, de mobilidade e de crescimento social e económico.

Crescimento populacional

O Plano Director Geral Metropolitano, que tem por objectivo responder também às necessidades de crescimento populacional da província de Luanda, prevê a reabilitação dos espaços verdes a fim de reduzir os riscos de inundação e epidemias, a delimitação e valorização dos espaços agrícolas, a optimização do uso do solo urbano, a criação de uma

rede integrada de transportes públicos e de um sistema de estradas funcional e eficiente.

Com duração de execução de 15 anos, o documento estabelece como princípio preservar o ambiente natural e o património cultural da província, assim como o seu carácter urbano e a sua identidade. Na reunião de ontem, o Conselho de Coordenação Estratégica da Província de Luanda tomou conhecimento do relatório semestral das actividades realizadas pela Unidade Técnica de Gestão e Saneamento de Luanda e aprovou o seu projecto de macro-drenagem do Kilamba.

Do conjunto de actividades realizadas pelo Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda destacam-se as obras de construção de macro-drenagem do Suroca, Cazenga Cariango e das redes separativas dos bairros Popular e Terra Nova, limpeza e manutenção das redes de colectores públicos e valas de drenagem, e a construção de quatro pontes metálicas para assegurar a circulação ao longo dos eixos dos diferentes sistemas de drenagem.

Mobilidade e ambiente

A engenheira Isabel dos Santos, da Urbinveste, disse que o Plano Director Geral Metropolitano de Luanda é um trabalho que decorre há 18 meses e envolve cinco disciplinas: uso dos solos, a gestão social (creches, escolas e outras), transportes e mobilidade, rede ferroviária, estradas e meio ambiente.

Isabel dos Santos referiu que, para a implementação do projecto, a Urbinveste, empresa responsável pela elaboração do Plano Director Geral de Luanda, fez várias reuniões, consultou mais de 20 mil documentos e teve contactos com vários membros da sociedade civil, tendo destas mesmas consultas resultado ideias num projecto mútuo.

Para a consultora da Urbinveste, Luanda é hoje uma cidade grande que conta com 520 mil hectares, dos quais só 17 por cento são urbanos. Em termos de população, conta com 6,5 milhões de habitantes, de que a maior parte reside em bairros não estruturados, ou seja, que precisam de receber uma malha urbana como estradas, electricidade, água e rede de esgotos. "O nosso trabalho foi de olhar para estes dados, ver o seu potencial e ver como poderiam ser requalificados e transformar zonas existentes em áreas novas mais modernas, com serviços, zonas verdes, dentre outras, e que dentro destes estudos haverá oportunidade para todos aqueles que querem construir, participar e investir" , frisou a representante da Urbinveste.

Isabel dos Santos salientou que os habitantes residentes de Luanda e os que migram para a capital a fim de trabalhar são sem dúvida os beneficiários do Plano. "Sobretudo, todos nós temos um papel neste projecto porque ele não será feito por outras pessoas", sublinhou na ocasião, tendo dado a conhecer que o Plano Director Geral Metropolitano da capital vai ser apresentado oficialmente ao público em Dezembro.

Sobre a requalificação dos bairros Popular e Terra Nova, no quadro deste projecto, o director técnico de Gestão e Saneamento de Luanda, engenheiro Manuel Van-Dúnem, que também falou à imprensa no final da reunião de ontem, precisou que estas zonas beneficiam já de água, energia, valas de drenagem, asfalto nas vias terciárias e outros serviços.

O Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda, numa reunião em Março igualmente chefiada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, tomou também conhecimento do relatório do Gabinete Técnico de Coordenação e Acompanhamento dos Projectos da Cidade de Luanda, referente ao período de Setembro a Dezembro do ano passado.

6.16 Cunene constrói residências

Jornal Economia e Finanças
09 De Outubro de 2015

Um total de 200 novas casas sociais da tipologia T3 para os antigos combatentes na província do Cunene serão construídas, este ano, na reserva fundiária do Ekuma, arredores de Ondjiva, tendo o acto de lançamento da primeira pedra ocorrido, recentemente, naquela cidade, numa cerimónia presidida pelo ministro dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, Cândido Pereira dos Santos Van-Dúnem.

Na ocasião, o ministro disse que esta iniciativa consta do programa do Governo, que vem aumentar a capacidade de oferta de moradias a estes "homens que antes deram muito por Angola".

O governante fez saber que a implementação deste projecto vai melhorar de forma significativa a vida desta franja da sociedade e das suas famílias, uma vez que é intenção do Governo trabalhar de forma

empenhada para a melhoria das condições dos antigos combatentes.

Mais infra-estruturas

O ministro dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria frisou que, a par das residências, está também prevista a construção de uma farmácia.

A par dos antigos combatentes e membros do governo, o acto foi também testemunhado pelo governador provincial do Cunene, António Didalelwa.

A direcção dos Antigos Combatentes no Cunene controla dois mil 337 pensionistas, dentre os quais 543 antigos combatentes, 106 viúvas, 465 deficientes de guerra e mil 223 órfãos de antigos combatentes.

6.17 Imogestin vai cobrar prestação de 2015 a partir de Outubro próximo

Jornal Grandes Notícias
11 De Outubro de 2015

A Imogestin - empresa responsável pela gestão das centralidades, novas urbanizações e de vivendas públicas - vai retomar, em Outubro próximo, a cobrança das prestações de pagamentos mensais aos clientes que tenham adquirido habitações nas centralidades do Sequele, quilómetro 44, Kilamba e Musseque Kapari, em Luanda.

O pagamento vai ser feito por via do Fundo para o Desenvolvimento Habitacional, uma entidade criada a 25 de Agosto do ano em curso e gerida pela Imogestin.

Segundo o presidente do Conselho de Administração da Imogestin, Rui Cruz, que falava no final da 2ª sessão extraordinária (conjunta) da Comissão Económica e da Comissão para Economia Real do Conselho de Ministros, os pagamentos a serem feitos em Outubro são referentes ao ano de 2015.

Quanto à prestação do ano de 2014, que está em falta, será deferida para mais um ano, no final do prazo total de pagamento. "O cliente que tem o contrato de reembolso previsto para 20 anos, vai pagar o ano de 2014, que está em falta, acrescentando mais um ano ao prazo inicialmente previsto no contrato". Rui Cruz disse que haverá novidades no sistema de pagamento e que, em vez, de ser,

unicamente, anual também terá a opção mensal. Disse tratar-se de pagamentos que poderão ser realizados via multicaixa ou por transferência bancária.

Após informar sobre a aprovação de mudanças nas regras de comercialização para a próxima fase de vendas, Rui Cruz referiu que os preços a praticar na segunda fase terão como base os que já foram efectuados nas centralidades do Sequele, Quilómetro 44, Kilamba e Musseque Kapari.

Disse que os preços de base praticados na comercialização de casas nas centralidades em Luanda poderão sofrer ajustamentos, em cada província, no máximo até 25 por cento. No quadro da segunda fase do processo de venda de habitações nas centralidades do país, o gestor da Imogestin frisou que o sistema de renda resolúvel vai ficar para a função pública.

De acordo com o presidente da Imogestin, e no âmbito da renda resolúvel, previsto para a segunda fase, só os funcionários públicos que não tenham adquirido casas ao Estado é que serão elegíveis.

O que quer dizer, prosseguiu, que os outros candidatos (da venda pública livre e da venda pública dirigida) vão ter o apoio do sistema bancário com taxa de juros bonificados. Informou que nas duas modalidades de venda (para público dirigido e livre) 30% das casas devem ser destinadas a pessoas com menos de 40 anos de idade.

Quer dizer que na quota de casas que couber à administração pública (central, local, ministérios e serviços) obrigatoriamente serão reservados 30 por cento aos jovens.

Rui Cruz destacou também o facto do sistema de venda pública ter sido dividido em dois grupos.

"O primeiro é o da venda pública dirigida (onde estão empresas públicas, privadas e institutos públicos), que terá a quota aprovada pelo Executivo, devendo as referidas instituições indicar os trabalhadores beneficiários"

"Não haverá mais o sistema de postos para as pessoas se inscreverem", salientou.

Na quota de 20 a 30 por cento (segundo grupo) destinada à venda livre, a comercialização deverá ser, primeiro, via Internet e só depois através de candidatura física. Ressaltou o facto de não ter acesso à venda livre os trabalhadores cujas empresas aderirem à venda pública dirigida.

Rui Cruz disse que mais de 30 mil habitações ficarão prontas até Abril de 2016 nos projectos em curso em todo o país.

6.18 Defendida a preservação do património

Jornal de Angola

12 De Outubro de 2015

Texto: Rodrigues Cambala

O décimo Fórum de Arquitectura da Universidade Lusíada de Angola (ULA) recomendou em Luanda a preservação absoluta do património como forma de identidade, por ser capaz de gerar riqueza, até 30 por cento, para o Orçamento Geral do Estado.

Realizado sob o lema "Estado da Arte", o Fórum, realizado entre segunda e sexta-feira, reconheceu a importância do arquitecto africano, quer na sua identidade como na sua formação, e a sua intervenção nos espaços do musseque, oferecendo assistência social à comunidade que desenvolve a autoconstrução.

No Fórum, realizado pelo Centro de Estudos e Investigação Científica de Arquitectura da Universidade Lusíada de Angola, na capital, os participantes concluíram que é preciso dar solução às necessidades básicas para se atingir a qualidade de vida nos musseques.

O encontro, que debateu em quatro dias vários temas e realizou oficinas de projectos, passeios guiados, exposições, feiras e bazares, teatro e música, premiou a Faculdade de Arquitectura, Artes e Designer da Universidade de Joanesburgo, a Universidade Lusíada de Angola e a Universidade Metodista de Angola. Menções honrosas foram entregues à Escola Internacional de Artes de Mindelo (Cabo Verde) e à Universidade Politécnica da Namíbia,

À curadora do fórum, Ângela Mingas, disse que o Centro de Estudos e Investigação Científica de Arquitectura da Universidade Lusíada de Angola desenvolve um trabalho de investigação sobre os musseques desde 2010.

O Fórum de Arquitectura, organizado anualmente no mês de Outubro, pela Universidade Lusíada, fez este ano estudos no musseque do Catambor, distrito urbano da Maianga, que, com as pesquisas já existentes, vai ser proposto no novo formato de intervenção dos musseques de Luanda.

A arquitecta e docente universitária acrescentou que uma das premissas fundamentais é a reabilitação dos espaços públicos, ou seja, fazer a optimização do lugar de acordo com os programas das Nações Unidas de intervenção dos musseques, nomeadamente UP Great Slimes que, traduzido para português, é "Eu Sou um Fazedor de Cidades". "Está comprovado que a deslocalização das populações é uma forma de aumentar a sua pobreza, de as colocar longe das suas fontes de riqueza e, em algumas circunstâncias, é considerada de segregação", referiu.

A arquitecta Ângela Mingas defende que as ruas dos musseques têm de ser infra-estruturadas e tem de haver praças, espaços livres e jardins, centro médico, sem demolir na totalidade as casas.

Durante o Fórum, o especialista Mathias Spaliviero, da ONU Habitat para Africa, manifestou a intenção da assinatura de um protocolo de entendimento entre a sua organização e o Centro de Estudos e Investigação Científica de Arquitectura da Universidade Lusíada de Angola, para dar suporte ao projecto de pesquisa sobre a rede integrada dos espaços informais em Angola.

Na conferência sobre património e qualidade de vida das cidades, que contou com a participação do Ministério do Urbanismo e Habitação, os arquitectos concluíram que, dentro da escala da qualidade de vida do espaço público em Angola, existem quatro fases, designadamente a necessidade de serviços básicos, de segurança, de estética e a presença de serviços da administração do Estado.

Um manifesto de boas práticas para o desenvolvimento da arquitectura foi apresentado pelo arquitecto brasileiro João Suplicy, presidente da Federação Pan-americana das Associações dos Arquitectos.

O certame contou com participação de uma dezena de universidades nacionais e de cinco estrangeiras, oriundas do Panamá, Namíbia, África do Sul e Cabo Verde. Contou ainda com a presença de especialistas de Portugal, Brasil, Ghana, Moçambique e da Agência das Nações Unidas para a Habitação.

6.19 Venda de habitações já em Novembro

Jornal de Angola

12 De Outubro de 2015

Texto: Victória Quintas

O processo de comercialização das habitações da centralidade do Lossambo, nos arredores da cidade do Huambo, começa em Novembro, anunciou o ministro do Urbanismo e Habitação.

José da Conceição e Silva, que falava durante uma visita de constatação do grau de execução das obras, referiu que as moradias estão em condições de ser habitadas a partir de Abril de 2016, altura em que as infra-estruturas externas como a energia, água e rede de esgotos são concluídas. O ministro do Urbanismo e Habitação sublinhou que as autoridades estão a estudar as modalidades para os futuros ocupantes adquirirem as moradias, e referiu haver diálogo com o Governo Provincial para um trabalho conjunto.

O projecto habitacional do Lossambo contempla duas mil habitações, das quais 1.482 são apartamentos, 184 moradias térreas e 343 de dois pisos. O ministro do Urbanismo e Habitação visitou igualmente as centralidades dos municípios da Caála e Bailundo, tendo constatado que a construção das infra-estruturas externas está menos avançada do que as do Lossambo.

O projecto habitacional da Caála prevê a construção de quatro mil habitações constituídas por 2.392 apartamentos, 345 moradias térreas e 774 moradias de dois pisos.

O projecto habitacional do Bailundo contempla três mil moradias, sendo 2.602 apartamentos, 128 moradias térreas e 275 moradias de dois pisos. Além da rede de energia, do sistema de abastecimento de água e do sistema de tratamento de águas residuais, está em curso em ambas as centralidades a construção de jardins de infância, escolas primária e secundária, um instituto técnico-profissional, centros de saúde e complexos desportivos.

Todas as habitações são de tipologia T3 e apresentam uma área de aproximadamente 100 metros quadrados. As centralidades, cujas obras são executadas pela construtora Kora Angola, integram prédios de quatro pisos com oito apartamentos cada e moradias de um e dois pisos.

Mais de nove mil habitações nas centralidades que estão a ser erguidas nos municípios do Huambo, Bailundo e Caála ficam prontas no primeiro semestre do próximo ano.

Os municípios do Londuimbali, Mungo, E Cunha, Chicala Cholohanga, Cachiungo, Longonjo, Ucuma e Chinjenje vão contar, a partir do próximo ano, com 200 casas sociais cada.

Centralidades concluídas

Ao longo deste ano, ficaram concluídas e foram distribuídas a pessoas em condições vulneráveis 200 casas, nos municípios da Chicala Cholohanga, Londuimbali e Ucuma.

O delegado da Justiça e dos Direitos Humanos disse recentemente que as cidades em construção na província do Huambo vão ter lojas de Justiça, que vão albergar serviços de cartório notarial, conservatória de registo civil e de identificação civil e criminal. Ernesto Estêvão Pedro explicou que a criação das lojas de Justiça nas centralidades tem como objectivo aproximar os serviços de justiça das pessoas.

"Queremos facilitar o acesso dos cidadãos aos serviços de Justiça e descongestionar o fluxo de pessoas nas conservatórias, nos serviços de identificação e cartórios", frisou o delegado da Justiça e dos Direitos Humanos. Ernesto Pedro anunciou a entrada em funcionamento de três lojas nas centralidades do Lossambo, Caála e Bailundo, no próximo ano.

O processo de comercialização das habitações da centralidade do Lossambo, nos arredores da cidade do Huambo, começa em Novembro, anunciou o ministro do Urbanismo e Habitação.

José da Conceição e Silva, que falava durante uma visita de constatação do grau de execução das obras, referiu que as moradias estão em condições de ser habitadas a partir de Abril de 2016, altura em que as infra-estruturas externas como a energia, água e rede de esgotos são concluídas. O ministro do Urbanismo e Habitação sublinhou que as autoridades estão a estudar as modalidades para os futuros ocupantes adquirirem as moradias, e referiu haver diálogo com o Governo Provincial para um trabalho conjunto.

O projecto habitacional do Lossambo contempla duas mil habitações, das quais 1.482 são apartamentos, 184 moradias térreas e 343 de dois pisos. O ministro do Urbanismo e Habitação visitou igualmente as centralidades dos municípios da Caála e Bailundo, tendo constatado que a construção das infra-estruturas externas está menos avançada do que as do Lossambo.

O projecto habitacional da Caála prevê a construção de quatro mil habitações constituídas por 2.392 apartamentos, 345 moradias térreas e 774 moradias de dois pisos.

O projecto habitacional do Bailundo contempla três mil moradias, sendo 2.602 apartamentos, 128 moradias térreas e 275 moradias de dois pisos. Além

da rede de energia, do sistema de abastecimento de água e do sistema de tratamento de águas residuais, está em curso em ambas as centralidades a construção de jardins de infância, escolas primária e secundária, um instituto técnico-profissional, centros de saúde e complexos desportivos.

Todas as habitações são de tipologia T3 e apresentam uma área de aproximadamente 100 metros quadrados. As centralidades, cujas obras são executadas pela construtora Kora Angola, integram prédios de quatro pisos com oito apartamentos cada e moradias de um e dois pisos.

Mais de nove mil habitações nas centralidades que estão a ser erguidas nos municípios do Huambo, Bailundo e Caála ficam prontas no primeiro semestre do próximo ano.

Os municípios do Londuimbali, Mungo, Ecunha, Chicala Cholohanga, Cachiungo, Longonjo, Ucuma e Chinjenje vão contar, a partir do próximo ano, com 200 casas sociais cada.

Centralidades concluídas

Ao longo deste ano, ficaram concluídas e foram distribuídas a pessoas em condições vulneráveis 200 casas, nos municípios da Chicala Cholohanga, Londuimbali e Ucuma.

O delegado da Justiça e dos Direitos Humanos disse recentemente que as cidades em construção na província do Huambo vão ter lojas de Justiça, que vão albergar serviços de cartório notarial, conservatória de registo civil e de identificação civil e criminal. Ernesto Estêvão Pedro explicou que a criação das lojas de Justiça nas centralidades tem como objectivo aproximar os serviços de justiça das pessoas.

"Queremos facilitar o acesso dos cidadãos aos serviços de Justiça e descongestionar o fluxo de pessoas nas conservatórias, nos serviços de identificação e cartórios", frisou o delegado da Justiça e dos Direitos Humanos. Ernesto Pedro anunciou a entrada em funcionamento de três lojas nas centralidades do Lossambo, Caála e Bailundo, no próximo ano.

6.20 "Com a nova Lei do Arrendamento passamos todos a falar a mesma língua

Jornal Expansão
16 Outubro de 2015

Como olha para a nova Lei do Arrendamento Urbano?

Fez os ajustamentos necessários e que há muito deveriam ter sido feitos nesta área. Penso que havia modalidades que se praticavam que não eram ajustadas ao nosso mercado e cito apenas duas: definir rendas em moeda estrangeira e rendas antecipadas. Havia aqui às vezes períodos de um ano, ou até mais, de antecipação de rendas, e estes dois aspectos estão bem contemplados na nova lei. Pensamos que este novo instrumento veio ajudar a regular o sector.

Estamos perante uma lei equilibrada naquilo que tem que ver com direitos e deveres de senhorios e inquilinos?

E assim: o que agrada a uns desagrada a outros e, como se costuma dizer, não se pode agradar a gregos e a troianos.

Penso que é a lei possível. Agora, com a sua implementação, obviamente surgirão situações que permitirão a melhoria da própria lei. Tem é de se começar a implementar para ver, aqui e ali, onde é que não funciona bem para se ajustar.

Que ganhos, a seu ver, esta nova lei pode agregar ao desenvolvimento económico do País?

É a tal disciplina e regulamentação que tem de existir, ou seja, com a nova Lei do Arrendamento, passamos todos, de alguma forma, a falar a mesma linguagem quando se trata deste tema, o que não acontecia anteriormente. Antes, cada senhorio decidia o que queria.

Mesmo existindo um contrato, antes mesmo de este vencer, ele chegava e dizia que precisava da casa ou subia a renda quando lhe apetecesse. A partir de agora já se pode antever como será o dia de amanhã.

Poderá esta lei ter também alguma influência no comportamento dos preços?

Penso que é tudo um conjunto. O mercado em si, por aquilo que é a actual conjuntura, já começa a ajustar-se a nível de preços. A lei em si, penso que é mais para regular, não diria tanto os preços, mas

talvez as modalidades, as questões contratuais e a relação entre inquilinos e senhorios.

A Novinvest tem estado também virada para o apoio ao mecenato. Que projectos e artistas apoiam? Apoiamos, recentemente, uma iniciativa da Mov'art, juntando uma exposição de arte contemporânea, intitulada Versus. O nosso objectivo foi promover o intercâmbio de artistas angolanos, principalmente a camada jovem, que não tem tido muitas oportunidades, com artistas de valia internacional reconhecida, de forma a que estes jovens, para além de aprenderem ou melhorarem o seu trabalho, também o possam dar a conhecer. Sabemos que Angola tem talentos e, em termos culturais, é muito forte. Por isso apoiamos este projecto.

É o primeiro e o único que apoiam?

É o primeiro. Também não queremos sair por aí a apoiar projectos. Entendemos que podíamos ter ido para a música, para o desporto, mas acreditamos que são áreas que têm tido mais atenção. Temos, no entanto, a porta aberta, desde que surjam projectos de valor acrescentado, interessantes, que criem emprego e que ajudem a juventude. Estaremos sempre disponíveis para abraçar estas iniciativas.

Em que tem consistido este apoio? É financeiro, institucional?

Abrange todos os aspectos. Enquadra-se nas acções de responsabilidade social que entendemos que todas as empresas devem ter. Neste caso, para além do apoio financeiro, disponibilizámos o espaço para a própria exposição. Ao contrário do que habitualmente acontece, em que as exposições são feitas em galerias de arte, ou museus, levámos a exposição para um dos apartamentos da torre Dipanda, com cerca de 300 m².

6.21 Não havendo, em Angola, subsídio de desemprego e chegada a hora do pagamento das habitações no Kilamba, como ficam os desempregados forçados pela crise?

Jornal República
16 De Outubro de 2015

A par da crise económica e financeira em que se encontra mergulhado o nosso país, consequência das políticas desastrosas do Governo provocadas pela falta de competência, inexistência de reformas estruturais (implementação da lei autárquica) bem como a endemia da corrupção, sem a devida intervenção social do Estado, a inexistência do subsídio de desemprego levará a que muitos Angolanos, que devem realizar os pagamentos das prestações das habitações, incorram em incumprimento. As empresas que empregavam muitos angolanos como a Odebrecht, Soares da Costa, Mata Engil, Somague, Teixeira do Duarte, Intertransit, Petrolíferas, Inalca, Kero, Maxi procederam aos despedimentos em massa. Outras empresas que prestavam serviços a estas também fecharam as suas portas, por falta de pagamentos e de trabalho, mandando vários trabalhadores para o desemprego.

Em Angola não existe Subsídio de Desemprego, as construtoras que operam em Angola há muitos anos viram aumentar a sua carteira de empreitadas em grande medida, numa primeira fase, devido à iniciativas como a reabilitação de infra-estruturas públicas, de seguida, com ausência dos pagamentos por parte do Estado Angolano, tudo descambou para a paralisação.

Os primeiros sinais de aperto começaram a ser sentidos há dois anos, altura em que surpreendeu o Sindicato dos trabalhadores da Construção com o anúncio do despedimento de um número elevado de empregados. O Estado, sem dinheiro do petróleo para manter os altos voos, como defende, força as empresas a reduzirem o número de mão-de-obra, tanto angolana como expatriada, e outras a fecharem as portas. A Lei Geral do Trabalho que vigora desde o passado mês de Setembro visa assegurar o crescimento e o desenvolvimento económico e social do país, sem o seguro de desemprego ou subsídio de desemprego.

Quando é que chega o desemprego? Quanto tempo dura o desemprego? O direito ao subsídio de desemprego pode ser condição para uma existência digna e, nesta óptica, a efectivação de um mínimo de protecção social. Entendido como um mínimo de existência ou sobrevivência é uma garantia que deriva, não tanto da consagração no artigo 770 da CRA, "o Estado promove e garante as medidas necessárias para assegurar a todos o direito à assistência em qualquer situação de incapacidade para o trabalho", mas, sobretudo, do princípio da dignidade da pessoa humana plasmado no artigo 10 CRA. Às famílias, constituídas por pessoas, deve ser garantido um espaço existencial que permita conservar a sua dignidade, isto é, o direito mínimo de

protecção social, deve ser exigido positivamente ao Estado, em prol do homem, para garantia da sua realização livre e plena. Apela-se ao Estado social, à ideia de democracia igualitária, funcionando o princípio da dignidade da pessoa humana como um mandato de optimização na construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Assim, ao Estado incumbe, obrigatoriamente, a garantia de protecção social, que deverão ser entendidas como uma "medida irrecusável do direito à vida». O direito à protecção social é um direito a prestações. O nosso ordenamento jurídico consagra este direito em termos programáticos, não resultando de forma acabada do texto constitucional qual o seu âmbito e conteúdo.

A Constituição não indica quais as prestações que se visa conceder, a forma da sua atribuição ou os respectivos pressupostos.

A efectiva concretização do direito à segurança social exige uma intermediação legislativa, obriga à produção de normas que garantam o direito, que definam as faculdades que o integram e os meios concretos para o seu exercício. Perante isto, questiona-se: qual o grau de vinculação do Executivo e Assembleia Nacional a esta obrigação de efectivação do direito à segurança social? E, em que termos deve ser efectivado o direito?

6.22 Julgados por venda ilegal de casas

Jornal de Angola

21 De Outubro de 2015

Texto: Kílssia Ferreira

O Tribunal Municipal do Kilamba Kiaxi ouviu segunda-feira seis cidadãos acusados de crime de burla, por supostamente terem comercializado ilicitamente 24 apartamentos localizados na Centralidade do Kilamba.

Um dos acusados, "SC", professor universitário, negou a prática do crime. "SC" disse durante a audiência: "Nunca fiz nenhum negócio de casa no Kilamba". O representante do Ministério Público salientou que o acusado não é obrigado a dizer a verdade, acrescentando que o Tribunal se baseia em provas apresentadas e nas testemunhas.

Durante o julgamento, que está a decorrer na 12ª Secção dos Crimes Comuns, "AC" apresentou-se como declarante e ofendido.

"AC" disse que conheceu "SC" o ano passado, através do seu irmão mais novo, os quais foram colegas em Lisboa. "SC" negou ter recebido valores do ofendido e acrescentou que não sabia do porquê da acusação. O declarante e também ofendido "AC" contou que o seu irmão marcou um encontro onde acertaram os valores para o pagamento da residência.

"Entreguei os valores para aquisição de um apartamento T3 na Centralidade do Kilamba e o homem desapareceu e fiquei comprometido com a família", disse.

6.23 Clientes começam a pagar em Novembro

Jornal de Angola

22 De Outubro de 2015

Texto: Domingos Dos Santos

Os clientes que adquiriram habitações nas centralidades do KI-lamba, Sequele, Quilómetro 44 e Kapari começam a pagar as prestações referentes ao ano de 2015 a partir do próximo dia 9 de Novembro até 30 de Abril de 2016, anunciou ontem, em Luanda, a administradora executiva da Imogestín Branca do Espírito Santo.

Em conferência de imprensa, Branca do Espírito Santo disse que o período que vai de 9 de Novembro de 2015 até Abril de 2016 corresponde à fase de recuperação dos pagamentos em atraso do ano em curso, que devem ser feitos num único pagamento ou em seis prestações, sendo duas por cada mês.

A administradora da Imogestín acrescentou que findo este período, os clientes têm o ano de 2015 totalmente pago.

Apesar dessa explicação da administração da Imogestín, o facto de clientes fazerem dois pagamentos por mês acabou por levantar muita polémica durante a conferência de imprensa, na medida em que a Imogestín havia anunciado recentemente um período de graça referente aos pagamentos do ano de 2014, que não foi pago devido a suspensão do processo e transferência da gestão dos projectos habitacionais do Estado, da Sonip para a Imogestín. Por este facto, segundo a Imogestín, os clientes iam ter mais um ano de graça para poderem pagar o valor total das habitações. Branca do Espírito Santo explicou detalhadamente que o ano de 2014 não foi pago por não haver

condições para tal e no princípio desse ano foi dado a conhecer que a todo o momento começavam a pagar as prestações. "Naquela altura foi questionado sobre o ano de 2014 e foi respondido que seria também pago. Assim, decidiu-se que 2014 seria o último ano de pagamento do valor total das habitações e que 2015 ainda seria pago durante este ano e mais um bocado em 2016.

Estamos com um atraso de Janeiro até Novembro. Assim sendo, em Novembro as duas prestações são referentes a Janeiro e Fevereiro, em Dezembro pagarão Março e Abril e por aí adiante. Feitas as contas, o ano de 2015 fica totalmente pago em Abril de 2016", disse. Branca do Espírito Santo disse que o período de recuperação de 2016 começa em Maio e termina em Agosto, altura em que os pagamentos passam a ser mensais num único pagamento, na medida em que as prestações estariam já regularizadas. Com estas alterações que vão ser introduzidas no sistema de pagamento, frisou, é necessário a assinatura de adendas ao contrato já assinado, que oportunamente é dado a conhecer aos adquirentes das habitações nas centralidades de Luanda. Os valores dos contratos, sublinhou a administradora da Imogestín, deixam de ser indexados à taxa de câmbio e passam a ser actualizados trimestralmente com base no coeficiente do Índice de Preços no Consumidor (IPC), calculado regularmente pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

"O valor será em kwanzas doravante, tendo o Índice de Preços no Consumidor como base para actualização", disse, acrescentando que a divulgação é trimestral e nesta altura os clientes têm conhecimento do montante a ser pago por cada mês. "O que vai alterar é a moeda. Não será o dólar a referência, mas sim o kwanza. É claro que a taxa de câmbio do dia em que se tomou essa decisão será definida em kwanzas e essa será a base para as actualizações posteriores, ou seja, há um valor fixado em kwanzas que há-de ser incluído na adenda ao contrato e este valor é a base para as actualizações trimestrais, tendo como base o Índice de Preços no Consumidor", esclareceu.

Branca do Espírito Santo informou que os adquirentes das habitações vão receber brevemente cartas da Imogestín com os dados necessários para poderem deslocar-se aos multicaixas ou às agências bancárias para efectuarem os pagamentos das prestações. "A forma de pagamento é anual, como já era anteriormente, e mensalmente para quem quiser", afirmou, referindo que quem quiser fazer o pagamento de forma antecipada deve dar a conhecer à Imogestín por via de uma carta dirigida aos seus escritórios nas centralidades do Kilamba, Sequele,

Quilómetro 44 e Kapari. As prestações são pagas através da rede multicaixa, por depósito ou transferência bancária para as contas do Fundo de Activos para Desenvolvimento Habitacional (FADH), abertas no BAI, BIC e BF A.

A nova fase de venda das habitações das centralidades de Luanda, de acordo com a administradora da Imogestin, ainda não foi definida, mas o Executivo aprovou um conjunto de princípios de como o projecto se vai desenrolar. "Neste preciso momento estamos a tratar das reclamações. Como sabem, são inúmeras as pessoas que pagaram as casas e não as receberam e essas são a prioridade. Ainda não temos prevista a abertura de novas inscrições", concluiu.

6.24 As nossas casas

Revista Vida

23 De Outubro de 2015

Texto: José Kaliengue

Álbuns de fotografias, em casa, aqueles em papel, são coisas em extinção, infelizmente. Agora é tudo na rede, no Facebook e noutras plataformas. Se com Photoshop, melhor. E dá para alterar o local de uma fotografia, qualquer um coloca-se onde bem entende. E os locais acabam por ficar quase sem memória.

Muitos angolanos são complexados, pouca gente dúvida disso. É fruto do chamado processo assimilacionista colonial. É fruto também de um processo "eliticionista" moderno que dita que todos temos origens nobres e urbanas.

Então confunde-se o campo com falta de nobreza, com atraso. Daí o termo "matumbo", com toda a sua carga pejorativa, para referenciar quem vem do campo, do mato. É um processo de auto depredação social e cultural com que aparentemente ninguém se importa.

Falamos de construção, de habitação, e lá vamos nós importar até modelos de regiões onde neva. Estudar e melhorar as nossas? Nem pensar. Quanto muito vamos construindo alguns jangos para actividades de lazer porque os namibianos e os sul-africanos assim o fazem também. Achamos "exótico". Mas só na periferia, na cidade não.

Olhamos com desprezo para as casas de adobe, não consideramos habitação as casas de pau-a-pique. Olhamos para as nossas aldeias como locais de não vida. Destruí-las a ninguém comove, não fazem falta.

Não têm alma, não têm histórias. Aí não se viveram dramas nem amores. Tudo se resume à "matumbice".

Por isso há gente a fazer desaparecer a casa de adobe na fotografia, aparece agora uma casa de um condomínio qualquer. Porque se tem vergonha do local e da casa onde se nasceu, onde se cresceu. Inventam-se histórias de vida, passados que nunca existiram.

Aliás, o próprio discurso oficial fala de casebres e raramente se refere às casas das aldeias como habitações condignas.

Mas se há uma base para a nossa sociedade, se as famílias têm histórias, se há valores de nobreza que perseguimos, então é para as casas angolanas que devemos olhar. Foi lá que tudo começou. É lá onde está o princípio da história. E se queremos construir um futuro feliz é para lá que se deve olhar também. Os arquitetos, os engenheiros e os sociólogos deveriam estudar um pouco mais as variedades de habitações nas várias regiões angolanas, e propor formas de as colocar perante as novas exigências tecnológicas.

6.25 Imogestin define prazos para pagamento de casas

Jornal Economia e Finanças

23 De Outubro de 2015

Texto: Xavier António

A partir do dia 9 de Novembro, a Imogestin, empresa encarregue da gestão das centralidades, procede à cobrança das prestações dos contratos de compra e venda, regime de renda resolúvel, celebrados com os adquirentes nas centralidades do Kilamba, Sequele e nas urbanizações Capari e KM44.

Segundo a administradora executiva da Imogestin, Branca do Espírito Santo, que falava esta semana em Luanda, durante uma conferência de imprensa, para o ano de 2015 o pagamento deverá ser feito em uma única prestação ou repartidos em seis prestações e deverá ser concluído a 30 de Abril de 2016, correspondendo a pagamentos de dois meses de cada vez.

Os adquirentes das habitações irão receber cartas individuais nos respectivos apartamentos contendo a identificação do cliente, a referência para o pagamento no sistema multicaixa, o valor da prestação e o prazo de pagamento.

Para o efeito, os pagamentos poderão ser feitos por via do sistema de ATM ou ainda por depósito ou transferência bancária para quem o pretenda fazer mediante as contas do Fundo de Activos para o Desenvolvimento Habitacional (FADEF) abertas no Banco Angolano de Investimento (BAI), Banco Internacional de Crédito (BIC) e o Banco de Fomento Angola (BFA).

Actualização

A Imogestín esclarece que a actualização do valor da prestação passará a ser feita trimestralmente, com base nos coeficientes de índice de preços no consumidor (IPC) e não por indexação à taxa de câmbio.

O valor a actualizar será o correspondente ao montante da última prestação anual paga, dividida por duodécimos, para os que optarem pela liquidação anual.

A administradora esclareceu ainda que em caso de pagamento anual, o prazo será estabelecido no contrato de 1 a 10 de Março de cada ano. O adquirente deverá comunicar à Imogestín por escrito a opção quanto à periodicidade de pagamento.

Pagamentos em 2016

Para o ano de 2016, em face do atraso verificado na cobrança das prestações de 2015, por razões alheias aos adquirentes, o prazo de pagamento das prestações inicia no mês de Maio do mesmo ano, com pagamentos bimensais até ao mês de Agosto de 2016, seguindo posteriormente o pagamento mensal.

Branca do Espírito Santo adverte aos ocupantes que tenham optado pelo pagamento anual de uma só vez para o ano de 2015, deverão fazer o pagamento de 2016 até ao dia 30 de Março do mesmo ano, salvo se optarem pelo pagamento mensal, podendo fazê-lo até ao oitavo dia de cada mês, a partir de Janeiro de 2016.

Contudo, as alterações dos contratos existentes, em função das opções dos adquirentes das habitações serão posteriormente induzidas em adendas aos mesmos.

6.26 Imogestín vai cobrar o dobro do valor mensal a partir de Novembro

Jornal O PAÍS

23 De Outubro de 2015

Texto: Romão Brandão

A imobiliária Imogestín, actual gestora das novas centralidades existentes no país, fez saber que a partir do dia 9 de Novembro começa o período de recuperação de pagamentos das dívidas do ano corrente, tendo como data de término o dia 30 de Abril de 2016. Face ao atraso verificado na cobrança de 2015, o pagamento poderá ser feito numa única vez, ou repartido em 6 prestações, correspondendo a dois meses cada vez.

O processo de cobrança das prestações dos contratos de compra e venda, em propriedade resolúvel, celebrados com os detentores de habitações nas centralidades do Kilamba e do Sequele, bem como nas Urbanizações do Capari e do KM 44 não vai sofrer indexação à taxa de câmbio, pois a actualização do seu valor será feita trimestralmente, com base nos coeficientes do IPC (Índice de Preços no Consumidor) - calculado regularmente pelo Instituto Nacional de Estatística. De acordo com Branca do Espírito Santo, administradora da Imogestín, que falava em conferência de imprensa, serão pagas duas prestações por mês e cada morador receberá com antecedência uma carta fechada da imobiliária onde vem calculado o valor a ser pago em cada prestação.

Finda a recuperação do ano de 2015, começa o período de recuperação de 2016, com o mesmo modelo de pagamento (duas prestações/mês), cujo período vai de Maio a Agosto do mesmo ano. Depois desse período, os pagamentos serão mensais, enquanto o ano de 2014 passa para o fim, no 21º ano.

"Estamos a fechar o ano 2015 e o mesmo tem de ser pago nessa altura, pois, quanto mais cedo

recuperarmos os pagamentos melhor será para todos nós. As pessoas, quando se inscreveram, estavam cientes do que faziam, ninguém as obrigou a comprar uma casa que não estão em condições de pagar, já que há várias tipologias", deixou claro a administradora.

O valor das casas continua a ser o mesmo, não houve baixa, tal como se tem especulado, mas os contratos sofrerão algumas alterações que serão introduzidas em adendas. Nesse particular, algumas alterações já foram feitas, uma vez que o contrato previa o pagamento anual, facto que foi mudado para mensal.

A Imogestín insiste em não adiantar valor das prestações por cada tipo de residência, porque tal informação irá constar na carta individual que cada morador receberá. Neste mesmo documento constarão informações sobre a identificação do adquirente e a referência para o pagamento no sistema Multicaixa.

Para finalizar, disse que ainda não está definida a nova fase de inscrição às centralidades, estando nesta altura a priorizar as reclamações que continuam ou a resolver os processos pendentes. Embora tivesse estipulado um período de reclamações, os escritórios da imobiliária continuam a receber reclamação diárias, por isso o processo ainda decor

6.27 Pagamento de habitações nas centralidades arranca em Novembro

Jornal Manchete

23 De Outubro de 2015

Texto: Moreira Mário

A Imogestim gestora das centralidades deu a conhecer em conferência de imprensa nesta quarta-feira, 21, o início do processo de cobrança das prestações de compra de habitação nas centralidades do Kilamba, Sequele, Urbanização Capari e KM 44.

De acordo com a empresa Imogestim, o processo de pagamento terá início no próximo dia 9 de Novembro e se vai estender até ao dia 30 de Abril de 2016, com duas prestações mensais.

A directora da Imogestim, Branca do Espírito Santo, explica que a respectiva modalidade serve para recuperar os meses em atraso, esclarecendo, portanto, que este será o período de recuperação dos pagamentos de habitação do ano de 2015.

"Os pagamentos poderão ser feito por um único pagamento ou em seis prestações. Significa que serão feitas duas prestações por mês, visto que neste período de recuperação vai até seis meses", proferiu Branca do Espírito Santo.

A responsável disse ainda que os adquirentes das habitações irão receber a breve trecho cartas da Imogestim com os dados necessários para poderem deslocar-se ao multicaixa e fazerem o pagamento. Com o fim da recuperação do ano 2015 que termina em Abril de 2016, começará a recuperação de 2016.

"Nesse caso começará em Maio de 2016 e terminará em Agosto do mesmo ano, cujos pagamentos serão feitos mensais", frisou.

Branca do Espírito Santo revelou que das cinco mil reclamações resultantes do processo de venda anterior foram atendidas 3812. A responsável não anuncia a existência de novas inscrições para o acesso das habitações.

"Ainda não foi definida uma nova fase, pois, foi aprovado pelo Executivo um conjunto de princípios relativamente como o projecto vai se desenrolar, e neste preciso momento, estamos a tratar das reclamações sobretudo daqueles que pagaram casas e não receberam. Estamos concentrados a resolver esta questão, que são cerca de cinco mil reclamações as quais já foram resolvidas um total de 3812", revelou.

A directora da Imogestim voltou a lembrar que o valor contratual passará de ser indexado à taxa de câmbio do dia, ou seja, os adquirentes, doravante, passarão a fazer pagamento em Kwanza ao invés do Dólar americano. E o director financeiro da Imogestim, Pacílio Lucambani, respondendo as perguntas dos jornalistas sendo uma delas sobre eventual redução dos preços das habitações, disse que em momento algum houve comunicação informando a redução de preços e esclareceu que a conferência visa somente para informar os interessados, sobre o início do processo das prestações dos imóveis habitacionais. Entretanto a Imogestim revela que as prestações serão pagas através do sistema ATM, Vulgo Multicaixa, ou o depósito ou transferência bancária para as contas do Fundo de Activos para o Desenvolvimento Habitacional (FADH), abertas nos

bancos BAI, BIC e BFA.

6.28 Pagamento de prestações duplas

Novo Jornal

23 De Outubro de 2015

Texto: Faustino Diogo

OS MORADORES das centralidades do Kilamba, Sequele, Musseque Kapari e Quilómetro 44 começam a partir do próximo mês a pagar as rendas referentes a este ano em prestações duplas, contrariamente ao anúncio da prestação mensal feito no mês passado pelo presidente do conselho de administração da Imogestim, Rui Cruz.

Em conferência de imprensa realizada quarta-feira 21, a Imogestim fez saber que as mensalidades deste ano serão pagas em seis meses, a partir do dia 9 de Novembro, para a actualização de 2015.

"Serão duas prestações por mês, porque este período de recuperação será de seis meses e permitirá seis prestações. Estamos com um atraso de Janeiro até Novembro. Assim sendo, em Novembro as duas prestações serão referentes a Janeiro e Fevereiro, em Dezembro pagarão Março e Abril e por aí em diante.

Feitas as contas, o ano de 2015 fica totalmente pago em Abril de 2016. Entre Maio e Agosto do próximo ano, será feita a recuperação de 2016, depois daí os pagamentos passam a ser mensais num único pagamento", explicou a administradora executiva da empresa responsável pela comercialização das centralidades, Branca Espírito Santo.

Para a efectivação dos pagamentos, os moradores serão notificados pela Imogestín, que irá fazer algumas adendas aos contratos assinados entre os moradores e a Sonip, para poder adaptar as novas formas.

"Os adquirentes das habitações irão receber a breve trecho cartas da Imogestín, com os dados necessários para poderem deslocar-se aos multicaixas e fazerem o pagamento", disse.

Os valores dos contratos assinados na altura entre a imobiliária da Sonangol e os promitentes compradores vão deixar de estar indexado ao dólar e passam a ser actualizados trimestralmente com base no coeficiente do Índice de Preços no Consumidor (IPC), calculado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

"O que vai alterar é a moeda. Não será o dólar a referência, mas sim o kwanza. É claro que a taxa de câmbio do dia que se calculou será definida com o valor em kwanzas e esta será a base para as actualizações posteriores", disse Branca Espírito Santo.

De acordo com o pronunciamento da administradora da Imogestín, as pessoas fizeram um contrato que previam pagar anualmente e a imobiliária está a dar a possibilidade de se fazer o pagamento faseado, "situação que poderá alterar-se para mensalidade quando estiver recuperado o período de dívida", embora reconheça que os atrasos no pagamento das prestações "não foi culpa das pessoas mas sim das mudanças que ocorreram", desde que começou a venda das centralidades em Luanda pela Sonip e a transição para a Imogestín.

O pagamento de prestações duplas para a actualização das rendas de 2015 não será a única forma de pagamento. Caso o morador queira, poderá pagá-las em única prestação, com a obrigatoriedade do pagamento ser feito até ao mês de Março do próximo ano.

De recordar que no passado dia 10 de Setembro no final da segunda sessão extraordinária das Comissões Económica e para Economia Real do Conselho de Ministros, o presidente do conselho de administração da Imogestín, Rui Cruz, avançou à imprensa que os

pagamentos das rendas referentes a este ano seriam feitos mensalmente a favor do Fundo para o Desenvolvimento Habitacional, sob gestão da sua imobiliária.

"Os promitentes-compradores vão poder pagar as suas prestações mensalmente e com o cartão multicaixa ou por transferência bancária", disse Rui Cruz.

Quanto às prestações referentes a 2014, o responsável máximo da Imogestín avançou, na altura, que as mesmas passam para o ano a seguir, inicialmente acordadas para o termo do contrato.

Por exemplo, "o cliente que tem um contrato de reembolso previsto para 20 anos vai pagar em 21 anos", explicou.

6.29 Ministério apresenta proposta

Jornal de Angola

28 De Outubro de 2015

O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos realiza hoje no Memorial Dr. António Agostinho Neto, em Luanda, um seminário sobre a proposta de Programa de Regularização da Situação Jurídica e do Registo dos Imóveis.

Um comunicado do Ministério refere que no encontro é analisada a importância do recurso ao Processo Especial de Suprimento de Título para Registo, "enquanto ferramenta ao serviço da regularização"

O seminário é dirigido a representantes dos departamentos ministeriais mais directamente ligados à regularização da propriedade imobiliária, professores universitários, advogados, bem como a responsáveis da banca e dos serviços dos registos e do notariado. O encontro tem como objectivos principais avaliar a receptividade da estratégia e das acções propostas para a execução do programa, recolher contribuições para a definição das respectivas linhas de acção e sensibilizar os presentes para as potencialidades do Processo Especial de Suprimento de Título para Registo. O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos pretende elucidar os participantes sobre o enquadramento, objectivos gerais e necessidades do que é proposto no programa "para potenciar e regular a execução".

A informação e sensibilização dos participantes quanto à necessidade de desencadear Um processo de regularização em massa da propriedade e dos esforços do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos são também, entre outros, objectivos do encontro.

6.30 Projectos melhoram qualidade de vida

Jornal de Angola
38 De Outubro de 2015

A execução com êxito do programa de construção dos 200 fogos habitacionais por município e o processo de autoconstrução dirigida está a permitir melhorar a qualidade de vida das populações no país e fazer com que as famílias estejam consolidadas, afirmou ontem no Lubango o responsável do departamento de apoio. à direcção geral do Instituto Nacional da Habitação.

José Manuel Ricardo, que está na Huíla à frente de uma delegação do Instituto Nacional da Habitação, para avaliar os projectos habitacionais desenvolvidos na província, disse que a execução dos programas é sempre um valor acrescentado.

Antes da execução dos dois projectos, a demanda habitacional era extremamente calamitosa. "Hoje, esse problema já não se coloca. Podemos, sem medo de errar, e em certa medida reconhecer que o projecto veio minorar substancialmente as grandes carências habitacionais com que a população se debatia."

À semelhança do que se regista no país, prosseguiu, os projectos habitacionais que estão a ser desenvolvidos na província da Huíla são bastante encorajadores. "A informação obtida do Governo Provincial da Huíla é encorajadora, porque as autoridades estão engajadas em levar a bom porto todas as questões que dizem respeito à habitação. Estamos seguros de que o ganho vai contribuir seguramente para diminuir a carência habitacional."

A execução da segunda fase dos 200 fogos habitacionais está muito dependente da conclusão da comercialização da primeira fase. A primeira fase, esclareceu, está no período inicial da sua comercialização e tão logo se consiga concluir, certamente as autoridades competentes vão definir o início da segunda fase.

Sem precisar o número de casas já construídas, José Manuel Ricardo afirmou que no princípio, a intenção

era a de construir pelo menos 50 por cento do total das casas projectadas, isto é, 100 casas em cada município. Em alguns municípios, apesar das especificidades, cerca de 70 a 80 por cento do objectivo traçado foi alcançado.

José Manuel Ricardo informou que o mesmo sucesso toca também o programa de autoconstrução dirigida, que ainda está em curso. "É intenção do Executivo distribuir lotes que estilo nas reservas fundiárias à população apenas depois de serem devidamente infra-estruturados, Todo o esforço por parte do Executivo tem estado direccionado no sentido de reunir os meios financeiros para a concretização deste objectivo", disse.

A delegação apresentou cumprimentos de cortesia ao governador provincial da Huíla, João Marcelino Typinge, e fez a auscultação do processo de venda dos 200 fogos por município na Huíla, situação da transferência ao Instituto Nacional de Habitação dos funcionários enquadrados na Direcção Provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo e Habitação, de acordo com o quadro de pessoal aprovado.

6.31 Executivo regulariza património imobiliário

Jornal de Angola
29 De Outubro de 2015

O Executivo vai criar equipas de trabalho para auxiliar os cidadãos no processo de regularização da propriedade imobiliária, informou ontem o director nacional dos Registos e Notariado, Claudinho Filipe.

Ao discursar na abertura do seminário sobre o Programa de Regularização da Situação Jurídico-Registal dos Imóveis, realizado pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, Claudinho Filipe disse que a construção de uma sociedade humanizada e organizada capaz de potenciar o desenvolvimento e o crescimento sustentado e atrair o investimento assenta na correcta e completa publicitação da situação jurídica de todos os imóveis.

As economias modernas são de crédito e exigem um sistema de registo forte, credível e seguro, sem direitos ocultos, sendo a certeza dos direitos essencial ao desenvolvimento económico de qualquer país,

porque facilita a concessão de crédito, permite juros mais baixos e dispensa a prestação de garantias adicionais, disse o director nacional dos Registos e Notariado.

"Nessa medida, urge unir esforços e lançar mão de todos os processos e procedimentos legalmente disponíveis e tendentes a canalizar todos os prédios para o nosso sistema de registo predial ordenador de direitos e garantias". Sublinhou Claudinho Filipe, que explicou que o uso que o cidadão faz todos os dias das procaurações irrevogáveis como meio de formalizar transacções imobiliárias compromete a segurança do comércio jurídico imobiliário, assim como a concessão de financiamento e potencia conflitos patrimoniais e financeiros entre cidadãos e empresas.

O seminário sobre o Programa de Regularização da Situação Jurídico-Registal dos Imóveis teve como objectivos colher contributos que permitam agregar valor ao referido programa, bem como auxiliar o cidadão no processo de regularização da propriedade imobiliária.

Dirigido a representantes dos Departamentos Ministeriais mais directamente ligados com a problemática da regularização da propriedade imobiliária, professores universitários, advogados, responsáveis da banca e dos serviços dos registos e do notariado, o encontro avaliou a receptividade da estratégia e das acções propostas para a execução do Programa e recolheu contributos para a definição das respectivas linhas de acção final.

6.32 Fraca procura de casas preocupa intermediários

Jornal Economia e Finanças
30 De Outubro de 2015

Nos últimos anos, o mercado imobiliário em Angola tem crescido de forma substancial, fruto das políticas que o Executivo angolano tem estado implementar, o que está a provocar o surgimento de diversos projectos habitacionais.

Apesar do abrandamento do ritmo de construção, face ao momento que o país se encontra, o mercado imobiliário continua activo, abrindo novos horizontes e modos de promoção e aquisição de habitação.

A reportagem do JE saiu à rua, para ouvir a opinião dos profissionais que actuam no ramo da promoção, os também conhecidos como "intermediários imobiliários".

Por exemplo, a intermediária Conceição João Manuel, casada, mãe de cinco filhos, que actua no sector há mais de 10 anos, explica que tanto os preços como os clientes "reduziram consideravelmente".

"Antes tinha uma média de 20 clientes por mês. Hoje, somos nós que temos de ir à procura deles e mesmo assim, nem sempre os encontramos", disse.

Segundo lembra, em 2008, arrendar uma vivenda no centro da cidade de Luanda chegava a custar 21 mil dólares por mês (2,8 milhões de kwanzas).

"Actualmente essa mesma vivenda pode custar apenas o equivalente a 5 mil dólares (673 mil)", revelou.

Maria Soares está também ligada a esta função, mas a "part-time". Disse que antes havia rentabilidade, já que todos os meses tinha dois ou três "negócios fechados" e dava sempre "algum jeito".

"Com a subida do dólar, as pessoas não aceitam fazer contrato. As rendas baixaram muito e como consequência as comissões também", sublinhou.

Moisés da Cunha, 40 anos, sempre trabalhou como intermediário, afirma que está cada vez mais difícil aparecer clientes tanto para comprar como para arrendar casas ou apartamentos.

Argumentou que com o surgimento do projecto habitacional do Executivo, que visam a criação das cidades, ou centralidade e outros, "reduziu muito o número de pessoas sem casa própria".

"Sempre sustentei a minha família a trabalhar como intermediário. Antes, eu cobrava uma comissão até para me deslocar, hoje é o contrário. Realmente as coisas mudaram", lamentou.

Antes do lançamento oficial do projecto do Executivo angolano, de construir casas a nível do país, em 2010, as classes média-alta e alta eram os segmentos alvos com o surgimento de condomínios residenciais, em zonas como centro da cidade e Talatona, na província de Luanda.

Avaliação imobiliária

Um estudo de "Mercado imobiliário" realizado pela empresa de consultoria e avaliações imobiliárias "Proprime" avança que, o sector encontra-se actualmente com uma nova dinâmica, maior profissionalização dos "players" e de entidades.

Este novo dinamismo está motivado também com as políticas do Governo no sector, com a criação de mecanismos e programas que, por um lado, atentam no desenvolvimento económico e social do país e, por outro, permitem satisfazer as necessidades da população no acesso à habitação.

De acordo com a Proprime, outro factor responsável por esta mudança de paradigma no mercado imobiliário angolano é a emergência da classe média.

Nas zonas como o centro da cidade de Luanda, Lar do Patriota e Talatona, os preços das habitações de tipologia T2 ainda ultrapassam um milhão de dólares, preços suportados apenas para classes média-alta e alta.

No entanto, começam a surgir agora diversos projectos destinados às classes com rendimento mais baixo, como por exemplo na zona do Camama ou de Viana, onde um apartamento de tipologia T2 chega a custar cerca de 200 mil dólares.

Estudos confirmam que a emergência da classe média está a mudar o panorama do sector imobiliário em Angola, sem, no entanto, alterar o facto de a habitação na Baixa de Luanda continuar a manter preços não comportáveis para a classe média.

Em Luanda, a criação das novas centralidades como o Kilamba, Cacuaco, Zango, entre outros, bem como a requalificação dos municípios do Cazenga e Sambizanga são exemplos de empreendimentos dirigidos a consumidores da classe mais baixa.

As centralidades são "um exemplo urbanístico" impulsionado pela estratégia habitacional do Governo, à qual se juntou, depois, o investimento privado.

O preço praticado ronda os 2.000 dólares por metro quadrado.

Não é para todos os bolsos mas, ainda assim, representa uma redução de cinquenta por cento face a Talatona.

Neste contexto, e como consequência desta realidade, de uma forma geral, os preços das casas tanto para compra como para arrendar baixaram de forma significativa, em relação aos anos anteriores, principalmente em 2008, onde tudo se vendia a qualquer preço.

6.33 Genea Angola vai apostar em projectos de baixo custo

Jornal Expansão

30 De Outubro de 2015

A Genea Angola, empresa de construção civil e promoção imobiliária, prevê implementar, nos próximos tempos imobiliários de baixo custo, nas proximidades da comuna do Camama e do novo aeroporto internacional de Luanda, avançou o seu director-geral, Leandro Ang.

Sem revelar o valor do investimento, o gestor disse ao Expansão que, neste momento, decorrem os estudos para o processo de viabilização de loteamento para os novos projectos, que, conforme frisou, visam facilitar os jovens na obtenção de casa própria.

"O nosso próximo desafio é tentarmos viabilizar projectos mais económicos que possibilitem aos jovens comprarem o seu primeiro imóvel em Angola", referiu.

De acordo com Leandro Ang, a empresa está a investir também em novos serviços que têm que ver com a distribuição, agricultura e manufactura, no quadro da diversificação da sua carteira de negócios.

O gestor indicou como exemplo os investimentos que estão a ser feitos na automação da divisão de agricultura, na província do Bengo.

Neste momento, acrescentou, está também em curso a implementação de um novo projecto imobiliário para escritórios denominado Vitória Office, assim como as obras de ampliação do Ginga Shopping,

Actualmente, a Genea Angola tem no País mais de 800 unidades habitacionais e 80 escritórios. Os preços das residências variam entre 17,7 milhões Kz e 36 milhões Kz.

Projectos como Ginga Isabel, Ginga Shopping, Residencial Ginga Cristina, Residencial Ginga e Ginga Renata, fazem parte do grupo de empreendimentos erguidos pela construtora.

O gestor não avançou a facturação conseguida em 2014, mas adiantou que, nos últimos dez anos, o volume de negócios realizado pela empresa anda à volta dos 400 milhões USD (45 mil milhões Kz).

Município de Viana é o privilegiado no investimento

Leandro Ang referiu, por outro lado, que, com a expansão dos projectos imobiliários para fora do centro de Luanda, o município de Viana tem sido uma das primeiras opções de investimentos para projectos dirigidos à classe média, no País.

"Antes o que era uma região mais residencial e rural passou a ter maiores opções de lazer, educação e comércio, graças à criação dos vários condomínios, da abertura do Ginga Shopping e também pelas melhorias de acesso, quer seja nas vias públicas, quer na distribuição de água, luz e esgotos", referiu Leandro Ang.

Para a GeneaAngola, considera seu director-geral, a escolha de investir em Viana foi desde o início estratégica. Em 2005, explicou, ano em que a empresa iniciou a actividade no País, não existiam moradias disponíveis na região de Viana, apesar do número de indústrias que já detinha.

"Na altura, a especulação imobiliária já estava latente na zona de Talatona e no centro da cidade, impossibilitando a compra de terrenos e a criação de condomínios direccionados para uma classe média emergente", sublinhou.

Reforçou que o principal foco da empresa é a aposta em projectos que visam dar resposta à procura pela juventude da primeira moradia. Em acréscimo, o gestor frisou que os futuros projectos da empresa foram 'desenhados' para corresponder aos rendimentos da classe média angolana.

Precisou os projectos habitacionais na zona de Viana tinham como público-alvo maioritariamente funcionários de empresas petrolíferas e de bancos. Já os escritórios atendiam a profissionais liberais.

Há cerca de dez anos no mercado, a GeneaAngola tem a sua sede no município de Viana e emprega cerca de 200 pessoas.

6.34 Imobiliária acusada de violar a lei

Jornal O PAÍS

30 De Outubro de 2015

O presidente da Associação Angolana dos Direitos do Consumidor (AADIC), Diógenes de Oliveira, revelou, em entrevista a O PAÍS, que a Imogestin infringiu o artigo 406º e seguinte do Código Civil por ter alterado o contrato sem o consentimento de outra

parte, no caso os moradores das centralidades em questão.

"Este mesmo artigo, no nº 1, versa que o contrato deve ser pontualmente cumprido e só pode modificar-se ou extinguir-se por mútuo consentimento dos contraentes ou nos casos admitidos por lei. Coisa esta que neste caso não foi verificada. Atesto que não existe norma imperativa para o caso em concreto", esclareceu.

Quanto a cobrança de dupla mensalidade, o advogado considerou ser ilegal por não ter sido isso que ficou acordado entre as partes na celebração do contrato e, por outro lado, não se está a cumprir vários pressupostos legais estabelecidos na Lei de Direito do Consumidor (LDC). Citou a violação do direito de informar, de igualdade material dos contraentes, a nulidade das cláusulas que atenuam a responsabilidade do fornecedor por vícios no serviço como alguns dos flagrantes.

Explicou ainda que esta lei torna nulas as obrigações iníquas ou abusivas que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada e incompatível com a boa fé, a equidade e a modificação unilateral do contrato com desvantagem para o consumidor. "Penso, se esta decisão prevalecer (cobrança ilegal) que seria absurdo, estaria, diante de uma violação dos princípios fundamentais da ordem jurídica Angolana, o interesse público, a finalidade e a igualdade", advertiu.

No que concerne as actualizações trimestrais à luz do Índice de Preços de Consumidor (IPC), disse ser de lei e tendo de seguida classificado como paradoxal pelo facto de os imóveis terem sido adquiridos pela via de alguns documentos solicitados pela imobiliária, um deles é o comprovativo da fonte de rendimentos (salários) fornecido pela entidade empregadora.

No seu entender, seria pertinente rever-se também o salário base do trabalhador. "Melhor, devemos repensar todos nós, se, falamos em actualizar a renda em função do IPC, então estamos diante de uma relação consumista, relação esta que configura um direito fundamental, protegido constitucionalmente no artigo 78º".

Diógenes de Oliveira disse que os contratos devem ou (deviam) ser celebrados em moeda nacional, caso contrário estar-se-à diante de mais um erro, ou melhor, um acto de abuso por parte do fornecedor.

E, por outro lado, assinalou que somente poderá efectuar-se qualquer alteração no contrato se existir consenso entre as partes e não pode existir

imposições, sob pena de incorrerem num acto ilícito cível.

Finalmente, apelou aos moradores das centralidades abrangidas a manterem a calma e a acreditarem no trabalho da AADIC, que está empenhada a fazer de tudo para que as situações que lesam os direitos e interesses dos consumidores sejam respeitadas. Embora reconheça que nem tudo depende deles. "Somente para finalizar que os consumidores devem ter a cultura de reclamar, denunciar, queixar, mesmo que for somente 100Kz. Saiba que é um direito que lhe assiste, e está salvaguardada como um direito fundamental na

Constituição da República de Angola. O Consumidor não pode descurar o que é seu por direito, como exemplo; a informação. É preciso ver que o fornecedor somente quer maximizar os lucros", concluiu.

6.35 Moradores aflitos

Jornal O PAÍS
30 De Outubro de 2015

Domingos Zino, moradora desta centralidade, considera que as decisões da Imogestim têm causado embaraços à gestão económica e social da comunidade.

No seu ponto de vista, ao estabelecerem a nova política de cobrança devia-se ter em conta a situação económica que o país vive e avaliar a média de salários dos moradores das centralidades. Tendo em conta o salário básico exigido para a aquisição dos apartamentos e os constrangimentos que a dupla mensalidade poderá criar.

Explicou que ao cumprirem com tais exigências, os chefes de família estarão a criar um défice nos seus orçamentos domésticos porque não conseguirão honrar com outras obrigações' como o pagamento das propinas nas escolas dos filhos ou dos próprios, se estiverem matriculados em instituições de ensino privado.

Esta situação tornar-se-á mais grave para aqueles que têm os filhos na creche.

"A exigência da Imogestim poderá contribuir para a redução significativa da dieta alimentar por um período de nove meses e desestabilizar as famílias ao ponto de provocar separações. Estarão em situações mais graves aquelas pessoas que contraíram crédito bancário, o que os obrigará a redobram os esforços", disse.

Domingos Zino enumerou ainda que tal situação provocará aos moradores muito stress, frustração e pensamento de recuo, mas que já não pode, porque vem ao de cima o sentimento de auto-estima. "Neste contexto, espera-se mais acidentes nas vias e perda de valores".

Amor de Fátima, por seu turno, adverte que as pessoas que auferem 150 mil Kwanzas mês ficarão apenas com 50 mil Kwanzas para fazerem a gestão doméstica, porque a maioria será canalizada aos cofres do Estado.

"Assim a pessoa come, paga a empregada, os serviços com a educação dos filhos ou deixa a casa?" Questionou.

6.36 Moradores da cidade do Kilamba apresentam protesto à Imogestim

Jornal O País
30 De Outubro de 2015
Texto: Paulo Sérgio

Os moradores da centralidade do Kilamba protestam as novas modalidades de pagamento dos apartamentos, a sua indexação ao Índice de Preço do Consumidor (IPC), dupla mensalidade e a data de início da cobrança, marcada para 9 de Novembro. Os inquilinos, reunidos em assembleia no último Domingo, decidiram apresentar o protesto, nesta Sexta-feira, 30, à imobiliária.

Esta informação foi prestada a OPAÍS, nesta Quarta-feira, por Manuel Vitoriano, presidente de uma comissão criada pelos moradores para os representar junto a Imobiliária.

Em contraproposta as exigências da Imogestim, a referida comissão defendem que a cobrança deve ser feita a partir de Janeiro do próximo ano, no sistema mensal e sem incluir o IPC.

Argumentou que tais exigências têm como suporte legal o contrato celebrado entre os clientes e a Sonip/Delta, ambas agora representadas pela Imogestim. E, por outro lado, que ao proceder de tal forma a imobiliária não só estará a desrespeitar o contrato em vigor como a infringir a lei.

A acta de protesto, subscrita por mais de 600 moradores de diferentes estratos sociais, foi elaborada com base nas contribuições dos moradores no referido encontro.

"A primeira preocupação que vamos tentar solucionar junto a quem de direito é o pagamento da renda das casas, por ser a que mais nos aflige. De

referir que sempre que a Imogestín faz um anúncio relacionado aos pagamentos, os moradores das centralidades perdem o sono. O que, até certo ponto, afecta a nossa qualidade de vida", disse Manuel Vitoriano.

A referida comissão almeja defender também os direitos dos clientes do Fundo de Fomento a Habitação (FFH), por julgar que têm sido vítimas de inúmeras irregularidades, como descontos anárquicos.

O presidente da comissão afirmou que pretendem, a médio prazo, levar à discussão as disparidades existentes nos contratos celebrados com as duas instituições públicas, no caso o FFH e a Sonip/Imogestín, que comercializam os imóveis das centralidades, de forma que haja igualdade de tratamento.

Alertou à imobiliária a ter em conta que um dos requisitos exigidos para se habilitar a um dos imóveis significa que o candidato devia ter um salário igual ou superior a 150 mil Kwanzas para os apartamentos mais pequenos, no caso a T3A. Montante este, que no seu ponto de vista, está desvalorizado, em consequência da crise financeira que o país enfrenta.

"A Imogestín diz que vai comunicar previamente aos moradores de forma individual, via carta, sobre o valor que terão que pagar por força das actualizações mas a lei não prevê isso. A lei prevê que os preços sejam anunciados por tipologias e esperamos que estes sejam os mesmos que constam nos contratos em vigor", disse.

6.37 Moradores do Kilamba agastados com a Imogestín

Jornal Expansão
30 De Outubro de 2015
Texto: Osvaldo Manuel

Alguns moradores da centralidade do Kilamba ouvidos pelo Expansão manifestaram-se descontentes com a decisão avançada, na passada semana, pela Imogestín, que estabelece o pagamento

das rendas atrasadas do ano em curso de dois meses, numa única prestação a partir de Novembro.

Os inquilinos da Imogestín recusam-se a pagar duas prestações em cada mês, alegando que as pessoas não têm capacidade financeira para suportar as exigências estabelecidas, principalmente neste período 'negro' da economia nacional.

Síria Rodrigues, residente no Kilamba há mais de dois anos, afirmou ser "quase impensável" liquidar duas prestações num único mês. "Os atrasos verificados nos pagamentos não são culpa dos inquilinos, mas sim das autoridades que cancelaram os pagamentos sem esclarecer os promitentes adquirentes", frisou.

Alguns alegam mesmo que foram quase que obrigados a optar por apartamentos da tipologia T5, quando na verdade se tinham candidatado para um T3. "Se já é complicado pagar dois meses numa única prestação para quem tem um T3, imagine para nós", particularizou um morador.

"Não podemos dizer que os moradores devem pagar dois meses em simultâneo, porque se torna' pesado para nós", diz Jacinto Figueiredo, outro habitante do Kilamba. A prevalecer esta decisão, diz, vai tudo parar ao tribunal.

Dona Antónia, também moradora da centralidade, afirmou acreditar no bom senso das autoridades e tem fé que a situação se reverta para o bem de todos.

"Não estamos preparados financeiramente e psicologicamente para pagar duas prestações, porque sabemos que estamos a viver um período difícil, onde para além de liquidar a renda de casa temos outras despesas com a família", indicou.

Contratos passam a kwanzas Entretanto, os valores dos contratos de compra das habitações nas centralidades de Luanda deixam de ser indexados ao dólar e passam a ser actualizados trimestralmente com base no coeficiente do Índice de Preços no Consumidor (IPC), calculado regularmente pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), disse a administradora da Imogestín Branca do Espírito Santo, em conferência de imprensa.

A responsável explicou que o processo de pagamento das prestações das rendas das habitações das centralidades começa a ser feito em Novembro, com vista a recuperar os meses em dívida. Segundo a gestora, os inquilinos vão pagar em um único pagamento ou repartido em seis prestações.

"Os moradores terão de pagar dois meses em cada prestação, ou seja, em Novembro, por exemplo, deverão ser pagos os meses de Janeiro e Fevereiro.

Caso se opte pelo pagamento anual, via multicaixa, o valor da prestação deve ser pago até 15 de Dezembro de 2015", realçou, acrescentando que, as prestações serão depositadas ou transferidas para as contas do Fundo Activo para o Desenvolvimento Habitação (FADH), abertas nos Banco de Fomento Angola (BFA), Banco Angolano de Investimento (BAI) e no Banco Internacional de Crédito (BIC).

O Expansão questionou a Imogestim sobre a taxa que servirá de base para a fixação dos valores das prestações a serem pagas pelos inquilinos a partir de Novembro, porém, não lhe foi satisfeita a pergunta.

Comissão administrativa solidária com os moradores

O presidente da Comissão Administrativa da Cidade do Kilamba (CAK), Joaquim Israel, aconselhou os moradores a manter acalma, uma vez que o Estado tem por obrigação defender o interesse da colectividade.

Joaquim Israel defende que a resolução deste impasse passa pelo diálogo entre as partes. O presidente da comissão administrativa do Kilamba corrobora com a tese de que o atraso dos pagamentos das prestações não foi por falta de vontade dos inquilinos, mas por alguma desorganização das entidades responsáveis pela cobrança.

"As pessoas, em Angola, não recebem dois salários em um mês. Se assim fosse, a Imogestim tinha todo o direito de cobrar duas prestações num único mês, entretanto, as pessoas nesta altura não têm capacidade financeira para suportar esses encargos", referiu, acrescentando que o processo poderá ser reavaliado.

"Vamos analisar se, de facto, há legalidade em cobrar duas prestações num único mês ou não", prometeu.

6.38 Política habitacional

Jornal Economia e Finanças
30 De Outubro de 2015

Em razão do défice habitacional predominante no nosso país, que actualmente deve situar-se em cerca de 1,5 milhões de habitações (segundo dados postos a circular), assim como da necessidade sentida de se prover maior comodidade e dignidade às populações, por via do melhoramento das condições habitacionais, surge o plano nacional de urbanismo e habitação 2013-2017. Este prevê colocar à disposição da população, até 2017, pouco antes das eleições

gerais, cerca de 213 mil casas e 14 centralidades em todo o país, para fazer face a enorme procura. Em contrapartida, apesar deste gigantesco esforço, é sentida a necessidade premente de se engordar as iniciativas privadas neste sector, por forma a se garantir uma maior alternativa de escolha a cada cidadão, a poder dinamizar o mercado imobiliário nacional, bem como ajudá-lo a tornar mais competitivo, apesar de ser prematuro falar-se deste último desiderato, sendo que, ao contrário do privado, ao Estado, interessa emprestar ênfase à satisfação da colectividade.

Deixar o aposento alheio tem sido o sonho de muitos que aos poucos vem se tornando facto consumado, por conta do financiamento e da construção de centralidades, de requalificações e da concepção do programa de autoconstrução dirigida desenhadas pelo Executivo, pelo que se reconhece que vários aspectos destes carecem de melhorias. Por outro lado, o aperto macro-financeiro vigente no país constitui um elemento atrofante para eficiência com que se pretende para estes projectos.

Porém, o surgimento das Leis de Terra nº09/04 de 9 de Novembro; do Ordenamento do Território e Urbanismo nº03/04 de 25 de Junho; de Base do Fomento Habitacional nº03/07 de 3 de Setembro, assim como a nova Lei do Arrendamento Urbano, de 12 de Agosto do corrente, em comunhão com as centralidades de Luanda (Sequele, Km 44, Kilamba, Musseque Kapari, Cacucaco), de Benguela, Uíge, Cuanza Sul, Huíla, Huambo, Bié, assim como a Centralidade de Cabinda são uma amostra de vontade política e traduzem avanços significativos no domínio legislativo, como no "parque habitacional",

Quanto aos 200 fogos por município, estão concluídos em volta de 9 mil e 500 habitações, das 26 mil previstas. Actualmente, a nível de produção habitacional, foram erguidas cerca de 82 mil e 900 habitações dos diferentes subprogramas em razão do crescimento económico de Angola, tendencialmente concentrado no litoral e nas principais cidades, perspectiva-se, para 2020, uma taxa de urbanização de aproximadamente 72 por cento e estima-se que 60 por cento da população viva em centros urbanos.

A lei de fomento habitacional objectiva definir as estratégias habitacionais e garantir o direito de habitação a todos os cidadãos angolanos, proporcionando um clima propício à equidade e proporcionalidade nos custos das habitações, nas modalidades de aquisição, bem como nos benefícios (...). O regime de acesso ou aquisição das habitações é feito através da compra, da renda resolúvel ou do arrendamento, em função das possibilidades financeiras de cada um. Segundo a lei, apenas os

cidadãos angolanos maiores de 18 anos podem aceder aos imóveis, desde que não estejam inscritos em qualquer programa habitacional do Estado, incluindo cooperativas com o apoio de fundos públicos.

Importa ainda referir que o contrato em regime de 'renda resolúvel obedece a um tecto não superior a 30 anos e é outorgado por escritura pública, pelo que o pagamento da última prestação de renda do referido regime pode implicar a transmissão integral e efectiva dos imóveis aos arrendatários.

No caso do incumprimento dos prazos contratualmente aprovados, por razões alheias ao Estado (referindo-se do mesmo regime ...), por parte do beneficiário ou arrendatário, a lei prevê que este terá que embolsar a favor do Estado, uma indemnização correspondente ao dobro da renda por cada mês em carência. Em contrapartida, esta anuência é posta de fora, apenas em situações de uma provável ou comprovada doença prolongada ou de cumprimento de deveres militares, estiverem na base do não cumprimento contratual do cidadão, de pelo menos, seis meses, podendo o Estado, perdoar a dívida.

6.39 Programas habitacionais nos municípios

Jornal Manchete

30 De Outubro de 2015

A execução da segunda fase de construção de 160 fogos habitacionais em cada município do país, está dependente da conclusão da comercialização das primeiras 40 já concluídas, anunciou hoje, no Lubango, o chefe do departamento de apoio ao director geral do Instituto Nacional de Habitação, José Manuel Ricardo.

Falando à imprensa, após o encontro mantido com o governador provincial da Huíla, João Marcelino Typinge, no âmbito da visita de constatação do sector, o responsável afirmou que a comercialização da primeira fase já começou e tão longo termine dar-se-á início a outra que completará os 200 fogos por município.

6.40 Salva-se quem poder!

Jornal O PAÍS

30 De Outubro de 2015

Já não sei bem, mas terá provavelmente sido um economista norte-americano o individuo que cunhou o famoso chavão - «não há almoço grátis!» Uma verdade que, apesar de genuína, nunca cessou de causar muitos amargos de boca. Pois, mau grado a predilecção humana por estratégias de auto-engano, nada e ninguém conseguiu até agora invalidar a premissa de que tudo na vida tem necessariamente um preço.

Aqui chegados, e na perspectiva do ganho a todo custo, podemos nos interrogar se o processo da intermediação de compra e venda de habitações nas Centralidades, iniciado pela Sonip e agora em continuação pelas mãos da Imogestín, terá ou tem sido para o legítimo proprietário um óptimo negócio. Escusem-se de pensar que se pretenda aqui levantar pés-de-vento à volta disto.

Afinal de contas desde 1991 que nós os Angolanos chafurdamos, por «vontade própria», nas lavas escaldantes e selvagens da economia de mercado, salvaguardadas as margens de manobra para a garantia do mínimo social básico para os segmentos mais vulneráveis da população, por sinal a maioria, na linha do Estado Social cristalizado na imortal máxima de Neto: «O mais importante é resolver os problemas do Povo». E um dos problemas que a muitos ainda aflige nesta Pátria do eterno «Havemos de voltar», é mesmo a gritante carência de habitação - a «casa própria» - como sói-se por aí dizer. O Governo, o Empresariado, o Cidadão, cada um à sua maneira, tem procurado encontrar a mais consentânea das soluções para o problema. São, em definitivo, vários os atalhos para que o cidadão alcance a ingente meta de abrigar-se a si e aos seus sob um tecto, em condições humanamente decentes.

É, de resto, a extrapolação dum antigo dilema já retratado naquela icónica canção de Toy Salgueiro, nos anos oitenta, em que o «camarada» se despedaça em mil e urna «diligências» oficiais e kazukutuais ou de «esquema», como diziam na época, só pra conseguir «um fogão, uma geleira e urna casa pra morar».

Todavia, as palmas de «sucess story em matéria de resolução criativa da questão da casa própria iriam pra aqueles deslocados que, empurrados pelos horrores da guerra do interior para Luanda, resolveram num piscar de olhos o seu problema habitacional com o slogan que traziam bem na ponta da língua: Tunga ngó! Constrói só. E assim nasceu ali o bairro, anichado entre a Precol, a Terra Nova e outros arredores da Estação dos Musseques; e o nome colou - Bairro do Tunga - com a sua praça e tudo quanto bastasse. Um paradigma de crescimento urbano que ainda faz escola nos nossos dias. Foi -se a guerra, mas ficaram as marcas bem tatuadas com indelével tinta na alma dos mwangolés todos, do novo-rico ao mais desgraçado dos plebeus. Quem não adquiriu ainda o seu katterreno de pelo menos 20 por 10 no «Triângulo das Bermudas», onde a «legalização» e a sua cúmplice irmã «fiscalização vêm sempre pela mulumba do camaleão, nunca de bicicleta, e ainda menos de kupapata? É a doutrina pura e simples da «acumulação esperta» de capital fundiário em Terras do Vale-Tudo.

Até lá, enquanto kinguilamos «também» pela indexação trimestral e auspiciosa do rendimento do plebeu, vulgo «salário-base canjonjado pela desvalorização & quejandos», ao Índice de Preços no Consumidor (IPC), e conseqüente «actualização», bem-aventurados sejam os que a si mesmos se consideram «imaculados» - e só podem mesmo ser uma minoria «de sonho», né? -porquanto apenas a esses, como fora antanho deliberado nos Evangelhos, caberá o direito do arremesso da primeira pedra!

6.41 Importância de escritura de imóveis

Jornal Folha8

31 De Outubro de 2015

O jurista Abdul Rodrigues, enfatizou que só é dono dum imóvel aquele que registar o bem em cartório, por ser, no processo de compra e venda de imóvel comum as pessoas pensarem que basta assinar um contrato entre as partes para que toda a negociação esteja efectivada e reconhecida.

O que a maioria não sabe, diz o jurisconsulto, é que somente quando a transferência é realizada e registada no cartório de imóveis é que o comprador se toma juridicamente proprietário.

"O direito do comprador só está garantido com o registo no cartório de imóveis. Não havendo esse documento, ele (comprador) corre o risco de o vendedor negociar diversas vezes o mesmo bem e só será proprietário, de facto, aquele que o registar primeiro. Além disso, a pessoa fica protegida da sua perda por questões anteriores à compra", terminou o jurista.

6.42 Ha mais de 400 mil reside sem registo em Angola

Jornal Folha8

31 De Outubro de 2015

Texto: Antunes Zongo

O Director Nacional dos Registos e Notariado, Claudinho Filipe, disse no 28.10.15, durante a abertura do Seminário sobre o Programa de Regularização da Situação Jurídico-Registal dos Imóveis, promovido pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, haver mais de 400 mil imóveis sem registo e nem mesmo o novo quadro, com o boom da construção, com o advento das novas centralidades e projectos habitacionais em Angola, confere aos vendedores e compradores a cultura da escritura de registo do imóvel. Muitos cidadãos consideram haver muita e complicada burocracia, outros ainda advogam o elevado preço. Ciente das lamentações, este responsável deu a conhecer a existência de uma directiva do Executivo para, nos próximos dias, serem criadas equipas de trabalho para auxiliar os cidadãos no processo de regularização do registo de propriedade imobiliária. Por esta e outras razões, Claudinho Filipe assegurou que a construção de uma sociedade humanizada, organizada e capaz de potenciar o desenvolvimento, o crescimento sustentado e atrair investimentos, assenta na correcta e completa publicitação da situação jurídica de todos os imóveis, no país. "As economias modernas são de crédito e exigem um sistema de registo forte, credível e seguro, sem direitos ocultos, sendo a certeza dos mesmos (direitos) essencial ao desenvolvimento económico de qualquer país, porque facilita a concessão de créditos bancários, permite juros mais baixos e dispensa a prestação de garantias adicionais", disse, acrescentando, que "nessa medida, urge unir esforços e lançar mão de todos os processos e pro-garantias, Claudinho Filipe explicou aos presentes que o uso que o cidadão faz todos os dias das procurações irrevogáveis como meio de formalizar transacções imobiliárias compromete a segurancedimentos legalmente disponíveis, tendentes

a canalizar todos os prédios para o nosso sistema de registo predial ordenador de direitos e garantias", sublinhou.

Entre críticas, conselhos e garantias, Claudinho Filipe explicou aos presentes que o uso que o cidadão faz todos os dias das procurações irrevogáveis como meio de formalizar transacções imobiliárias compromete a segurança do comércio jurídico imobiliário, assim como a concessão de financiamento e potencia conflitos patrimoniais e financeiros entre cidadãos e empresas. O seminário sobre o Programa de Regularização da Situação Jurídico-Registal dos Imóveis teve como objectivo: "colher contributos que permitam agregar valor ao referido programa, bem como auxiliar o cidadão no processo de regularização da propriedade imobiliária", tendo sido, especialmente dirigido aos representantes dos departamentos ministeriais, professores universitários, advogados, responsáveis da banca e dos Serviços dos Registos e do Notariado.

7. TERRA

7.1 Lotes para autoconstrução distribuídos no Alto Hombe

Jornal De Angola
02 De Outubro de 2015

Um total de 20 famílias da aldeia do Alto Hombe, no município de Caimbambo, em Benguela receberam quarta-feira lotes para a auto-construção dirigida, no quadro do Programa de Urbanização da Administração Municipal, revelou o assessor técnico da instituição.

Hernâni Costa salientou que a Administração Municipal de Caimbambo disponibilizou 20 lotes de terreno numa área de 12 mil metros quadrados, sendo que cada parcela possui 600 metros quadrados.

O assessor técnico da Administração Municipal de Caimbambo referiu que os beneficiários vão erguer as suas casas, de tipo T2, com apoio em material das autoridades locais. Hernâni Costa frisou que a medida visa desencorajar a construção anárquica, bem como a dispersão de habitantes, tendo em conta que dificultam o ordenamento territorial e a construção de infra-estruturas sociais, como escolas e postos de saúde.

O administrador de Caimbambo, Jacinto Tomé Amaro, garantiu a disponibilidade de materiais de construção chapas e cimento, para facilitar o processo de construção das habitações.

Jacinto Tomé Amaro disse que cada família vai receber dez sacos de cimento e 28 chapas.

7.2 A zona vai ser requalificada pelo governo do Bengo

Jornal Manchete
2 De Outubro de 2015

Primando pelo princípio do contraditório, nos deslocamos nesta quarta-feira, 28, à província do Bengo com o propósito de ouvirmos do Governo

Provincial em tomo deste assunto. Fomos recebidos pelo assessor Técnico do Governador, João Paulo Mateus, que prontamente confirmou que a zona do Panguila Velho vai ser requalificada pelo Governo da Província.

Segundo João Paulo Mateus, o projecto enquadra-se num programa de desenvolvimento multidisciplinar criado em 2013. Desse modo, foi assinado um memorando de entendimento entre o órgão máximo da província e o Grupo Gema que vai encarregar-se pela execução dos trabalhos que contempla a construção de infra-estruturas económicas e sociais.

"A intenção é transformar a zona do Panguila Velho numa zona mais dinâmica", referiu aquele responsável, acrescentando que o plano de requalificação vai desde a boca do rio Bengo, nos arredores de Kifangondo, e nega que a zona tenha sido entregue ao Grupo Gema na pessoa de Simão Júnior.

O Grupo Gema é uma empresa angolana ligada à construção civil, transportes, petróleos, imobiliários e bebidas, estando também na lista de companhias com investimentos em Portugal.

O programa do Governo Provincial para o período 2013/2017 contempla vários projectos e acções no domínio económico-social, infra-estrutural e institucional. A região do Panguila faz parte da província do Bengo, em resultado da divisão político-administrativa aprovada a 26 de Julho de 2011, na terceira sessão extraordinária da Assembleia Nacional.

No entanto, Paulo João Mateus preferiu não entrar mais em detalhes, remetendo o assunto para o assessor para Área Técnico Social, Paca Manuel, por se tratar da pessoa indicada para abordar o assunto. Na altura se encontrava ausente em missão de trabalho na capital do país. Traremos mais detalhes nas próximas ocasiões.

7.3 Bandidagem corrupção e venda ilegal de casas sociais no Zango

Jornal República
2 De Outubro de 2015
Texto: Osvaldo Van-Dúnen Dias dos Santos

Uma investigação feita pelo Jornal A REPÚBLICA, no Zango, durante cerca de um mês, mediante contacto com várias famílias que haviam adquirido

casas na zona e que posteriormente lhes foram retiradas, bem como mediante contacto com outras famílias desalojadas noutros bairros e realojadas no Zango, inferiu que existem quadrilhas organizadas, seja no Governo Provincial de Luanda como noutros órgãos do Estado Angolano, a actuarem na Comuna do Zango.

A história de bandidagem, corrupção e venda ilegal de casas sociais no Zango acontece dentro de associações criminosas, onde a atracção pelo dinheiro permite que tudo aconteça para a obtenção de sucessivos lucros.

O esquema começa nas vendas de casas por um determinado grupo ligado ao PPHS "Programa Populacional de Habitação Social", que vende as casas através de intermediários, num valor que varia de 3 a 6 milhões de kwanzas. Posteriormente surge um outro grupo, igualmente ligado ao PPHS, a reivindicar as casas. Consequentemente estes apoderam-se das casas e revendem-nas a outros indivíduos, que voltarão a ser burlados, e assim sucessivamente. E o pior é quando o dinheiro da venda não é repartido equitativamente a todos os integrantes da quadrilha.

Um dos exemplos é o caso que se deu com uma família Angolana numerosa, com um agregado familiar vastíssimo, que vendeu a sua habitação no Município do Cazenga, caindo no engodo destes bandidos e usurpadores de habitações. Tio Santos, como é conhecido, pagou duas casas geminadas no Zango 3, no valor de 6 milhões de kwanzas, através de intermediário ligado ao PPHS com Termo de Entrega de Habitação que lhe foi passado em nome de sua esposa, Maria Menezes. Após ter feito modificações nas habitações, levantamento do muro, loiças da casa de banho, janelas em alumínio, mosaico, plantação de flores, etc., surgiram na sua residência indivíduos ligados ao PPHS, dizendo que a referida habitação teria sido atribuída a uma outra pessoa, que até ao momento ainda não deu a cara, continuando a casa vazia com um indivíduo a prestar serviço de segurança.

Este golpe já conhecido é perpetrado pelos próprios funcionários do Programa em conluio com outros indivíduos, representantes de organismos do Estado Angolano, polícias e militares, apoderando-se das casas, para posteriormente revendê-las a outras famílias, que inocentemente cairão noutro golpe, acabando por ficar sem o dinheiro.

O Jornal A REPÚBLICA tentou por várias vezes contactar o Director do Programa Populacional de Habitação Social, Marcos Pinho, que sempre se mostrou indisponível, ora alegando questões de

horário, ora atribuindo a responsabilidade ao Governo Provincial de Luanda, e depois, ao Gabinete de Comunicação e Imagem do Governo Provincial, que nunca se propôs definitivamente a concertar a ocasião para possível entrevista, para o devido esclarecimento.

7.4 Populares acusam grupo gema de usurpar terras

Jornal Manchete

2 De Outubro de 2015

Texto: Moreira Mário

A apropriação de terras, supostamente por indivíduos devidamente posicionados na sociedade, não é nova em Angola. Esses actos são sempre acompanhados com relatos de privações, agressões físicas, ameaças de morte e destruição de bens.

Entre vários casos encontramos o dos moradores da zona Panguila Velho, na comuna do Panguila, nos arredores de Kifangondo junto a estrada principal Luanda/Bengo. Os mesmos acusam o Grupo Gema de apropriar-se das suas terras, onde residem e a praticam a agricultura há décadas.

Segundo contaram ao Manchete, tudo começou em 2007, depois de um dos proprietários da empresa Grupo Gema, ter adquirido uma parcela de terreno de aproximadamente 200 metros quadrados a uma das moradoras. Antes conheceram o presumível comprador pelo nome Simão Paulo, o que levou-lhes a pensar que se tratava do ex-governador de Luanda.

Só algum tempo depois ficaram a saber que afinal não se chamava Simão Paulo, mas sim, Francisco Simão Júnior que, além de empresário, é General das Forças Armadas Angola- nas (FAA).

Maria Agostinho contou que o terreno em causa foi deixado pelos seus avós, onde viviam desde o tempo colonial e praticavam também a agricultura. A sua mãe como herdeira, decidiu vender uma parcela a uma mulher identificada apenas por Irlanda. Mais tarde soube que o interessado pelo espaço era o esposo da mesma, o empresário do Grupo Gema.

Enganados

Além do espaço que havia adquirido, de acordo com as nossas fontes, o empresário terá ficado com mais alguns metros de uma outra parcela, onde os populares pretendiam construir um centro de saúde e

um comité. "Ele ludibriou-nos com o argumento de que iria construir as infra-estruturas. Mas estamos a ver que o imóvel nada tem a ver com um centro de saúde ou um comité", explicaram.

Sem aviso prévio, senhor Simão, como lhe chamam, tomou parte da zona com vedações e colocou placas de avisos proibindo a execução de qualquer tipo de obra, alegando que será requalificada pelo Governo. Proibiu igualmente os populares de pescar ou acarretar água no rio e de cultivarem nas suas terras.

Preocupados com esta situação, os populares fizeram uma queixa por escrito ao governador do Bengo e a Administração Municipal do Dande, liderados por João Bernardo Miranda e João Castelo Branco, respectivamente, no sentido de intervirem no caso, mas ambos não deram qualquer segmento.

Prado Migue1, soba do bairro Panguila Velho, declarou a este jornal que as famílias estão, neste momento, desesperadas e a passar por uma situação extremamente difícil, por serem proibidas de cultivar nas suas terras.

"Pedimos explicações ao governador João Miranda, a fim de sabermos quem autorizou o senhor Simão a ocupar as terras dos camponeses, mas o governador disse desconhecer o assunto.

Temos a informação de que o senhor Simão e a sua empresa agora querem ocupar o bairro completo - até proibiu as pessoas dos seus afazeres - dizendo que é o dono desta zona", lamentou o ancião.

O morador Manuel Rocha diz não ter dúvidas, que estão a ser vítima de "esbulho" por parte de um indivíduo que usa das suas influências para prejudicar pacatos cidadãos. "Os moradores chegaram a pensar que foi o soba quem o autorizou a ocupar o bairro, afinal nem se quer lhe consultou", disse, considerando falta de respeito à aquela entidade tradicional.

Acusou-lhes de pertencerem à UNITA

Ante as divergências, segundo os interlocutores, senhor Simão chegou a acusar-lhes de pertencerem à UNITA.

"Disse que nós andamos aqui a construir casebres somos da UNITA", denunciaram, reprovando a atitude deste Oficial Superior das F AA.

José Domingos, residente no bairro Panguila Velho desde 1985, disse que têm recebido fortes ameaças por parte do mesmo, pelo que pediu às autoridades do Bengo para porem cobro a esta situação. "Nós também fomos militar que combatemos para o bem

deste país, infelizmente, hoje muitos acham que só eles têm direito à dignidade", reclamou.

Para Fernando Miguel, outro morador, a expropriação de terra pelo Estado deve seguir alguns pressupostos legais. Em seu entender, o senhor Simão e seu Grupo Gema, talvez nem se quer mantiveram contacto com o governo do Bengo, para ficarem com as terras dos cidadãos.

"É preciso que haja respeito, por isso existem direitos e deveres. O que se passa aqui é abuso de poder o que está a criar uma certa tristeza e descontentamento à população, porque não se está a respeitar os seus direitos como cidadãos", referiu.

A anciã Joana Felipe Fernando, que também encontra-se a residir no mesmo bairro, desde o tempo colonial, lembra que montavam paus que cobriam com sacos de serapilheira para fazer de cabana. Na altura encontrou apenas um quarto erguido naquela zona, onde vivia o antigo coordenador do bairro, senhor Cândido, já falecido. "Estamos aqui há muitos anos, todo o período de guerra passou-nos aqui e nunca passou-nos pela cabeça que um dia havia de aparecer alguém a intitular-se dono desta zona. Onde andou o senhor Simão esse tempo todo ", questionou a anciã, por sinal a mais velha do bairro.

A mesma não conseguiu conter as lágrimas e diz temer pelo seu futuro uma vez que não tem quem a pode amparar. Teve dois filhos que, segundo ela, já não fazem parte do mundo dos vivos. Um era agente da polícia e outro, o mais velho, foi para tropa e nunca mais voltou. "O senhor Simão diz que todos moradores serão desalojados sem serem indemnizados, isso é injusto", disse visivelmente abalada.

7.5 Lotes de terrenos são recuperados pela administração

Jornal de Angola

7 De Outubro de 2015

A Administração Municipal de Ambaca, na província do Cuanza Norte, deu início este mês a um processo de desapropriação dos terrenos concedido a cidadãos para a autoconstrução dirigida, por estes incumprirem os prazos estabelecidos, disse ontem o responsável da secção de Urbanismo e Ordenamento do Território.

Adelino João Seca avançou que os terrenos foram distribuídos o ano passado, mas, até agora, os beneficiários não mostraram interesse em construir. "A recuperação dos terrenos deve-se ao facto de a situação estar a criar grandes embaraços ao processo de construção ordenada da urbe".

As parcelas fazem parte de 140 'talhões preparados num espaço de três hectares, para a construção de residências e de infra-estruturas comerciais, informou Adelino João Beca, que esclareceu que as zonas loteadas têm capim, facto que está a ofuscar a imagem da vila. "Por esta razão, os actuais beneficiários vão perder os espaços, para que os terrenos sejam entregues a pessoas com vontade de construir".

A zona loteada tem um modelo para a construção e todos os que receberam os lote aceitaram as pré-condições, disse o responsável da secção de Urbanismo e Ordenamento do Território, que prosseguiu: "Os beneficiários devem construir de acordo com o estipulado, pois os lotes estão numa zona de referência da vila de Camabatela".

7.6 Antigo Roque parado

Jornal República

09 De Outubro de 2015

Passados alguns anos desde a extinção do mercado 'Roque Santeiro', considerado o maior de África, o espaço continua subaproveitado. A ideia era transformá-lo numa cidade moderna, no prazo de 24 meses, mas, até agora, os terrenos continuam baldios e servem apenas para os miúdos jogarem futebol. Em Junho de 2011, o presidente da República, José Eduardo dos Santos, lançou a primeira pedra, num acto que serviu também para celebração de contratos entre o Ministério do Urbanismo e Construção e três construtoras. As obras não arrancaram e por ISSO, nos fins-de-semana, os jovens aproveitam para jogar futebol. À noite, há relatos diários de crimes.

7.7 Camponeses acusam das FAA de ocupação e destruição das lavras

Jornal Terra Angolana

09 De Outubro de 2015

João David, responsável pela única igreja de chapas aí existente, é um dos primeiros moradores do bairro

Chimuto, e diz ser preocupantes os últimos acontecimentos protagonizado pelo oficial naquela zona.

"A maior parte do povo que aqui vive é camponês. Desde que aqui estou a viver, há mais ou menos sete anos, nunca vi por aqui nenhum boi". Mas, continuou, "nas últimas semanas está a aparecer muitos e estão a destruir às lavras. O que mais nos espanta é que justamente depois de uma semana da aparição dos bois, apareceu um grupo de militares fortemente armados transportados por uma carrinha Hilux, com vidros fumados a avisar que a zona era de seu controle e que, brevemente teríamos uma visita, porque segundo eles o terreno é pertença de generais", disse.

"O que fizemos depois da retirada dos militares, foi deslocarmo-nos a administração do bairro para pontualizar a situação ao responsável, que garantiu-nos que os militares queriam apenas um espaço, mas a verdade é que a ameaça continua, porque volta e meia surgem homens armados e começam a fazer fotos nos terrenos e nas pessoas", alertou.

Outro entrevistado, é um agricultor Orlando da Silva que foi a pessoa com quem os militares falaram na última semana do mês de Junho. O camponês associa os tropas que têm aparecido no bairro a supostos guardas da suposta fazenda do oficial que está a poucos metros do bairro Chimuto.

"Isto está a nos preocupar porque o senhor Matadidi já recebeu lavras em outros locais e são os antigos proprietários das mesmas que nos estão a alertar, porque ele tem muitos bois e não tem mais espaço para os colocar", denunciou.

"Queremos conhecer de onde vem a tropa com carros civis, vidros fumados. Já ontem o meu vizinho conseguiu comprar blocos, mas quando veio com o carro para descarregar o senhor Matadidi estava presente e impediu o descarregamento. Queremos saber se aqui é área militar ou área do povo, queremos que a administração municipal venha até aqui esclarecer ao povo, porque aqui ninguém é estrangeiro, e se não é para o povo, é para os bois?", questionou.

"Ao invés de ser a administração comunal a ter com a população, é apenas um militar que quer tirar o povo das suas terras. Nós pertencemos ao Bengo, sobrevivemos dos produtos do campo que os bois dele têm estragado todos os dias", lamentou.

"São muitos bois, vêm aqui todos os dias e estragam tudo. A minha casa é de chapa. Ultimamente aqui

tem vindo muita gente para roubar as coisas do povo. Eu não sei se fico atento com a lavra que está a ser destruída pelos bois ou se fico em casa para não entrar ladrão", disse um ancião, visivelmente agastado.

"Pelo que sabemos o general não vive nesta zona, vive em Luanda, vem apenas cuidar do pasto e nos intimidar.

Estamos a ficar revoltados porque se ele diz que o espaço é dele, devia vir com documentos, porque ele já ocupou uma boa parte da zona onde colocou os bois dele, agora, se os animais estão a crescer ele deve procurar um outro espaço que está a venda ou então levar os bois para outro quintal, porque o que não pode fazer é receber às lavras dos agricultores", aconselhou.

No local, a equipa de reportagem do Terra Angolana não encontrou nenhum boi a pastar na zona do Chimuto mas, no interior da suposta quinta do oficial, dezenas de bois eram guardados por vários elementos com trajes militares.

7.8 Camponeses exigem indemnização avaliado em mais de 50 mil dólares

Jornal Terra Angolana
9 De Outubro de 2015
Texto: António Ganga

A devastação ocorreu no passado dia 10 de Setembro e até ao momento não obtiveram qualquer esclarecimento por parte dos acusados.

A acusação vem do cidadão Pedro Gomes que alega ser o legítimo proprietário do referido terreno localizado no bairro Cambamba-2 arredores da urbanização Nova Vida, distrito do Kilamba Kiayi, na província de Luanda.

O lesado afirma que, há mais de 40 anos que paga todos os emolumentos ao Estado, onde, de lá para cá, camponeses provenientes do interior do país habitam e desenvolvem no local actividades agrícolas como fonte de sobrevivência e fornecimento de hortaliças para mercados periféricos da capital do país.

Ainda de acordo com a mesma fonte, os camponeses foram surpreendidos na manhã do dia 10, por uma equipa de fiscalização do município de Belas,

escortados por agentes da Polícia Nacional com a presença do Administrador local Filipe Espanhol, que, por sua vez terá esclarecido ao cidadão Pedro Gomes, que estava a cumprir uma ordem do Presidente do Conselho de Administração (PCA) da Imogestin, Sociedade Anónima, Rui Cruz, enquanto empresa responsável pela gestão das centralidades e novas urbanizações e de vendas públicas, em todo território nacional.

Pedro Gomes afirma reiteradamente terem sido devastados hortícolas como, couves, barateiras, gimboas e outras plantações cultivadas durante dois meses que estavam prontas para serem vendidas. O lesado avança que, tractores caterpilares operados por cidadãos de nacionalidade asiática, não pouparam as casas dos camponeses com bens pessoais no seu interior, assim como a destruição total da vedação de toda quinta que tinham sido construídas de chapas de zinco.

A mesma fonte que vimos citando queixa-se de perseguição por parte da Imogestin, porque, segundo conta, esta é a segunda vez que a empresa em causa destrói a sua quinta sem indemnização, caso já entregue aos advogados.

"A primeira vez que foi devastada toda a minha plantação, já lá vão mais de cinco anos, na qual o PCA da Imogestin Rui Cruz, veio até a minha casa e assinou um documento na qual se comprometiam em pagar uma indemnização pelos 10 hectares de um total de 29 que eles se apropriaram, mas até hoje não existe nenhuma solução", clamou Pedro Gomes.

O grito dos camponeses

Os camponeses desesperados pela situação que perdura há mais de um mês dizem terem constituído um advogado para verem as perdas restituídas, mas, até então ainda estão sem resposta. Os homens da "enchada" dizem que para além das lavras destruídas os fiscais também levaram consigo outros bens, como motorizadas, motores de irrigação, equipamentos de combate as pragas e telemóveis dos trabalhadores.

Os lesados apelam a administração de Belas e a Imogestin para a rápida resolução do problemas, ao mesmo tempo que lamentam, por outro lado, pelo facto de não terem sido notificados no sentido de retirarem os seus bens.

Albertina Florentino, vive a 12 anos daquilo que tira da terra. Sustenta a sua família dos produtos oriundos daquele campo, segundo ela, com a destruição da sua horta sem aviso prévio a sua vida voltou a "estaca

zero", ainda mais sem qualquer indemnização por parte de quem de direito.

"Partiram a minha casa com os bens lá dentro, levaram-me sete motobombas e quatro pulverizadores. Toda a minha família depende daqui, estamos a formar os filhos que vão servir este país com o dinheiro das couves, será que os governantes não sabem que deste campo dependem muitas famílias que vêm cá buscar verduras para revender em outros mercados?", retorquiu. Luzia Ngumbe desbrava a terra naquele local há 10 anos. No seu espaço a camponesa cultivava couves, repolhos, cebolas, batata rena e outras hortaliças. Para ela a medida da administração de Belas foi das mais erradas que podiam ter, pois, segundo esta destruíram a vida de centenas de família que tiravam daquele local o seu sustento de todos os dias. O choque foi maior, primeiro, por não ter estado em Luanda no acto da destruição, o que fez com que perdesse todos os seus bens que deixara com os trabalhadores na sua lavra, onde a produção estava em fase de colheitas.

"O administrador pelo menos devias nos avisar para podemos retirar tudo que já estava pronto para ser vendido, gastamos muito dinheiro na compra de sementeira e produto fertilizante. Ainda por cima a fiscalização levou três motobomba, três máquinas de pulverizar inseticida e uma motorizada nova", lamentou dona Luzia.

Pedro do Nascimento desenvolve a sua actividade como agricultor há sete anos, fruto da experiência que adquiriu durante uma formação profissional em Agronomia que teve na Funda pelo Centro de Formação Profissional do MAPTSS. O jovem conta que efectivos da Polícia Nacional e da fiscalização 'chegaram por volta das 7 horas, com ameaças de armas de fogo, ninguém teve o poder de reacção, ao ver as suas plantações e casas a serem destruídas sem poder retirar nada.

"Destruíram todas casas e hortas sem piedade de quem tem este sitio como única fonte de sobrevivência, o pior é que não nos tinham antecipado. Levaram todo o meu material de trabalho, assim como dos meus vizinhos, para além do dinheiro que tinha dentro de casa", disse o profissional em agronomia.

Baptista Galileu, está há três anos no cultivo de couves e batateiras, diz que lhe foi retirado o telemóvel a força pelos agentes da polícia quando tentava fazer fotografia do que se estava a passar.

"Gastamos todo o dinheiro que tínhamos no cultivo que é o nosso dia-a-dia. Foi destruído por agentes de um governo que deveria proteger o povo, mas que no

acaba por demonstrar que não tem piedade pelos pobres que dependem do campo, quando é o próprio governo, que defende a agricultura como prioridade de uma economia sustentável. Como vamos sobreviver desta forma quando inclusive nos levam o nosso material de trabalho", perguntou.

Com aproximadamente 70 anos de idade sem saber fazer outra coisa na vida, pois desde muito cedo que aprendeu a trabalhar no campo, Josefina Mita, dependia daquele espaço para não deixar as panelas vazias em sua casa. Mãe de 15 filhos, com mais de vinte netos, a idosa pede socorro há quem de direito dizendo que nunca foi tão maltratada em toda a sua vida. "Nem mesmo com o colono", grita de desespero.

"Pisaram tudo sem deixar nada os meus filhos e netos vão deixar de estudar, porque já não tenho dinheiro para recomeçar outra lavra", disse.

A equipa deste jornal procurou ouvir as outras partes envolvidas no processo, nomeadamente a administração de Belas, e a Imogestim. De acordo com o Director do Gabinete de Comunicação e Imagem da administração de Belas, Neto Dala Segunda, apenas io administrador tem competência para falar à imprensa, mas para nossa infelicidade Filipe Espanhol encontra-se no exterior do país, segundo as informações que colhemos no local.

Ao passo que para Imogestim Sociedade Anónima, de fonte próxima ao Gabinete de Comunicação e Imagem, este assunto transcende aquele gabinete que tem apenas a responsabilidade de fazer a gestão das centralidades e das novas urbanizações, e não tem aval para tratar assuntos do género.

7.9 Chefe de Estado destaca Plano Metropolitano

Jornal de Angola

09 De Outubro de 2015

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, considerou ontem de "grande profundidade" o projecto ligado ao Plano Director Geral Metropolitano de Luanda, apresentado pelos responsáveis da Urbinveste Promoção e Projectos Imobiliários, S.A, empresa responsável pela sua elaboração.

O Presidente José Eduardo dos Santos referiu-se em breves palavras na abertura de uma reunião do

Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda, no Palácio da Cidade Alta, ao Plano Director Geral Metropolitano de Luanda como um instrumento importante para conduzir todas as acções necessárias ao desenvolvimento da província de Luanda.

"Aqui estamos todos juntos para estudar questões relacionadas com o Plano Director da província de Luanda, e depois de um longo período de estudo e discussão sobre as soluções para modernizar e desenvolver a capital, eis que a Urbinveste, empresa contratada, nos apresenta então uma proposta de plano director que reuniu consenso de todos os intervenientes", disse.

O Presidente da República frisou que a versão do documento ontem apresentada resultou de três reuniões ligadas ao projecto. Foi igualmente apresentado um documento do Ministério do Urbanismo e Habitação do Plano Director dos distritos do Cazenga, Sambizanga e Rangel.

Fim das ocupações ilegais

O governador provincial de Luanda, Graciano Domingos, defendeu o fim da ocupação ilegal de terrenos, por impedir o desenvolvimento urbanístico harmonioso da província.

Em declarações à imprensa após a reunião do Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda, o responsável afirmou que "o território não deve ser ocupado de forma anárquica' deve sim ser distribuído em termos de actividades".

O governador provincial assinalou que o território tem de ter áreas para agricultura, indústria, comércio, habitação, lazer e para a construção de infra-estruturas. Graciano Domingos explicou que o Plano dá uma visão integrada da ocupação do território para que as vocações ocupacionais não colidam umas com as outras, além de apontar o sentido do crescimento da província até 2030.

Graciano Domingos salientou a importância de o Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda ter apreciado em definitivo o Plano Director Geral Metropolitano, o que vai permitir que nos próximos tempos sejam dados passos no sentido da sua aprovação definitiva.

O governador provincial disse que após a aprovação definitiva vai ser então criada a entidade que vai cuidar da sua implementação e da elaboração dos pormenores tendentes à sua execução, de acordo com as directrizes. Mesmo não tendo sido formalmente aprovado, disse o governador provincial, algumas recomendações contidas no Plano Metropolitano da cidade capital têm sido

aplicadas, e citou como exemplos as vias rápidas para os transportes colectivos actualmente em construção, a execução do plano director de saneamento, bem como a requalificação de determinadas zonas de Luanda. Um comunicado da Casa Civil do Presidente da República indica que o Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda aprovou o Plano Director Geral da Província de Luanda, que considera um instrumento fundamental para o ordenamento do território e do planeamento urbano e uma resposta de forma integrada às necessidades de gestão urbana, visando conferir em particular à cidade de Luanda condições de sustentabilidade ambiental, habitacional, de mobilidade e de crescimento social e económico.

Crescimento populacional

O Plano Director Geral Metropolitano, que tem por objectivo responder também às necessidades de crescimento populacional da província de Luanda, prevê a reabilitação dos espaços verdes a fim de reduzir os riscos de inundação e epidemias, a delimitação e valorização dos espaços agrícolas, a optimização do uso do solo urbano, a criação de uma rede integrada de transportes públicos e de um sistema de estradas funcional e eficiente.

Com duração de execução de 15 anos, o documento estabelece como princípio preservar o ambiente natural e o património cultural da província, assim como o seu carácter urbano e a sua identidade. Na reunião de ontem, o Conselho de Coordenação Estratégica da Província de Luanda tomou conhecimento do relatório semestral das actividades realizadas pela Unidade Técnica de Gestão e Saneamento de Luanda e aprovou o seu projecto de macro-drenagem do Kilamba.

Do conjunto de actividades realizadas pelo Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda destacam-se as obras de construção de macro-drenagem do Suroca, Cazenga Cariango e das redes separativas dos bairros Popular e Terra Nova, limpeza e manutenção das redes de colectores públicos e valas de drenagem, e a construção de quatro pontes metálicas para assegurar a circulação ao longo dos eixos dos diferentes sistemas de drenagem.

Mobilidade e ambiente

A engenheira Isabel dos Santos, da Urbinveste, disse que o Plano Director Geral Metropolitano de Luanda é um trabalho que decorre há 18 meses e envolve cinco disciplinas: uso dos solos, a gestão social (creches, escolas e outras), transportes e mobilidade, rede ferroviária, estradas e meio ambiente.

Isabel dos Santos referiu que, para a implementação do projecto, a Urbinveste, empresa responsável pela elaboração do Plano Director Geral de Luanda, fez várias reuniões, consultou mais de 20 mil documentos e teve contactos com vários membros da sociedade civil, tendo destas mesmas consultas resultado ideias num projecto mútuo.

Para a consultora da Urbinveste, Luanda é hoje uma cidade grande que conta com 520 mil hectares, dos quais só 17 por cento são urbanos. Em termos de população, conta com 6,5 milhões de habitantes, de que a maior parte reside em bairros não estruturados, ou seja, que precisam de receber uma malha urbana como estradas, electricidade, água e rede de esgotos. "O nosso trabalho foi de olhar para estes dados, ver o seu potencial e ver como poderiam ser requalificados e transformar zonas existentes em áreas novas mais modernas, com serviços, zonas verdes, dentre outras, e que dentro destes estudos haverá oportunidade para todos aqueles que querem construir, participar e investir" , frisou a representante da Urbinveste.

Isabel dos Santos salientou que os habitantes residentes de Luanda e os que migram para a capital a fim de trabalhar são sem dúvida os beneficiários do Plano. "Sobretudo, todos nós temos um papel neste projecto porque ele não será feito por outras pessoas", sublinhou na ocasião, tendo dado a conhecer que o Plano Director Geral Metropolitano da capital vai ser apresentado oficialmente ao público em Dezembro.

Sobre a requalificação dos bairros Popular e Terra Nova, no quadro deste projecto, o director técnico de Gestão e Saneamento de Luanda, engenheiro Manuel Van-Dúnem, que também falou à imprensa no final da reunião de ontem, precisou que estas zonas beneficiam já de água, energia, valas de drenagem, asfalto nas vias terciárias e outros serviços.

O Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda, numa reunião em Março igualmente chefiada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, tomou também conhecimento do relatório do Gabinete Técnico de Coordenação e

Acompanhamento dos Projectos da Cidade de Luanda, referente ao período de Setembro a Dezembro do ano passado.

7.10 Desempenhado da Vila do Cuacra “esquecidos” pela fábrica de cimento Yeto

Jornal O PAÍS

9 De Outubro de 2015

Texto: Romão Brandão

Localizada à aproximadamente 30km da cidade do Sumbe, a conhecida Vila do Cuacra dá cor a antiga comuna com o mesmo nome e alberga pelo menos 450 famílias. A iniciativa de construção da Vila vem da Fábrica de Cimento do Kwanza Sul, que aparecera no ano 2008 com a proposta de desalojar a população que habitava na zona projectada para dar curso à exploração de matéria-prima.

Pelo que aferimos não ocorreu qualquer problema com o realojamento e todas as famílias tiveram direito a uma residência condigna. Apesar de se constatar uma certa dificuldade de adaptação, na altura, uma vez que a população é maioritariamente camponesa, actualmente as construções definitivas da Vila do Cuacra apresentam bom estado de conservação.

Mais do que viver numa Vila e ter uma boa casa, os populares do Cuacra estão preocupados com a garantia de sustento às famílias, uma vez que esperam por alguma "luz verde" da fábrica, tal como lhes havia sido prometido. Vários concursos de emprego foram realizados e os que são admitidos para trabalhar na fábrica vêm da cidade sede (Sumbe), quando os da supracitada Vila permanecem no desemprego, contam.

Dizer que os mesmos não estão capacitados, segundo João Papagaio, de 43 anos, secretário do Soba da Vila, não corresponde a verdade porque a maior parte dos moradores do Cuacra participou, inclusivamente, no processo de construção da fábrica de cimento "Yetu", Recorde-se que a construção da fábrica começou em 2008 e teve o seu término cinco anos depois.

"O primeiro PCA da fábrica nos tinha garantido que os pulares que ajudaram a erguer a fábrica permaneceriam a trabalhar na mesma. Nós fizemos 5 anos a ganhar mal, não nos preocupávamos porque tínhamos esperança no emprego garantido.

Mudaram de PCA e até ao momento só temos presenciado injustiças", reforçou.

As injustiças a que se refere acontecem principalmente nos concursos de emprego realizados na fábrica, onde os moradores do Cuacra chegam a ser chamados para a entrevista, mas são escolhidos indivíduos que vêm de outros pontos do país. Poucos moradores da vila trabalham na fábrica e, segundo o entrevistado, os responsáveis da fábrica têm passado a informação de que a maior parte dos empregados são provenientes daquela comunidade.

Já planearam manifestação

De tanto desacreditarem na possibilidade de tão cedo serem empregados da fábrica, e porque não aguentavam ficar sem fazer nada, alguns dos jovens da Vila do Cuacra planeavam uma manifestação. Quando os dirigentes da fábrica tomaram conhecimento daquela informação "reuniram com os responsáveis da comunidade de modo a travar a reivindicação".

Da reunião, que para muitos apenas veio diminuir a credibilidade que aquele povo depositava nos seus representantes, surtiu a conclusão de se juntar os documentos de todos os desempregados e posteriormente serem entregues aos responsáveis da fábrica. Até ao momento, a fábrica não procedeu a recepção do 'grosso de documentos'.

Quanto ao facto de terem dado as casas, João Papagaio disse que "a fábrica não fez favor a ninguém, partiram casas e deram-nos casas melhores. O grande problema é que antes nós conseguíamos virar-se com o cultivo ou a criação de alguma coisa e, hoje, já na Vila não dá para fazer isso". Por outro lado, aponta que em termos de exploração a fábrica vedou uma extensão maior, tendo afectado a área de cultivo da população.

"Só cinco trabalham na fábrica"

Dos poucos jovens que trabalham na fábrica, tivemos a oportunidade de conversar com um, de quem, evidentemente, não vamos citar o nome. Ele adiantou que entrou na fábrica por via de um concurso de emprego e já tinha a ideia de que "os natos seriam periodizados na questão da empregabilidade", mas não tem visto isso.

Confirmou que existe muita gente a trabalhar naquela fábrica que vem de fora, principalmente do Huambo e Bié, sendo que o total de funcionários provenientes da Vila do Cuacra, corresponde a cinco.

"Não sei a razão de tal exclusão. Há muito trabalho na fábrica e os populares do Cuacra já mostraram que

sabem fazer, a partir do momento em que participaram na construção da mesma. O trabalho de estiva, por exemplo, ou de limpeza, podia ser um jovem do Cuacra a fazer, mas até para isso contratam pessoas de fora. Por isso é que este bairro pequeno já tem muita criminalidade", lamentou.

Sem saber explicar a razão da paralisação dos trabalhos, já que não recebeu informações a respeito, o nosso entrevistado confirmou que desde o mês de Agosto do corrente ano que a fábrica está parada. "Houve realmente uma mudança de presidente do Conselho de Administração' agora quem dirige é uma senhora e desde a sua entrada só trabalhamos dois meses".

7.11 Camponeses achincalhados e espancados

Jornal O Crime

10 De Outubro de 2015

Os populares que se sentem lesados dizem que são detentores de um prédio rústico, numa área total 23,1 hectares, situado na localidade do Kikuxi, em Viana, onde os seus ascendentes praticavam a agricultura. A área servia também para fins habitacionais.

Visivelmente revoltados, os camponeses referem que, enquanto as terras estiveram somente ao serviço da agricultura, ninguém os perturbava. Hoje, com muitos interesses imobiliários na ordem do dia, preferencialmente na região sul de Luanda, têm surgido vários grupos, bem estruturados e organizados, que recorrem a todos os meios para atingir os seus fins. "Recorrem a pessoas e instituições, conseguindo, assim, desapossar os camponeses do bem mais precioso que possuem", denunciam as fontes deste jornal.

Os pequenos produtores viram partir o sossego com a chegada de elementos armados da empresa A.OS SECURITY Às vezes, segundo contam, apresentavam-se como funcionários da empresa PRAXIS, representada por António Martins da Conceição, mais conhecido por Tony, que diz ser o director operativo. Apresenta-se, na verdade, como representante do vice-presidente da República, Manuel Vicente.

Sabe-se que o propósito inicial implicava negociações, mas não se chegou a acordo nenhum, uma vez que os camponeses consideravam que a proposta estava muito aquém do valor do espaço.

Fazendo jus ao estatuto de "poderosos", elementos da A.O.S SECURITY, fortemente armados e sempre liderados por Tony, deram início, em Março deste ano, a um processo de destruição de residências das famílias dos camponeses, chegando a arrancar as suas plantações. Ao redor do prédio, foi colocado um grupo de seguranças a controlar a zona, visando impedir que os proprietários voltassem ao local.

Daniel Manuel Kasabi é um dos cidadãos que se rebelaram face à ocupação ilegal das terras. Teve consequências, à semelhança de outros companheiros, sendo a mais dolorosa o ferimento que sofreu num dos olhos.

Os lesados apresentaram uma queixa-crime nos Serviços de Investigação Criminal que, até a presente data, ainda não teve evolução. Há relatos que apontam para o assassinio, à facada, do cidadão Baptista Pedro, que foi morto em Março de 2014.

De acordo com informações disponíveis, a organização dirigida por António Martins da Conceição é useira e vezeira de uma prática que vem sendo muito contestada.

Ele gaba-se de estar ao serviço de Manuel Vicente. Os camponeses e suas famílias perderam as suas moradias e a sua fonte de rendimentos.

O envolvimento do vice-presidente

Já se sabe, como atesta a peça principal, que os camponeses, algo destemidos, procuraram resistir à investida dos elementos afectos à empresa de segurança A.O.S SECURITY

Manuel Vicente recorreu ao comandante da Região Militar de Luanda, o tenente-general Simão Carlitos "Wala", que disponibilizou mais de 20 homens, ainda hoje confinados naquelas terras, como militares que cumprem uma missão de Estado.

À frente da operação esteve o coronel Guina Mão, que viria a ser substituído por Ndogua e Charles, que confirmaram aos camponeses que a presença daquele batalhão naquele espaço resulta de uma orientação de Manuel Vicente.

Em desobediência a uma ordem dos militares, Filomeno Moisés tentou passar pelas redondezas, a 8 de Agosto, e foi detido durante doze dias.

Nessa altura, "Wala" chegou a falar com os populares revoltados. "

Mas o pior estava a chegar. Também por desobediência, já a 19 de Setembro, Alberto Kazambi

foi detido e posto num tanque de água, de cabeça para fora, tendo sido solto algum tempo depois.

Os populares imploram ao Presidente da República, José Eduardo dos Santos, no sentido de chamar à razão do seu vice-presidente.

Este jornal tentou, por todos os meios, contactar o vice-presidente da República, Manuel Vicente, para passar a sua versão sobre os factos, mas em vão, porque não fomos bem-sucedidos.

7.12 Esposa de Capitão ameaça moradores

Jornal A Capital

10 De Outubro de 2015

Texto: Ernesto Felipe

Estamos no interior de um bairro que, de acordo com seus moradores, existe há cerca de seis anos. As casas são maioritariamente feitas de chapa de zinco. Ruas quase não existem, enfim, um bairro onde falta quase tudo.

O bairro Rainha Ginga não tem hospital nem já um Centro Médico, para não falarmos de escolas, ou serviços tais como electricidade e água. Aliás, não há nem mesmo Comissão de Moradores, já que de acordo com os habitantes, aguardam pela resposta da Administração da comuna do Panguilá sobre a proposta para a criação da mesma.

As únicas estruturas sociais com uma certa visibilidade são uma capela e um casebre que funciona como Comité de Acção do MPLA, ambos construídos totalmente de chapas de zinco.

Os alunos do primeiro nível percorrem mais de quatro quilómetros para estudarem. Para além da distância, enfrentam fortes nuvens de poeira durante o cacimbo e muita lama durante o tempo chuvoso.

As pessoas sobrevivem de pequenos negócios e as motorizadas são o principal meio de transporte que ligam os moradores ao resto da comuna ou do município.

Ainda assim, não é isso que os preocupa. O que lhes rouba o sono mesmo, tal como disseram ao A Capital, é o conflito que se instalou entre eles e a dona Arlete. A mesma cidadã, de acordo com os nossos entrevistados, ameaça desalojar os cerca de 360 habitantes deste bairro, valendo-se do facto de ser esposa de um capitão das FAA.

Miguel Avelino é morador do bairro ções ela era uma simples ocupante igual aos demais e dedicava-se à venda de pedras aos outros ocupantes que tivessem condições de construir casas de blocos.

Só que algum tempo depois, quando viu que as ocupações eram feitas de maneira arbitrária e sem legalização ou sem documentos que comprovassem a titularidade, ela aproveitou-se, e se auto-eleveu responsável dos moradores.

"Considerou-se coordenadora do bairro" em causa desde o ano 2009. De acordo com ele, as pessoas foram autorizadas a construir naquele terreno pela antiga governação da província do Bengo. Porém, admitiu que as ocupações do mesmo foram feitas de maneira arbitrária.

"Cada um vinha e ocupava", revelou, para dizer a seguir que maior parte dos moradores são pessoas, umas que viviam em casas de renda nos bairros das cercanias, outras que vieram das diferentes partes de Luanda.

Entretanto, de acordo com Avelino, a paz que desde sempre se viveu no pacato bairro, tem sido perturbada há seis meses, quando dona Arlete começou a proferir ameaças, alegando que viria destruir as casas e se os populares insistissem em morar no local, partiria para a queima dos casebres.

"Foi isso que ela disse de boca cheia", asseverou o cidadão para afirmar que uma parte do bairro já foi ocupada pela mesma senhora, tendo na mesma zona colocado uma equipa de seguranças prontos a disparar, caso alguém apareça para reclamar o terreno.

"Esta parte de cima já foi ocupada por ela e colocou lá guardas para ninguém aproximar-se", disse, apontando para a parte alta do bairro.

Quando perguntamos a Avelino de onde teria vindo esta senhora, adiantou que no início das ocupa e, por via disso, avançou o cidadão, passou a pedir documentos pessoais e mais um total de 65 mil kwanzas por cada terreno, alegando que seriam para legalizar os mesmos junto da Administração comunal.

O problema é que de lá para cá, nenhum dos que já deram esse dinheiro recebeu um documento que comprove que o terreno é sua propriedade.

"Quando os moradores esperavam algum esclarecimento por parte da mesma, ela aparece para exigir a retirada de todos do bairro", afirmou, ainda.

"Ela tem aparecido aqui, ora com carro da polícia sem matrícula, ora com carro das FAA acompanhada

de soldados que trajam farda igual a dos fuzileiros navais", revelou Mário Ventura, outro morador visivelmente assustado, acrescentando que a situação agravou-se há três meses.

"Está-nos a roubar o sono. Há três meses, ela parece uma leoa faminta", desabafou.

Segundo Mário Ventura, em finais de Agosto passado, dona Arlete, sob escolta de militares, foi ao terreno, desta vez para ameaçar o secretário do CAP do MPLA, por sair em defesa dos interesses dos moradores.

"Apontaram-lhe a arma no peito e rasgaram o chapéu que usava", contou.

7.13 Plano director trava ocupações ilegais

Jornal A Capital

10 De Outubro de 2015

O anúncio foi feito pelo Governador de Luanda Graciano Domingos, no final da reunião do Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda, tendo considerado que o território não deve ser ocupado de forma anárquica, deve sim ser distribuído em termos de actividades. Esclareceu que o território tem de ter áreas para agricultura, indústria, comércio, habitação, lazer e para a construção de infra-estruturas.

"O plano apresentado dá uma visão integrada da ocupação do território para que as vocações ocupacionais não colidam umas com as outras, além de apontar o sentido do crescimento da província até 2030", informou, sublinhando que a importância de o Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda ter apreciado em definitivo o Plano Director Geral Metropolitano, o que vai permitir que nos próximos tempos sejam dados passos no sentido da sua aprovação definitiva.

Agora, espera-se pela aprovação definitiva, para depois ser criada a entidade que vai cuidar da sua implementação e da elaboração dos pormenores tendentes à sua execução, de acordo com as directrizes. Por enquanto, e apesar de não ser formalmente homologado, Graciano Domingos garantiu à imprensa que algumas recomendações contidas no referido Plano' Metropolitano têm sido aplicadas, dando como exemplo, as vias rápidas para os transportes colectivos actualmente em construção, a execução do plano director de saneamento, bem

como a requalificação de determinadas zonas de Luanda.

O Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda aprovou o Plano Director Geral da Província de Luanda, que considera um instrumento fundamental para o ordenamento do território e do planeamento urbano e uma resposta de forma integrada às necessidades de gestão urbana, visando conferir em particular à cidade de Luanda condições de sustentabilidade ambiental, habitacional, de mobilidade e de crescimento social e económico.

Um plano profundo

O Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos destacou que a versão do documento resultou de três reuniões ligadas ao projecto e que foi igualmente apresentado um documento do Ministério do Urbanismo e Habitação do Plano Director dos distritos do Cazenga, Sambizanga e Rangel.

Referiu que o Plano Director Geral Metropolitano de Luanda é um "plano profundo" e considera-o como um instrumento importante para conduzir todas as acções necessárias ao desenvolvimento da província de Luanda. Para ele, está a fazer-se um estudo, em conjunto, de questões relacionadas ao Plano Director da província de Luanda, e depois de um longo período de estudo e discussão sobre as soluções para modernizar e desenvolver a capital, eis que a Urbinveste, empresa contratada, "nos apresenta então uma proposta de plano director que reuniu consenso de todos os intervenientes".

Na essência, o Plano Metropolitano de Luanda visa responder também às necessidades de crescimento populacional da província, prevê a reabilitação dos espaços verdes a fim de reduzir os riscos de inundação e epidemias, a delimitação e valorização dos espaços agrícolas, a optimização do uso do solo urbano, a criação de uma rede integrada de transportes públicos e de um sistema de estradas funcional e eficiente.

Todos esses programas serão implementados no prazo de 15 anos e estabelece como princípio preservar o ambiente natural e o património cultural da província, assim como o seu carácter urbano e a sua identidade.

No encontro foi aprovado o projecto de macro-drenagem do Kilamba e das actividades realizadas pelo Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda destacam-se as obras de construção de macro-drenagem do Suroca, Cazenga Cariango e das redes separativas dos bairros Popular e Terra Nova, limpeza e manutenção das redes de colectores

públicos e valas de drenagem, e a construção de quatro pontes metálicas para assegurar a circulação ao longo dos eixos dos diferentes sistemas de drenagem.

7.14 Administração faz distribuição de lotes de terra

Jornal de Angola

21 De Outubro de 2015

A Administração Municipal do Cuvango, na província da Huíla, já distribuiu durante este ano cerca de 50 lotes de terrenos à população, no quadro do programa de autoconstrução dirigida, disse ontem o administrador municipal.

Miguel Luís revelou que cada pessoa recebeu um espaço de mil metros quadrados, o que permite a construção de uma casa unifamiliar. "O processo de distribuição das parcelas de terra é contínuo, uma vez que se pretende impulsionar a construção orientada e a melhoria das condições de habitabilidade de, principalmente dos jovens".

O município do Cuvango, 350 quilómetros a leste da cidade do Lubango, tem uma população estimada em 75.800 habitantes.

7.15 Camponeses venceram litígio antes deste

Jornal Folha8

12 De Outubro de 2015

De acordo a um documento intitulado Relatório Final, produzido a 27 de Fevereiro de 2014, pela Administração Comunal da Camama e distribuído a diversos órgãos afectos ao Governo da Província de Luanda, as velhas camponesas, Luzia Sebastião e Maria João Gomes, já terão vencido mais de dois litígios do terreno, que agora disputam com André Panzo, director de gabinete do ministro das Relações Exteriores.

O Relatório Final, aborda também uma anterior disputa entre as camponesas e o senhor Marcelo António Kueia, que, alegava, igualmente, ser dono dos 29 mil e 070 metros quadrados.

"Depois de um estudo pormenorizado dos documentos apresentados pelas partes litigantes e as

informações das pessoas contactadas aquando das visitas de averiguações no local, somos a informar o seguinte: "A cópia da Declaração de exploração apresentada pelo senhor Marcelo António Kueia, não consta nos registos da Direcção Provincial do Desenvolvimento Rural e Pescas de Luanda", lê-se na linha 1, do Relatório.

Na linha a seguir diz, "as autoridades locais contactadas (Comissão de Moradores e o Soba local) confirmaram que o espaço tem vindo a ser explorado pelas senhoras Luzia Sebastião e Maria João Gomes, há muitos anos... a Direcção Provincial de Fiscalização e Inspecção do GPL confirma ter antecedentes do referido terreno em favor das senhoras Luzia Sebastião e Maria João Gomes", garante o documento governamental.

Agora resta esperar pelo desfecho final.

7.16 Governante em litígio com camponesas

Jornal Folha8

12 De Dezembro de 2015

Texto: António Zacarias

As idosas Maria João Gomes e Luzia Sebastião, ambas indígenas naturais do interior do Norte de Angola, indiciam o ilustre André Panzo, director de gabinete do ministro das Relações Exteriores, de esbulhar as suas lavras, sitas na zona do Santo António, bairro Bitá Sapú, município de Belas, em Luanda.

O entanto, de acordo com informações colhidas de uma fonte da 2ª Secção da Sala do Cível e Administrativo do Tribunal Provincial de Luanda, onde o dirigente supracitado foi constituído arguido no processo nº 04/14-D, este reivindica legitimidade na posse do terreno em causa, e alega (com documentos) pagar impostos industriais do mesmo, desde 2006.

Fazendo fé nas informações em nossa posse, as velhas Maria João Gomes e Luzia Sebastião, exerceram de modo público, pacífico e de "boa fé", actividades agrícolas naquela área de 29 mil e 070 metros quadrados (agora em litígio), há mais de 24 anos.

Face a dinâmica socio-económica da zona, as anciãs decidiram ceder, a título oneroso, cerca de 2 mil 500 metros quadrados, a um cidadão identificado por

Hélder Ribeiro, ficando as velhas ainda no comando de cerca de 26 mil e 570 metros quadrados, onde, como juram, tencionam construir um complexo comercial e ceder outra parte para construção de casas para os filhos, alguns deles, desempregados.

o entanto, quando menos esperavam, surge outro cidadão a reivindicar a titularidade do mesmo, sem nunca ter a posse, mas exibindo documentos de propriedade, vindo com isso complicar a situação. Agora o sonho de construção de um complexo ou deixar a terra como herança poderá não se realizar, caso a justiça, analise com parcialidade, saindo a favor do mais forte, no caso, o director do gabinete do ministro das Relações Exteriores, André Panzo, acusado de forjar documentos, ao ter surgido blindado com títulos que atestam ser ele o proprietário daquilo tudo.

Assim, nem o jovem Hélder Ribeiro, que lhe haviam cedido uma pequena parcela da terra, foi poupado, com esta investida do diplomata, que muitos apontam ser "testa do ministro, que é o verdadeiro interessado na aquisição do terreno dada a sua localização privilegiada".

Daí já terem colocado no terreno, antes mesmo de qualquer decisão do tribunal, dois contentores, um que serve de armazenamento de materiais de construção, outro de guarita da segurança. E, como confirmado pela nossa reportagem no local, técnicos pedreiros e carpinteiros erguem muros de blocos na zona.

Insatisfeitas, mesmo com poucos recursos, as velhas Maria e Luzia, respectivamente, fizeram "jogo de cintura apertando o estômago", e constituíram um advogado, que, rapidamente avançou com uma providência cautelar.

De acordo com os autos, que aguardam um despacho saneador do juiz, a requerente (entenda-se velha Luzia) além de alegar ser titular de um direito fundiário, invoca também ser a legítima possuidora da parcela de terreno em litígio, pois, "a posse é o poder que se manifesta quando alguém actua por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade ou de outro direito real..

Entende a doutrina subjectiva, sufragada pelos tribunais, serem requisitos da posse, o corpus e o animus, sendo que o corpus traduz-se na actuação de facto, pelo possuidor, correspondente ao exercício do direito e o animus na intenção de exercer, como seu titular, um direito real sobre a coisa (Crf. Pires de Lima e Antunes Varela, Código Civil Anotado, vol. III, p, 5, Coimbra Editora)".

Portanto, pese embora ter o Tribunal reconhecido a posse por parte das velhas e destas, também, terem pago impostos industriais ao Estado, relativamente o espaço litigado, não deixa de reconhecer o cadastro feito junto do Instituto do Planeamento e Gestão Urbana de Luanda, em nome de André Panzo, um dia antes do mesmo instituto o ter feito em nome das pobres camponesas. Restya agora saber como vai decorrer o desfecho final.

Advogado das camponesas contra-ataca

Face ao imbróglgio que se instalou, o F8 soube de fontes aturadas, que José Maria Rodrigues, advogado das pobres camponesas, recorreu com uma "Acção Especial de Restituição de posse, em Forma de Processo Sumário", onde defende com documentação anexa, serem as suas constituintes, proprietárias legítimas dos cerca de 29 mil e 070 metros quadrados da terra em litígio.

Este espaço está "devidamente cadastrado no Instituto de Planeamento e Gestão Urbana do Governo da Província de Luanda, e nele desenvolveram intensas actividades agrícolas, de que pagou tempestiva e periodicamente o devido imposto industrial ao Estado... a posse da autoria exerci da sobre o terreno ... foi sobeja e formalmente reconhecida por diversos organismos da Administração, neles incluídos a Comissão de bairro da Bita-Sapú, e o Departamento de Fiscalização das Operações Urbanísticas da Direcção Provincial de Fiscalização e Inspeção do Governo da Província de Luanda", lê-se na referida apelação.

Continuando, "a verdade é que o réu (André Panzo) nunca exerceu a posse do terreno em causa... o réu exibiu duas Declarações antagónicas de ocupação de terrenos aleatórios, com diferentes áreas datadas de 29 de Julho de 2005 e 14 de Julho de 2006".

O advogado das camponesas refere também, no referido "recurso", que André Panzo terá exibido um requerimento manuscrito datado de 30 de Março de 2006, dirigido ao Governo da Província de Luanda, a solicitar a autorização de concessão de terreno aleatório, com área de três hectares, sem assinatura e sem confirmação de sua entrada na secretaria naquela administração local.

"Portanto, o réu não ostenta título algum de direito fundiário adquirido sobre o terreno aqui em apreço", garantiu o advogado.

O F8 envidou esforços em contactar o visado das acusações, e não tivemos sucessos, mas uma fonte muito próxima e conhecedora do referido dossier, alegou não ter André Panzo, nada a dizer aos jornais,

porque o processo encontra-se no Tribunal, cabendo a este órgão de justiça decidir sobre o litígio.

JOSÉ MARIA RODRIGUES
DOUTORANDO EM DIREITO (FASE DE FEITURA E DEFESA DE TESE)
MESTRE DOUTOR EM CIÊNCIAS
JURÍDICO-EMPRESARIAIS
ADVOGADO/ LAWYER
CÉDULA PROFISSIONAL N.º 307
CONTRIBUINTE N.º 2401210067
TELEMÓVEL N.º 939.328.147
E-MAIL: josemariarodrigues50@hotmail.com
RUA RAINHA GINGA, N.º 150, 2.º ANDAR
LUANDA

T.P.L.-DIST. GERAL
RECEBI
1 0 DEZ 2014
Ass: *[Assinatura]*

DOUTOR(A) JUÍZ(A) DE DIREITO DA
SALA DO CÍVEL E ADMINISTRATIVO
DO TRIBUNAL PROVINCIAL DE
LUANDA

- SECÇÃO A QUE COUBER -

LUZIA SEBASTIÃO, solteira, maior, residente em Luanda, à Rua 46,
n.º 44, Zona 9, Bairro Cassequel, agricultora,
vem, respeitosamente, ao
abrigo do artigo 1.033.º do CPC, deduzir

**ACCÃO ESPECIAL DE RESTITUIÇÃO DE POSSE, COM
FORMA DE PROCESSO SUMÁRIO**

Contra: André Panzo, funcionário público, com domicílio profissional em
Luanda, no Ministério das Relações Exteriores, situado na Rua Major
Kanhangulo,

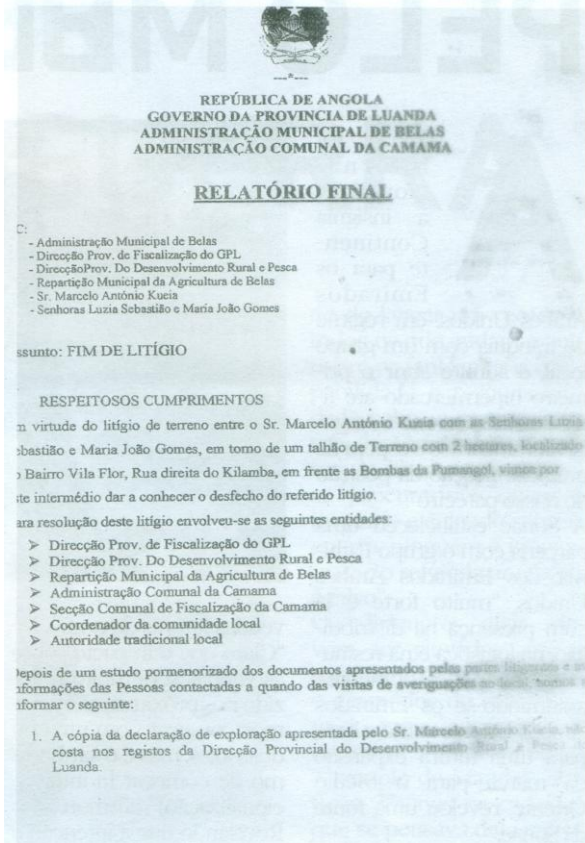
Com base no seguinte somatório de fundamentos e razões:

A) – DOS FACTOS

1.º
A autora é lídima ocupante do terreno situado em Luanda, no Bairro da Bita –
Sapú, Zona Santo António, Município de Balas, com a área de 29.070m² e
com as seguintes coordenadas: ID1, X 312175, Y 9005801, 25.ID2, X
312169,50, Y 9005657,52, ID3, X312363,51, Y9005801,25 E ID4,
X312396,68, Y9005657,52, melhor identificado nos croquis de localização
em anexo, que aqui se dão por integralmente reproduzidos (docs. 1, 2 e 3).

2.º
Cuja posse exercera de modo público, pacífico, titulado, de boa-fé e contínuo
durante mais de 25 anos, encontrando-se devidamente cadastrada no Instituto

CAMPONESAS VENCERAM LITÍGIOS ANTES DESTES



7.17 Área de Cacuo recebe moradores do Zango Quatro

Jornal de Angola
13 De Outubro de 2015

As famílias que construíram casas de chapas no Zango Quatro, município de Viana, vão ser realojadas no município de Cacuo, informou ontem o coordenador do Programa Provincial de Luanda de Habitação Social.

O arquitecto Marco Pinho disse à agência de notícias Angop que são no total 75 famílias que construíram sobre um passeio moradias sem condições de habitabilidade.

Uma área foi preparada pela Administração Municipal de Cacuo, a pedido do Programa Provincial de Luanda de Habitação Social, para albergar as 75 famílias que, dentro de dois meses, vão receber lotes para autoconstrução dirigida.

Marco Pinho informou que a zona localizada no município de Cacuo está a ser urbanizada e vai dispor de vários serviços sociais, entre os quais estabelecimentos comerciais, um posto policial e um posto de bombeiros.

7.18 Área de Cacuo recebe moradores do Zango Quatro

Jornal de Angola
13 De Outubro de 2015

As famílias que construíram casas de chapas no Zango Quatro, município de Viana, vão ser realojadas no município de Cacuo, informou ontem o coordenador do Programa Provincial de Luanda de Habitação Social.

O arquitecto Marco Pinho disse à agência de notícias Angop que são no total 75 famílias que construíram sobre um passeio moradias sem condições de habitabilidade.

Uma área foi preparada pela Administração Municipal de Cacuo, a pedido do Programa Provincial de Luanda de Habitação Social, para albergar as 75 famílias que, dentro de dois meses, vão receber lotes para autoconstrução dirigida.

Marco Pinho informou que a zona localizada no município de Cacuo está a ser urbanizada e vai dispor de vários serviços sociais, entre os quais estabelecimentos comerciais, um posto policial e um posto de bombeiros.

7.19 A população é a parte integrante do processo

Jornal Manchete
16 De Outubro de 2015
Texto: Moreira Mário

O Administrador Municipal do Dande, João da Silva Castelo Branco, afirmou que o plano de

requalificação da região do Panguila Velho resulta de um contrato de cooperação numa parceria público-privada entre o Governo da Província do Bengo e a empresa Império Grupo, e não concretamente o Grupo Gema como haviam garantido os populares daquela zona a este jornal, em que acusam sobretudo o empresário Francisco Simão Júnior de expropriar as suas terras.

Em declarações ao Manchete, o Administrador do Dande esclareceu que Francisco Simão Júnior é um dos elementos proponentes dessa parceria público-privada, coincidindo com o interesse do Governo da Província do Bengo em requalificar o Panguila Velho.

O memorando assinado entre as partes, segundo disse, tem como principal objectivo a requalificação e melhoramento do estado degradado que a região apresenta actualmente. Antes, ainda território da província de Luanda, circunscrito no município de Cacucaco, sofreu danos profundos visto que era uma zona de exploração ilegal de areia, tendo deixado crateras que hoje estão transformadas em lagoas. Referiu ainda que a região do Panguila tem uma grande importância do ponto de vista piscatório e não só. Razão pela qual o Governo do Bengo, pensou que a mesma podia ser aproveitada, para exploração das suas potencialidades.

"Daí que a Império Grupo propôs ao Governo do Bengo e, por sua vez, este discutiu em várias reuniões a metodologia a ser utilizada para essa parceria público-privada, tendo em conta que a zona é superficialmente habitada e também a altura, já havia a prática da agricultura de subsistência da população aí residente", sublinhou.

Acrescentou ainda que fruto dos mecanismos encontrados, a administração local do Estado defende os interesses quer das empresas, quer dos titulares dos terrenos existentes na zona, para que fossem integrados no projecto de requalificação. Para o efeito, foi construída uma área onde funciona a parte administrativa do Governo do Bengo e os representantes da Império Grupo, no sentido de acompanhar o processo de planeamento e de execução de todos os projectos previstos para a região.

Neste momento o projecto tem já o desenho feito que "inclui a construção de um Porto Pesqueiro na costa marítima, zonas turísticas à beira do Rio Bengo, um Centro de Convenções e ainda um centro de entretenimento e diversão, e outros que na medida que o tempo passa, o mentor do projecto vai criando", disse, acrescentando que todos os procedimentos são avaliados e consultados pelo Governo da Província.

Abrandamento das obras

Em miado do terceiro trimestre de 2014 houve um abrandamento da execução de algumas tarefas, devido a crise financeira que o país atravessa, declarou o responsável, adiantando que a Império Grupo tem estado a trabalhar na questão de parcerias ao estrangeiro para o financiamento do projecto, uma vez que a área tem cerca de mil hectares e a mesma não tem capacidade de implementá-lo sozinha.

Há um elemento fundamental - uma espécie de Plano Director de enquadramento de cada um dos projectos - pode dar-se o caso em que a cada empresa tenha o direito de superfície no território reservado, por exemplo, para o sector da educação enquanto a mesma é investidora na área do turismo. O projecto define também o enquadramento de acordo com a especificidade da zona (por ser ribeirinha, agrícola e costeira).

Por outro lado, Castelo Branco nega haver falta de informação da parte do Governo da Província aos populares, em relação a execução do projecto.

Disse que no passado dia 28 de Setembro os líderes comunitários terão sido convidados para uma reunião na administração do Dande, onde foram esclarecidos quanto as suas inquietações e das suas populações.

"No início da implementação do projecto foram feitos arruamentos de acessos na zona e as populações foram informadas. Na altura, todos aqueles que perderam as suas terras e lavouras foram devidamente indemnizados", afirmou.

O governante alega que perante ao abrandamento da execução dos trabalhos face a crise financeira, foi havendo invasores que terão se apercebido que havia de se requalificar o Panguila. Muitos construíram casinhas de chapa de ocupação de terrenos e a Império Grupo e a representação do Governo da Província optaram em restringir tal prática.

"Para acautelar a situação, foram postas, por isso, placas de proibição de construção no local. E de certeza uma "mão negra" utilizando aquelas placas - uma delas fala de uma certa Associação de Camponeses e Pescadores do Dande. Mas o interesse do Governo Provincial é a proibição de construções anárquicas dentro do território que circunscribe a implementação do projecto", revelou. Acrescentando, o interlocutor salienta que foi a partir deste instante que começaram as agitações, que depois deram em informações contraditórias. "Não há interesse da administração local do Estado desalojar a população sem que haja o direito de indemnização ou reposição de outro espaço ou de

outra casa, como consta de uma das cláusulas no protocolo de interacção assinado entre o Governo do Bengo e a Império Grupo.

Um futuro promissor

O Panguila é a porta de entrada para quem vem do Sul de Angola para a província do Bengo e, naturalmente, está ligada com a província de Luanda, ao município de Cacuaco. Portanto, há projectos do Executivo Central que vão tomar a zona do Kifangondo como zona de confluência com o futuro novo Aeroporto Internacional que está a ser construído no Bom Jesus. Isso fez escudar algumas ideias da implementação do projecto.

Por exemplo, não constava do plano, a construção de um Centro de Convenções na zona do Panguila Velho.

Mas dada a proximidade com o futuro novo aeroporto, e também o facto de o Governo do Bengo realizar as feiras do Panguila, nasceu da Império Grupo a ideia de se construir um centro para este tipo de evento.

"Estamos sempre a mudar e adaptamos às novas realidades de alguns projectos, e altera naturalmente, um valor inicial da execução do projecto. Razão pela qual, a Império Grupo não apresentou o valor real do capital investido para a implementação do mesmo projecto", referiu.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Consequências da incineração e exposição do lixo em Luanda

Jornal Grandes Notícias
2 De Outubro de 2015

O lixo que o ser humano produz e coloca no meio ambiente todos os dias é um risco muito sério à saúde de todos os seres vivos e do planeta em si.

São bilhões de pessoas residentes na Terra. Dê uma olhada no lixo produzido em sua casa. Repare o quanto aquele lixo aumenta todos os dias. Depois, tente imaginar que cada uma das famílias do mundo faz a mesma coisa diariamente. Temos ainda o lixo produzido pelas fábricas, pelas lojas etc.,. Dá para imaginar as quantidades astronômicas do lixo produzido no mundo inteiro!

Com o rápido crescimento populacional em Luanda, a quantidade de lixo produzido também tem aumentado, quantidades assustadoras de lixo persistem expostos nas vias públicas, nos terrenos baldios, largos, valas de drenagem dos esgotos, a volta dos edifícios residenciais, espaços adjacentes aos mercados, nas lixeiras a céu aberto etc.

A decomposição é uma forma de controlar o lixo urbano, porém grande parte desse lixo não é biodegradável, portanto, não se decompõe causando a poluição.

O lixo de Luanda é destinado para o aterro sanitário dos Mulenvos e para algumas lixeiras (extensos terrenos a céu aberto para onde os lixos urbanos são levados), ou passam pelos processos de incineração a céu aberto. Nas lixeiras o lixo não recebe tratamento nenhum, causando sérios problemas ambientais e de saúde pública como a produção do chorume (líquido mal-cheiroso e nojento que o lixo acumulado produz quando vai se decompondo), substância altamente tóxica que contamina os lençóis freáticos e o solo. Esta exposição do lixo conforme referimos anteriormente, poderá causar diversas Doenças pelo facto de propiciar condições de criação de bactérias, fungos e outros parasitas. Também atrai baratas, ratos, moscas, mosquitos etc. Esses animais poderão transmitir ou intermediar o surgimento de importantes doenças, como a malária, febre tifóide, cólera, disenteria, amebose intestinal etc.

O aterro sanitário dos Munlevos é o local onde o lixo é enterrado em camadas alternadas de lixo e terra,

evitando - se assim o mau cheiro e a proliferação de insectos. Na execução de um aterro sanitário' é importante impermeabilizar sua base para evitar a contaminação do subsolo e construir canais de drenagem para os gases e líquidos como o chorume que se formarão. O chorume, proveniente da decomposição do lixo, é uma substância com alto potencial poluidor. Caso não sejam tomados os cuidados necessários no seu controle, eliminação ou neutralização, o chorume caracteriza-se como um grande perigo, principalmente para águas subterrâneas.

O lixo que deveria ser depositado no aterro sanitário são os não-recicláveis, no entanto, em Angola não temos ainda indústria de reciclagem, e então todo o lixo reciclável ou não é enterrado no aterro.

Esta exposição do lixo conforme referimos anteriormente, poderá causar diversas Doenças pelo facto de propiciar condições de criação de bactérias e fungos e outros parasitas. Também atrai baratas, ratos, moscas, mosquitos etc. Esses animais poderão transmitir ou intermediar o surgimento de doenças sérias, como a malária, febre tifóide, cólera, disenteria, amebose intestinal etc.

Depois da acumulação prolongada de lixo em locais adjacentes aos edifícios residenciais ou via pública, comumente, os munícipes optam pela sua incineração a céu aberto.

Já se acreditou que a incineração seria a solução para a crescente quantidade de lixo no planeta. Porém, ao longo do tempo, pesquisas científica internacionais concluíram que esse processo é altamente prejudicial ao meio ambiente, pois substâncias tóxicas são produzidas e liberadas. O lixo queimado produz gás carbônico, um gás que é tóxico se estiver em grandes quantidades. Lembramos que o ar do planeta já está cheio de gás carbônico por causa dos carros e das fábricas. Como exemplos de produtos novos formados a partir da combustão, têm as dioxinas e os furanos, que causam a redução dos níveis de testosterona (hormonas que dão as características masculinas) nos homens, alterações no sistema imune (sistema de defesa do organismo), disfunções neurofisiológicas em crianças cujas mães foram expostas aos compostos, anormalidades no metabolismo da glicose e o surgimento de câncer. Há, ainda, alguns metais pesados que são liberados para o ambiente, como o chumbo e o mercúrio, que causam diversos problemas nos sistemas hematopoiético (sistema que produz o sangue), nervoso, urinário, digestivo e respiratório, dentre outras alterações no corpo humano.

O lixo é um grande problema quando mal gerido, entretanto ele é uma enorme fonte de matéria-prima para a indústria. Ele pode ser uma solução, desde que os governos, as instituições (escolas, hospitais etc.), as empresas e cada pessoa façam a sua parte. Isso inclui você e sua família.

A reciclagem é a principal componente nas estratégias de combate ao lixo. Reciclar significa transformar objectos materiais usados em novos produtos para o consumo.

Esta necessidade foi despertada pelos seres humanos, a partir do momento em que se verificou os benefícios que este procedimento trás para o planeta Terra. A partir da década de 1980, a produção de embalagens e produtos descartáveis aumentou significativamente, assim como a produção de lixo, principalmente nos países desenvolvidos. Muitos governos e ONGs estão cobrando de empresas posturas responsáveis: o crescimento económico deve estar aliado à preservação do meio ambiente. Actividades como campanhas de colecta selectiva de lixo e reciclagem de alumínio e papel, já são comuns em várias partes do mundo.

No processo de reciclagem, que além de preservar o meio ambiente também gera riquezas, os materiais mais reciclados são o vidro, o alumínio, o papel e o plástico.

Esta reciclagem contribui para a diminuição significativa da poluição do solo, da água e do ar. Muitas indústrias estão reciclando materiais como uma forma de reduzir os custos de produção.

Um outro benefício da reciclagem é a quantidade de empregos que ela tem gerado nas grandes cidades. Muitos desempregados estão buscando trabalho neste sector e conseguindo renda para manterem suas famílias. Cooperativas de catadores de papel e alumínio já são uma boa realidade nos centros urbanos de muitos países.

Muitos materiais como, por exemplo, o alumínio pode ser reciclado com um nível de reaproveitamento de quase 100%. Derretido, ele retoma para as linhas de produção das indústrias de embalagens, reduzindo os custos para as empresas.

Muitas campanhas educativas têm despertado a atenção para o problema do lixo nas grandes cidades. Cada vez mais, os centros urbanos, com grande crescimento populacional, têm encontrado dificuldades em conseguir locais para instalarem depósitos de lixo.

Portanto, a reciclagem apresenta-se como uma solução viável economicamente, além de ser ambientalmente correcta. Nas escolas, muitos alunos

são orientados pelos professores a separarem o lixo em suas residências. Outro dado interessante é que já é comum nos grandes condomínios a reciclagem local do lixo.

8.2 Lixo entre alimentos

Jornal Manchete

2 De Outubro de 2015

Quando vejo a proliferação do lixo em quase todas as ruas, lembro-me logo das lixeiras em Malanje, é que nos kimbos desta província o lixo é depositado longe do convívio social.

Além de estar longe das residências é carbonizado, posto numa cova e queimado imediatamente. Todos os aldeões optam o critério de escava para depositarem os resíduos sólidos, ao fazê-lo estão a transmitir a uma educação ambiental. Por isso todos sabem que é contra saúde ter por perto amontoado de lixo. Dessa visão nasce a teoria de enterro do lixo fora dos locais de convívio... as pessoas naquelas paragens acham que a iniciativa de inibir o lixo é acima de tudo pessoal. Eu creio que os aldeões de outras partes do nosso país têm uma postura correcta relativamente a esse resíduo asqueroso que afeita o ambiente e o estado físico do homem.

Já vi muita coisa desagradável nesse mundo, mas o fenómeno do lixo em Luanda é o mais impressionante para mim. O principal objectivo deste artigo não é relatar a existência do lixo em si, mas realçar a sua convivência com as pessoas. O que mais me apoquento é saber que algumas pessoas acham que estar junto de um aglomerado de lixo constitui uma atitude normal da vida. Há os que pensam que se durante a sua vida sobreviveram diante de grandes peripécias, não será a simples existência de lixo que os irá derrota-los. Por isso seus comportamentos perante o lixo continua num nível normal. São teses como essas que coloca em risco a saúde pública.

Nós sabemos que a recolha e o tratamento dos resíduos sólidos nos centros urbanos é tarefa do Estado, mas a sociedade não está isenta de cooperar com as entidades vocacionadas à esta empreitada. Ora, o nosso foco aqui hoje é o de repudiar as pessoas que passam certo tempo permanecido junto de contectores de lixos ou em lixeiras de grande e pequena dimensão. Há vários interesses que fazem com que as pessoas permaneçam à todo custo num lugar nocivo á saúde. Elas consideram seus interesses superior por isso aventuram a vida.

Contudo, vamos identificar algumas dessas pessoas... os agentes do comércio informal, por exemplo, são os grandes potenciais elementos que permanecem durante o dia junto de um conector ou uma lixeira. Em várias ocasiões nós vemos senhoras a venderem quase um metro de distância do lixo. Por incrível que pareça algumas delas fazem mesmo o comércio de alimentos por cima do lixo. Essa tenacidade na comercialização dos alimentos básicos diante do sítio nocivo, é vencido por um espírito e/ou pela força do superior interesse pessoal, o de ter dinheiro e sustentar o lar.

Se há agentes a comercializarem alimentos junto ao lixo ou por cima dele... existem também os potenciais compradores que imbuídos de um espírito estranho compram os produtos com toda normalidade possível do mundo. Muitos destes compradores acabam mesmo de consumir o alimento adquirido naquele lugar nocivo. Aliás, é típico o consumo de certos manjares no local da venda. São, exemplos, os famigerados casos de "pinju", churrasco, jingumba torrada comi ou banana assada, entre outros... esses autênticos produtos expostos ao sol e junto ao lixo que são consumidos na sua naturalidade perigam sem sombra de dúvida a vida social das comunidades. São práticas que podem ser ignoradas independentemente da interferência Estadual.

Devemos saber que a saúde humana está ligada com o que comemos, o que comemos é fiscalizado por cada consumidor em primeira linha.

Ninguém tem o direito de consumir alimentos entre lixos sob pretexto de a vida correr mal, ninguém tem o dever de comercializar produtos alimentares por cima do lixo ou junto dele com o subterfúgio de cumprir um interesse superior... a nossa saúde não tem preço, a nossa vida é apenas uma, a nossa tarefa é viver em salubre ambiente. Qualquer alimento consumido ao lixo constitui um vector confirmado para a destruição do nosso organismo.

8.3 Limpeza da cidade requer esforço de todos

Jornal de Angola
3 De Outubro de 2015

O governador provincial de Luanda, Graciano Domingos, pediu, quinta-feira, em Luanda, à população para não se acomodar na crítica, mas sim

participar no esforço que está a ser feito para a limpeza e saneamento da cidade capital.

Graciano Domingos, que presidiu a uma reunião de balanço das campanhas de limpeza urbana municipais, declarou que a iniciativa do Governo Provincial de Luanda permitiu a retirada de muitas toneladas de lixo do interior dos bairros, daí a necessidade do envolvimento de todos. "Os esforços para normalizar os serviços de limpeza na província de Luanda vão continuar", assegurou Graciano Domingos, apelando à denúncia das pessoas de má fé, que insistem em depositar o lixo em locais impróprios e atear fogo aos contentores, que são um bem público.

Outro apelo do governador provincial Graciano Domingos foi para as instituições religiosas, às quais pediu para disseminarem os valores da higiene colectiva junto dos fiéis e a importância da realização regular de campanhas de limpeza nas suas áreas de residência. O governador provincial pediu também à sociedade civil que continue com o seu papel de mobilização e de educação Cívica e aos partidos políticos para sensibilizarem os seus militantes no sentido de realizarem campanhas de limpeza, cultivando hábitos de solidariedade, cidadania e civilidade.

Falta de adesão da população

No final da reunião, em que participaram os administradores municipais, o vice-presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, directores dos gabinetes provinciais e administradores das cidades, a vice-governadora de Luanda para a Área Técnica e Infra-estruturas, Njila de Carvalho, lamentou a falta de adesão da população e afirmou a importância das limpezas urbanas municipais, que, em sua opinião, têm minimizado o problema da recolha dos resíduos sólidos.

Njila de Carvalho informou que está a ser discutida uma taxa de saneamento e que as administrações municipais estão a trabalhar com a Polícia Nacional para punir as pessoas que insistem em deitar o lixo fora dos lugares próprios.

8.4 Razões financeiras e sentido patriótico

Jornal A Verdade

27 De Outubro de 2015

O governador provincial de Luanda, Graciano Domingos, tem reiterado que estão em curso a regularização, junto do Ministério das Finanças, das questões de ordem financeira, inerentes a suportar as despesas do novo modelo de recolha de resíduos sólidos.

O responsável máximo pela gestão da capital do país reconhece que problemas de natureza orçamental que estão na base do insucesso do novo modelo de recolha do lixo na cidade. "Houve problemas de natureza orçamental. O novo modelo entrou em funcionamento a 01 de Agosto mas não tivemos de imediato o desembolso financeiro que assegurasse a sustentabilidade do mesmo".

Graciano Domingos tem apelado, também, ao sentido patriótico dos empresários, instituições escolares e religiosas para fazerem emergir nos seus bairros ou distritos urbanos, lideranças para que se encare a questão da limpeza como parte da cultura quotidiana de cada um.

O GPL, de acordo com Graciano Domingos, continuará a coordenar as campanhas massivas mensais de limpeza, enquanto as administrações municipais deverão realiza-las duas vezes por mês, com vista a se minimizar os grandes focos de lixo.

8.5 Luanda com crescimento acelerado

Jornal de Angola

04 De Outubro de 2015

Texto: Mazarino Da Cunha

Luanda é a cidade com a maior taxa de crescimento populacional em África e pode atingir em 2030 nove milhões de habitantes. A Informação sobre o elevado ritmo de crescimento demográfico foi revelada durante um seminário promovido pela Embaixada da Suécia em Angola.

O director da organização não governamental Development Workshop, Allan Cain, na apresentação sobre "os mercados informais, meio ambiente e

redução da pobreza urbana", disse que face a esse crescimento acelerado "é necessária uma participação conjunta entre o Executivo e as comunidades".

Allan Cain apontou como solução a construção de infra-estruturas duradouras, acesso a água potável, melhoria do saneamento e a transformação do meio ambiente em espaços verdes. "Essa atitude conjunta aumentaria o bem-estar das populações em Luanda", sublinhou.

"É necessário produzir infra-estruturas adequadas", disse, ao mesmo tempo que defendeu a criação de "ambiente verde".

O director da Development Workshop, organização não governamental que participa em vários projectos sociais, empresariais e de tecnologias de informação em Angola há 35 anos, disse ser importante "apoiar as estratégias de descentralização do Executivo para o desenvolvimento dos municípios de Luanda". Sobre o comércio informal nas ruas e à porta de casa, Allan Cain disse que 63 por cento é praticado por mulheres, que na sua maioria vendem produtos agrícolas nacionais.

O bem-estar das populações, acrescentou, não se mede pelo dinheiro que as pessoas têm no bolso, mas pela criatividade em mudar o modo de vida.

O seminário juntou jovens com o objectivo de discutir e propor ideias para resolver os problemas que afectam a cidade de Luanda.

A embaixadora da Suécia, Lena Sundh, realçou a importância do encontro e disse que há um desafio global para dar sustentabilidade à vida urbana. Luanda, acrescentou, não é a única cidade com problemas de lixo e elevada densidade populacional. "Mais do que isso, é preciso tempo para dar solução aos graves problemas que a cidade de Luanda enfrenta hoje", afirmou a embaixadora da Suécia.

8.6 Assim mesmo está bom?

Jornal Grandes Noticias

11 De Outubro de 2015

O meu amigo Rui, do Zegá, tem um afiado sentido de humor. Gosto de gente com sentido de humor. Disse-me outro dia: "gosto de ovos cozidos, da rua, e com jindungo!" Claro, que saudei o sentido de humor desta afirmação: desde logo, pela coragem demonstrada. Ovos da rua devem cuir, e possuem

proteínas como tantos outros, vendidos nas grandes superfícies comerciais. Mas, com o caos do lixo ultimamente a rondar a nossa capital, desaprovo o consumo de ovos de rua. Idem aspas, com relação às magogas. Magoga cuia (eu sei), e só cuia mesmo aquela que é feita na rua. As magogas feitas em casa não cuiam. Sei lá porquê razão, mas é verdade.

De maneira que, quando me encontrar com o meu amigo Rui, do Zengá, digo-lhe tudo isso, tete-a-tete. Não esperarei que leia nos jornais. A realidade do lixo aos montes sitiando a cidade é aterradora, mais à mais, porque arriscamos levar, por estes dias, com uma bordoadada de água lá de cima. Nesse caso, será um verdadeiro Deus nos acuda: hospitais abarrotados de pacientes, faltas generalizadas ao trabalho, e pior que tudo, óbitos. Cidadãos robustos, bons de físico para o trabalho braçal, nas lavras, nas serralharias, nas mercenárias, enfim, vão ficar inactivos.

A economia vai arrefecer. Na função pública, o livro de ponto vai ficar preenchido de anotações à caneta vermelha.

Sinal de que diminuirá o volume de documentos a emitir, e mesmo faltará um punho autorizado para assiná-los.

Porque, também o Chefe I da Repartição, será um dos 'acometidos de cólera, na sequência da crise do lixo.

Por outro lado, em muitas esquinas de Luanda, estão a queimar o lixo, à desnorte, sem antes haver uma selecção de géneros de detritos. Tal desnorte, vai certamente causar problemas ambientais, e somará à outras causas de doenças, como as doenças respiratórias. Já viram, o cidadão acometido de violentos tumultos estomacais, ainda estar a respirar à duras penas.

Não se deseja a ninguém. Portanto, meu amigo Rui, do Zengá: pára de comer ovos da rua, e ainda por cima, com jindungo. Quem avisa, como se diz, amigo é. Cá comigo, não desejaria observar, nem por um minuto, uma multidão de cidadãos a contorcer-se de dores a caminho das unidades hospitalares, a gesticularem, caricatamente, com as mãos nas barrigas, e a boca em intermináveis emissões de "grunhidos": Tão-pouco poderia salvar alguém, atingida aquela etapa crónica, em que aquosos detritos fecais desobedecem o comando do próprio paciente. Mas, os donos das farmácias, devem estar a gostar do cenário macabro.

Aumentarão as vendas de anti-diarreicos, anti-palúdicos, e provavelmente aumentarão os preços.

Vão agarrar esta oportunidade proporcionada pela crise do lixo para encaixar mais uns tostões. Há -que

ficar vigilante. Mas, não só. Preparem-se umas ervas em casa para os casos de emergência. Também, convém armazenar água não baptizada.

Em boas quantidades. Depois, é só ligar a televisão para acompanhar o pânico à escala nacional. Nada de líquidos vivificantes. Desenha-se um cenário dantesco. Assim mesmo é bom? E agora, a cidade está a ser invadida por um exército de moscas. Moscas das grossas. Certamente,

prelúdio do que aí vem: doenças para todos os desgostos.

Os hospitais que, pelo menos, comecem a apetrechar-se, de agora em diante. Este é o resultado do desgoverno do lixo. Disse-me um kamba há dias:

- Kota, parece que o Governo se desgovernou.

- Isto é grave.

Respondi-lhe que, desconfio, que neste descaso, alguém anda a dormir ou a brincar de lixo no luxo. Com tantos gritos de indignação e revolta, se houvesse vontade política, a maka dos kumbús já estaria superada. E as operadoras voltariam ao salo.

8.7 Campanha de recolha de lixo arranca com 2.000 pessoas e 100 carros

Jornal Grandes Notícias
11 De Outubro de 2015

O Governo da Província de Luanda (GPL) colocou em prática, no município de Viana, o novo modelo de recolha de lixo, com uma campanha que envolveu mais de 2.000 pessoas e cerca de 100 camiões. A estratégia do GPL visa combater os actuais focos de lixo que se verificam em toda a província' após falhado o modelo de recolha de resíduos sólidos, em vigor desde Agosto passado, devido à falta de verbas para as empresas.

O administrador de Viana, Manuel Caterça, disse que o trabalho vem responder à "situação crítica" vivida no município, lembrando que não é uma solução definitiva do problema.

"Cada administração municipal, em função dos seus meios técnicos, que lhes estão cabidos, deve fazer o seu trabalho. Viana é o primeiro exemplo desta solidariedade que estamos a viver a nível dos municípios, por isso é que há todo o engajamento de

peças e meios para trabalhar na redução dos passivos que ainda assistimos a nível de Luanda" referiu o responsável. Ontem, quatro trabalhadores de uma empresa estatal de limpeza pública e recolha de lixo morreram atropelados, quando se encontravam ao serviço no município de Viana. O incidente provocou ainda vários feridos entre os trabalhadores da Logistics Solutions.

Na semana passada, o director da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL), António Rodrigues, disse que cerca de 1.500 toneladas de resíduos sólidos ficam por recolher diariamente na capital, devido à falta de meios.

A situação agravou-se depois da desistência de muitas operadoras contratadas para o serviço, que com os valores agora fixados não conseguiram cobrir as suas despesas operacionais e com o pessoal. Para a limpeza de toda a província, o Ministério das Finanças disponibiliza ao GPL uma verba de cerca de USD 10 milhões por mês, que representa um terço do montante atribuído há cerca de quatro anos.

O critério de repartição do orçamento define por cada município 20 por cento para as microempresas, 25 por cento para as empresas de pré-recolha e 55 por cento para as operadoras principais. Para minimizar a situação, a população optou por queimar o lixo, o que tem preocupado as autoridades, nomeadamente o Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros (SNPCB).

8.8 Comerciantes orientados a celebrar contratos

Jornal de Angola
12 De Outubro de 2015

A Administração do Distrito Urbano do Sambizanga orientou ontem os comerciantes a celebrarem contratos com as empresas operadoras de recolha de resíduos sólidos até 30 de Outubro, para tomarem os seus espaços mais limpos.

A orientação foi dada pela administradora Maria Regina Quiosa durante o encontro que manteve com cerca de 500 comerciantes e surge em obediência à decisão do Município de Luanda, que regula a actividade dos comerciantes.

"Quem não celebrar os contratos dentro da data indicada e continuar a depositar detritos nos separadores da estrada, como se tem verificado, é

penalizados com multa", advertiu Maria Regina Quiosa, que apelou para a necessidade de mais higiene nos espaços adjacentes aos estabelecimentos comerciais e avisou que a administração vai intensificar a fiscalização e multar os transgressores.

"Doravante, todos os comerciantes devem celebrar contratos de recolha de resíduos sólidos com as operadoras e a fiscalização deve monitorizar e multar os comportamentos desviantes no que se refere à Lei das Transgressões Administrativas", advertiu a administradora.

Maria Quiosa Regina anunciou a constituição da comissão de inspecção que, de forma regular, vai averiguar o estado dos estabelecimentos comerciais, quer no interior, quer nos espaços adjacentes. O responsável do Gabinete Jurídico do Distrito Urbano do Sambizanga, Pedro Chamangongo, deu a conhecer aos presentes a entrada em vigor da postura, que regula as transgressões administrativas. Os comerciantes apelaram à Administração do Distrito e à Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, para publicarem nos meios de comunicação social a postura do Município de Luanda, para o seu conteúdo ser conhecido.

O Distrito Urbano do Sambizanga é um dos mais habitados de Luanda.

Tem 78 lojas e oito armazéns no Bairro Operário, 542 lojas e 33 armazéns no Sambizanga e 1.025 lojas e 39 armazéns no Ngola Kiluanje.

8.9 Quem não recolher o lixo será sancionado

Semanário Angolense
16 De Outubro de 2015-11-19
Autor: Maria Kiluanji

Administração do distrito urbano do Sambizanga, promete encerrar a partir do dia 30 de Outubro todos os estabelecimentos comerciais que não efectuarem a recolha do lixo produzido por eles. A medida foi estabelecida esta semana pela administração local, numa reunião conjunta com todos empresários e as operadoras de resíduos que prestam serviço naquela circunscrição

«O governo já tem muita dificuldade para recolher o lixo doméstico, por isso todos os comerciantes devem colaborar no sentido de manter a cidade limpa. Remover o lixo produzido na actividade

comercial é de lei», afirma Mara Baptista, administradora do Sambizanga.

De acordo com a administradora, a medida serve para orientar e disciplinar a actividade comercial no Sambizanga, tendo em conta a quantidade de lixo provenientes desses estabelecimentos comerciais espalhados por quase toda a via pública, tirando a boa imagem da cidade e complicando a circulação de peões e automobilistas.

Um dos exemplos mais práticos, segundo Mara Baptista, é a avenida Ngola Kiluanji, onde os empresários depositam o lixo na via pública e a céu aberto. «É triste e temos de mudar este quadro colocando ordem», disse.

Numa altura em que o governo está com dificuldades para reduzir o lixo em Luanda, a responsável do Sambizanga realçou que foi por esta razão que convidou os empresários locais para que em conjunto consigam ultrapassar esse constrangimento.

«A nossa municipalização tem encontrado tantos constrangimentos para a recolha de resíduos sólidos domésticos, portanto não podemos ser nós a proceder à recolha de resíduos provenientes das actividades comerciais e esta situação é da inteira responsabilidade dos empresários e comerciantes sedeados no distrito urbano do Sambizanga».

A governante disse que existem leis e posturas que regulam a actividade comercial no sentido dos : comerciantes fazerem a recolha dos resíduos sólidos produzidos por eles mesmos, daí a necessidade de todos eles celebrarem os contratos com as empresas sedeadas no distrito.

A administradora disse por outro lado que durante a reunião foram analisadas também questões que têm a ver com o "horário" de carga e descarga dos produtos comercializados, assunto relacionado com a própria legalização desses estabelecimentos comerciais e já foi constituída uma nova equipa de inspecção, no sentido de fazer a fiscalização junto destes estabelecimentos comerciais.

«É obrigação do empresário a celebração de contratos com as operadoras de recolha de resíduos sólidos sedeadas no distrito para que estes façam a recolha do lixo que é produzido pelos estabelecimentos comerciais a nível local», reiterou.

Aquela dirigente frisou que durante a reunião com os empresários, ficou acordado que até 30 de Outubro quem não tiver celebrado o contrato com qualquer empresa que opera no distrito para a recolha do lixo produzido e persistir em depositar os resíduos sólidos da sua actividade comercial na via pública, correrá o

risco de perder o seu estabelecimento comercial e estará sujeito a um pagamento de uma multa já estabelecida.

E a operadora que não cumprir estabelecido no contrato igualmente correrá o risco de não mais prestar serviço no distrito urbano do Sambizanga.

Esta medida está enquadrada no âmbito do novo modelo de recolha de resíduos sólidos em Luanda, de acordo com o edital numero 6 /14 de Junho da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, que faz referência à situação de recolha que deverá ser realizado pelos empresários locais.

Alguns comerciantes afirmaram que já têm contratos com as operadoras locais mas que estes apresentam muitas dificuldades na recolha do lixo dos seus estabelecimentos comerciais. «Às vezes o meu lixo fica 5 a 10 dias para ser removido, com a mensalidade paga, é aborrecido, espero que a administração penalize mesmo quem não cumprir o que foi orientado», disse um comerciante dos Combatentes.

Outro empresário disse esperar que haja melhor ia e que os comerciantes e as empresas de recolha de resíduos sólidos possam contribuir positivamente para acabar com os amontoados de lixo na cidade e apelam aos colegas a pagarem as suas mensalidades antecipadamente às operadoras para evitar os constrangimentos.

Uma outra questão apresentada pelos empresários durante a reunião é o facto de vários grupos de fiscais aparecerem nos estabelecimentos comerciais para receberem somas avultadas dos comerciantes, aplicando multas desnecessárias, o que para eles significa falta de organização por parte da fiscalização local.

A administração local junto do gabinete jurídico disse que já está a par da situação e prometeu sancionar todos aqueles que estão envolvidos nesta prática. «Há muitas falhas; às vezes durante a semana nem se quer a operadora aparece para recolher o lixo e os resíduos ficam ali amontoados a céu aberto o que é desagradável. E em frente à loja fica com muito lixo e atrapalha a nossa actividade comercial. Espero desses novos contratos que haja melhorias e que os outros comerciantes paguem as mensalidades pontualmente no sentido de ver resolvido o seu problema.

8.10 Lixo virou obra

Jornal A Capital
17 De Outubro de 2015

De onde veio este Rio Verde? Esta foi a pergunta pública que o A Capital fez há pouco menos de um mês, na esteira do medo que paira sobre todos os habitantes da cidade de Luanda, à luz das enormes pirâmides de lixo que se vêem um pouco por cada esquina e rua.

O que nutria esse medo era, sem dúvidas, o aproximar das chuvas que, como ninguém, cada município desta urbe sabe o quanto são impiedosas e destruidoras.

Com esse lixo todo, mais inundações, não se sabe quantas mais estranhas doenças nos esperam. A isso tudo que já parecia demasiado, juntam-se casos como o que se via na rua que separa o supermercado Jumbo e o centro de logística da Polícia Nacional.

Tal como as imagens indicam, estas águas esverdeadas, pútridas e misturadas com lixo, estavam lá há bastantes meses.

Só o aspecto da água era bem indicador de que ali moravam, reproduziam-se, hibernavam e renasciam, milhares e milhares de parasitas para a nossa desgraça. O que parece estranho é que esta rua era transitável tanto por automóveis como por pedestres.

Até àquela data, ninguém conseguia sequer aproximar-se. Na verdade, valeu termos levantado a questão. Hoje, voltados ao lugar e deu para constatar que alguém compreendeu a mensagem das imagens. O cenário é actualmente de trabalho e vontade de mudança.

Máquinas e homens fazem a transformação do dramático visual sujo e inóspito, devolvendo aos moradores e transeuntes um ar mais saudável e adaptado ao espírito de sanidade que o Estado angolano advoga nos seus planos e programas de sanidade das comunidades.

E como os factos falam por si, o Rio Verde, desapareceu, na prática.

8.11 Falta de verbas compromete a limpeza da cidade

Jornal de Angola
23 De Outubro de 2015

O administrador municipal do Moxico, Bento Paulino Luembe, apelou quarta-feira às empresas de construção civil que operam no município a cooperarem com a administração local no saneamento básico na periferia da cidade do Luena. Em declaração ao Jornal de Angola, Bento Paulino Luembe mostrou-se indignado com a má conduta de algumas empresas que se furtam a participar nas campanhas de limpeza da cidade, referindo que tal atitude de honra o lado social que as empresas têm, que visa a prestação de apoio às comunidades. Interrogado sobre o aglomerado de lixo em vários pontos da periferia da cidade do Luena, o administrador realçou que tal situação resulta de restrições de verbas que as instituições do Estado sofreram, provocando uma relativa dificuldade para alguns serviços que no passado eram executados com normalidade.

A cidade do Luena, disse Bento Paulino Luembe, contava no passado com três empresas de recolha de lixo, sendo duas com a responsabilidade de limpar o casco urbano e uma que prestava serviços de saneamento básico nos bairros periféricos.

Acrescentou que, por falta de verbas para atender os custos operacionais, a terceira operadora, que tinha compromisso de limpar a periferia, desistiu desde o passado mês de Março. Bento Luembe adiantou que, para aliviar o problema que vai se tomando preocupante, não só para a administração municipal, mas também para a população em geral, foram feitos apelos às empresas que prestam serviços de construção civil e de venda de inertes, no sentido de intervirem na remoção de focos de lixo.

"Por razões ainda desconhecidas, este apelo ainda não foi atendido de forma satisfatória, pois das 47 empresas notificadas compareceram apenas dez e esta situação inviabilizou o plano da administração, que previa organizar a recolha de lixo", lamentou Bento Luembe, que concluiu que o problema de lixo deve ser da responsabilidade de todos os habitantes, pois as doenças provocadas por este mal não escolhem grupos nem classes sociais.

8.12 Lixo invencível...

Novo Jornal

23 De Outubro de 2015

"SOCORRAM A CAPITAL!" Não entendemos o que se está a passar. O lixo é demais e as doenças vão aumentar com as chuvas". O grito vem das populações que há mais de seis meses convivem com as lixeiras. Maria, de 43 de anos de idade, residente no município de Viana, recorda que a coabitação com o lixo começou já no fim da época chuvosa (Abril). "Recolheram uma só vez, mas o lixo voltou a aumentar. Algumas ruas do bairro estão quase fechadas", afirmou a moradora dos Mulenvos de Cima.

Municípios do Cacuaco, Cazenga, Rangel, Sambizanga e demais distritos e até mesmo das novas centralidades, são unânimes em reclamar o aumento incontrolado de lixeiras que se espalham por quase toda a cidade. "Por onde anda o Governo que não vê isto? Parece que nos querem matar ", exclamavam cidadãos aflitos, que depositavam esperanças no fim desta saga, a partir de 1 de Agosto, data em que as autoridades de Luanda anunciaram o arranque do novo modelo de recolha, "engasgado" até ao momento.

Em Setembro, o GPL investiu num novo programa, juntando todos os municípios para, de forma periódica, combater o lixo de cada urbanização. Ainda assim, os resultados não têm sido animadores, segundo revelaram moradores. "O lixo está a mostrar-se cada vez mais invencível e as autoridades estão de braços atados", reclamou José Fernandes, residente no município do Cazenga.

O chamado programa de intervenção de limpeza passou pelos municípios de Viana, Cazenga e Belas, mas quem circula por aquelas localidades, observa que os amontoados permanecem nos locais e as lixeiras expandem-se.

No município do Cazenga, o administrador municipal, Tany Narciso, decretou "guerra" esta semana, aos municípios que insistem em deitar lixo à berma da estrada e nas passadeiras. "Temos fiscais para controlar as pessoas que insistem em deitar lixo na berma e passeios divisórios da estrada. Quem for apanhado, será castigado, com uma multa em dinheiro ou fazendo trabalhos comunitários", anunciou o governante a uma rádio da capital.

Cenário igual, vivem os moradores das centralidades do Kilamba e Cacuaco. Ali, o aumento dos amontoados também foge ao controlo das

autoridades locais, de acordo com as reclamações de todos quantos fomos ouvindo ao longo da nossa reportagem. "Isto está demais ... ", reclamaram. O morador Pedro Constantino, da centralidade do Kilamba, entende que todos devem colaborar para o combate ao lixo.

A cidade de Luanda produz diariamente cerca de seis mil toneladas de lixo. Em recente entrevista ao Novo Jornal, o presidente e director geral da Elisal, Pedro John Júnior, disse que a empresa que dirige transporta diariamente para o aterro Sanitário dos Mulenvos um total de quatro mil e 500 toneladas. "Isto quer dizer que ficam no meio ambiente mil e 500 toneladas por recolher diariamente".

"Pouco dinheiro"

Falando sobre a nova experiência de limpeza que gira por Luanda, Pedro John Júnior considerou, na ocasião, ser uma iniciativa que visa minimizar os amontoados de lixo espalhados pela capital. Porém, reconheceu que, a empreitada "não iria resolver o problema na totalidade, facto que se evidencia cada dia que passa, tal como foram contando à nossa reportagem os vários cidadãos entrevistados.

O director da Elisal explicou ainda na ocasião, que a sua operadora foi chamada a assumir o "passivo" das empresas desistentes. "Estamos a fazer aquilo que podemos. A Elisal é uma empresa que estava confinada a limpar a Ingombota. Agora está, praticamente, a cobrir 80 por cento da cidade de Luanda. É evidente que alguma coisa pode falhar", explicou John Júnior, reafirmando que a desistência das operadoras à luz do novo modelo "pendurado", prende-se com a exiguidade nos valores pagos às mesmas.

"O grande problema das operadoras é fundamentalmente a exiguidade financeira. Elas consideram insuficientes o que se está a pagar e têm muitos encargos. Não chega para suportar as operações e foram abandonando as áreas que lhes estavam atribuídas. Para não deixar a assim, a Elisal foi chamada a entrar em Luanda, Cazenga e Belas. Temos procurado novas operadoras, mas, com estes valores, não tem sido possível", justificou-se o director da Elisal.

Em Viana, à semelhança de outros municípios, o administrador municipal, Manuel Caterça, disse que a sua jurisdição vai-se ajeitando com o que pode. "Houve uma redução das despesas públicas e estamos nesta fase de contenção. A capacidade que tínhamos há três anos não é mesma de hoje. Tínhamos valores acima de 30 milhões de dólares para pagarmos mensalmente às empresas. Agora este

valor é inferior e as empresas discordam e vamos nos ajeitando".

8.13 Cercados pelo próprio lixo

Jornal A Verdade

27 De Outubro de 2015

Texto: Wilson Lourenço

O projecto tomou-se um nado-morto, deixando a população à mercê de doenças. Com as chuvas à porta, reza-se para que Deus ponha a mãos e nos livre de males maiores. Pobreza é crime!

Num ápice, como uma epidemia fora de controlo das autoridades, o lixo tomou conta da cidade grande.

As zonas periféricas são as mais afectadas, onde a convivência com os resíduos se tomou normal.

Numa ronda efectuada pelos Cacucaco, Sambizanga, Cazenga e Rangel, pudemos constatar amontoados de lixo nas ruas principais e passeios. Na rua da Petrangol, no sentido descendente para a Comarca de Luanda, a lixeira ocupa grande parte da estrada.

Para agravar a situação, os turismos que fazem serviços de táxis naquela zona param muitas vezes no meio da via, cortando aos demais, qualquer hipótese de circular.

Algumas situações registadas são de extrema gravidade, como o amontoado de lixo junto à porta de uma residência e de um posto de transformação de electricidade na rua que dá acesso ao Mercado dos Kwanzas, situação que pode terminar num incidente de grandes proporções, batando para tal que alguém resolva pôr fogo aos resíduos, prática que se tornou comum nos últimos dias.

"Já não aguentamos mais. Dormimos e acordamos com os vermes a entrarem pela casa adentro. Os meus netos deixaram de brincar aqui fora. Ainda por cima junto à cabine de electricidade. É um perigo para nós", desabafou a moradora.

Mais grave ainda é a lixeira formada junto à Refinaria de Luanda, onde outro PT está cercado pelo lixo. "Não sabemos se autoridades não estão preocupadas com esta situação. Se alguém decidir queimar o lixo, que o diabo seja surdo e mudo, será uma tragédia. A Refinaria está aqui bem perto. Nem quero imaginar", lamentou-se um vizinho.

Ainda na mesma - estrada do Mercado os Kwanzas, os passeios estão transformados em depósitos de lixo. Os transeuntes são forçados a circulantes entre as viaturas, correndo sérios riscos. A situação deixa intrigada dos os moradores da zona. "Todos os dias, os vendedores pagam uma senha. Aonde vai esse dinheiro, que não é possível contratar uma empresa para manter a limpeza da zona?", questionam.

A praga do lixo, que parece não ter fim à vista, é extensiva a outras artérias da cidade de Luanda. Do Cacucaco, passando pelo Sambizanga, Cazenga e Rangel, o filme em cartaz é o mesmo: "cercados pelo próprio lixo". O ar na periferia de Luanda está irrespirável.

8.14 O exército pode ou não recolher o lixo nas ruas de Luanda

Jornal República

30 De Outubro de 2015

Texto: Kissanga Karinda

Esta questão faz transbordar o copo, "depois do excesso há sempre ruptura". Foi o que de facto aconteceu com os pagamentos às empresas de limpeza e recolha de lixo! Houve excesso na capacidade financeira e na liquidação, aumento descontrolado dos pagamentos feitos de forma fraudulenta, por compadrio, corrupção e fraude.

Agora sem o mínimo de vergonha, exigem que os cidadãos limpem o lixo, passando a ideia de que quem não estiver de acordo não é bom cidadão, é contrarrevolucionários, quer dar "Golpe de Estado".

A corda rebenta sempre do lado mais fraco, do Povo, pobre e sofredor, exposto às doenças. Não propõem o mesmo ao Exército Nacional, porque temem a devida resposta, resposta essa que o Povo não dá: "Roubaram o dinheiro e agora querem que nós (Povo Angolano) limpemos o lixo nas ruas?"

O Exército Nacional pode ou não ajudar a limpar as ruas de Luanda?

O Jornal A REPÚBLICA saiu à rua no intuito de levar o debate aos cidadãos, e as respostas foram díspares.

António Manuel, bancário, defende que "o Exército pode e deve ajudar a limpar as ruas". Por sua vez, João Katuquela, funcionário público, diz ser "pouco

honroso pôr o Exército Nacional a limpar o lixo da Cidade de Luanda".

Já Mário Tomás defende que "é obrigação do Exército ajudar a sociedade civil em qualquer parte do Mundo". Mário acrescenta ainda que "Angola está a viver uma situação de saúde pública, pois o lixo exposto nas ruas pode causar muitas doenças, principalmente as doenças endémicas como a cólera, febre tifóide e a malária". Segundo Mário, "é importante que o Governo intervenha com os meios militares para evitar um mal maior, uma vez que as chuvas estão à vista".

8.15 Melhorada a gestão da empresa de água

Jornal de Angola
5 De Outubro de 2015

A Empresa de Água do, Cuanza Norte estabeleceu uma parceria com uma entidade de assessoria de operação e gestão do sistema de abastecimento de água, no quadro dos acordos celebrados entre o Executivo e o Banco Mundial, para melhorar a rede de distribuição da cidade de Ndalatando.

O director nacional das Águas, Lucrecio Costa, disse num acto oficial que a empresa SEURECA vai prestar assessoria em todas as áreas, devendo dar assistência técnica e operacional à Empresa de Água do Cuanza Norte, com vista a alcançar os melhores resultados.

Por sua vez, o Presidente do Conselho de Administração da Empresa de Água do Cuânza Norte, Agostinho Felizardo, disse que a entidade vai, a partir de agora, os níveis de funcionalidade. O acordo vai ajudar a empresa gestora da rede de água a melhorar o seu funcionamento, do ponto de vista da gestão e manutenção dos sistemas de captação, tratamento e distribuição.

A SEURECA intervém igualmente na área comercial, organização administrativa, prevenção do meio ambiente e responsabilidade social.

Agostinho Felizardo considerou que o abastecimento de água a Ndalatando melhorou muito, em meados deste ano. Ainda assim, a cidade continua a depender de sistemas antigos, como o Mucari, que debitam água insuficiente para as necessidades.

O responsável disse que a água que chega aos reservatórios de tratamento permite a distribuição de uma parte significativa da cidade, através de ligações domiciliárias e fontenários, mas existem bairros que não beneficiam de abastecimento regular. "A quantidade de água é insuficiente e não reúne a pressão suficiente para cobrir perto de 15 bairros das zonas mais altas da cidade", justificou.

Ampliação da rede

Agostinho Felizardo referiu que uma parte considerável da cidade está a beneficiar da ampliação da rede de distribuição de água, depois do estabelecimento mais 6.400 ligações, enquanto outras áreas estão inseri das noutro projecto que ainda não arrancou. O responsável apontou igualmente as avarias em determinados pontos da rede que condicionam a distribuição de água. O tem mais de 15 válvulas de seccionamento de manobras avariadas.

A disponibilidade actual de recursos financeiros não permite que a manutenção do equipamentos ocorra com celeridade, o que faz com que perdas de água se verifiquem ainda na distribuição.

8.16 Projecto "Água para todos" chega a Txoji e Mangunga

Jornal de Angola
12 De Outubro de 2015
Texto: João Salvo

Mais de 400 habitantes das localidades de Mangunga e Txoji, no município de Muconda, província da Lunda Sul, na fronteira com a República Democrática do Congo contam, desde sábado, com dois novos sistemas de abastecimento de água potável.

Os empreendimentos, inaugurados pelo ministro da Educação, Pinda Simão, foram construídos pelo Governo Provincial no quadro do Programa "Água Para Todos". Os sistemas de captação são alimentados a energia solar e têm capacidade de armazenar e distribuir mais de 20 mil litros de água por dia, a partir de dois chafarizes.

As obras orçaram em 20 milhões de kwanzas e foram executadas pela empresa SPRI num período de seis meses. Com a construção destes dois sistemas de abastecimento, o programa "Água para Todos" atingiu as localidades mais longínquas do município de Muconda, informou o director da Energia e Águas na Lunda Sul. Tito Kassongo assegurou que o

próximo passo é a instalação de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água às localidades de Mwat xissegue e Kanoquena, no município de Cacolo.

O soba da comunidade de Mangunga, José Ilunga, destacou as acções desenvolvidas pelo Governo para proporcionar melhores condições de vida às populações. Nesta localidade o Governo Provincial está a construir uma escola do primeiro nível, um posto de saúde, duas casas geminadas para os técnicos de saúde e educação, uma casa para o soba e um jango comunitário, empreendimentos enquadrados no Programa de Investimentos Públicos.

O soba de Txoji, Txoji Dissimasse, solicitou do Governo Provincial o fornecimento de sementes, a melhoria das vias de comunicação e uma maior aproximação dos Serviços de Registo Civil às populações.

8.17 Água potável chega ao bairro Cazenga

Jornal de Angola

13 De Outubro de 2015

Texto: Weza Pascoal

Mais de oito mil moradores do bairro Cazenga, arredores da cidade de Menongue, beneficiam desde ontem de água potável a partir de um sistema de captação, tratamento e distribuição.

Inaugurado pelo vice-governador para os Serviços Técnicos do Cuando Cubango, Joaquim Malichi, o sistema foi construído no quadro do programa "Água para Todos" e tem capacidade para bombear dez metros cúbicos de água por dia.

Joaquim Malichi disse que a construção do sistema de captação faz parte do programa do Governo para a extensão de serviços e melhoria do nível de vida das populações, tendo em conta que o abastecimento de água é um dos maiores problemas das comunidades.

O vice-governador provincial referiu que a iniciativa vai ajudar a colmatar as necessidades das populações de localidades afectadas pela estiagem, com cacimbas secas, o que faz com que as pessoas percorram longas distâncias à procura de água para consumo humano e animal.

Antes da montagem deste sistema, a população do bairro Cazenga recorria às cacimbas, rios e lagoas para o abastecimento de água potável, com sérios riscos para a propagação de várias doenças.

Doação de sangue

Os hospitais Central e Militar de Menongue estão com as reservas de sangue mais reforçadas, desde ontem, após receberem 190 litros do produto, fruto de uma doação de um grupo de 380 jovens das províncias de Cuando Cubango e de Luanda.

Dos 380 dadores de sangue, 310 pertencem ao secretariado provincial da JMPLA e instruídos do Ministério do Interior do Cuando Cubango e 70 outros à Brigada Jovens Solidários, que se juntaram à doação para ajudar a suprir as necessidades dos hospitais.

O vice-governador provincial do Cuando Cubango para o sector Político e Social, Pedro Camelo, agradeceu o gesto da Brigada Jovens Solidários de Luanda, pois saíram de muito longe para demonstrarem o seu amor pelos que mais necessitam, o que "é louvável".

Adão Feliciano, assistente para a área de mobilização da Brigada dos Jovens Solidários de Luanda, disse que a organização já doou sangue em todas as províncias do país, sendo esta a segunda vez que o fazem a nível do Cuando Cubango, respondendo ao grito de socorro lançado pelas autoridades sanitárias.

"Temos diariamente uma grande alegria, porque jovens de todo o país aderem à nossa brigada e abraçam esta causa nobre, que é salvar vidas." Adão Feliciano assegurou igualmente que as doações de sangue vão continuar, estando a associação filantrópica a criar condições para desenvolver uma actividade denominada "Angola Vermelha", que consiste em levar solidariedade a mais pessoas e garantir a salvação de vários necessitados.

A secretária da Brigada dos Jovens Solidários, Raquel da Lomba, convidou todas as pessoas a abraçarem a causa da organização, porque "doar sangue não é apenas salvar vidas, mas é sobretudo dar amor e carinho ao próximo".

8.18 População quer mais água

Jornal de Angola

19 De Outubro de 2015

A população da comuna de Quicabo. Na província do Bengo, necessita de mais abastecimento de água potável, uma vez que a maioria dos bairros não dispõe deste serviço público.

Na localidade de Caiabambe, por exemplo, grande parte da população depende apenas do fornecimento por intermédio de tanques e outros meios, como é o caso dos bairros do Quipetelo Primeiro, Fuese, Cafidimicua, Quipuassa, que não beneficiam de água canalizada.

A falta de água está a causar vários embaraços à população dos referidos bairros, com destaque para as doenças originadas por falta de higiene, além da estiagem que é um problema recorrente. Neste momento, o abastecimento de água potável só é feito a nível da sede da comuna, através de chafarizes.

O chefe de secção para os serviços comunitários daquela comuna da província do Uíge, Silva Mateus, disse que a falta de combustível para o abastecimento do gerador é uma das causas que limita o fornecimento de água.

Silva Mateus sublinhou que existem dois motores, um para captação, que consome 120 litros de gasóleo, e outro para tratamento e distribuição, com capacidade para 100 litros.

Lançada primeira pedra

O abastecimento da água potável à cidade de Malanje vai ser melhorado nos próximos tempos, com o lançamento da primeira pedra para a construção de um reservatório com a cidade para nove mil metros cúbicos de água, disse em Malanje, o director Nacional das Águas.

Lucrécio Costa fez a apresentação pública dos consultores do consórcio espanhol de águas de Valência SA-Quantum, que vão trabalhar durante três anos com a Empresa de Água e Saneamento de Malanje (EASM). O Executivo e o Banco Mundial, no quadro da sua cooperação, contrataram uma equipa de consultores para prestar assistência aos gestores da empresa de água e saneamento para que ela possa emergir no panorama nacional de empresas provinciais de água e saneamento.

"Precisamos de rentabilizar os investimentos feitos em Malanje para que o governo tenha depois

disponibilidade de fazer outros investimentos noutras localidades do país", disse o director Nacional das Águas, acrescentando que as empresas de águas têm um baixo Índice de cobrança, perda técnica volumétrica significativa e perdas comerciais acumuladas.

A cobrança de água constitui o "calcanhar de Aquiles", e por isso a equipa de peritos vai auxiliar a empresa de água e saneamento de Malanje a estruturar os serviços de contabilidade, transformando-a numa actividade responsável e transparente os apoios que a empresa recebe do Banco Mundial posam ser justificados, disse Lucrécio Costa, que referiu que o Executivo preconiza que as entidades criadas sejam eficiente do ponto de vista empresarial e sejam capazes de garantir o acesso a água e ao saneamento na cidade de Malanje.

Prestação de serviço

O governador provincial em exercício, Gabriel Pontes, disse que o reservatório de água é uma mais-valia para a província, tendo em conta que a empresa de água e saneamento de Malanje será beneficiada com a melhoria da qualidade da prestação de serviço à população.

8.19 Garimpeiros deixam Talatona sem água

Jornal de Angola

29 De Outubro de 2015

Texto: Domingos Dos Santos

Os moradores de Talatona, Futungo e Benfica ficaram alguns dias sem abastecimento regular de água devido a uma ruptura provocada por garimpeiros na conduta de 400 milímetros da empresa Provincial de Água de Luanda (EPAL), localizada na denominada rua do MAT, no Talatona, em Luanda.

O director de distribuição da EP AL para a Região Sul, Hélder Tona, disse ontem que os garimpeiros fizeram três interligações de conduta de 110 milímetros para um quintal onde montaram uma recauchutagem que servia de fachada enquanto abasteciam os camiões cisternas.

"Devido às denúncias de existência de uma ruptura na rua do MAT, deslocámo-nos ao local e constatámos que não se tratava de um ruptura normal, mas sim de garimpo de água", disse.

Um grupo técnico da EPAL esteve no local a fazer os trabalhos de reparação da conduta, consubstanciados no corte do fornecimento de água aos Centros de Distribuição de Talatona, Futungo e Benfica I para diminuir a pressão, realização de escavações até ao nível dos furos feitos pelos garimpeiros, retirada de toda a água no interior da conduta e finalmente o encerramento das três interligações ilegais.

"Vamos trabalhar no sentido de ainda hoje (ontem) termos a conduta reparada e depois abirmos o abastecimento normal à população", garantiu Hélder Tona, acrescentando que o garimpo de água tem sido o grande calcanhar de Aquiles da EPAL, na medida em que muitos bairros de Luanda têm sido prejudicados em função da exploração ilegal de água. "Cerca de 40 por cento de toda a nossa produção é desviada pelos garimpeiros, ou seja, aos nossos centros de distribuição apenas chega 60 por cento da produção. Por isso, continuamos a viver problemas de falta de água", afirmou o director de distribuição da EPAL para a Região Sul.

Todo aquele corredor entre a Rotunda da Fubu e o Talatona, Samba e Calemba 2, é apontado como zona onde se registam muitos casos de garimpo de água, na medida em que os garimpeiros voltam sempre a reabrir as condutas, mesmo depois de serem reparadas pelos técnicos da EPAL.

"Fazemos a reparação da conduta, mas um mês depois, quando fazemos o trabalho de fiscalização ou recebemos denúncias, encontramos novas interligações clandestinas. Basicamente, toda a região sul e sudeste de Luanda é fértil em casos de garimpo de água", sublinhou.

Hélder Tona garantiu o engajamento da EPAL no sentido de continuar a levar o precioso líquido aos consumidores e o combate cerrado ao garimpo de água em Luanda. Por isso, exortou a população a denunciar todos os casos de exploração ilegal de água. "A população tem estado a colaborar com a EPAL na denúncia desses casos, mas muitas vezes, por receio de represálias por parte dos garimpeiros, não o têm feito. Se todos denunciasses, teríamos o problema resolvido e alcançado o objectivo de levar regularmente água a toda população", referiu.

A exploração de água pelos garimpeiros, disse, é realizada com técnicas improvisadas que causam rupturas nas condutas adutoras, infiltração de resíduos sólidos na tubagem e contaminação da água, provocando assim problemas de saúde à população.

8.20 Comité de Especialidades de Águas do MPLA em criação

Semanário Terra Angolana

30 De Outubro de 2015

Texto: Sabino Macuanda

Os funcionários da Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL- EP) vão boicotar a tentativa de se criar um Comité de Especialidades de Águas do MPLA, cujos estatutos estão em curso para serem elaborados.

Segundo apurou o TA junto de uma fonte ligado ao processo, alguns trabalhadores opõem-se a esse comité defendendo que "a água é um precioso líquido que o Senhor Todo-Poderoso disponibilizou aos humanos e não pertence de nenhuma organização política".

"Todas as especialidades podem existir, mas a de água ninguém aceita", desabafou um funcionário da EPAL.

No seio da própria direcção, o assunto está a ser gerido com cautela, dada a repercussão que isso pode vir a dar junto da sociedade.

"Em vários bairros da capital os chafarizes são geridos pelos primeiros secretários dos Comités de Acção do MPLA (CAPs. Não vamos permitir que isso persiste acontecer", denunciou um ancião.

Segundo ainda apuramos, Comité de Especialidades de Águas do MPLA será criado porque o garimpo de água que a EPAL tem estado a sofrer nas suas condutas tem provocado, até ao momento, a Empresa Pública de Água de Luanda, perdas económicas na ordem dos 9, 4 milhões de Kwanzas diários.

Esta perda deve-se às operações clandestinas de desvio de água das condutas da empresa, realizadas por populares de diversos bairros de Luanda.

O presidente do conselho da administração da Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL), Leonídio Ferreira Ceita, afirmou recentemente que a irregularidade no fornecimento de água em determinados centros de tratamento e distribuição deve-se ao garimpo a partir das condutas.

Leonídio Ferreira Ceita considerou, a situação preocupante, apesar de haver, em colaboração com a Polícia Nacional, operações destinadas a desencorajar o garimpo de água.

"Vamos intensificar a nossa acção, porque há pessoas que impedem a maior parte da população de ser abastecida com regularidade", sublinhou.

Do ponto de vista de Leonídio Ceita, não se pode permitir que meia dúzia de cidadãos vá enriquecendo a vender água ilegalmente, em detrimento da maioria que é prejudicada.

A empresa melhorou, nos últimos tempos, os serviços de atendimento no piquete, contando com a eficácia da área de informática da instituição, para que as reclamações cheguem a todos os níveis de decisão.

Acusou, ainda, as empresas de recolha de lixo, construção civil e as que lançam os cabos de fibra óptica ao longo das vias e passeios como os principais responsáveis pelos danos nas condutas, quanto efectuam os seus trabalhos. Além disso, responsabilizou os indivíduos que contratam empresas não idóneas para fazerem ligações domiciliárias sem a qualidade exigida, causando rupturas na via pública.

Para evitar estas situações, foi adoptado um sistema em que as ligações vão ser feitas apenas por empresas especializadas e indicadas pela EPAL.

Cerca de 350 mil novas ligações domiciliárias, das 700 mil previstas no âmbito do projecto "Água para Todos", foram feitas nos últimos dois anos, em bairros suburbanos de Luanda, devido a várias contrariedades.

"Infelizmente os constrangimentos não estão relacionados com a falta de água, porque em certos locais onde a conduta deve passar existem casas e outros empreendimentos, o que dificulta o normal percurso do projecto", justificou.

Esclareceu que as demolições das infra-estruturas existentes no traçado não são da responsabilidade da EPAL e muitas residências já têm ligações e contadores, mas a água ainda não começou a jorrar.

8.21 Huambo regista avanços no sector

Jornal de Angola
30 De Outubro de 2015
Texto: Justino Vitorino

Um total de 235 mil habitantes da província do Huambo beneficiaram de água potável, nos últimos

cinco anos, fruto da construção de 118 pequenos sistemas de captação e distribuição de água, Inseridos no Programa Municipal Integrado e de Desenvolvimento Rural Combate à Pobreza, refere um relatório do Governo Provincial do Huambo, apresentado ontem à Imprensa.

O relatório sublinha que as autoridades da província vão continuar a instalar sistemas de captação e distribuição do produto às distintas localidades, com o objectivo de incentivar a população a consumir água potável.

O vice-governador provincial do Huambo para o sector Económico, Joaquim Rodrigues da Conceição, disse acreditar que com a implementação destes projectos ficam para atrás os tempos em que as populações tinham de percorrer longas distâncias à procura de água potável.

"No quadro do mesmo projecto, são construídos ainda este ano 30 chafarizes em igual número de bairros, para a distribuição de água potável, interligados com torneiras de quintais", referiu.

No âmbito do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (PMIDRCP), Joaquim Rodrigues da Conceição sublinhou que as administrações municipais foram responsabilizadas a construir escolas de dez salas de aulas, com os fins dos disponíveis. Além das escolas, as administrações foram responsabilizadas a construir mais postos sanitários, casas do tipo T3, para os técnicos de saúde e da educação, bem como a instalação de mais sistemas térmicos de água em algumas comunas.

O vice-governador afirmou que o programa de reforço do abastecimento de água aos bairros periféricos da província vai ser extensivo a outras localidades, fundamentalmente nas aldeias que ficam mais distantes da sede municipal ou comunal, O administrador da comuna da Calenga, no município da Caála, João Carlos, disse que, com a concretização deste projecto, as populações deixam de consumir água proveniente dos rios, evitando assim o surgimento de doenças causadas pelo consumo de água imprópria.

Avanços na Saúde

No Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, as estatísticas indicam que ao longo do primeiro quinquénio foram construídos e reabilitados 103 postos de saúde, 24 centros, 67 escolas e 12 administrações comunais, sublinhou João Carlos.

O responsável administrativo acrescentou que foram construídas ainda 46 repartições municipais e comunais, 412 salas de aulas, que permitiram a inserção de mais de 40 mil alunos no sistema normal de ensino, para além de residências para técnicos dos sectores da Saúde e Educação, esquadras policiais e 402 casas evolutivas.

"Durante os cinco anos, a província do Huambo recebeu um valor de mais de 25 mil milhões de kwanzas, para financiar os vários projectos gizados pelo governo local e deste valor houve uma execução financeira avaliada em mais de 19 mil milhões de kwanzas ", concluiu o administrador da comuna da Calenga.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Abusos sexuais aumentam em Luanda

Jornal Folha 8

10 De Outubro de 2015

Texto: Dionísio Halata

A província de Luanda registou, durante os meses de Junho e Julho do corrente, 289 casos de abuso sexual à menores de idade, com particular realce para as pessoas do sexo feminino, que somaram 286 ocorrências, afirmou o chefe de departamento nacional de Medicina Legal do Serviço de Investigação Criminal (SIC), ex-DNIC, órgão afecto ao Ministério do Interior, Adão Sebastião, durante uma palestra sobre crimes sexuais.

Segundo Adão Sebastião, o recém-criado município de Luanda lidera o ranking com 88 casos assinalados, seguem-se as zonas territoriais do Belas (67), Viana (63), Cazenga (35) e Cacuaco (26), respectivamente. Quiçama é a única região afectada à província de Luanda que jamais teve qualquer caso de abuso sexual à menor registado, no período em alusão, de acordo os dados catalogados na Clínica Forense do Laboratório Central de Criminalística, disse o responsável do Serviço de Investigação Criminal.

O chefe do departamento nacional que vela pelas questões ligadas a medicina legal no SIC (Serviço de Investigação Criminal), Adão Sebastião, adiantou ainda que quanto a tipologia dos crimes de abuso sexual, o estupro lidera a lista com 233 incidentes, secundado pelo coito interrompido com 16 ocorrências, sedução e orgo-genitais, ou seja, sexo oral com 11 casos, exibicionismo com 10 e, por último, manipulação dos órgãos genitais com 8 situações. Os abusos tiveram lugar em casa, isto é, intra-familiar (171), extra-familiar (11) e outros (quase de 7) nas instituições laborais e afins, tais como escola, igreja e até mesmo unidade da polícia nacional; acrescentando-se a estes, obras abandonadas e vias públicas; os vizinhos foram os protagonistas destes casos (85), superando o abuso sexual por desconhecidos (71).

Aquele titular mencionou que as tardes e noites são os períodos do dia favoritos dos predadores sexuais de menores, embora também tenham sido verificados 23 casos de madrugada e 58 de manhã. "Na

totalidade das ocorrências, mais de 78 por cento tiveram lugar pela primeira vez, todavia houve ainda vítimas abusadas por duas, três ou mais vezes, respectivamente; em quase 21 casos os agressores actuaram isolados (sozinhos), 22 foram executados por duas pessoas, 9 por três e 7 por mais de três indivíduos", rematou Adão Sebastião.

9.2 Comando da Região Militar de Luanda cessa patrulhamento no combate à criminalidade

Jornal Grandes Notícias

11 De Outubro de 2015

Texto: Mito Agostinho

O Comando da Região Militar Luanda cessou o patrulhamento de combate à criminalidade na cidade capital por ordem superior expressa pelo Comandante da região, Tenente General Simão Carlitos Wala.

A ordem surge na sequência de algum desentendimento com os homens da "farda azul" no que tem a ver com o patrulhamento nas zonas mas recônditas de Luanda, lá onde a criminalidade é mais sentida. A informação a que tivemos acesso dá conta de que o Comandante Geral da Polícia Nacional, Comissário Geral Ambrósio de Lemos, terá solicitado ao Chefe de Estado Maior General das FAA o fim do patrulhamento das Forças da Guarnição de Luanda, por considerar que na actuação dos militares tem havido intromissão em tarefas estritamente reservadas à Polícia Nacional. Ambrósio de Lemos acha que apesar do combate à criminalidade ser uma tarefa de todos os cidadãos, a Constituição do país define de forma clara os órgãos do Executivo, as suas principais missões e, como tal, quais os papéis das Forças Armadas e da Polícia Nacional, daí ter solicitado ao Chefe do Estado Maior das FAA, a sua intervenção no sentido da Guarnição de Luanda cessar de vez com o movimento de ordem policial sem a devida coordenação com o Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional.

Tendo tomado conhecimento de tal informação, o Comandante da Região Militar de Luanda, Tenente General Wala, não esperou porque o mesmo é que tinha tomado a iniciativa da Guarnição de Luanda efectuar patrulhamento para auxiliar a Polícia Nacional no combate à criminalidade e mandou os seus homens cessarem imediatamente com patrulhamento de combate à mesma. Importa

recordar que o Tenente General Wala tomou a decisão de auxiliar a Polícia Nacional quando em consequência do elevado índice de crimes muito violentos como aquele que resultou no rapto e morte de um jovem empresário, no caso que ficou conhecido como "caso Mingão", o Presidente da República e Comandante em Chefe das Forças Armadas fez um apelo no sentido de todas as forças militares e militarizadas se envolverem no combate a esse fenómeno que deixava e continua a deixar várias famílias enlutadas.

O envolvimento da Região Militar de Luanda diga-se de passagem, contribuiu bastante na redução de crimes violentos em zonas como Cacuaco, Viana, Benfica e não só. A cessação do patrulhamento por parte da Guarnição Militar pode indiciar nova onda de criminalidade se a Polícia Nacional não redobrar os seus esforços. Ficamos a saber que os militares da Guarnição Militar de Luanda remetia para o novo Serviço de Investigação Criminal (ex DNIC) todos os criminosos que eram apanhados pela sua patrulha e que não foram poucos.

O Comando Militar de Luanda apenas vai retomar as suas acções de patrulhamento se houver um pedido exposto por escrito por parte de órgãos afectos à Polícia Nacional. É caso para dizer que as comadres zangaram-se no combate ao crime em Luanda. O Jornal Grandes Notícias apurou que alguns Comandantes de Divisão da Polícia Nacional estão em conluio com alguns responsáveis dos crimes que acontecem em Luanda, são os casos da ocupação de terrenos, os roubos de viaturas, assaltos a bancos, drogas e outros crimes, que estavam sobre o controlo dos militares da Região Militar de Luanda. E como uma medida de retaliação, os polícias sentiram-se subtraídos nos seus afazeres e tiveram que fazer pressão ao Comandante Geral, Ambrósio de Lemos, para os homens de Wala cessarem as suas acções em prol da criminalidade.

Sabe-se que a Região Militar de Luanda conseguiu estancar a ocupação de terrenos de forma ilegal e, com esta situação, as donas dos terrenos sentem-se ameaçados, devido a fraca prestação dos polícias no combate a este tipo de crimes, visto que a maior parte deles são os grandes protectores dos delinquentes que ocupam as lavras para benefício pessoal.

Agora com a retirada dos militares no combate a criminalidade em Luanda, poderão ficar aquartelados. E esperamos como e qual será o papel da Polícia Nacional no combate ao crime organizado e na ocupação de terrenos ao longo da Região Militar de Luanda? Será que os Polícias não vão começar a proteger os delinquentes do que aqueles que precisam da intervenção dos "homens da farda azul".

9.3 Órgãos que intervêm na administração da justiça reunidos na capital provincial

Jornal de Angola

17 De Outubro de 2015

Autor: Nicodemos Paulo

A delinquência juvenil preocupa a sociedade, facto que deve obrigar os órgãos da administração da Justiça a redobram esforços para porem cobro à presente situação, afirmou, quinta-feira, a governadora provincial em exercício do Uíge.,

Maria da Silva e Silva falava na abertura da reunião com os representantes dos órgãos que intervêm na administração da justiça local, numa das salas de sessões do Palácio da Justiça, onde foram analisadas questões como os casos de excesso de prisão preventiva e a situação operativa e delituosa da região.

A governadora provincial em exercício do Uíge afirmou que é função do Estado respeitar e fazer respeitar os direitos dos cidadãos, promover garantias e liberdades fundamentais dos cidadãos, defendendo-os de todas arbitrariedades, tal como estabelece a Constituição da República de Angola.

Na província do Uíge há 839 reclusos, dos quais 508 são condenados e 331 detidos. "O número de reclusos preocupa-nos, sobretudo porque a maioria são jovens que deveriam aproveitar as suas energias em trabalhos úteis para a sociedade. Mas infelizmente perdem-se em acções criminais", disse Maria da Silva e Silva.

Na reunião em que participaram os magistrados públicos e judiciais, responsáveis dos órgãos de defesa e segurança do Estado, da Polícia nacional e dos Serviços de Migração e Estrangeiros, a governadora Maria da Silva e Silva reafirmou o compromisso do Governo em continuar a potenciar os órgãos de justiça com meios e recursos humanos necessários, com vista a melhoria funcional das suas estruturas.

"Constam das nossas perspectivas a construção de centros de reeducação de menores para facilitar a reorientação moral e psicológica das crianças e adolescentes em conflito com a lei, estimulando neles a consciência moral e cívica", explicou.

Relativamente à situação migratória, a governadora reconheceu o papel desempenhado pelos Serviços de Migração e Estrangeiros (SME), pela Polícia de

Guarda Fronteira e outros órgãos afins, apesar do número de imigrantes em situação ilegal que procuram a todo o custo violar as fronteiras nacionais.

A reunião de coordenação dos órgãos que intervêm na administração da Justiça foi antecedida da cerimónia de tomada de posse do novo secretário administrativo do Tribunal Provincial do Uíge, Hedelberto Miguel Vemba Bernardo.

9.4 Aumentam casos de violência doméstica

Jorna de Angola

20 De Outubro de 2015

A Direcção Provincial da Família e Promoção da Mulher no Cuando Cubango registou de Janeiro à primeira quinzena deste mês de Outubro 503 casos de violência doméstica, informou ontem ao Jornal de Angola, em Menongue, a directora da instituição.

Florinda Alberto Katongo disse que desses casos, 128 foram resolvidos, 71 resultaram em divórcio, 15 foram remetidos à Procuradoria-geral da República (PGR), 12 ao Serviço de Investigação Criminal (SIC), 13 à justiça militar, uma ocorrência foi encaminhada ao sobado e 263 estão pendentes.

Dos casos registados destacam-se cinco de ofensas morais e 14 corporais, 18 de fuga à paternidade, quatro de natureza económica e igual número por privação de liberdade, seis por abstinência de bens, 18 por abandono do lar, 20 de desalojamento e 29 de ameaças de morte, e 92 mulheres e 36 homens apresentaram queixa à Direcção Provincial da Família e Promoção da Mulher.

Antes, por falta de representações nos municípios da província, a instituição que dirige estava focalizada nos casos de violência doméstica registados em Menongue, mas com a capacitação de técnicos da Direcção Provincial da Família e Promoção da Mulher sobre o Sistema Integrado de Indicadores de Género (SIIG), já há o envio em tempo célere de dados estatísticos em todo o território da província do Cuando Cubango.

A Direcção Provincial da Família e Promoção da Mulher tem como perspectivas o desenvolvimento de campanhas de educação e sensibilização sobre a gravidez precoce e suas consequências, bem como trabalhar em parceria com as organizações femininas

para um contínuo apoio às mulheres rurais vulneráveis.

À mulher rural vão ser delineadas acções para que tenha acesso ao crédito agrícola, incentivos para adesão às aulas de alfabetização e realização de conferências municipais e comunais onde possa apresentar as dificuldades que vive no seu dia-a-dia.

As mulheres rurais foram aconselhadas a denunciarem os casos de violência doméstica, que é crime tipificado na lei.

9.5 Aumento da criminalidade preocupa moradores

Jornal Grandes Notícias

24 De Outubro de 2015

Texto: António Neto

Entre os bairros mais visados destacam-se o Rangel bairro, Terra Nova e Marçal. Segundo a Polícia, todos os esforços no sentido de garantir a tranquilidade e segurança aos moradores do distrito têm sido feitos. Mas, constatou-se que a situação é diferente no terreno, devido à apreensão demonstrada pelos moradores.

No interior de alguns bairros daquele distrito, o cenário passa-se como se de um recolher obrigatório se trata-se, pois é quase impossível circular nestas áreas a partir das 20 horas, com receio da violência imposta pelos meliantes no momento da abordagem.

Os populares informaram ainda que em certos casos os meliantes assaltam e matam com objectivo de extorquir, das vítimas, telemóveis, carteiras e outros objectos de valor.

Retirada das esquadras causa dissabores

Os assaltos à residência, cantinas e na via pública têm dominado o dia-a-dia dos moradores da comuna do Rangel bairro. Em causa está a retirada da S: esquadra de Polícia afecta à Divisão do Comando do Rangel.

Os moradores alegaram que a saída da esquadra fez com que a zona, afecta a S: esquadra e algumas áreas circunvizinhas, passassem sob domínio dos marginais, onde o aumento significativo de assalto concorrido de violações e mortes têm-se tornado o prato do dia, visto que é impossível esboçar qualquer reacção perante os algozes.

Segundo Margarida Barros, as acções dos marginais ocorrem mais no período nocturno. "De manhã, os jovens passam e cumprimentam. De noite, porém, até furam as paredes para entrar nas residências. Se tentas oferecer, alguma resistência, és violada e morta.

Por sua vez, Ana Jaime, moradora da Rua dos Estudantes, falou que desde a retirada da 8ª esquadra o índice de criminalidade aumentou significativamente. "Me lembro que, depois da retirada da esquadra, os meliantes chegaram aqui na rua e disseram: 'Agora, vamos ver quem é que vai passar a vos acudir' ".

A fonte confidenciou ainda que, na noite daquele mesmo dia, os meliantes voltaram a rua e realizaram uma demonstração do seu poderio, como se tratasse de uma retomada do território.

"Eles vieram de moto e com armas na mão, gritavam. Alguns deles chegaram mesmo a arremessar pedras no edifício.

Alguns dias se passaram e os meliantes regressaram, e tentaram violar uma senhora no interior da antiga esquadra", sublinhou a fonte.

Actualmente, segundo apurou a nossa equipa de reportagem, é impossível circular em algumas áreas do Rangel bairro acima das 19 horas, sob pena de ver os pertences levados ou, na pior das hipóteses, perder a vida.

O roubo de carteiras e telemóveis tem sido uma das práticas dos marginais, na sua maioria com a faixa etária a rondar entre os 15 e 19 anos. Aproveitam-se do cair da noite para intimidar com armas de fogo, ou brancas os transeuntes que utilizam ruas do Rangel.

Matilde Adriano falou que "são crianças que, ao anoitecer, ficam nas esquinas para receberem as pastas e telemóveis das pessoas que saem do serviço ou do mercado. Quando a 8ª esquadra esteve a funcionar era muito difícil acontecer assaltos. Agora, até roupa no fio estão a levar".

Questionados sobre o patrulhamento na área, os moradores afirmaram que o mesmo não acontece de forma regular, desde a saída da referida esquadra.

9.6 Experiência brasileira ajuda Angola

Jornal de Angola

27 De Outubro de 2015

A Fundação Brasileira de Ciências Policiais pretende colocar à disposição das forças de Defesa e Segurança angolanas a sua experiência no combate ao crime organizado, disse ontem o presidente daquela Instituição.

Getúlio Bezerra Santos falava durante o seminário sobre Plano Nacional de Desenvolvimento, aspectos práticos na formação de quadros da segurança, ordem pública, defesa civil, bombeiros e polícia judiciária, que decorre até hoje no anfiteatro do Ministério do Interior. "O crime organizado é uma nova ameaça mundial, principalmente para os países mais vulneráveis, e por isso defendo esforços conjuntos para enfrentar o problema, que já faz parte das agendas políticas internacionais", disse.

O presidente da Federação Brasileira de Ciências Policiais defendeu a troca de informações regulares com as autoridades angolanas como forma de facilitar o combate ao crime organizado. "Temos especialistas qualificados para ajudarem as forças de segurança de Angola, para capacitação de quadros aqui ou no Brasil."

Getúlio Bezerra Santos referiu que o crime organizado movimentava meios financeiros que representam um poder económico paralelo. "Não me refiro às quadrilhas, bandos ou grupos organizados, mas do crime organizado mais denso, mais formatado e o crime profissional que se instala em países onde encontra mais facilidade", sublinhou.

O secretário de Estado angolano do Interior, José Bamóquina Zau, defendeu a assinatura de um memorando de parceria no domínio da formação de quadros e assessoria técnica. "Os especialistas angolanos, depois de formados, devem ser capazes de identificar as áreas prioritárias de cooperação a ser desenvolvidas entre o Ministério do Interior e a Fundação Brasileira de Ciências Policiais."

O encontro que encerra hoje, é orientado por especialista da Fundação Brasileira de Ciências Policiais e destina-se os quadros do Ministério do Interior'. Os participantes tratam da segurança pública, prevenção, investigação e combate à criminalidade organizada e urbana, gestão dos fluxos migratórios, protecção civil, gestão penitenciária e operação de inteligência policial. A cerimónia de abertura foi assistida pelo embaixador do Brasil, Norton Rapesta, membros do Conselho Consultivo do Ministério do Interior e especialistas brasileiros em áreas de segurança e ordem pública. O seminário, que decorre sob o lema "Oficinas de trabalho no domínio da formação e capacitação de quadros do Ministério do Interior", enquadra-se no âmbito do Plano Nacional de Formação de Quadros do Executivo e na estratégia do Ministério do Interior para a capacitação do efectivo.

10. AMBIENTE

10.1 Actos de vandalismo com dias contados

Jornal de Angola
2 De Outubro de 2015

O chefe do Departamento do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) da Direcção Provincial da Agricultura do Huambo manifestou-se ontem preocupado com o aumento, nos últimos tempos, do abate Indiscriminado de árvores.

Andrade Baú disse ser urgente a tomada de medidas para se pôr cobro os actos de vandalismo que se registam nos últimos tempos e lembrou que o Governo Provincial tem em vista acções que visam desencorajar os prevaricadores e também de protecção dos polígonos florestais existentes na província.

O abate indiscriminado de árvores está a criar sérios problemas ambientais, como a desflorestação, erosão, surgimento de ravinas, seca, produção agrícola, alteração do ciclo hidrológico, diminuição da fertilidade dos solos, contaminação das águas e alterações climáticas.

O secretário de Estado dos Recursos Florestais, Francisco André Moda, visitou a província do Huambo, onde fez uma avaliação do sector e inteirou-se estado do polígono florestal do Cuima, na Caála, do abate indiscriminado de árvores e das queimadas.

Francisco André Moda não gostou do que viu e recomendou o reforço dos serviços de fiscalização para se evitar o abate indiscriminado de árvores, como se tem registados nos últimos tempos. "Vamos enviar alguns meios para ajudar a proteger o polígono florestal do Cuima, visto ser o maior e o único do Huambo, já que o de Sanguengue foi extinto devido a esta má prática. Por isso temos de proteger o do Cuima para não correremos o mesmo risco", alertou. Para se conter a onda de abate indiscriminado de árvore, o Instituto de Desenvolvimento Florestal tem aplicado multas pesadas aos transgressores, mas muitos escapam porque normalmente actuam na calada da noite.

O chefe do Departamento do Instituto de Desenvolvimento Florestal, Andrade Baú, reconheceu que a falta de meios tem contribuído para o fraco desempenho no serviço de fiscalização,

sublinhado que anteriormente os fiscais estavam munidos de armados, mas com o processo de recolha de armas complicou ainda mais trabalho. "Temos um protocolo com a Policia Nacional e quando surgem situações de vandalismo nos polígonos florestais, accionamos o comando para a pronta intervenção", precisou.

Andrade Baú considerou preocupante o processo de exploração de madeira na província e disse não existir equilíbrio entre a exploração e a reposição de árvores. Em função do actual quadro, o Instituto de Desenvolvimento Florestal vai ainda este ano exigir que todas as empresas que exploram madeira reponham o que extraem, sob pena de lhes serem retirados o contrato de exploração.

Na próxima campanha, que começa em Novembro próximo, e até Fevereiro de 20 16, estão previstas a plantação de várias árvores que se encontram nos viveiros. Vão ser repostos eucaliptos, pinhos, cedro e outras plantas de menor quantidade, como casuarinas, acácias e as árvores ornamentais.

10.2 Praias de Luanda devem ser evitadas

Jornal de Angola
3 De Outubro de 2015

Os banhistas foram ontem aconselhados a não frequentarem algumas praias por causa das fortes calemas registadas nos últimos dias na costa marítima de Luanda, pelo porta-voz do Comando Provincial do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, Faustino Minguenji.

O caso do afogamento de dois pescadores e uma menina de na terça- feira na Ilha do Cabo, foram consequências das calemas, mas os corpos já foram resgatados pelo serviço de bombeiros até quinta-feira. Faustino Minguenji afirmou que as calemas destruíram oito residências nas Zona da Camuxiba e do Cabo Ledo, no município de Belas, desalojando seis famílias de pescadores artesanais residentes à beira-mar, e acrescentou que em algumas zonas da costa de Luanda, com realce para Cabo Ledo e Ilha do Cabo, os ventos e as ondas atingiram dois metros de altura, e por este facto aconselham aos banhistas a não utilizar as praias, até que se ultrapasse o mau tempo.

"Estamos a criar condições de segurança nas regiões mais afectadas, com homens e meios, 110 sentido de

prevenir os banhistas, residentes e curiosos, que em muitos casos pretendem assistir de perto este fenómeno natural", garantiu.

O reforço de medidas de prevenção, disse Faustino Minguenji, vai implicar o aumento do número de salva-vidas nas zonas de risco. Quanto à Ingombota, prosseguiu, neste momento existem restaurantes e moradias inundadas e vias atingidas pelas águas do mar.

10.3 Calemas continuam a fustigar a Camuxiba

Jornal de Angola
7 De Outubro de 2015

Famílias desabrigadas e muito lixo e o rescaldo das últimas calemas mas atingiram a Ilha de Luanda, na Ingombotas e no bairro da Camuxiba na Samba, na madrugada da última quarta-feira. No bairro da Camuxiba, as ondas, além de deixarem as ruas sujas, provocaram Inundações e destruíram residências.

Muitas famílias abandonaram as suas casas, enquanto outras insistem em permanecer, alegando não ter onde se abrigar apesar da iminência de novos perigos.

Na rua da Cabeleira, no interior da Camuxiba, por exemplo, boa parte das casas que se encontram na contra costa foram atingidas pelas fortes ondas. Houve quem nem tempo teve para retirar os seus bens.

Domingas Mujingo viu uma das paredes da sua casa, construída com blocos, "demolida" pelas calemas. Com quatro quartos, cozinha e casa de banho, restou apenas um quarto e a cozinha. Sem condições para continuar, a mãe de seis filhos pede a intervenção da Comissão Administrativa de Luanda. "É triste o que estamos a viver aqui. Sabemos que o Governo Provincial de Luanda tem o projecto de realojar os moradores desta área num local mais seguro. Mas quanto mais cedo melhor, porque o perigo é iminente", rogou com um semblante carregado de tristeza.

Visivelmente emocionada, Domingas disse que por trás da sua casa havia outras duas que desabaram devido às calemas. "Hoje não durmo bem devido à situação das calemas. Mesmo o cheiro do mar faz mal às crianças", reconheceu, considerando urgente a ajuda do Governo Provincial de Luanda.

Na rua do Silêncio, também no interior da Camuxiba, muitas outras casas foram atingidas. Da porta da casa, uma mulher natural de Mbanza Congo conseguia ver as calemas. Eram cerca de 15h00 quando pela terceira vez no dia as ondas voltaram a bater em muitas casas que se encontram na contra costa. "Parecia brincadeira, mas eram mesmo ondas de grandes dimensões, porque depois todo o mundo entrou em pânico."

Com 60 anos, arrependida por construir naquele local, chama a atenção ao Governo Provincial de Luanda para acudir à situação com urgência. "Vivo na Camuxiba há muitos anos e se as pessoas continuarem a construir aqui vai haver mais problemas perigo", desabafou Domingas.

As calemas, além de trazerem lixo e destruírem casas, também provocam prejuízos aos pescadores locais. Domingos Ventura sabe bem o que são as calemas. Dos 56 anos de mar, disse que o fenómeno é natural e acontece em algumas épocas do ano. "Normalmente em Outubro registamos este fenómeno, mas os meses de maior perigo são os de Janeiro, Fevereiro, Março e Abril, período em que se registam fortes chuvas que provocam a subida da maré e subsequentemente as calemas", disse.

Fortes ondas

Na Praia Branca a reportagem do Jornal de Angola encontrou o pescador Domingos Ventura a coser a rede e ele foi dizendo que embora o tempo esteja quente, as ondas estão cada vez mais fortes, daí a necessidade de maior prudência quando se "navegar" no mar. "Embora saibamos nadar devemos respeitar a natureza, porque quando as calemas vêm arrastam tudo que encontram."

O pescador de marisco disse à reportagem do Jornal de Angola que as calemas acontecem durante quatro dias seguidos. "As calemas não só acontecem de madrugada como também à tarde. Destroem as casas embarcações e o pouco pescado que encontram em seca", disse.

Na Areia Branca a quantidade de lixo é cada vez maior. Os pescadores continuam a coser as redes e aguardam pelo bom tempo para voltar a pescar. "Já tínhamos acordado com a rua molhada e sabíamos que a qualquer hora podíamos ter um segundo desastre", concluiu.

10.4 Fortes chuvas destroem casas

Jornal de Angola

9 De Outubro de 2015

Um conjunto de 30 casas dos bairros Bela Vista, Ngamba e Gerico, município do Mussende, ficaram destruídas devido à forte chuva que se abateu nos últimos dias sobre a região.

A forte chuva, acompanhada de rajadas de vento, provocou danos a muitas famílias e instituições do Estado. Um grupo dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros está a proceder ao levantamento da situação para apoio às famílias.

Além das casas, a chuva destruiu 1 igrejas e escolas.

10.5 Fundo Soberano fica com Eucaliptos

Jornal Terra Angolana

9 De Outubro de 2015

O Fundo Soberano de Angola (FS-DEA) vai assumir a concessão da produção de eucaliptos nas províncias de Benguela, Huambo e Huíla, segundo despacho presidencial a que a Lusa teve ontem acesso.

De acordo com o documento, assinado pelo presidente José Eduardo dos Santos, de 28 de Setembro, em causa está o "elevado potencial económico que representam os perímetros de eucaliptos" localizados naquelas três províncias, ainda sob tutela dos ministérios da Agricultura, Transportes e Indústria.

"Havendo necessidade da preservação, gestão e exploração sustentada daqueles perímetros, quer por razões de racionalidade económica e protecção ambiental, quer para, num conceito de industrialização, viabilizar o surgimento de várias actividades, incluindo a geração de energia", lê-se no despacho que autoriza o negócio, mas sem adiantar os valores envolvidos.

O acordo de parceria para a preservação, gestão e exploração sustentada daquele perímetro de produção de eucaliptos, agora aprovado pelo governo, envolve uma empresa participada pelo FSDEA, que vai desta forma assumir a concessão de gestão desta exploração. Aquele fundo é liderado por José

Filomeno dos Santos, filho do presidente, que o reconduziu no cargo em Agosto passado.

O Rede Angola noticiou a 1 de Outubro que mais de um terço do capital do fundo soberano, que conta com activos de USD 4,88 mil milhões, estava investido na Europa, tendo em conta a auditoria realizada às contas de 2014, realizada pela consultora Deloitte & Touche e divulgada pelo FSDEA, 37 por cento da carteira de investimentos do fundo estava alocada, à data de 31 de Dezembro último, na Europa.

Os investimentos em África tinham um peso de 34 por cento e na América do Norte de 18 por cento, além de opções por outras geografias (11 por cento).

O Fundo Soberano de Angola foi criado pelo executivo em 2012, com uma dotação inicial de USD cinco mil milhões, já totalmente transferidos pelo Estado, nomeadamente com recurso às receitas provenientes da exportação de petróleo.

Este fundo, explica o Governo, visa "promover o crescimento, a prosperidade e o desenvolvimento socioeconómico" do país, com recurso a uma carteira de investimentos distribuída por várias áreas, incluindo obrigações, compra de moeda estrangeira, de derivados financeiros, títulos do tesouro, de fundos imobiliários e de fundos de investimento.

No final de 2014, os activos de renda fixa deste fundo correspondiam a USD 2,7 mil milhões, representando 56 por cento da carteira de investimentos, enquanto investimentos em ramos de infra-estrutura e hotelaria correspondiam a USD 1,6 mil milhões e a um peso de 34 por cento.

O FSDEA refere que tem vindo a investir, este ano, em vários fundos de investimento de sectores de forte crescimento na África Subariana, como infraestruturas, hotelaria, agricultura, minas, saúde e silvicultura, como estratégia para os "activos alternativos".

Dos USD 3 mil milhões atribuídos para estes fundos de investimento já constituídos, mais de USD 1,1 mil milhões encontram-se "comprometidos com implementação, diligência devida ou revisão de projectos comerciais em Angola e outras nações da região subsariana".

Este fundo é alimentado com parte das receitas petrolíferas - em 2014 não voltou a receber transferências -, que por seu turno estão em queda face à quebra da cotação internacional do barril de crude, tendo José Filomeno dos Santos admitido

alterações a alguns planos de investimento e gastos no curto prazo.

10.6 PGC oferece arvores aos cidadão

Jornal Terra Angolana
9 De Outubro de 2015

O projecto apresentado quarta-feira, 9 aos membros do conselho provincial de auscultação e concertação social do Cunene visa a a plantação de 240.000 arvores ao ano de 2017. Cujas a proposta será enquadrado no orçamento da província para 2016.

Ao apresentar o plano, chefe do Instituto de Desenvolvimento florestal do Cunene, Abel Alcina Zamba, disse que se pretende com o projecto a ser implementado num período de 2 anos a distribuição de 4 plantas por famílias sendo duas florestais e 2 fruteiras de modo a garantir e a melhoria ambiental Urbes. Bem como a segurança alimentar e nutricional das famílias.

De acordo com o responsável, a produção das mudas será feita num viveiro florestal de Changongo (no município de Ombadja) que prevê a plantação de espécie florestais e orlametais flotiferas cuja a gestão será bda responsabilidade das administrações municipais.

Fez saber que o plano prevê um novo modelo de gestão de espaço verdes que contempla o acompanhamento de ruas arborizadas e por arborizado, responsabilização na rega tratamento de planta bem como a sensibilização dos munícipes no sentido destes se solidarizar-se com essa causa e incentiva-los a plantar arvores diante das suas residências, com vista a se melhorar o ambiente.

Por seu turno o governador do Cunene, António Didalelwa disse que a pretensão do projecto tem como objectivo de abordar a importância de arborização para o meio ambiente e das cidades. Deu a conhecer que o projecto será extensivo nas zonas rurais, no sentido de repor a flora destruída pelas comunidades.

Por sua óptica, o plano visa igualmente por fim o abate indiscriminada de arvores em alguns perímetros florestas nas reservas florestais desta região

10.7 Produção petrolífera fomenta alterações climáticas

Jornal O PAÍS
9 De Outubro de 2015
Texto: Afrodite Zumba

As discussões em torno do aquecimento global não são recentes. O director da Associação de Políticas da Terra e pesquisador do Instituto de Ciências política de Paris, François Gemenne alerta que os países cujas economias dependem do petróleo, como Angola, devem idealizar o futuro além da sua produção, porquanto os efeitos resultantes da mesma contribuem para o aumento das alterações climáticas.

Ao dissertar no fórum de debate organizado pelo Centro Cultural Português em parceria com a Alliance Français e, nesta Segunda - Feira, 5, em Luanda, François Gemenne, disse que esta medida pode afectar muitas economias, inclusive a angolana.

O especialista em Geopolítica, prosseguiu explicando que, deste modo, é de crucial importância que os países dependentes da produção petrolífera esbocem estratégias para impulsionar as suas economias sem que para isso recorram frequentemente à esta actividade, que muito contribui para emissão de gases para a atmosfera, provocando o efeito de estufa.

Justificou dizendo que, para se reduzir os efeitos das alterações climáticas "é preciso que se reduza, pouco a pouco, a produção petrolífera", apontou.

Nesta vertente, François Gemenne afirmou também que muitos representantes governamentais, participantes nas cimeiras organizadas pelas Organizações das Nações Unidas, ONU, sobre o "Aquecimento Climático", não se revêem nas propostas apresentadas porque as mesmas contrapõem os seus interesses políticos e económicos.

"Deste modo, fica evidente que não podemos analisar as questões climáticas apenas como problemas ambientais. Enquanto assim o fizermos, não se resolverá o problema", defendeu.

Ao fazer referência à 21^a Conferência sobre o Clima (COP 21), a ser realizada em Dezembro de 2015 em Paris (França) François Gemenne, 'realçou que o processo de negociações do Fundo Verde Climático será um dos pontos fulcrais do evento.

O especialista argumentou que a resolução dos problemas ligados ao Aquecimento Climático envolve custos e, num período em que os países estão envolvidos numa crise financeira, há a necessidade de se avaliar quais irão contribuir para o Fundo Verde, que percentagem doarão e como a mesma será distribuída.

No que tange à participação de Angola no evento, François Gemenne considera importante, uma vez que a mesma tem o desafio de "esboçar o futuro pós petróleo".

Disse ainda que, para tal, as entidades responsáveis devem emitir as contribuições nacionais junto das instâncias competentes antes da COP 21. Concluiu dizendo que estudos feitos por especialistas apontam que, em consequência das alterações climáticas' até 2100 pode registar-se o aumento da temperatura em quatro graus célsius, assim como a subida em um metro do nível do mar.

"O Senegal é um país que regista temperaturas muito elevadas. Com mais quatro graus célsius existiriam constrangimentos habitacionais. Não obstante, o aumento do nível do mar pode causar retracção da costa marítima' muitos países perderão extensão territorial. E isso fomentará guerras", advertiu.

O evento decorreu sob o lema "Os desafios do Aquecimento Climático e a Geopolítica" e reuniu funcionários das embaixadas de Portugal, França, estudantes universitários e membros da sociedade civil e visou sensibilizar o público sobre a importância desta temática.

10.8 Arborização vai proteger ambiente

Jornal de Angola
10 De Outubro de 2015

Mais de 200 mil árvores vão ser plantadas até 20 17 em vários centros: urbanos do Cunene pelo Governo Provincial no âmbito do programa de urbanização, anunciou na quinta-feira, em Ondjiva, o chefe do Instituto de Desenvolvimento Florestal.

Abel Zamba disse que a iniciativa foi decidida no encontro do Conselho de Auscultação e Concertação Social do Cunene e que proposta vai constar no orçamento do Governar Provincial do próximo ano.

O chefe do Instituto de Desenvolvimento Florestal declarou que o objectivo é distribuir quatro plantas por família, duas florestais e duas de frutas, para garantir a melhoria ambiental dos meios urbanos, bem como a segurança alimentar.

Abel Zamba referiu que a produção das mudas é feita no viveiro florestal de Xangongo, que está previsto a plantação de espécies florestais, ornamentais e de frutos e que a gestão é das Administrações Municipais.

O plano prevê um novo modelo de gestão dos espaços verdes que inclui o acompanhamento de ruas arborizadas e por arborizar, responsabilização na rega e tratamento das plantas, bem como a sensibilização dos munícipes sobre a importância na melhoria do ambiente de plantarem árvores em frente às casas onde moram.

A iniciativa é numa segunda fase extensiva às zonas rurais para repor a flora destruída pelos habitantes.

O governador provincial, António Didalelwa, disse que com a iniciativa se pretende acabar com o abate indiscriminado de árvores em alguns perímetros florestais e nas reservas naturais.

10.9 Actos de vandalismo com dias contados

Jornal de Angola
2 De Outubro de 2015

O chefe do Departamento do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) da Direcção Provincial da Agricultura do Huambo manifestou-se ontem preocupado com o aumento, nos últimos tempos, do abate Indiscriminado de árvores.

Andrade Baú disse ser urgente a tomada de medidas para se pôr cobro os actos de vandalismo que se registam nos últimos tempos e lembrou que o Governo Provincial tem em vista acções que visam desencorajar os prevaricadores e também de protecção dos polígonos florestais existentes na província.

O abate indiscriminado de árvores está a criar sérios problemas ambientais, como a desflorestação, erosão, surgimento de ravinas, seca, produção agrícola, alteração do ciclo hidrológico, diminuição da fertilidade dos solos, contaminação das águas e alterações climáticas.

O secretário de Estado dos Recursos Florestais, Francisco André Moda, visitou a província do Huambo, onde fez uma avaliação do sector e inteirou-se estado do polígono florestal do Cuima, na Caála, do abate indiscriminado de árvores e das queimadas.

Francisco André Moda não gostou do que viu e recomendou o reforço dos serviços de fiscalização para se evitar o abate indiscriminado de árvores, como se tem registados nos últimos tempos. "Vamos enviar alguns meios para ajudar a proteger o polígono florestal do Cuima, visto ser o maior e o único do Huambo, já que o de Sanguengue foi extinto devido a esta má prática. Por isso temos de proteger o do Cuima para não corremos o mesmo risco", alertou. Para se conter a onda de abate indiscriminado de árvore, o Instituto de Desenvolvimento Florestal tem aplicado multas pesadas aos transgressores, mas muitos escapam porque normalmente actuam na calada da noite.

O chefe do Departamento do Instituto de Desenvolvimento Florestal, Andrade Baú, reconheceu que a falta de meios tem contribuído para o fraco desempenho no serviço de fiscalização, sublinhado que anteriormente os fiscais estavam munidos de armados, mas com o processo de recolha de armas complicou ainda mais trabalho. "Temos um protocolo com a Polícia Nacional e quando surgem situações de vandalismo nos polígonos florestais, accionamos o comando para a pronta intervenção", precisou.

Andrade Baú considerou preocupante o processo de exploração de madeira na província e disse não existir equilíbrio entre a exploração e a reposição de árvores. Em função do actual quadro, o Instituto de Desenvolvimento Florestal vai ainda este ano exigir que todas as empresas que exploram madeira reponham o que extraem, sob pena de lhes serem retirados o contrato de exploração.

Na próxima campanha, que começa em Novembro próximo, e até Fevereiro de 2016, estão previstas a plantação de várias árvores que se encontram nos viveiros. Vão ser repostos eucaliptos, pinhos, cedro e outras plantas de menor quantidade, como casuarinas, acácias e as árvores ornamentais.

10.10 As calemas continuam a fustigar a Camuxiba

Jornal de Angola

11 De Outubro de 2015

Autor: Cristina da Silva

Famílias desalojadas e muito lixo é o rescaldo das últimas calemas que atingiram a Ilha de Luanda, na Ingombota e no bairro da Camuxiba, na Samba, na madrugada da última quarta-feira. No bairro da Camuxiba, as ondas, além de deixarem as ruas sujas, provocaram Inundações e destruíram residências.

Muitas famílias abandonaram as suas casas, enquanto outras insistem em permanecer, alegando não terem onde se abrigar apesar da iminência de novos perigos.

Na rua da Cabeleira, no interior da Camuxiba, por exemplo, boa parte das casas que se encontram na contra costa foram atingidas pelas fortes ondas. Houve quem nem tempo teve para retirar os seus bens.

Domingas Mujingo viu uma das paredes da sua casa, construída com blocos, "demolida" pelas calemas. Com quatro quartos, cozinha e casa de banho, restou apenas um quarto e a cozinha. Sem condições para continuar, a mãe de seis filhos pede a intervenção da Comissão Administrativa de Luanda.

"É triste o que estamos a viver aqui. Sabemos que o Governo Provincial de Luanda tem o projecto de realojar os moradores desta área num local mais seguro. Mas quanto mais cedo melhor, porque o perigo é iminente", rogou com um semblante carregado de tristeza.

Visivelmente emocionada, Domingas disse que por detrás da sua casa havia outras duas que desabaram devido às calemas. "Hoje não durmo bem devido à situação das calemas. Mesmo o cheiro do mar faz mal às crianças", reconheceu, considerando urgente a ajuda do Governo Provincial de Luanda. Na rua do Silêncio, também no interior da Camuxiba, muitas outras casas foram atingidas. Da porta da casa, uma mulher natural de Mbanza Congo conseguia ver as

calemas. Eram cerca de 15h00 quando pela terceira vez no dia as ondas voltaram a bater em muitas casas que se encontram na contra costa.

"Parecia brincadeira, mas eram mesmo ondas de grandes dimensões, porque depois todo o mundo entrou em pânico." Com 60 anos, arrependida por construir naquele local, chama a atenção ao Governo Provincial de Luanda para acudir à situação com urgência. "Vivo na Camuxiba há muitos anos e se as pessoas continuarem a construir aqui vai haver mais problemas", desabafou.

Pesca parada

As calemas, além de trazerem lixo e destruírem casas, também provocam prejuízos aos pescadores locais. Domingos Ventura sabe bem o que são as calemas. Dos 56 anos de mar, disse que o fenómeno é natural e acontece em algumas épocas do ano. "Normalmente em Outubro registamos este fenómeno, mas os meses de maior perigo são os de Janeiro, Fevereiro, Março e Abril, período em que se registam fortes chuvas que provocam a subida da maré e subsequente mente as calema", disse.

Na Praia Branca a reportagem do Jornal de Angola encontrou o pescador Domingos Ventura a coser a rede e ele foi dizendo que embora o tempo esteja quente, as ondas estão cada vez mais fortes, daí a necessidade de maior prudência quando se "navegar" no mar. "Embora saibamos nadar devemos respeitar a natureza, porque quando as calemas vêm arrastam tudo que encontram."

10.11 Fortes chuvas deixam 34 famílias sem casas

Jornal Grandes Notícias
11 De Outubro de 2015

As fortes chuvas que se fizeram sentir este mês na província da Lunda sul destruíram parcialmente 34 casas no município de Dala, obrigando ao apoio da protecção civil.

Fonte do Serviço de Bombeiros e Protecção Civil daquela província as fortes chuvas dos últimos dias deixaram 256 habitantes da comuna de Cazage, naquele município, sem casa. "Estivemos a distribuir chapas pelas famílias. Para reconstrução das casas, e podem entretanto começar a regressar.

Mas ouviu uma nova carga de chuva, mais moderada" disse a mesma fonte.

Em causa estão casas de construção artesanal, edificadas em zonas que segundo as autoridades são de risco, situação agravada com o início, este mês, da época de chuvas, que se prolonga até Maio.

Foi entretanto criada localmente uma comissão responsável por fazer o levantamento dos prejuízos causados pela chuva e apoiar as famílias afectadas.

10.12 Cunene arboriza centros urbanos

Jornal de Angola
13 De Outubro de 2015
Texto: Elautério Silipuleni

O Governo da Província do Cunene projecta para o próximo ano a criação de viveiros nas sedes de comunas e dos municípios para a dinamização do Programa de Arborização dos Centros Urbanos da Província.

Abel Zamba, chefe do departamento provincial do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), revelou que o projecto de arborização prevê a plantação de mais de 240 mil árvores de diversas espécies até 2017, com encargos suportados pelo orçamento para 2016 destinado à província do Cunene.

O chefe do Departamento do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Cunene manifestou ontem a sua preocupação com o aumento do abate indiscriminado de árvores pela população, para fins comerciais. Abel Zamba disse ser urgente a tomada de medidas para pôr cobro ao abate de árvores que se regista em grande proporção nos últimos tempos. O chefe do departamento provincial do IDF acrescentou que o Governo Provincial do Cunene tem programadas acções que visam desencorajar esta prática, de modo a proteger os polígonos e reservas florestais existentes na província.

Segundo o responsável do Instituto do Desenvolvimento Florestal, o abate desordenado de árvores cria problemas de desflorestação, surgimento de ravinas, ausência de chuva, diminuição de fertilidade dos solos e alterações climáticas. "É necessário reforçar a fiscalização para se evitar o corte desordenado de árvores, como se verifica actualmente na província do Cunene", disse Abel Zamba.

O projecto do Governo Provincial do Cunene, para ser desenvolvido durante dois anos, prevê a distribuição de quatro plantas por família, duas florestais e igual número de fruteiras, de modo a garantir e contribuir também para a segurança alimentar e nutricional das famílias.

O local escolhido para a produção das mudas é o viveiro do Xangongo, situado 100 quilómetros a oeste de Ondjiva, onde são plantadas várias espécies de árvores ornamentais e frutícolas. A gestão do espaço é da responsabilidade das administrações municipais.

O plano prevê ainda a implantação de um novo modelo de gestão dos espaços verdes, contemplando o acompanhamento das ruas arborizadas, responsabilização pela rega e tratamento das plantas, educação e sensibilização dos munícipes para plantarem árvores nas suas residências.

10.13 Eugénio Laborinho defende a adopção de medidas de construção de resilientes

Jornal Manchete

16 De Outubro de 2015

O Secretário de Estado do Interior, Eugénio Laborinho, defendeu, quarta-feira, em Luanda a necessidade de se adoptar medidas de construção de comunidades resilientes, capazes de gerirem os riscos a longo prazo, sendo essa a única via para um mundo mais seguro.

O governante que falava durante o "Programa Alusivo ao dia Internacional para a Redução dos Riscos de Desastres" sob o lema "Nos 40º Anos de Independência, Protecção Civil Somos Todos Nós," reforçou que o momento deve servir de reflexão sobre as acções no presente e no futuro.

O dia internacional para redução de risco de desastre foi instituído pela Assembleia-Geral das Nações Unidas e celebra-se anualmente na segunda quarta-feira do mês de Outubro.

10.14 Secretário de estado do interior defende a adopção de medidas de construção de resilientes

Jornal Republica

16 De Outubro de 2015

O Secretário de Estado do Interior, Eugénio Laborinho, defendeu, em Luanda a necessidade de se adoptar medidas de construção de comunidades resilientes, capazes de gerirem os riscos a longo prazo, sendo essa a única via para um mundo mais seguro. O governante que falava durante o "Programa Alusivo ao dia Internacional para a Redução dos Riscos de Desastres" sob o lema "Nos 40º Anos de Independência, Protecção Civil Somos Todos Nós," reforçou que o momento deve servir de reflexão sobre as acções no presente e no futuro. Segundo o responsável, é importante reaprender a conviver com natureza, não alvitando respostas assentes em tecnologias muito avançadas nem ao regresso de um mundo mais básico. "Propomos uma teoria de medição, buscando compreender e controlar melhor os perigos face a vulnerabilidade destes desastres perante o homem", disse. Fez saber que o Executivo angolano, tem apoiado incondicionalmente os esforços que vêm sendo implementados na redução de desastres, desenvolvendo políticas e criando instrumentos legais que dão corpo as acções de protecção civil. "Celebramos este dia, num momento festivo em que a nação angolana completa 40 anos de independência e é com este sentimento de continuar a lutar contra os desastres naturais que reafirmamos o compromisso de levar avante as acções de prevenção e construção de resiliência", sublinhou. O dia internacional para redução de risco de desastre foi instituído pela Assembleia-Geral das Nações Unidas e celebra-se anualmente na segunda quarta-feira do mês de Outubro.

10.15 Lixo virou obra

Jornal A Capital
17 De Outubro de 2015

De onde veio este Rio Verde? Esta foi a pergunta pública que o A Capital fez há pouco menos de um mês, na esteira do medo que paira sobre todos os habitantes da cidade de Luanda, à luz das enormes pirâmides de lixo que se vêem um pouco por cada esquina e rua.

O que nutria esse medo era, sem dúvidas, o aproximar das chuvas que, como ninguém, cada município desta urbe sabe o quanto são impiedosas e destruidoras.

Com esse lixo todo, mais inundações, não se sabe quantas mais estranhas doenças nos esperam. A isso tudo que já parecia demasiado, juntam-se casos como o que se via na rua que separa o supermercado Jumbo e o centro de logística da Polícia Nacional.

Tal como as imagens indicam, estas águas esverdeadas, pútridas e misturadas com lixo, estavam lá há bastantes meses.

Só o aspecto da água era bem indicador de que ali moravam, reproduziam-se, hibernavam e renasciam, milhares e milhares de parasitas para a nossa desgraça. O que parece estranho é que esta rua era transitável tanto por automóveis como por pedestres.

Até àquela data, ninguém conseguia sequer aproximar-se. Na verdade, valeu termos levantado a questão. Hoje, voltados ao lugar e deu para constatar que alguém compreendeu a mensagem das imagens. O cenário é actualmente de trabalho e vontade de mudança.

Máquinas e homens fazem a transformação do dramático visual sujo e inóspito, devolvendo aos moradores e transeuntes um ar mais saudável e adaptado ao espírito de sanidade que o Estado angolano advoga nos seus planos e programas de sanidade das comunidades.

E como os factos falam por si, o Rio Verde, desapareceu, na prática.

10.16 Representante das Nações Unidas para o Ambiente Regional em Luanda

Jornal de Angola
20 De Outubro de 2015

Angola prepara a agenda para a sua participação na 21." Conferência do Clima (COP 21), a ter lugar em Dezembro, em Paris, anunciou ontem, em Luanda, a ministra do Ambiente.

Fátima Jardim disse, por ocasião da visita a Luanda da directora e representante do Programa das Nações Unidas para o Ambiente Regional (UNEP), Juliette Biao Koudenoukpo, que "Angola está a preparar uma agenda dinâmica para a sua contribuição no novo acordo visando a diminuição da emissão de gases de efeito de estufa".

O objectivo fundamental do acordo, acrescentou a ministra, é limitar o aumento da temperatura global em dois graus centígrados até 2100. Fátima Jardim afirmou que neste momento está uma equipa do Ministério do Ambiente a participar na Conferência sobre a Seca e a Desertificação, em Bona.

"Estamos em crer que é preciso integrar as alterações climáticas nos desafios do desenvolvimento", disse a ministra, referindo que no quadro dos desafios do desenvolvimento, as alterações climáticas são um pilar importante na preservação da vida aquática, terrestre e das cidades sustentáveis.

Todos devem ter como compromisso "melhorar as nossas políticas e programas para até 2030 tenhamos uma Angola que evidencie os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), já cumpridos em 50 por cento", disse a ministra do Ambiente. Este repto, disse, é para todos os angolanos. "Temos a certeza de que vamos continuar a dignificar o país com a nossa participação na COP 21 e reafirmamos o engajamento de Angola no que toca aos compromissos com o ambiente."

A ministra disse que visita da directora e representante do Programa das Nações Unidas para o

Ambiente Regional enquadra-se no contributo de Angola para os desafios do ambiente. "Estamos satisfeitos com a sua visita e trazemos a mensagem de continuarmos, através do Ambiente, a confirmar os nossos compromissos com o desenvolvimento sustentável". Fátima Jardim sublinhou que África tem como prioridades a Agenda Sustentável questões que se diluem em muitos propósitos aprovados no último encontro de apreciação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda pós-2015.

Angola, disse, vai continuar empenhada no desenvolvimento sustentável que assegure o progresso e o bem-estar, a melhoria da qualidade de vida e a valorização do capital natural.

A ministra considerou a educação ambiental uma responsabilidade de todos. Neste quadro, acrescentou, o Ministério está a desenvolver acções que envolvem as populações e maior responsabilidade na preservação do ambiente. "Estamos no bom caminho, temos de envolver todos para uma maior aliança com vista ao desenvolvimento do nosso país".

A directora e representante do Programa das Nações Unidas para o Ambiente Regional (UNEP), Juliette Biao Koudenoukpo, disse que a preservação do Ambiente é um elemento crucial em que todos devem estar envolvidos.

"É preciso continuarmos a trabalhar de mãos dadas para levar avante as cores de África", concluiu.

10.17 Vítimas da seca recebem apoio

Jornal de Angola

22 De Outubro de 2015

Texto: Dionísio David

A estiagem está a afectar um número elevado de pessoas e animais na província do Cunene, apesar da Intervenção dos Serviços de Protecção Civil no fornecimento de água, disse ontem a autoridade tradicional da aldeia Naulila, no município do Cuanhama, Fernando Mandume.

O líder tradicional disse que as comunidades nas diferentes aldeias já não dispõem de reservas alimentares, uma situação associada à falta de água para o consumo de pessoas e animais.

O porta-voz dos Serviços de Protecção Civil, Paulo Kalunga, considerou a situação preocupante na

província, a julgar pelo elevado número de pessoas afectadas, estimado em mais de 700 mil.

Para Paulo Kalunga, a situação é inquietante, por se tratar de uma região em que a maior parte da população depende da agricultura de substância e da criação de gado. Desde as cheias de 2008, a produção agrícola tem vindo a baixar, provocando escassez de alimentos.

O porta-voz da Protecção Civil adiantou que em algumas comunas, como Evale e Nehone, e localidades nas comunas de Mongua, as populações não encontram alternativa de sobrevivência, já que os tradicionais reservatórios de água, cacimbas e chimpacas secaram.

Paulo Kalunga acrescentou que no Norte da província, em Capanda, uma localidade que dista 19 quilómetros de Ondjiva, a seca atingiu níveis preocupantes, obrigando a população a fazer escavações na esperança de conseguir obter água, mas quase sempre sem solução. Outra questão preocupante, disse o porta-voz da Protecção Civil, tem a ver com os camiões que já não oferecerem boas condições técnicas. Os últimos dados da Protecção Civil tornados públicos indicam que mais de 50 mil cabeças de gado, na província do Cunene, correm o risco de morrer por falta de água.

II. MIGRAÇÃO

II.1 Britânicos falam de imigração

Jornal de Angola
6 De Outubro de 2015

Os Parlamentos de Angola e da Grã-Bretanha estão desde ontem em Luanda a trocar experiências sobre questões parlamentares e de migração. O chefe da delegação dos deputados britânicos, David Steel, disse no 11º encontro que abordou com os deputados angolanos o funcionamento dos dois Parlamentos e questões comuns sobre migrações.

"O problema de Angola em relação aos imigrantes vindos, sobretudo, da RDC é similar ao da Grã-Bretanha com os oriundos da África do Norte e da Europa", afirmou David Steel, considerando a migração um problema global que não tem resposta fácil.

A ideia dos dois Parlamentos é a troca de experiências e o conhecimento das realidades de cada Estado. Steel salientou que aguarda uma visita de parlamentares angolanos à Grã-Bretanha.

A presidente da terceira Comissão de Trabalhos Especializados da Assembleia Nacional, Exalgina Gamboa, disse que os deputados britânicos receberam explicações detalhadas sobre o funcionamento do Parlamento angolano e encontro com a governadora provincial, devem visitar o Catoca.

A deputada do MPLA destacou também a questão da imigração e o diálogo político no âmbito deste assunto. Exalgina Gamboa indicou que existem "pontos comuns" na relação entre os dois Parlamentos, que devem ser alargados noutras áreas de cooperação.

Os dois países vão continuar a cooperar em vários domínios. A deputada adiantou a possibilidade de ser assinado um memorando de cooperação entre os dois Parlamentos. "Os britânicos têm problemas de imigração e os angolanos também. Este é o próximo tema em debate na cimeira da União Interparlamentar", disse Exalgina Gamboa.

As delegações parlamentares de Angola e Grã-Bretanha falaram ainda da questão da facilidade da concessão de vistos a estudantes e outros serviços.

Os deputados britânicos têm agendado encontros com 08 presidentes dos grupos parlamentares com assento na Assembleia Nacional, MPLA, UNITA, CASA-CE, PRS e FNLA, e também com os membros das comissões especializadas. Hoje os deputados britânicos deslocam-se à província da Lunda Sul, onde, além do

Os deputados britânicos concluem a visita na próxima sexta-feira, mas antes são recebidos pelos ministros da Geologia e Minas e da Justiça e dos Direitos Humanos e também pelo Presidente da Assembleia Nacional. *Jornal de Angola - Qual e a situação migratória do Zaire?*

consta também das recomendações da reunião. Os participantes tomaram conhecimento da situação da superlotação dos dois estabelecimentos prisionais da província, Nkiende e Mangué Grande, tendo recomendado o reforço das medidas de segurança, controlo e disciplina que garantam a educação dos reclusos, assim como a sua inserção em actividades produtivas.

A reunião alargada foi orientada pelo delegado provincial do Zaire do Ministério do Interior, Manuel Gouveia.

II.2 Crise de divisas pode comerciantes estrangeiros abandonar Angola

Jornal O PAÍS
9 De Outubro de 2015
Texto: José Eduardo Dias

Numa ronda feita por OPAÍS a alguns estabelecimentos comerciais em Luanda, aqueles reclamam das dificuldades encontradas para exercerem a sua actividade, acrescentando que não lhes restará outra saída senão regressarem aos seus países caso a situação persista.

"Se, até ao final deste ano de 2015 as coisas não mudarem... vamos entrar para o nosso país. Vamos ter de voltar porque é preciso respeitar as regras do país. Só podemos ficar se estivermos a trabalhar. Neste momento não sabemos o que fazer. Estamos a vender o que temos ainda em stock, depois de terminar vamos embora. Posso mostrar o meu armazém, está vazio. Não há produtos" - lamentou Dialó Ibrahim, de nacionalidade costa marfinense, que trabalha em Angola há oito anos na venda de

electrodomésticos e mobília nas imediações da rotunda da Camama.

Segundo ele, os armazéns grossistas que comercializam electrodomésticos como arcas e geleiras das marcas Ango Eri, Yewhing, Fukur, paralisaram a sua actividade de importação, razão pela qual não conseguem adquirir mercadoria para a venda a retalho.

Tudo parado

'Não estão a importar está tudo parado. Neste momento há muitos produtos que não temos. Não há no armazém. Se eu ligar por exemplo e disser que quero uma arca a resposta será negativa' - frisou.

Abdul Diará, da Cuiiné Conacry, que se encontra a trabalhar no país há três anos, corrobora com este facto, referindo que a solução restante é terminar a pouca mercadoria ainda existente nos armazéns e depois regressar ao seu país e aguardar.

"Está fraco. Não tem negócio.

Neste momento alguns já estão a voltar para os seus países e outros aguardam que a situação mude' - frisou.

De acordo com o mesmo, a actividade neste momento está a ser pouco lucrativa tendo em conta que todos os ganhos do negócio estão a ser empregues na compra de dólares no mercado informal.

Outra dificuldade, segundo Abdul, encontra-se no facto de terem de fazer pagamentos diversos em divisas.

"Neste momento sofremos muitos gastos porque temos de pagar a renda da casa e da loja tudo em dólares. Os proprietários dos imóveis não aceitam o pagamento em kwanzas. Está complicado", desabafou.

Distribuidora reduz pessoal

Na mesma situação encontram-se igualmente empresas de grande dimensão como a Nova Distribuidora de Alimentos e Diversos (NDAD) que já encerrou muitos dos seus armazéns nas províncias de Luanda, Benguela, Malange, Namibe e está a proceder à diminuição de postos de trabalho e de pessoal, segundo um funcionário da empresa que pediu anonimato.

De acordo com a mesma fonte, a empresa já não tem capacidade de importar produtos. Os armazéns estão praticamente vazios e os produtos ainda existentes

foram importados antes da situação da crise de divisas.

11.3 Economista defende revisão da política migratória do Estado

Jornal O PAÍS

9 De Outubro de 2015

Texto: Constantino Eduardo

O economista Carlos Rosado considerou recentemente em Benguela que a actual legislação migratória discrimina e inibe qualquer potencial investidor estrangeiro de apostar no mercado angolano, optando por países cujas normas legais facilitem as suas vidas, sobretudo na obtenção de vistos.

Hoje, segundo disse, os potenciais estrangeiros confrontam-se com uma série de burocracias na obtenção de vistos, além dos preços exorbitantes praticados pelas unidades hoteleiras. Carlos Rosado referiu que este facto retrai o interesse de qualquer investidor em definir o mercado angolano como preferencial, optando por outras realidades e, com efeito, deixam de subsidiar o Governo na estratégia de diversificação da economia que o mesmo leva a cabo.

O especialista lamenta, por outro lado, o facto de os angolanos com capital, investirem mais fora do que dentro, o que demonstra alguma falta de interesse pela sua terra.

Falando à margem de uma conferência sobre "Perspectivas da economia local em tempo de crise", que decorreu recentemente em Benguela, mostrou-se céptico quanto a um possível aumento do preço do barril de petróleo no mercado mundial, porquanto os dados disponíveis "não nos deixam muito optimistas e provavelmente nós teremos um período maior com o petróleo em baixa do que tivemos em 2008".

Realçou que o Governo teria evitado este desastre se desse ouvidos aos economistas quando, em 2008, defendiam a necessidade de se diversificar as fontes de financiamento da economia angolana. O também jornalista sublinha que a diversificação é um processo longo e difícil e as políticas gizadas pelo Executivo não têm sido bem sucedidas. Carlos Rosado faz críticas e aponta soluções: "o Estado deve aparecer como regulador e não deve chamar a si todas as responsabilidades sobre a diversificação da economia".

Agricultura, a base para o desenvolvimento

O sector prioritário, aponta, deve ser a agricultura, mas, a par da deste, é necessário desenvolver uma agro-indústria que produza e que também exporte.

"Nós não vamos melhorar a nossa agricultura se não trouxermos pessoas de fora que saibam e tenham tecnologia. Os dados sobre investimentos estrangeiros dizem que nos últimos 5 anos os investimentos na agricultura foram praticamente zero. Nós precisamos de ter um ambiente mais propício e mais favorável aos negócios, porque quem resolve o problema da diversificação da economia tem que ser o sector privado, o Estado tem que dar condições ao sector privado. Há aqui uma certeza: são os privados que nos vão tirar da crise", defendeu.

O economista sublinha que a crise obrigou a que o Governo fizesse cortes nas despesas, só que fê-lo fundamentalmente nas despesas de investimentos, o que, no seu entender deixou muito a desejar.

"As despesas de investimentos têm um efeito multiplicador sobre a economia" considerou.

Por seu lado, o consultor Francisco Lopes Santos, a quem coube a enorme responsabilidade de brinde presentes com o tema "Os desafios dos gestores angolanos", sublinhou que tudo passa pelo gestor. Toda o especialista aponta o sector agro-industrial como alternativa para se ultrapassar o problema angolano, porque, para ele, Angola tem muitas potencialidades que se bem exploradas e geridas abririam várias alterações nativas ao país, em vez de se confinar a um único recurso e, por sinal, renovável.

11.4 Estrangeiros ilegais expulsos do Moxico

Jornal de Angola
11 de Outubro de 2015

O Serviço de Migração e estrangeiros (SME) no Moxico expulsou nos últimos três meses 70 estrangeiros que residiam ilegalmente em Angola, revela um comunicado da instituição. O documento refere que eram 60 congolese democráticos, dois zimbabueanos e oito zambianos.

O comunicado do Serviço de migração e Estrangeiros considera normal o movimento migratório na província e sublinha terem sido registadas no mesmo período 850 saídas e 937 entradas de nacionais portadores de passaportes com vistos ordinários e passes de travessia.

11.5 Polícia trava imigração ilegal

Jornal de Angola
13 De Outubro de 2015

A Polícia Nacional no Zaire deteve nos últimos sete dias 40 cidadãos da República Democrática do Congo, na sequência de acções de busca e recolha de indivíduos em situação migratória irregular realizada em parceria com o Serviço de Migração e Estrangeiros.

O Comando Provincial do Zaire da Polícia Nacional refere em comunicado divulgado ontem em Mbanza Congo, que naquele período a Polícia de Guarda Fronteira impediu a entrada no país de oito cidadãos congolese democráticos por se encontrarem em situação irregular.

Um imigrante foi detido na fronteira fluvial e sete por via terrestre, quando se dirigiam ao território nacional, em companhia de dois nacionais também detidos, acusados de facilitar a entrada ilegal de estrangeiros, refere o comunicado do Comando Provincial do Zaire da Polícia Nacional, que acrescenta que nos últimos sete dias a Polícia de Guarda Fronteira abortou três tentativas de violação de fronteira, menos duas em comparação com a semana anterior.

Já no Moxico, o Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) anunciou que vai "reforçar a segurança nas principais fronteiras e locais de maior concentração de estrangeiros", bem como o rigor na emissão e verificação de documentos de viagem. Apesar da situação migratória estar sob controlo, o o Serviço de Migração e Estrangeiros informa que "é necessário intensificar o combate à imigração ilegal e seu auxílio, tendo em conta as consequências políticas, económicas e sociais" para Angola.

O comunicado de imprensa do Serviço de Migração e Estrangeiros revela que no terceiro trimestre deste ano foram expulsos do Moxico 70 estrangeiros de várias nacionalidades que viviam ilegalmente naquela província.

11.6 Polícia trava violadores de fronteira

Jornal de Angola

20 De Outubro de 2015

A Polícia de Guarda Fronteira na Província do Zaire abortou nos últimos sete dias seis casos de violação na fronteira norte de Angola com a República Democrática do Congo (RDC), refere um comunicado do Comando Provincial do Zaire da Polícia Nacional tornado público ontem.

Em função das infracções foram detidos 14 cidadãos da República Democrática do Congo, sublinha o comunicado, que informa que os imigrantes em situação ilegal foram encaminhados para a Direcção provincial do Serviço de Migração e Estrangeiros (SM~) para a tramitação processual. No "mesmo período, as autoridades policiais da província do Zaire detiveram um cidadão angolano acusado de facilitar a entrada ilegal de estrangeiros em território nacional, cujo processo segue seus trâmites legais. Quanto às acções de recolha de estrangeiros em situação migratória irregular, a Polícia Nacional informou ter detido oito cidadãos da República Democrática do Congo. A província do Zaire partilha 330 quilómetros de fronteira terrestre e fluvial com a região do Baixo Congo Democrático.

Na Lunda Sul, na semana passada, o Serviço de Migração e Estrangeiros deteve e repatriou 159 imigrantes oriundos da República Democrática do Congo, por permanência ilegal no país. O chefe interino do Gabinete de Informação e Análise do Serviço de Migração e Estrangeiro João Mulheno Miúdo informou igualmente que as autoridades recusaram a entrada no território nacional de 24 cidadãos de nacionalidade congoleza a partir do posto terrestre de Sakambudji, na comuna de Cassai Sul, no município de Muconda.

No âmbito das acções de fiscalização, o SME sancionou em multas avaliadas em mais de 561 mil kwanzas cinco cidadãos estrangeiros de nacionalidade vietnamita por incumprimento da Lei.

11.7 Estrangeiros são expulsos

Jornal de Angola

22 De Outubro de 2015

O Serviço de Migração e Estrangeiros expulsou mais de oitocentos elementos da República Democrática do Congo que residiam em situação migratória ilegal no país.

Um comunicado do Serviço de Migração e Estrangeiros indica que as expulsões realizadas por via administrativa e judicial ocorreram de 8 a 14 deste mês, sublinhando que foram sancionados com multas neste período 108 cidadãos de diversas nacionalidades, incluindo 20 empresas.

Em relação aos actos migratórios, a nível dos postos de fronteira terrestre, fluvial, aéreo e marítima, o Serviço de Migração e Estrangeiros registou a entrada de 16.054 cidadãos e a saída de 16.020, tendo-se constatado o aumento de 1.100 na entrada e uma redução de 313 na saída de cidadãos.

Quanto aos actos migratórios para nacionais, foram recebidos 4.577 pedidos de passaportes provenientes das direcções provinciais, postos de atendimento em Luanda, missões diplomáticas e consulares, com realce para a recepção de 2.809 pedidos de passaportes. Foram emitidos 4.129 Passaportes ordinários, dez salvo-condutos e 1.758 passes de travessia. Para estrangeiros, a instituição recebeu 3.746 pedidos para emissão de diversos documentos.

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA

12.1 Mais fiscalização trava exploração ilegal de inertes

Jornal de Angola
03 De Outubro de 2015

O governo da província do Moxico ordenou o reforço da fiscalização pela administração municipal do Luena da exploração de inertes, para prevenir eventuais danos ao meio ambiente.

Um comunicado emitido no final da 4.8 sessão ordinária do governo refere que a administração municipal deve colaborar e interagir com as empresas que exploram os inertes na cidade do Luena, para a regularização da actividade.

Os membros do governo analisaram igualmente questões ligadas à indústria da madeira, tendo recomendado a tomada de medidas para combater a exploração anárquica das florestas.

Os participantes receberam informações sobre a execução do Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO), para a prospecção de recursos minerais, que entrou na fase final. A proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE), bem como o Programa de Investimentos Públicos (PIP), referentes a 2016, foram igualmente analisados.

12.2 Investidos usd 6,8 milhões em novas fábricas de lapidação de pedras naturais

Jornal o país economia
16 De Outubro de 2015

Uma fábrica de lapidação de pedras naturais orçada em USD 6,8 milhões, com uma capacidade para produzir mil metros quadrados de cortes de travertino, mármore e granito foi inaugurada sexta-feira última, no município do Icolo Bengo, em Luanda, pelo ministro da Economia, Abrahão Gourgel.

A unidade fabril, equipada com tecnologia de ponta, está vocacionada para a produção de bancadas para cozinhas, escadas, lavatórios, ladrilhos, desenhos em pedras entre outras peças. Dos USD 6,8 milhões destinados à infraestrutura e equipamento tecnológico, 44% foi financiado pelo Banco Bai, ao abrigo do programa Angola Investe e os 56 % restantes provieram de capital próprio.

O empreendimento, denominado Alaturca, possui uma área total de dez hectares, dos quais quatro mil metros adjudicados ao projecto, sendo dois mil de área construída, integrando espaços administrativos, o sector de operações, armazém de matérias-primas e produtos acabados, e os restantes reservados a futura expansão, criando desta forma oportunidades para mais de 100 postos de trabalho.

A fábrica vai igualmente oferecer diversos serviços como a frisadora, os cortes e desenhos especiais, produção de jóias, artigos decorativos, cozinhas, escadarias entre outros. A mesma prevê ainda a curto prazo, a expansão de novas áreas de produção para corte de blocos de granito, mármore e outras pedras naturais, aumentando assim a capacidade de intervenção no sector.

O cliente, parceiro estratégico

De acordo com o presidente do conselho de administração da Alaturca, Luis Cupenala, a empresa vai maximizar os equipamentos tecnológicos de que dispõe e valorizar o capital humano, como factor central para gerar vantagens competitivas, promovendo assim o cliente como o verdadeiro parceiro estratégico. 'A formação contínua dos quadros gravitará no peso da nossa estratégia para maior desempenho da fábrica', precisou.

'O preço dos nossos bens e serviços obedecerá sempre aos critérios da mais alta qualidade, e práticas do mercado internacional para melhor alinhamento do custo e benefício de quem tire proveito da nossa marca e temos como alvo as empresas de construção civil, instituições de administração pública e privadas que requeiram tratamento especial em termos de detalhes ornamentais, como instalações aeroportuárias, museus e monumentos históricos; instituições bancárias, áreas dedicadas ao lazer, residências de alto padrão', afirmou Luis Cupenala.

Início de um processo

Para o ministro da Economia, Abrahão Gourgel, a unidade fabril, é um dos 445 projectos aprovados recentemente por vários bancos comerciais ao abrigo

do Programa Angola Investe, sendo este um dos 187 projectos do sector da indústria transformadora e de geologia e minas que foi aprovado ao abrigo do programa.

'Pensamos que, cada vez mais, os projectos que envolvem tecnologia e conhecimento são os de que o nosso país precisa para a sua industrialização e desenvolvimento, para rapidamente estarmos em condições de competir no mercado regional bem como no mercado internacional', afirmou Abrahão Gourgel.

Segundo o governante, este projecto gerou 100 dos cerca de 65 mil postos de trabalhos já criados ao abrigo do Angola Investe. O projecto também contribui directamente para a conclusão da cadeia produtiva do sector de transformação de rochas ornamentais.

'Por esta razão o Governo vai continuar a criar melhores condições e ambiente de negócios e, para o efeito, foram dados passos substantivos com a aprovação de várias legislações que venham facilitar, encurtar o tempo e o custo de criação de novas sociedades comerciais, o tempo e a forma de implementar novos negócios; isto é apenas o início de um processo que se vai aprofundar nos próximos tempos', frisou o governante.

O evento contou com a presença de vários responsáveis de bancos comerciais, empresas de construção civil, bem como distintos membros do governo central e local entre outras individualidades.

12.3 Mina do Luaxe começa a produzir em 2017

Jornal Expansão

16 De Outubro de 2015

Texto: Martins Chambassuco

Situa-se em Luaxe, na Lunda-Sul, e dados preliminares apontam para a ocorrência na mina de uma reserva de 350 milhões de quilates e uma vida útil de 30 anos. Segundo o presidente do conselho de administração da Endiama, o Governo pretende que a mina comece a produzir no prazo previsto, estando em fase conclusiva os estudos de viabilidade da mina que se espera tenha um potencial superior ao da Sociedade Mineira da Catoca, quarto maior kimberlito do mundo.

Mesmo que o mercado internacional esteja saturado, disse Carlos Sumbula, "tudo passa pela adopção de uma estratégia que estimule os compradores a nível externo, e para Angola os direitos de preferência para os clientes vão continuar".

Num encontro com deputados britânicos, o gestor lembrou que a Índia adoptou a política de lapidação, tendo hoje um acumulado de biliões USD em diamantes lapidados, mas o preço baixo actual faz com que tenha muitas perdas.

A queda do preço do diamante lapidado, reconheceu, fez com que Angola "reduzisse a lapidação e apostasse mais na produção em bruto". Desde 2008, lembrou Carlos Sumbula, o País tem negociado com parceiros que, no âmbito dos acordos, vão continuar a comprar as pedras angolanas a preços "aceitáveis".

A entrada em actividade do Luaxe abre caminho a que o País venha a ter uma reserva considerável, caso o mercado se mantenha saturado, como tem acontecido recentemente, mas a concessionária nacional revela que "é o momento de pôr a máquina a trabalhar e é do interesse do Estado que a geografia diamantífera tenha outra configuração".

A mina, que já foi aprovada pelo Conselho de Ministros, é o novo desafio para a Endiama e a parceira Airosa, a 'gigante' russa de mineração de diamantes, estando previsto um investimento de cerca de 1,5 mil milhões USD na aquisição de meios técnicos e formação de quadros.

"O Executivo baixou instruções claras de como devemos fazer para que o Luaxe entre em actividade. Neste momento, temos equipas que estão a trabalhar em Angola e na Rússia no sentido de se efectivar. Vamos trabalhar para classificar a mina, que pode ser maior que a de Catoca, pois os indicadores apontam para um kimberlito com um potencial muito elevado", disse, Carlos Sumbula.

À espera de melhor preço para vender

O PCA da Endiama garantiu que, entretanto, o País vai continuar a constituir reservas em diamantes brutos, comercializando-os "quando houver um aumento significativo no preço" da pedra preciosa.

"Estamos a trabalhar no sentido de manter o equilíbrio do preço do mercado internacional. A crise de 2008 deu-nos lições que serviram para que o preço se mantivesse elevado.

A situação actual pode fazer com que os países produtores adoptem outra postura para actuar de forma coordenada, o que até então não acontecia", afirmou.

O gesto r referiu ainda que os países produtores de diamantes deverão investir em marketing para que haja mais compradores. "Angola, Botswana, Canadá, EUA Austrália e a De Beers estão a trabalhar para a formação de uma equipa para gerir as marcas dos países-membros, e pensamos que esta estratégia dará dinâmica ao mercado diamantífero", explicou.

Reservas avaliadas em 350 milhões de quilates "Vamos manter os compradores preferenciais, como temos vindo a fazer, porque estes, com ou sem crise, continuam a pagar os nossos diamantes a preços aceitáveis. Os países que compraram os diamantes angolanos continuam a financiar o desenvolvimento da actividade mineira do País", sublinhou, explicando que este é um critério adoptado "para elevar as receitas do País".

O memorando sobre o projecto diamantífero do Luaxe, aprovado em Setembro, estabelece o formato empresarial para a outorga da concessão e a realização dos investimentos necessários para a prospecção e exploração de kimberlito naquela que é a maior mina do País, a escassos 20 quilómetros da Catoca. A mina assegura uma produção anual de 6,5 milhões de quilates de diamantes - cerca de 75% da produção total.

Com reservas de 350 milhões de quilates e um tempo de vida útil de mais de 30 anos, pode, de acordo com alguns especialistas, mudar em grande medida a geografia mundial dos diamantes.

Os dados de Luaxe são ainda preliminares, mas a Endiama e a parceira Airosa estão confiantes num futuro prometedor em termos de resultados, sendo esperado deste projecto, um grande contributo para a diversificação da economia nacional, excessivamente dependente do petróleo.

Prevista produção acima do total actual

Até meados do próximo ano, estarão concluídos os trabalhos de prospecção. Depois será elaborado um estudo de viabilidade técnica, económica e financeira. Nessa altura, ocorrerá a mobilização dos necessários investimentos para a montagem da mina e arranque das operações.

A previsão é que o início da produção se efective entre o final de 2017 e o início de 2018. Caso as previsões se revelem correctas, a produção máxima da mina será superior a 8 milhões de quilates por ano - acima dos 8,2 milhões de quilates gerados actualmente em todo o País.

O projecto vai garantir mais de 2 mil empregos directos, prevendo-se a 'reciclagem' de trabalhadores que já tenham experiência no sector mineiro.

Vários, por exemplo, poderão vir de projectos que foram desactivados.

A descoberta da mina tem as suas raízes em 2012, quando a Endiama iniciou, com a Airosa, o estudo científico de potenciais zonas diamantíferas e a respectiva prospecção. O objectivo era identificar e localizar a origem dos diamantes aluvionares explorados em Angola nos últimos 100 anos.

Receitas de exploração podem duplicar

Apenas cerca de 10% dos diamantes aluvionares angolanos são provenientes de kimberlitos conhecidos, estando o resto em kimberlitos desconhecidos.

Angola é, actualmente, o quarto maior produtor mundial de diamantes, um sector que garante ao País uma receita bruta anual de 1,2 mil milhões USD.

Quando a produção do Luaxe estiver na sua plenitude, a posição mundial do País como produtor das pedras preciosas pode melhorar substancialmente, e as receitas poderão duplicar.

Existem actualmente 12 minas em actividade e, no quadro da expansão da actividade mineira da Endiama, estão em curso várias iniciativas para o relançamento de novos projectos mineiros.

Entre Janeiro e Setembro do ano passado, o Estado arrecadou mais de 70 milhões USD em impostos sobre a venda de diamantes, um valor que se espera que venha a aumentar com a entrada em funcionamento de novos projectos. As exportações cifraram-se em 6,5 milhões de quilates, mais 171 mil face ao período homólogo.

12.4 Executivo quer assegurar ao investidor crescimento com enormes potencialidades

*Jornal de Angola feira
26 De Outubro de 2015*

O director nacional de Minas, André Buta, afirmou sábado que as pesquisas do Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO) estão concluídas em 60 por cento e, depois da conclusão, o país vai poder planificar a exploração mineira e prevenir os efeitos da exaustão dos recursos minerais e danos ambientais.

André Buta, que dissertava o tema "Os benefícios do Plano Nacional de Geologia", na Conferência Internacional sobre Promoção de Investimentos na província de Malanje, lembrou que a estratégia do sector mineiro é assegurar ao investidor privado garantias de crescimento com as enormes potencialidades existentes no país, uma vez que as pesquisas vão permitir a exploração de minérios nos próximos 100 anos.

Quanto às pesquisas em Malanje, o director afirma que já está realizado 40 por cento do território e que o Ministério da Geologia e Minas pode emitir a curto prazo a carta geológica da província.

O Plano Nacional de Geologia vai ser desenvolvido durante cinco anos pela Empresa chinesa Citic, que é responsável por 25 por cento da área total, pela brasileira Costa e Negócios (37,5 por cento) e pelo consórcio formado pelas empresas Impulso, Instituto Geológico e Mineiro de Espanha e o Laboratório Nacional de Energia e Geologia de Portugal, que também detêm 37,5 por cento.

A execução do PLANAGEO abarca um investimento global de 40,5 mil milhões de kwanzas. O consórcio formado pela Impulso Industrial Alternativo, Instituto Geológico e Mineiro de Espanha e o Laboratório Nacional de Energia e Geologia de Portugal é responsável pela pesquisa para determinar o potencial mineiro da região sul e sudeste, que abrange as províncias do Namibe, Huila, Cunene, Benguela, Huambo, Bié, parte do Cuando Cubango e parte do Cuanza Sul, numa extensão territorial de quase 470 mil quilómetros. A pesquisa vai também determinar o aquífero existente no deserto, o que pode permitir a prática da agricultura nesta e noutras zonas consideradas áridas.

Mina de Maua

A Empresa Nacional de Diamantes (ENDIAMA) prevê, ainda este ano, uma produção de 60 mil quilates na mina de Maua, localizada na província de Malanje, anunciou o administrador Paulo Mvika. O responsável da ENDIAMA disse ao Jornal de Angola terem sido investidos 28 milhões de dólares na mina, que emprega 192 trabalhadores. Paulo Mvika, um dos oradores na Conferência Internacional de Promoção de Investimentos na província de Malanje, afirmou que a região possui um ambiente geológico favorável à existência de diamantes.

A ENDIAMA possui 24 concessões cadastradas, das quais Cangandala e Maua funcionam em plena actividade, enquanto 17 projectos estão em fase de avaliação. Paulo Mvika informou que estão a ser analisados alguns pedidos de licenciamento de

cooperativas, duas das quais beneficiam de formação. Em relação aos projectos em curso, indicou o do Luaxe que, de alguma maneira, veio desorientar a organização quinberlítica mundial. O quimberlito Luaxe, disse, tem um diâmetro cerca de um quilómetro, uma' 64 hectares e uma profundidade 200 metros. Essas características, frisou, vão garantir uma posição privilegiada para Angola.

Ana Rizzo, empresária italiana do sector industrial, está interessada em investir na construção, infra-estruturas e turismo, para o desenvolvimento da província de Malanje. A empresária informou que a sua empresa possui várias filias na Itália, com destaque para a região de Roma, no ramo da geologia minerais e construção. Rizzo garantiu que a Itália está disponível para trabalhar em parceria com empresários de Malanje a fim de contribuir para o bem-estar da população